ANNUAL REPORT 2008

ABN AMRO Holding N.V.

ABN·AMRO

Índice

Secção 1	**ANÁLISE DO PRESIDENTE**	**2**
	Análise do presidente	2
Secção 2	**ANÁLISE OPERACIONAL**	**4**
	Introdução	5
	Dados financeiros seleccionados	7
	Estrutura organizacional do grupo	10
	Análises operacional e financeira e perspectivas	12
	Análise dos movimentos do balanço	23
	Resultados das operações por UN	29
	Mercado de crédito e exposições associadas	44
Secção 3	**RISK AND CAPITAL MANAGEMENT**	**56**
	Regulation and supervision	57
	Risk management	63
	Risk factors	78
	Legal and regulatory proceedings	83
	Regulatory sanctions	83
	Ongoing investigations	84
Secção 4	**GOVERNO DA SOCIEDADE**	**85**
	Conselhos e comissões	86
	Códigos de governo das sociedades	93
	Trabalhadores do ABN AMRO	97
	Sustentabilidade	97
Secção 5	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**	**98**
	Demonstrações financeiras consolidadas	99
	Demonstrações financeiras da sociedade	218
Secção 6	**OUTRAS INFORMAÇÕES**	**226**
	Relatório da gerência	227
	Relatórios do auditor	230
	Disposições estatutárias relativas à distribuição de lucros	234
	Distribuição de lucros proposta	234
	Disposições estatutárias da Holding e sociedade fiduciária relativas às acções e direitos de voto	235
Secção 7	**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**	**236**
	Taxas de câmbio	237
	Indicadores principais ABN AMRO	238
	Conselho fiscal	240
	Conselho de administração	244
	Informação estatística seleccionada	250
	Accionistas e principais e propriedade	282
	Estatutos	283
	Informação de tendências	284
	Elementos extrapatrimoniais	284
	Código de ética	285
	Comissão central de trabalhadores	286
	Abreviaturas	288
	Documentos em consulta	290
	Assinaturas	291
	Como encomendar relatórios	292

Análise do presidente

Análise do presidente de 2008

Para cumprir as suas obrigações declarativas na Holanda e Estados Unidos da América, o ABN AMRO Holding N.V. (“ABN AMRO”) elaborou o relatório das suas actividades e contas para o ano que termina em 31 de Dezembro de 2008.

No seguimento da aquisição do ABN AMRO pelo Consórcio em Outubro 2007, o Royal Bank of Scotland Group plc (“RBS”) assumiu a responsabilidade principal pela gestão do ABN AMRO em relação a todos os requisitos legais e regulamentares. Consequentemente, os resultados financeiros do ABN AMRO também são relatados como parte totalmente consolidados do Relatório Anual do Grupo RBS, publicado em 26 de Fevereiro de 2009

Actualização da propriedade

Em 17 de Outubro de 2007, o ABN AMRO Holding N.V. foi adquirido através da RFS Holdings B.V. (“RFS Holdings”) por um consórcio composto pelo RBS, Fortis N.V., Fortis SA/NV (“Fortis”) e Banco Santander S.A. (“Santander”). Em 25 de Abril de 2008, o ABN AMRO saiu da bolsa Euronext Amesterdão e da Bolsa de Valores de Nova Iorque e em 22 de Setembro de 2008, foi concluído um procedimento de “aquisição potestativa” para comprar as acções de accionistas minoritários, após o que a RFS Holdings se tornou no accionista único do ABN AMRO. Em 3 de Outubro de 2008, o Estado da Holanda (“Estado holandês”) adquiriu todos os negócios do Fortis na Holanda, incluindo a participação da Fortis na RFS Holdings detido pelo Fortis Bank Nederland (Holding) N.V. no Grupo Fortis.

Em 24 de Dezembro de 2008, o Estado holandês comprou ao Fortis Bank Nederland os seus investimentos no RFS Holdings, para se tornar num accionista directo da RFS Holdings.

O ABN AMRO é separadamente governado pelo seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal e regulado pelo Banco Central Holandês.

Actualização da separação

A venda da Unidade de Negócios Gestão de Activos à Fortis foi concluída em 1 de Abril de 2008. A venda do Banco Real e outros negócios adquiridos pelo Santander foi concluída em Julho 2008. A transferência das actividades de negócios e clientes na Unidade de Negócio Ásia, Unidade de Negócios Europa e Unidade de Negócios América do Norte ao RBS começou no primeiro semestre de 2008 e está a progredir bem, tendo muitos negócios adoptado a designação RBS. As Funções de Grupo foram reduzidas, de acordo com as separações dos negócios.

Substancialmente, todos os activos e passivos com propriedade partilhada pelo Consórcio foram vendidos ou economicamente alocados a um Membro do Consórcio. Em especial, em Abril,2008, a maioria das carteiras da Gestão de Activos e Passivos do Grupo foram economicamente alocados a membros individuais do Consórcio. Os restantes activos partilhados foram incluídos nos Itens Centrais.

A maior alienação do negócio ABN AMRO fora do Consórcio foi a venda do Banca Antonveneta ao Banca Monte dei Paschi di Siena, que foi concluída em Maio 2008. Em Julho 2008, para cumprir as condições estabelecidas pela Comissão Europeia para a integração do Fortis e ABN AMRO na Holanda, o ABN AMRO concordou em vender algumas das suas actividades bancárias comerciais na Holanda ao Deutsche Bank, sujeito a um certo número de condições, incluindo a aprovação pelo Banco Central Holandês. No final do período estipulado para concluir esta venda, 31 de Outubro de 2008, estas condições não tinham sido cumpridas e a venda não se realizou. O ABN AMRO e o Estado Holandês continuam a analisar as opções para satisfazer as preocupações da Comissão Europeia.

Negócios adquiridos pelo RBS após a separação

A transferência dos negócios para o RBS, a fim de obter sinergias e combinar a gestão de risco, continuará em 2009. Este processo reduzirá o âmbito das operações conduzidas pelo ABN AMRO. As actividades nucleares que se esperam que se mantenham incluem os serviços de transacção globais e as funções de mercado local.

Actualização da aquisição da participação da Fortis pelo Estado Holandês

A venda pela Fortis dos negócios Fortis na Holanda, incluindo os seus interesses na RFS Holdings não afectou o capital, liquidez ou desempenho do ABN AMRO ou qualquer um dos seus negócios, incluindo os que eram para ser adquiridos pela Fortis. As consequências financeiras da venda ficam inteiramente com o Fortis.

Em Novembro, o Estado Holandês anunciou a sua estratégica para os negócios adquiridos da ABN AMRO e Fortis. Após a separação, a Unidade de Negócios Holanda, a Unidade de Negócios Clientes Privados e o International Diamond & Jewelry Group, e as relevantes funções centrais integrarão o Fortis Bank Nederland para constituíram um novo banco holandês. A separação suave destes negócios do ABN AMRO mantém-se assim uma prioridade para o Conselho de Administração e pretende-se que esteja concluída no final de 2009, de acordo com os nossos planos originais.

Resultados das operações em 2008

Em 2008, ABN AMRO registou um resultado após impostos de EUR 3,6 mil milhões, incluindo um prejuízo após impostos de EUR 12,9 mil milhões provenientes de operações continuadas, compensado por um lucro após impostos provenientes de alienações de operações descontinuadas de EUR 16,5 mil milhões. O resultado das operações continuadas foi materialmente afectado pelas difíceis condições de negociação e mercado. A maioria das perdas emergentes da turbulência dos mercados foi sofrida nos negócios de mercados globais adquiridos pelo RBS. Isto é predominantemente reflectido nos resultados da Unidade de Negócios Europa, que também foi afectada pela transferência do negócio para a RBS. A transferência de algumas actividades de negócios, juntamente com os seus activos e passivos relacionados, resultou em perdas substanciais de alienação para o ABN AMRO. Além disso, os novos negócios são crescentemente originados no RBS em vez dos negócios adquiridos pelo RBS ao ABN AMRO. Por estas razões, os negócios adquiridos RBS não podem ser totalmente avaliados numa base isolada.

Os negócios adquiridos pelo Estado Holandês derem lucro em todo o ano. No entanto, o nível de lucro foi afectado por um aumento nos encargos com as imparidades de créditos e a pressão sobre as margens de juro da Unidade de Negócios Holanda e menor proveitos de honorários na Unidade de Negócio Clientes Privados, de acordo com um declínio nos Activos sob Gestão.

Os Itens Centrais reportaram um prejuízo, devido principalmente às perdas de valorização na carteira de *private equity* e em outros investimentos de fundos próprios.

Fundos próprios, liquidez e financiamento

O ABN AMRO continues a estar bem capitalizado e financiado com um rácio de fundos próprios Tier 1 e total no final de 2008 era de 10,9% e 14,4%, respectivamente. Isto reflecte uma gestão próxima e cuidadosa dos nossos fundos próprios e balanço e excede os rácios mínimos de 9% e 12,5, respectivamente, que foram estabelecidos pelo Banco Central Holandês durante o período de separação.

A resposta atempada do ABN AMRO à perturbação dos mercados financeiros e aos eventos relacionados com o ABN AMRO, em combinação com uma gestão eficaz da liquidez e as acções do Estado Holandês, permitiram que o ABN AMRO continuasse a cumprir os requisitos legais de liquidez durante 2008.

Agradecemos à nossa administração e pessoal em todo o mundo pelo seu continuado foco profissional sobre o nosso negócios durante este período de transição e separação fértil em acontecimentos.

Gerrit Zalm
Presidente do Conselho de Administração do ABN AMRO

Amesterdão, 24 de Março de 2009

Análise operacional

Introdução	**5**
Algumas definições	5
Apresentação da informação	5
Declaração cautelar sobre declarações de intenção	5
Dados financeiros seleccionados	**7**
Estrutura organizacional do grupo	**10**
Análise operacional e financeira e perspectivas	**12**
Efeitos de consolidação dos investimentos de *private equity* controlados	12
Operações descontinuadas	12
Resultados do grupo	13
Análise dos movimentos do balanço	23
Fundos próprios do grupo	25
Ratings de crédito	26
Rácios de capitais	26
Liquidez e financiamento	27
Escritórios e agências	28
Resultados das operações por UN	**29**
Alterações à estrutura e apresentação da informação	29
Resultados da UN Europa	29
Resultados da UN Ásia	32
Resultados da UN Américas	34
Resultados da UN Holanda	36
Resultados da UN Clientes Privados	38
Itens Centrais	40
Mercado de crédito e exposições relacionadas	**44**

Análise operacional

Introdução

Declaração

Este documento contém o Relatório Anual 2008 do ABN AMRO e também será entregue como Relatório Anual 2007 do ABN AMRO no Form 20-F junto da Securities and Exchange Commission ("SEC") dos Estados Unidos.

Algumas definições

Em todo este documento, "Holding" significa a ABN AMRO Holding N.V. Os termos "ABN AMRO" e "o Grupo" referem-se à Holding e às suas subsidiárias consolidadas. "Banco" significa o ABN AMRO Bank N.V. e as suas subsidiárias consolidadas. O termo "UN" refere-se a Unidade de negócios. "EUR" refere-se a euros, enquanto "USD" refere-se a dólares norte-americanos.

Os termos "Consórcio" e "Membros do Consórcio" referem-se aos bancos The Royal Bank of Scotland Group plc ("RBS"), Fortis N.V., Fortis SA/NV ("Fortis") e Banco Santander S.A. ("Santander") que, em conjunto, adquiriram o ABN AMRO Holding N.V. em 17 de Outubro de 2007 através da RFS Holdings B.V. ("RFS Holdings"). Em 3 de Outubro de 2008, o Estado da Holanda ("Estado Holandês") adquiriu o Fortis Bank Nederland (Holding) N.V., incluindo a participação na RFS Holdings, que representa as actividades adquiridas ao ABN AMRO e que, de facto, se tornou o sucessor do Fortis no Acordo dos Accionistas do Consórcio.

Apresentação da informação

Excepto se indicado o contrário, a informação contida neste relatório anual foi elaborada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia e as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que variam em alguns aspectos significativos dos princípios contabilísticos geralmente aceites nos Estados Unidos, isto é, os 'US GAAP'.

Uma entidade de princípios contabilísticos geralmente aceites, como o IFRS, é comummente referido como "PCGA".

Uma "medida financeira não PCGA" é definida como uma que mede o desempenho financeiro, posição financeira ou fluxos de caixa históricos ou futuros, mas que exclui ou inclui valores que não estariam ajustados da mesma maneira na medida PCGA mais comparável. Este relatório apresenta algumas medidas financeiras não PCGA como resultado da exclusão dos efeitos de consolidação das holdings de *private equity* do ABN AMRO. De acordo com as regras e regulamentos aplicáveis, o ABN AMRO apresentou as definições e reconciliações das medidas financeiras não PCGA com as medidas PCGA mais comparáveis no parágrafo "Análise e perspectivas operacionais e financeiras" deste relatório. As medidas financeiras não PCGA descritas neste relatório não são um substituto das medidas PCGA, pelas quais a administração tem responsabilidade.

Todas as médias anuais neste relatório estão baseadas em números no final do mês. A administração não crê que estas médias de fim de mês apresentem tendências que sejam materialmente diferentes daquelas que seriam apresentadas por médias diárias.

Alguns dos números deste documento podem não dar somas exactas devido aos arredondamentos. Além disso, algumas percentagens deste documento foram calculadas usando números arredondados.

Declaração cautelar sobre as declarações prospectivas

Certas secções incluídas neste documento contêm "declarações prospectivas" de acordo com a definição do termo no Private Securities Litigation Reform Act de 1995 dos Estados Unidos, pois essas declarações incluem as palavras "esperar", "estimativa", "projecto", "antecipar", "dever", "pretender", "plano", "probabilidade", "risco", "Valor em Risco ("VaR")", "meta", "objectivo", "vontade", "esforçar-se", "previsão", "optimista", "perspectivas" e expressões similares ou variações destas expressões.

Em particular, este documento inclui declarações prospectivas relativas, mas não exclusivamente, às potenciais exposição do ABN AMRO a vários tipos de riscos de mercado, como risco de contraparte, risco de taxa de juro, risco cambial e risco de preços de matérias-primas e das acções. Estas declarações estão sujeitas a riscos e incertezas. Por exemplo, certas divulgações de risco de mercado estão dependente das escolhas das características do modelo e premissas principais e estão sujeitos a valias limitações. Pela sua natureza, algumas das divulgações de riscos de mercados são apenas estimativas e, por esse motivo, lucros ou prejuízos reais futuros podem diferir materialmente daqueles que foram estimados.

Outros factores, que podem originar que os resultados reais sejam materialmente diferentes dos estimados pelas declarações de intenção contidas neste documento, incluem, de um modo não exaustivo:

- extensão e natureza da crise financeira conforme ela se desenvolve na Europa, EUA e em outros mercados importantes onde o ABN AMRO opera, incluindo o efeito no capital do ABN AMRO das amortizações em relação às exposições ao mercado de crédito;
- riscos relacionados com o processo de transição e separação do ABN AMRO no seguimento da sua aquisição pelo Consórcio;
- condições económicas gerais na Holanda e em outros países em que o ABN AMRO tem actividades comerciais ou investimentos significativos, incluindo o Reino Unido e Estados Unidos, incluindo o impacto das condições económicas em recessão nos proveitos, liquidez e balanço da ABN AMRO;
- acções tomadas pelos governos e suas agências para apoiar bancos individuais e o sistema bancário;
- políticas monetárias e taxas de juros do Banco Central Europeu, Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal e outros bancos centrais do G-7;
- inflação ou deflação;
- turbulência não antecipada nas taxas de juro, taxas de câmbio, preços de matérias-primas e preços das acções;
- alterações nas leis, regulamentos e impostos holandeses e estrangeiros;
- alterações nos ambientes de concorrência e preço;
- desastres naturais ou outros;
- inabilidade em cobrir economicamente certos riscos;
- adequação das reservas para prejuízos;
- mudanças tecnológicas;
- alterações nas despesas dos consumidores e hábitos de poupança; e
- o sucesso da ABN AMRO na gestão dos riscos envolvidos no acima mencionado.

Os factores que também podem afectar adversamente os resultados do ABN AMRO ou a exactidão das declarações de intenção neste relatório, e os factores discutidos aqui ou no parágrafo “Factores de risco” não devem ser considerados como um conjunto exaustivo de todos os riscos e incertezas potenciais. O ABN AMRO tem especialistas económicos, do mercado financeiros, crédito, jurídicos e outros que monitorizam as condições económicas e de mercado e as políticas e acções do governo. No entanto, porque é difícil predizer com completa exactidão quaisquer alterações nas condições económicas ou de mercado ou nas políticas e acções governamentais, é difícil para o ABN AMRO antecipar os efeitos que essas alterações podem ter no desempenho financeiro e operações comerciais do ABN AMRO.

As declarações prospectivas feitas neste relatório apenas se referem à data de publicação deste relatório. O ABN AMRO não pretende actualizar ou rever publicamente estas declarações de intenção para reflectir eventos ou circunstâncias após a data deste relatório e o ABN AMRO não assume qualquer responsabilidade em o fazer. No entanto, o leitor deve ter em consideração quaisquer publicações posteriores com a natureza prospectiva do ABN AMRO feitas em relatórios intercalares do ABN AMRO.

Dados financeiros seleccionados

Os dados financeiros seleccionados abaixo expostos foram derivados das contas anuais consolidadas auditadas do ABN AMRO para os períodos indicados. As contas anuais consolidadas do ABN AMRO para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2008 foram auditados pela Deloitte Accountants B.V., as contas anuais consolidadas para cada um dos anos foram terminados em 2007, 2006, 2005 e 2004 foram auditadas pela Ernst & Young Accountants LLP, ambos auditores independentes. Os dados financeiros seleccionados são apenas um resumo e devem ser lidas em conjunto, e estão qualificadas em referência, com as contas anuais consolidadas e notas incluídas noutras partes deste relatório e a informação fornecida nesta secção.

Demonstração de resultados consolidada seleccionada

	Em 31 de Dezembro					
	2008 [1]	**2008**	2007	2006	2005 [2]	2004 [2]
	(em milhões de USD)	*(em milhões de euros)*				
Margem financeira	**8,516**	**5,783**	4,595	4,223	8,785	8,525
Resultados de serviços e comissões	**3,871**	**2,629**	3,852	3,641	4,691	4,485
Resultados em operações financeiras	**(13,730)**	**(9,324)**	1,119	2,627	2,621	1,309
Resultados de transacções financeiras	**(2,480)**	**(1,684)**	1,134	767	1,281	905
Resultados por equivalência patrimonial	**156**	**106**	223	186	263	206
Outros proveitos de exploração	**451**	**306**	1,239	873	1,056	745
Proveitos de participações de *private equity* consolidadas	**2,542**	**1,726**	3,836	5,313	3,637	2,616
Proveitos de exploração	**(674)**	**(458)**	15,998	17,630	22,334	18,791
Despesas de exploração	**17,124**	**11,629**	14,785	14,702	16,301	15,180
Provisões por imparidade de crédito e outros riscos de créditos	**4,989**	**3,387**	717	668	635	607
Total custos	**22,113**	**15,016**	15,502	15,370	16,936	15,787
Lucro líquido antes de impostos	**(22,787)**	**(15,474)**	496	2,260	5,398	3,004
Impostos	**(3,800)**	**(2,580)**	(458)	213	1,142	715
Resultado das operações continuadas	**(18,987)**	**(12,894)**	954	2,047	4,256	2,289
Resultado de operações descontinuadas líquidas de imposto	**24,281**	**16,489**	9,021	2,733	187	1,651
Resultado do exercício	**5,294**	**3,595**	9,975	4,780	4,443	3,940
Atribuível aos accionistas da empresa-mãe	**5,272**	**3,580**	9,848	4,715	4,382	3,865
Dividendos em acções ordinárias	**28,292**	**19,213**	1,071	2,153	2,050	1,665

1 Apenas para comodidade do leitor, os valores em euros foram convertidos em dólares americanos a uma taxa de câmbio de 1 USD = EUR 0.6791, que é o câmbio igual à média das taxas de fim de mês de 2008.

2 Os dados financeiros seleccionados para 2005 e 2004 não foram reformulados para as operações descontinuadas ocorridas em 2008 e 2007. Os números dos proveitos de 2007 e 2006 foram reformulados para as operações descontinuadas de acordo com as Normas internacionais de relato financeiro ("IFRS").

Balanço consolidado seleccionado

	Em 31 de Dezembro					
	2008 [1]	**2008**	2007	2006	2005	2004
	(em milhões de USD)	*(em milhões de euros)*				
Activos						
Activos financeiros detidos para negociação	**296,810**	**212,653**	242,277	205,736	202,055	167,035
Investimentos financeiros	**93,600**	**67,061**	96,435	125,381	123,774	102,948
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**105,471**	**75,566**	175,696	134,819	108,635	83,858
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	**377,560**	**270,507**	398,331	443,255	380,248	320,022
Total activos	**930,709**	**666,817**	1,025,213	987,064	880,804	727,454
Activos financeiros detidos para negociação	**296,810**	**212,653**	242,277	205,736	202,055	167,035
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	**268,105**	**192,087**	155,476	145,364	148,588	129,506
Dívidas a instituições de crédito	**132,066**	**94,620**	239,334	187,989	167,821	133,529
Dívidas a clientes	**291,717**	**209,004**	330,352	362,383	317,083	281,379
Títulos de dívida emitidos	**155,341**	**111,296**	174,995	202,046	170,619	121,232
Capitalização						
Capital próprio atribuível aos accionistas da empresa-mãe	**23,835**	**17,077**	29,575	23,597	22,221	14,815
Capital próprio atribuível a interesses minoritários	**64**	**46**	1,134	2,298	1,931	1,737
Passivos subordinados	**18,911**	**13,549**	15,616	19,213	19,072	16,687
Capital próprio do Grupo	**42,810**	**30,672**	46,325	45,108	43,224	33,239

1 Apenas para comodidade do leitor, os valores em euros foram convertidos em dólares americanos a uma taxa de câmbio de 1 USD = EUR 0.6791, que é o câmbio igual à média das taxas de fim de mês de 2008

Rácios seleccionados [1]

	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
	(em percentagens)				
Rácios de rentabilidade					
Margem financeira [2]	**0.7**	0.5	0.5	1.1	1.2
Proveitos não financeiros em relação aos resultados operacionais totais	**–**	71.3	76.0	60.7	54.6
Rácio de eficiência [3]	**–**	92.4	83.4	73.0	80.8
Rácios de capitais					
Fundos próprios médios sobre o activo médio	**3.83**	2.82	2.87	2.24	1.84
Rácio de capital Tier 1 [4]	**10.88**	12.42	8.45	10.62	8.46
Rácio de capital total [4]	**14.43**	14.61	11.14	13.14	11.06
Rácios de qualidade crédito					
Provisão para perdas com créditos em empréstimos ao sector privado [5]	**1.35**	0.64	0.45	0.23	0.26
Provisão para perdas com créditos em empréstimos aos sectores público e privado [5]	**1.30**	0.62	0.43	0.22	0.25
Empréstimos não produtivos em empréstimos ao sector privado (bruto) [5, 6]	**2.37**	1.43	2.31	1.72	2.28
Empréstimos não produtivos em empréstimos aos sectores público e privado (bruto) [5, 6]	**2.29**	1.40	2.23	1.68	2.22
Provisão por devedores duvidosos em empréstimos ao sector privado [5]	**1.82**	1.12	1.15	1.09	1.36
Provisão por devedores duvidosos em empréstimos aos sectores público e privado [6]	**1.76**	1.10	1.11	1.06	1.32
Provisão por devedores duvidosos em empréstimos não produtivos (bruto) [6]	**77.04**	78.16	50.03	63.07	59.47
Write-offs de empréstimos ao sector privado (bruto) [5]	**0.35**	0.52	0.36	0.39	0.53
Write-offs de empréstimos aos sectores público e privado (bruto) [5]	**0.33**	0.51	0.35	0.38	0.51
Rácio consolidado de lucros em relação aos encargos fixos					
Excluindo juros em depósitos [7]	**-**	1.05	1.27	1.78	1.76
Incluindo juros em depósitos [7]	**0.05**	1.03	1.15	1.25	1.22

1 De acordo com as IFRS, os números das demonstrações de resultados de 2007 e 2006 foram reformulados para as operações descontinuadas relevantes ocorridas em 2008. De acordo com as IFRS, os números do balanço de 2007 e 2006 não foram reformulados para o efeito das operações descontinuadas em 2008. Os números de 2005 e 2004 não foram reformulados para as operações descontinuadas ocorridas em 2008 e 2007. Por isso os rácios aplicáveis através dos anos não são comparáveis.

2 Margem financeira como percentagem do activo médio.

3 Custos operacionais como percentagem de margem financeira e proveitos não financeiros totais. Rácios de eficiência negativos foram excluídos.

4 Capital Tier 1 e capital total como uma percentagem dos activos ponderados. Para mais informações sobre os rácios de capital do ABN AMRO, ver a nossa discussão de rácios de Capitais mais adiante nesta secção

5 Exclui transacções profissionais (2008: EUR 13 mil milhões; 2007: EUR 98 mil milhões; 2006: EUR 94 mil milhões; 2005: EUR 75 mil milhões; 2004: EUR 59 mil milhões) pois estas consistem principalmente em operações de reporte com risco de crédito limitado e saldos detidos por multi seller conduits (2008: EUR 5 mil milhões; 2007: EUR 29 mil milhões; 2006: EUR 26 mil milhões; 2005: 26 mil milhões; 2004: 24 mil milhões).

6 Empréstimos não produtivos são empréstimos duvidosos para os quais há indícios objectivos que nem todos os montantes contratualmente acordados serão recebidos e para os quais foi estabelecido uma provisão por perdas de empréstimos. Para mais informações em empréstimos não produtivos, ver a Secção 7: "Informações adicionais".

7 Depósitos incluem as contas de bancos e clientes totais. Os rácios negativos foram excluídos.

Estrutura organizacional do grupo

Estrutura organizacional

Desde 1 de Janeiro de 2008 que a estrutura de gestão e controlo do ABN AMRO foi alinhada com a propriedade do Grupo por parte do consórcio. Os negócios adquiridos RBS consistem nas unidades de negócio Europa (que inclui os negócios adquiridos RBS na Holanda) e as unidades de negócio Américas e Ásia. Os negócios adquiridos pelo Estado Holandês incluem a da Holanda (excluindo os negócios adquiridos RBS) e Clientes Privados. Os Itens Centrais incluem as funções de sede e outros itens geridos centralmente. Todos os negócios adquiridos pelo Santander e a antiga unidade de negócios Gestão de Activos estão classificados como descontinuados.

Em Abril 2008, a maioria das carteiras da Gestão de Activos e Passivos do Grupo foram economicamente alocadas a Membros individuais do Consórcio. Desde essa data os activos e passivos e resultados relacionados são reflectidos na unidade de negócios Europa para as carteiras alocadas ao RBS e unidade de negócios Holanda para as carteiras alocados ao Estado Holandês. Visto que a alocação foi efectuada com base em acordos prospectivos entre os Membros do Consórcio, os resultados da Gestão de Activos e Passivos do Grupo antes dessa data são relatados em Itens Centrais.

A anterior unidade de negócios regional de clientes Holanda já não é gerida como um componente individual. Para reflectir a propriedade do consórcio, a unidade operacional Holanda dentro dos negócios adquiridos pelo Estado Holandês exclui, agora, o negócio dos clientes grossistas holandeses. Ele foi adicionado à unidade de negócios Europa.

O redireccionamento da actividade de clientes para o RBS, juntamente com a transferência das posições de risco e inventário do ABN AMRO para o RBS, reduz significativamente os negócios continuados e as exposições do ABN AMRO. Este redireccionamento é facilitado através de um acordo de agência entre o RBS e o ABN AMRO de modo que as novas transacções são crescentemente celebradas pelo RBS. Em resultado disso, o desempenho financeiro é cada vez mais pouco representativo do desempenho do negócio dos negócios originalmente adquiridos.

Os números comparativos de 2007 e 2006 foram reformulados para reflectir a actual estrutura organizativa, salvo para a alocação da carteira de Gestão de Activos e Passivos do Grupo, como acima explicado..

As unidades de negócio da organização do ABN AMRO são descritas como se segue:

Europa

Esta unidade de negócio fornece uma gama de produtos financeiros grossistas e serviços e serviços de operações bancárias para clientes comerciais e globais. Combina as actividades em 28 países: 23 países na Europa juntamente com Cazaquistão, Uzbequistão, Egipto, Emirados Árabes Unidos e África do Sul. Os clientes grossistas holandeses estão incluídos nesta unidade operacional, bem como as carteiras da Gestão de Activos e Passivos do Grupo alocados aos negócios adquiridos RBS.

Ásia

Esta unidade de negócio opera em 16 países e territórios através de agências e escritórios. A base de clientes inclui quer clientes comerciais como particulares.

Américas

Esta unidade de negócio inclui as actividades das operações América do Norte e as operações da América Latina adquiridas pelo RBS. As actividades da América do Norte cobrem uma larga gama de serviços que suporta uma base de clientes multinacional e um número limitado de serviços bancários especializados. O núcleo na América do Norte era o LaSalle Bank, que foi vendido ao Bank of America Corporation em 2007 e, por conseguinte, é apresentado nas operações descontinuadas.

Holanda

Esta unidade de negócio serve uma base de cliente diversa composta por clientes particulares e comerciais. Oferece uma larga gama de produtos e serviços bancários comerciais e de retalho, através do seu modelo de serviços multicanal que consiste numa rede de agências, capacidades de banca de Internet, centros de contacto de clientes e ATM através de toda a Holanda e concentra-se crescentemente em clientes abastados e clientes comerciais *mid-market*. Também inclui as carteiras do ABN AMRO Hypotheken ('Mortgage') Groep, a International Diamond & Jewelry Group e a Gestão de Activos e Passivos do Grupo alocadas aos negócios adquiridos pelo Estado Holandês.

Clientes Privados

Esta unidade de negócios oferece serviços de banca privada a pessoas e instituições ricas com activos líquidos passíveis de investimento igual ou superior a EUR 1 milhão. Em recentes anos, a Unidade de Negócios Clientes Privados construiu uma rede de banca privada *onshore*, principalmente na Europa Continental através de um crescimento orgânico na Holanda e França e através da aquisição do Delbrück Bethmann Maffei na Alemanha e do Bank Corluy na Bélgica. Também inclui a *joint venture* de seguros Neuflize Vie.

Itens Centrais

Os Itens Centrais incluem actividades que não se qualificam como uma actividade de negócio, incluindo as funções de sede e itens que não estão alocados a Membros individuais do Consórcio, tal como a carteira de *private equity* e o investimento no Saudi Hollandi Bank. Os juros no montante de compensação ao Santander também estão incluídos.

Análise operacional e financeira e perspectivas

Para políticas contabilísticas críticas e alterações nas regras contabilísticas, ver a secção sobre as políticas contabilísticas na secção 5: Demonstrações financeiras.

A seguinte discussão sobre os resultados operacionais baseia-se e deve ser lido em conjunto com as contas anuais consolidadas do ABN AMRO. A informação financeira incluída nesta análise foi preparada de acordo com as IFRS publicadas pelo IASB e adoptados pela UE.

A análise e perspectivas operacionais e financeiras examinam os resultados do Grupo segundo as IFRS, ao comparar os resultados das operações entre os anos 2008 e 2007 e entre 2007 e 2006, sublinhando as notas principais por Unidade de negócios (UN) por cada conta. Isto é seguido por uma análise mais detalhada dos resultados das operações por cada UN, o que explica as variações significativas em ganhos ou perdas para o ano em referência aos itens das linhas relevantes.

Efeitos de consolidação dos investimentos *private equity* controlados

As IFRS exigem a consolidação dos investimentos de *private equity* controlados pela ABN AMRO, incluindo investimentos financeiros geridos como investimento de *private equity*. No entanto, na prática, os negócios de *private equity* do ABN AMRO são geridos em separado dos restantes negócios bancários e a gestão não mede o desempenho do negócio bancário baseado nos resultados consolidados das operações. O negócio de *private equity* envolve a compra de participação de capital em empresas não cotadas nas quais o ABN AMRO pode estabelecer uma influência ou controlo e gerir estas participações sociais como um investidor durante um certo número de anos com vista a vendê-las com lucro.

As empresas onde o ABN AMRO tem estas participações temporárias estão activas em sectores de negócio externos à indústria financeira. O ABN AMRO acredita que a combinação destas participações temporárias com a actividade bancária de base não proporciona uma base significativa para a explicação da condição e resultados financeiros das operações. Por isso, na apresentação dos "resultados do grupo" do ABN AMRO, foram removidos os efeitos de uma consolidação rubrica a rubrica na demonstração de resultados das detenções de participações sociais da Private Equity e UN Europa. Os resultados excluindo o efeito de consolidação, incluem as participações "não consolidadas" com base no método de equivalência patrimonial. A mensuração que exclui os efeitos de consolidação das participações sociais detidas pela ABN AMRO é uma mensuração financeira não PCGA. A administração consulta esta mensuração financeira não PCGA quando toma decisões, pois ela presta informação suplementar significativa sobre o desempenho operacional do ABN AMRO.

De acordo com os regulamentos e regras aplicáveis, o ABN AMRO apresentou, e os investidores são encorajados a analisar, reconciliações de medições financeiras não PCGA com as medições IFRS mais comparáveis, i.e., reconciliações de resultados excluindo os efeitos de consolidação das detenções de participações sociais com resultados que os incluem.

Operações descontinuadas

Para 2008, o Banca Antonveneta, UN Gestão de Activos, ABN AMRO North America Holdings ('LaSalle Bank'), ABN AMRO Mortgage Group, Inc. e Bouwfonds são relatados como operações descontinuadas. A UN Gestão de Activos é relatada como operação descontinuada em Dezembro 2007, devido à venda das actividades de Gestão de Activos do ABN AMRO à Fortis, que foi concluída em Abril 2008. O Banca Antonveneta é relatado em operações descontinuadas em Dezembro 2007, devido à venda do Banca Antonveneta que foi concluída em Maio 2008. Em 1 de Janeiro de 2008, todos os restantes negócios adquiridos pelo Santander, incluindo o Banco Real, foram relatados como operações descontinuadas devido à venda destes negócios durante 2008. Os lucros das operações descontinuadas

incluem os resultados operacionais relatados e, se aplicável, o ganho da venda (ver nota 45 na Secção 5: Demonstrações financeiras). Os números comparativos da demonstração de resultados para os anos 2007 e 2006 foram reformulados de acordo com as IFRS. Os activos e passivos relacionados com as operações descontinuadas são apresentados como activos/passivos dos negócios detidos para venda em 31 de Dezembro de 2008. De acordo com as IFRS, os números do balanço comparativo não foram reformulados.

Resultados do grupo

O seguinte quadro apresenta a informação seleccionada relativa ao Grupo para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006, ilustrando os resultados quer segundo as IFRS, quer excluindo o efeito de consolidação dos investimentos de *private equity* do ABN AMRO.

(em milhões de euros)	IFRS			Efeito de consolidação 1			Excluindo efeito consolidação *(medida não PCGA)*		
	2008	2007	2006	**2008**	2007	2006	**2008**	2007	2006
Margem financeira	**5,783**	4,595	4,223	**(45)**	(220)	(342)	**5,828**	4,815	4,565
Resultados de serviços e comissões	**2,629**	3,852	3,641	**–**	–	–	**2,629**	3,852	3,641
Resultados em operações financeiras	**(9,324)**	1,119	2,627	**–**	3	(3)	**(9,324)**	1,116	2,630
Resultados de transacções financeiras	**(1,684)**	1,134	767	**(36)**	46	15	**(1,648)**	1,088	752
Resultados por equivalência patrimonial	**106**	223	186	**–**	1	–	**106**	222	186
Outros proveitos de exploração	**306**	1,239	873	**–**	–	–	**306**	1,239	873
Proveitos de participações de *private equity* consolidadas	**1,726**	3,836	5,313	**1,726**	3,836	5,313	**–**	–	–
Proveitos de exploração	**(458)**	15,998	17,630	**1,645**	3,666	4,983	**(2,103)**	12,332	12,647
Despesas de exploração	**11,629**	14,785	14,702	**1,635**	3,634	4,939	**9,994**	11,151	9,763
Resultado corrente	**(12,087)**	1,213	2,928	**10**	32	44	**(12,097)**	1,181	2,884
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	**3,387**	717	668	**–**	–	–	**3,387**	717	668
Lucro líquido antes de impostos	**(15,474)**	496	2,260	**10**	32	44	**(15,484)**	464	2,216
Impostos	**(2,580)**	(458)	213	**10**	32	44	**(2,590)**	(490)	169
Resultados líquidos	**(12,894)**	954	2,047	**–**	–	–	**(12,894)**	954	2,047
Resultado das operações descontinuadas líquido de imposto	**16,489**	9,021	2,733	**–**	–	–	**16,489**	9,021	2,733
Resultado do exercício	**3,595**	9,975	4,780	**–**	–	–	**3,595**	9,975	4,780
Activo total	**666,817**	1,025,213	987,064	**435**	1,698	4,537	**666,382**	1,023,515	982,527
Activos ponderados em função dos riscos	**176,028**	232,312	280,704	**–**	–	–	**176,028**	232,312	280,704
Pessoal equivalente a tempo integral	**59,558**	72,890	85,556	**2,594**	13,168	30,881	**56,964**	59,722	54,675
Número de balcões e sucursais **2 3**	**1,020**	4,296	4,634	**–**	–	–	**1,020**	4,296	4,634

1 É o impacto por rubrica dos investimentos de private equity que têm quer ser consolidados segundo as IFRS. Ver "Secção 5: Demonstrações financeiras 2008, Políticas contabilísticas".

2 Este número contém a contagem a dobrar de balcões e sucursais que servem mais do que uma UN. Ajustado para esta contagem a dobrar, o número real de balcões e sucursais é de 4254 (2006: 4532; 2005: 3557).

3 Incluindo os números de operações apresentadas como descontinuadas até serem realmente vendidas.

Resultados das operações dos anos findos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O resultado do exercício de 2008 diminuiu em EUR 6.380 milhões, para EUR 3.595 milhões. O lucro das operações continuadas diminuiu em EUR 13.848 milhões, para um prejuízo de EUR 12.894 milhões. As maiores variações anuais são: UN Europa (diminuição de EUR 10.848 milhões), Itens Centrais (diminuição de EUR 1.021 milhões), UN Ásia (diminuição de EUR 977 milhões), UNI Holanda (diminuição EUR 576 milhões) e UN Américas (diminuição EUR 293 milhões). O lucro de operações descontinuadas sem impostos foi de EUR 16.489 milhões, reflectindo os proveitos na venda do Banco Real ao Santander, Gestão de Activos ao Fortis e Banca Antoveneta ao Banca Monte dei Paschi di Siena.

Proveitos operacionais

Os proveitos operacionais diminuíram em EUR 16.456 milhões para um proveito operacional negativo de EUR 458 milhões (não PGCA: os proveitos operacionais diminuíram em EUR 14,435 milhões para um proveito operacional negativo de EUR 2.103 milhões). Isto relaciona-se com a diminuição nos proveitos operacionais na UN Europa (EUR 11.443 milhões), Itens Centrais (EUR 3.680 milhões; não PGCA: EUR 1.659 milhões), UN Ásia (EUR 712 milhões), UN Clientes Privados (EUR 279 milhões), UN Américas (EUR 248 milhões) e UN Holanda (EUR 94 milhões).

Os proveitos operacionais negativos nos negócios de mercado global, predominantemente atribuível à UN Europa, incluem write-downs do mercado de crédito contra valores mobiliários garantidos por activos (aproximadamente EUR 1.600 milhões) e ajuste de valorização de créditos contra exposição a contrapartes de seguros de crédito (aproximadamente EUR 4.800 milhões), perdas emergentes nas falhas na carteira de negociação de contraparte (aproximadamente EUR 1.000 milhões, incluindo perdas associadas com a falência do Lehman Brothers e a fraude de Bernard L. Madoff), perdas devido a uma alteração na metodologia de valorização para produtos de trading complexos (aproximadamente EUR 500 milhões) e aproximadamente EUR 2400 milhões de perdas na transferência de algumas carteiras para a RBS. Estas transferências são ao justo valor para o RBS. No entanto, de uma perspectiva do RBS Group, os resultados destas transferências são eliminados pois o RBS Group é ao mesmo tempo vendedor e comprador.

Nos Itens Centrais, os resultados da carteira de Private Equity e a nossa participação no Unicredit foram ambos negativos em 2008.

Comentários adicionais encontram-se na discussão das rubricas individuais que constituem o s proveitos de exploração e nos comentários das Unidades de Negócio.

Margem financeira

A margem financeira aumentou EUR 1.188 milhões, ou 25,9%, para EUR 5.783 milhões (não PCGA; margem líquida aumentou EUR 1.013 milhões ou 21,0%). Isto foi predominantemente devido ao aumento nos Itens Centrais (EUR 1.022 milhões; não PCGA: EUR 847 milhões), UN Europa (EUR 241 milhões) e UN Américas (EUR 126 milhões), parcialmente compensados por uma descida na UN Holanda (EUR 159 milhões).

Observações principais:

- A margem financeira nos Itens Centrais aumentou, principalmente, devido ao juro sobre os proveitos da venda do Banca Antonveneta e da venda do Banco Real e devido à transferência das carteiras de Activos e Passivo do Grupo para a UN Europa e UN Holanda a partir de Abril 2008
- O aumento na UN Europa é principalmente devido aos juros sobre os proveitos da venda do LaSalle, maiores proveitos da banca comercial e juros superiores nos saldos de caixa na tesouraria.
- A margem financeira na UN Américas aumentou, principalmente, como resultado de rendimentos superiores no mercado global, mercado de crédito e negociação de valores mobiliários.

- A descida na UN Holanda resultou da inclusão de uma margem de juros negativa das carteiras da Gestão de Activos e Passivos do Grupo alocados ao Estado Holandês. Este foi parcialmente compensado pelos rendimentos de juros sobre os proveitos da venda da Gestão de Activos. Um aumento no juro bruto, resultante de maiores volumes de crédito à habitação e créditos comerciais, não compensaram as margens inferiores. As margens nos depósitos e poupanças também caíram devido à migração para produtos e depósitos de poupança com maior rendimento.

Resultados de serviços e comissões

O seguinte quadro mostra os resultados de serviços e comissões do Grupo, para os exercícios terminados em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Proveitos de serviços e comissões			
Taxa de corretagem de títulos	**876**	1,399	1,671
Taxas de serviços de pagamentos e transacções	**836**	764	689
Taxas de gestão de activos e depósito	**359**	495	426
Taxas geradas sobre contratos de financiamento	**130**	278	163
Taxas de consultoria	**321**	578	464
Outros serviços e comissões	**546**	667	634
Subtotal	**3,068**	4,181	4,047
Encargos com serviços e comissões			
Encargos de corretagem de títulos	**103**	83	321
Outros encargos com serviços e comissões	**336**	246	85
Subtotal	**439**	329	406
Total	**2,629**	3,852	3,641

Os resultados de serviços e comissões diminuíram em EUR 1.223 milhões, ou 31,7%, para EUR 2.629 milhões. Isto foi principalmente devido a uma descida na UN Ásia (EUR 616 milhões), Itens Centrais (EUR 255 milhões) e UN Clientes Privados (EUR 188 milhões).

Observações principais:

- A descida da UN Ásia foi devida aos resultados mais baixos dos negócios de fusões e aquisições e devido aos proveitos inferiores dos negócios de instrumentos derivados sobre títulos de capital e de estratégia.
- Os resultados de serviços e comissões em Itens Centrais desceram, devido principalmente devido à transferência das carteiras da Gestão de Activos e Passivos do Grupo.
- Os resultados de serviços e comissões diminuíram na UN Clientes Privados resultante de menos Activos sob Gestão, que diminuíram em EUR 38 mil milhões para EUR 102 mil milhões. Este declínio reflecte uma redução de activos novos líquidos devido à migração para produtos de poupança e valores de activos menores devido à deterioração dos mercados financeiros.

Resultados em operações financeiras

A seguinte tabela mostra os resultados em operações financeiras do Grupo para os exercícios terminados em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Negociação de instrumentos de juros	**(9,276)**	(1,531)	740
Transacções em divisas	**915**	1,152	859
Negociação de valores mobiliários e matérias-primas	**(1,017)**	1,438	1,042
Outros	**54**	60	(14)
Total	**(9,324)**	1,119	2,627

Os resultados em operações financeiras diminuíram em EUR 10.443 milhões para um prejuízo de EUR 9.324 milhões (não PCGA: resultados em operações financeiras por EUR 10.440 milhões para um prejuízo de EUR 9.324 milhões). A maioria da descida é atribuível à UN Europa (EUR 10.344 milhões).

Observações principais:

- A diminuição nos resultados em operações financeira na UN Europa inclui os *write-downs* do mercado contra valores mobiliários garantidos por activos e ajustes na valorização dos créditos contra exposições às contrapartes de seguro de crédito. Para mais informações, consultar a nossa discussão em "Mercado de crédito e exposições relacionadas" nesta secção. Os proveitos negativos também incluem prejuízos emergentes nas falhas de contraparte da carteira de negociação (aproximadamente EUR 1.000 milhões, incluindo perdas associadas com a falência do Lehman Brothers e da fraude de Bernard L. Madoff).
  Além disso, os resultados em operações financeiras foram afectadas por aproximadamente EUR 500 milhões de perdas devido a uma alteração na metodologia de valorização de produtos de negociação complexos que envolve dados múltiplos não observáveis, tal como correlação e interpolação, que tinham sido ajustados para usar as mesmas técnicas estimativas do que a derradeira empresa-mãe, RBS.

Resultados de transacções financeiras

A seguinte tabela mostra os resultados de transacções financeiras do Grupo para os exercícios terminados em 31 de Dezembro de 2008,2007 e 2006.

(in millions of euros)	**2008**	2007	2006
Mais-valias líquidas da alienação de títulos de dívida disponíveis p/ venda			
Imparidade de títulos de dívida disponíveis para venda	**(1,881)**	134	437
Resultado líquido de investimentos de capitais disponíveis para venda	**(333)**	–	–
Alterações de justo valor no risco do crédito próprio	**(67)**	35	69
Dividendos em investimentos de capital disponíveis para venda	**490**	168	–
Resultados líquidos em outros investimentos de capital	**54**	9	26
Alteração de justo valor em credit default swaps	**(1,185)**	669	435
Outros	**1,330**	116	(280)
Total	**(92)**	3	80
Mais-valias líquidas da alienação de títulos de dívida disponíveis p/ venda	**(1,684)**	1,134	767

Os resultados de transacções financeiras desceram em EUR 2.818 milhões para uma perda de EUR 1.684 milhões (não PCGA:

Resultados de transacções financeiras desceram em EUR 2.736 milhões para uma perda de EUR 1.648 milhões). A diminuição foi devida a UN Europa (EUR 1.198 milhões) e Itens Centrais (EUR 1.253 milhões; não PCGA: EUR 1.171 milhões).

Observações principais:

- A diminuição na UN Europa é o resultado das perdas (EUR 2,4 mil milhões de proveitos de exploração para o Grupo, dos quais EUR 2,3 mil milhões são na UN Europa e EUR 100 milhões é na UN Américas) nas transferências de algumas carteiras de crédito para a RBS. A UN Europa também afectada pelas perdas em investimentos de capital por conta própria de aproximadamente EUR 300 milhões. Estes resultados negativos são parcialmente compensados pelos ganhos registados na dívida própria detida ao justo valor de aproximadamente EUR 600 milhões.
- Os resultados das transacções financeiras nos Itens Centrais diminuíra, devido principalmente aos resultados mais baixos da carteira de Private Equity (aproximadamente EUR 800 milhões) e as perdas da nossa participação social no Unicredit (aproximadamente EUR 800 milhões) que foram originadas pelos desenvolvimentos do preço das acções antes da alienação em 2008.

Resultados por equivalência patrimonial

Os resultados por equivalência patrimonial diminuíram em EUR 117 milhões para EUR 106 milhões (não PCGA: resultados por equivalência patrimonial diminuíram EUR 116 milhões para EUR 106 milhões). Isto deveu-se a uma diminuição nos lucros gerados pelos investimentos detidos em Itens Centrais (EUR 55 milhões; não PCGA: EUR 54 milhões) e UN Ásia (EUR 43 milhões).

Outros proveitos de exploração

A seguinte tabela mostra os resultados dos outros proveitos de exploração do Grupo para os exercícios terminados em 31 de Dezembro de 2008,2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Actividades de seguros	**45**	36	45
Actividades de leasing	**78**	82	61
Alienação de actividades operacionais e investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	**(6)**	894	453
Outros	**189**	227	314
Total	**306**	1,239	873

Os outros proveitos de exploração diminuíram em EUR 933 milhões para EUR 306 milhões, principalmente devido a uma diminuição nos Itens Centrais (EUR 755 milhões).

Observações principais:

- Itens Centrais em 2007 incluíam o ganho com a venda da participação do ABN AMRO na Capitalia, que foi paga por troca com acções do Unicredit (EUR 624 milhões) e o ganho na venda das operações de Banca Privada na América Latina (EUR 77 milhões).

Proveitos de participações de *private equity* consolidadas

Os proveitos de participações de *private equity* consolidadas diminuíram em EUR 2.110 milhões para EUR 1.726 milhões, devido à transferência de actividades de gestão de negócios dentro da Private Equity para uma sociedade de gestão independente. Em resultado da alteração estrutural no controlo, os resultados da carteira de investimentos gerida pela sociedade de gestão independente deixaram de ser consolidados desde 1 de Julho de 2007, mas as alterações no justo valor foram mostradas, assim, na rubrica dos resultados de transacções financeiras como um resultado líquido em outros investimentos de capital.

Despesas de exploração

As despesas de exploração diminuídas em EUR 3.156 milhões, ou 21,3%, para EUR 11.629 milhões (não PCGA: despesas de exploração diminuídas em EUR 1.157 milhões, ou 10,4%, para EUR 9.994 milhões), devido à diminuição em Itens Centrais (EUR 2.928 milhões; não PCGA: EUR 929 milhões), UN Américas (EUR 210 milhões), UN Europa (EUR 194 milhões), UN Clientes Privados (EUR 106 milhões). Isto foi parcialmente compensado por um aumento na UN Holanda (EUR 282 milhões).

Em 2008, foram incluídas EUR 1,036 milhões de encargos de reestruturação, em comparação com uma liberação líquida de EUR 101 milhões em 2007.

Observações principais:

- As despesas de exploração em Itens Centrais em 2008 incluem um encargo de reestruturação de EUR 167 milhões, enquanto 2007 inclui uma liberação de reestruturação de EUR 14 milhões. As despesas operacionais em 2007 incluíram uma provisão para a investigação do Departamento de Justiça dos EUA (EUR 365 milhões), taxas de consultoria relacionadas com transacções (EUR 211 milhões), a cláusula de indemnização paga ao Barclays (EUR 200 milhões), custos de aquisição acelerada de planos de pagamento com base em acções (EUR 117 milhões) e custos de transição e integração (EUR 95 milhões).
- As despesas de exploração na UN Américas diminuíram devido ao esforço contínuo para um gestão de custos melhorada e menos bónus relacionados com o desempenho. Em 2008, as despesas de exploração incluíram um encargo de reestruturação de EUR 102 milhões, comparado com o encargo de reestruturação de EUR 9 milhões contabilizado em 2007.
- As despesas de exploração em UN Europa diminuíram em resultado de menos bónus relacionados com o desempenho. As despesas de exploração de 2008 incluíram um encargo de reestruturação de EUR 483 milhões, comparado com uma liberação de reestruturação de EUR 46 milhões em 2007.
  As despesas de exploração da UN Holanda em 2008 incluíram um encargo de reestruturação de EUR 175 milhões, ao passo que em 2007, foi liberada uma provisão de reestruturação de EUR 46 milhões. Este encargo de reestruturação refere-se aos custos de integração e reestruturação, bem como aos custos relacionados com a preparação para a possível venda resultante do Remédio CE. Ajustadas para o encargo de reestruturação de EUR 175 milhões, as despesas de exploração aumentam em EUR 107 milhões devido a um aumento em custos com pessoal emergentes de uma análise pormenorizada do pessoal relacionado cm as provisões e uma provisão para os custos estimados para o Grupo em relação com o esquema de garantia de depósitos na Holanda.

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito

As provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito aumentaram em EUR 2.670 milhões para EUR 3.387 milhões. Os principais aumentos foram na UN Europa (EUR 1,924 milhões) e UN Holanda (EUR 383 milhões).

Key notes:

- As provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito aumentaram na UN Europa, devido principalmente a uma provisão relacionada especificamente com a LyondellBasell Industries (aproximadamente EUR 1.100 milhões) e outras provisões no negócio dos mercados globais.
- O aumento na UN Holanda está relacionado, principalmente, com a carteira das pequenas e médias empresas.

Impostos

Os encargos com impostos diminuíram em EUR 2.122 milhões para um benefício fiscal líquido de EUR 2.580 milhões (não PCGA: os encargos com impostos diminuíram EUR 2.100 milhões para um benefício fiscal de EUR 2.590 milhões). Em 2008, os activos por impostos deferidos relativos a perdas não foram reconhecidos devido a uma incerteza sobre a capacidade de recuperação na UN Europa (EUR 1000 milhões) e UN América (EUR 400 milhões).

Incluídos em 2007 estavam significativos proveitos isentos de impostos de alienações, incluindo um ganho ma venda da Capitalia (EUR 624 milhões, líquido EUR 617 milhões), créditos de imposto em alguns países, bem como substanciais liberações de sujeições a imposto resultante da finalização das declarações de impostos do ano anterior e conclusões de um certo número de itens adicionais.

Resultado das operações descontinuadas líquido de imposto

O resultado das operações descontinuadas líquidas de imposto de EUR 16.489 milhões em 2008 inclui:

- A venda do Banco Real ao Santander, concluída em Julho 2008, com uma mais-valia de EUR 10.647 milhões.
- A gestão de Activos foi vendida ao Fortis em Março 2008 com uma mais-valia de EUR 3.073 milhões.
- O Banca Antonveneta, vendido ao Banca Monte dei Paschi di Siena em Maio 2008 com uma mais-valia de EUR 2.357 milhões.

O resultado das operações descontinuadas líquido de imposto EUR 9.021 milhões em 2007 incluiu:

A venda do ABN AMRO Mortgage Group, Inc , o negócio do banco envolvido na venda e administração de hipotecas residenciais baseado nos Estados Unidos, com uma mais-valia de EUR 110 milhões (líquido de resultados fiscais para os primeiros dois meses e uma mais-valia na venda).

- A venda do ABN AMRO North America Holding Company, que consiste principalmente nas actividades de retalho e comerciais da LaSalle Corporation (LaSalle), em Outubro 2007. O líquido de resultados fiscais para os primeiros nove meses foi de EUR 777 milhões e a mais-valia da venda foi de EUR 7.163 milhões.
- A classificação como operação descontinuada do Banca Antonveneta (perdas de EUR 107 milhões).
- A classificação como operação descontinuada da Gestão de Activos (EUR 171 milhões).
- A classificação como operação descontinuada do Banco Real (EUR 786 milhões).
- A mais-valia da venda do Interbank N.V., DMC Group (total EUR 69 milhões).
- A liberação parcial de uma provisão registada em relação com a venda do Bouwfonds em 2006 (EUR 52 milhões).

Resultados das operações para os exercícios terminados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O resultado do exercício de 2007 aumentou em EUR 5.195 milhões, ou 108,7%, para EUR 9.975 milhões. O lucro das operações continuadas diminuiu em EUR 1.093 milhões, ou 53,4%, para EUR 954 milhões. As maiores variações homólogas eram atribuíveis a aumentos no lucro de operações descontinuadas.

O lucro de operações descontinuadas líquido de impostos elevou-se a EUR 9.021 milhões, o desinvestimento do ABN AMRO North America Company, que consistia principalmente nas actividades de retalho e comerciais do LaSalle, o desinvestimento do ABN AMRO Mortgage Group, Inc. e a classificação do Banca Antonveneta, Gestão de Activos, Banco Real para o Santander como operações descontinuadas.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração diminuíram em EUR 1.632 milhões, ou 9,3%, para EUR 15.998 milhões (não PCGA: os proveitos de exploração diminuíram em EUR 315 milhões ou 2,5%). Isto relaciona-se, primariamente, com as diminuições dos proveitos de exploração na UN Europa (EUR 801 milhões) e Itens Centrais (EUR 1.493 milhões; não PCGA: EUR 176 milhões), parcialmente compensadas pela UN Ásia (EUR 408 milhões). Podem encontrar-se mais comentários ma discussão das rubricas individuais que fazem os proveitos de explorações e os comentários da UN:

Observações principais:

- Os proveitos de exploração da UN Europa diminuíram devido aos ajustes de justo valor negativos (EUR 1.561 milhões) nas carteiras relacionadas com o primeiro impacto da crise de crédito que se desenvolveu das condições adversas no mercado hipotecário de *subprime* no EUA. A UN Europa inclui o *hub* para os mercados globais e, por conseguinte, o impacto dos ajustes de valor estão concentrados nesta UN. Os ajustes de justo valor foram parcialmente compensados pela mais-valia na venda do ABN AMRO Mellon.

- Os proveitos de exploração em Itens Centrais diminuíram, devido principalmente aos resultados mais baixos de negociação por carteira própria das actividades de Mercados Globais e maiores custos de financiamento. Isto foi parcialmente compensado pelos ganhos na carteira de *credit default swap* que beneficiou do alargamento geral do *spread* que ocorreu durante o ano (EUR 116 milhões), um ganho no risco de crédito próprio (EUR 115 milhões), o ganho na venda da Capitalia, em que as acções foram trocadas por acções da Unicredit (EUR 624 milhões) e o ganho da venda das operações de Private Banking na América Latina em Miami e no Uruguai, que incluíam as carteiras da América Latina geridas na Suíça e no Luxemburgo (EUR 77 milhões).
- Os proveitos de exploração na UN Ásia aumentaram devido a mais crescimento nos negócios de clientes particulares, como as actividades Preferred Banking e o negócio dos cartões de crédito continuou a expandir-se, especialmente na Indica, China, Hong Kong e Taiwan. Além disso, o rendimento do cliente comercial aumentou como resultado de maiores taxas de consultoria de fusões e aquisições, um aumento em transacções de clientes executadas e maiores rendimentos nos mercados globais.

Margem financeira

A margem financeira aumentou EUR 372 milhões, ou 8,8%, para EUR 4.595 milhões (não PCGA: margem financeira EUR 250 milhões, ou 5,5%, para EUR 4.815 milhões). Isto foi principalmente devido aos aumentos na UN Europa (EUR 724 milhões) e UN Ásia (EUR 121 milhões), parcialmente compensados pela diminuição nos Itens Centrais (EUR 477 milhões; não PCGA: EUR 599 milhões

Observações principais:

- O aumento da margem financeira na UN Europa foi principalmente devido a maiores proveitos nos mercados globais, enquanto os proveitos de cliente cresceram fortemente.
- O aumento na UN Ásia resultou do crescimento continuado no negócio de crédito ao consumo e negócio do cartão crédito e a consolidação do Prime Bank e Taitung Business Bank.
- A margem financeira nos Itens Centrais diminuiu devido a maiores custos de financiamento e menores proveitos de investimento no seguimento de vendas mais baixas de obrigações disponíveis para vendas do que em 2006.

Resultados de serviços e comissões

Os resultados de serviços e comissões aumentaram EUR 211 milhões, ou 5,8%, para EUR 3.852 milhões, principalmente devido a um aumento na UN Ásia (EUR 211 milhões), Itens Centrais (EUR 112 milhões), parcialmente compensadas pela diminuição na UN Europa (EUR 197 milhões).

Observações principais:

- O aumento na UN Ásia (EUR 211 milhões) reflectiu as maiores taxas de consultoria em fusões e aquisições, no seguimento de fecho bem sucedido de transacções de clientes, maiores rendimentos de banca de transacções, e crescimento ainda na venda de produtos de investimento na base de clientes do Van Gogh Preferred Banking.
- A diminuição na UN Europa (EUR 197 milhões) foi principalmente devida a um declínio nas comissões sobre títulos e comissões relacionadas com grandes clientes empresariais, que foram parcialmente compensadas por maiores comissões sobre pagamentos e gestão de activos.

Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras diminuíram em EUR 1.508 milhões, ou 57,4%, para EUR 1.119 milhões (não PCGA: resultados em operações financeiras diminuíram em EUR 1.514 milhões, ou 57,6%, para EUR 1.116 milhões). Isto foi principalmente devido a diminuições na UN Europa (EUR 1.370 milhões) e itens Centrais (EUR 227 milhões; medida não PCGA: EUR 233 milhões).

Observações principais:

- A diminuição no UN Europa foi devido a ajustes negativos do justo valor (EUR 1,561 milhões) relacionado com os primeiros impactos da crise de crédito que se desenvolveu das condições do mercado hipotecário de *sub-prime* nos EUA.
- A diminuição do resultado em operações financeiras nos Itens Centrais é principalmente devida ao menos rendimento da negociação por carteira própria no negócio dos mercados globais..

Resultados de transacções financeiras

Os resultados de transacções financeiras aumentaram em EUR 367 milhões, ou 47,8%, para EUR 1.134 milhões (não PCGA: resultados de transacções financeiras aumentados em EUR 336 milhões, ou 44,7%, para EUR 1.088 milhões). O aumento foi devido principalmente a subidas em Itens Centrais (EUR 285 milhões; não PCGA: EUR 254 milhões) e UN Ásia (EUR 54 milhões).

Observações principais:

- Os resultados de transacções financeiras dos Itens Centrais aumentaram em total EUR 285 milhões (não PCGA: EUR 254 milhões) devido a ganhos *mark-to-market* em carteiras de *credit default swap* geridos como parte do capital e actividades de cobertura de riscos que beneficiaram do aumento geral dos *spreads* de crédito que ocorreram durante 2007 e ganhos das alterações no justo valor relacionados com o risco de crédito próprio de EUR 115 milhões, parcialmente compensados com a descida dos ganhos nas vendas de obrigações disponíveis para venda.

Resultados por equivalência patrimonial

Share of results in equity accounted investments increased by EUR 37 million to EUR 223 million (non-GAAP measure: EUR 36 million to EUR 222 million), mainly due to the increase in BU Asia (EUR 39 million).

Outros proveitos de exploração

Os outros proveitos de exploração aumentaram em EUR 366 milhões, ou 41.9%, para EUR 1.239 milhões, devido principalmente ao aumento em Itens Centrais (EUR 303 milhões) e UN Europa (EUR 74 milhões).

Observações principais:

- O aumento nos Itens Centrais (EUR 303 milhões) foi devido principalmente ao ganho na venda da participação do ABN AMRO' na Capitalia que foi pago em troca de acções Unicredit (EUR 624 milhões) e devido ao ganho na venda das operações de Banca Privada na América Latina em Miami e Uruguai, incluindo as carteiras da América Latina geridas na Suíça e Luxemburgo (EUR 77 milhões). Os números de 2006 incluem o ganho da venda do negócio de Futuros (EUR 229 milhões) e o ganho da venda do Kereskedelmi és Hitelbank Rt. (EUR 208 milhões).
- O aumento na UN Europa (EUR 74 milhões) foi principalmente devido aos ganhos isentos de impostos na venda da participação de 50% doABN AMRO no ABN AMRO Mellon Global Securities B.V. (EUR 139 milhões).
  AMRO's 50% share in ABN AMRO Mellon Global Securities B.V. (EUR 139 million).

Proveitos de participações de *private equity* consolidadas

Os proveitos de participações de *private equity* consolidadas diminuíram em EUR 1.477 milhões, ou 27,8%, para EUR 3.836 milhões, devido à transferência da gestão da maioria dos negócios da Private Equity para uma sociedade de gestão independente. Em resultado da alteração estrutural no controlo, os resultados da carteira de investimentos geridos pela sociedade de gestão independente deixaram de estar consolidadas em 1 de Julho de 2007, mas, em seu lugar, são mostradas as alterações no justo valor dentro dos resultados de transacções financeiras como um ganho líquido em outros investimentos de capital.

Despesas de exploração

As despesas de exploração aumentaram em EUR 83 milhões, ou 0,6%, para EUR 14.785 milhões (não PCGA: despesas de exploração aumentadas por EUR 1.388 milhões, ou 14,2%, para EUR 11.151 milhões), devido ao aumento em despesas de exploração na UN Ásia (EUR 277 milhões), UN Europa (EUR 184 milhões) e Itens Centrais (diminuição de EUR 408 milhões; não PCGA: aumento de EUR 897 milhões). Em 2007, EUR 101 milhões de custos de reestruturação foram libertados em comparação com um encargo de EUR 95 milhões em 2006. Em 2007, foram registados EUR 272 milhões de aquisição acelerada de planos de pagamento com base em acções. Esta aquisição acelerada de planos de pagamento com base em acções foi o resultado da aquisição do ABN AMRO pelos Membros do Consórcio.

Observações principais:

- A diminuição em Itens Centrais foi causada por um declínio nas despesas de exploração dos investimentos em *private equity* consolidados devido a uma alteração no controlo. Numa base não PCGA, as despesas de exploração aumentaram devido à cláusula de indemnização para ao Barclays (EUR 200 milhões), as taxas de consultoria relacionadas com transacções (EUR 211 milhões), custos de transição e integração (EUR 95 milhões), a provisão para a investigação do Departamento de Justiça dos EUA (EUR 365 milhões) e os custos da aquisição acelerada dos planos de pagamentos com base em acções (EUR 117 milhões).
- As despesas de exploração na UN Ásia aumentaram devido à aquisição do Prime Bank e Taitung Business Bank, investimento continuado em novos balcões e maiores níveis de pessoal.

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito

As provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito aumentaram em EUR 49 milhões, ou 7,3%%, para EUR 717 milhões. O nível de provisões aumentou principalmente na UN Europa (EUR 96 milhões) e UN Américas (EUR 77 milhões), parcialmente compensado por provisões menores em Itens Centrais (diminuição EUR 114 milhões).

Observações principais:

- As provisões para imparidade de crédito e outros riscos de crédito aumentaram em UN Europa (EUR 96 milhões) e UN Américas (EUR 77 milhões), no seguimento do nível inferior de liberações do que no ano anterior e uma alteração no ciclo de crédito.
- As provisões em Itens Centrais diminuíram (EUR 114 milhões), pois em 2006 incluíam uma provisão para imparidade para o negócio de futuros que foi vendido à UBS nessa ano.

Impostos

Os encargos com impostos declinados por EUR 671 milhões (não PCGA: encargos com impostos diminuíram por EUR 659 milhões) para um benefício de EUR 458 milhões (não PCGA: 490 EUR milhões), principalmente devido a ganhos isentos de impostos significativos em alienações, incluindo um ganho na venda da Capitalia (EUR 624 milhões, líquido EUR 617 milhões), uma taxa de imposto sobre a sociedade inferior na Holanda, créditos fiscais em alguns países, bem como isenções substanciais de sujeição a impostos resultantes da finalização das declarações de impostos do ano anterior.

Lucro de operações descontinuadas líquido de imposto

O lucro de operações descontinuadas líquido de imposto de EUR 9.021 milhões em 2007 incluiu:

- A venda do ABN AMRO Mortgage Group, Inc , o negócio do banco envolvido na venda e administração de hipotecas residenciais baseado nos Estados Unidos, com uma mais-valia de EUR 110 milhões (líquido de resultados fiscais para os primeiros dois meses e uma mais-valia na venda).
- A venda do ABN AMRO North America Holding Company, que consistia principalmente nas actividades de retalho e comerciais da LaSalle Corporation (LaSalle), em Outubro 2007, com um líquido de resultados fiscais para os primeiros nove meses de EUR 777 milhões e a mais-valia da venda foi de EUR 7.163 milhões.
- A classificação como operação descontinuada do Banca Antonveneta (perdas de EUR 107 milhões).
- A classificação como operação descontinuada da Gestão de Activos (EUR 171 milhões).
- A classificação como operação descontinuada do Banco Real (EUR 786 milhões).

- A mais-valia da venda do Interbank N.V., DMC Group (total EUR 69 milhões).
- A liberação parcial de uma provisão registada em relação com a venda do Bouwfonds em 2006 (EUR 52 milhões).

Lucro de operações descontinuadas líquido de imposto de EUR 2,733 milhões em 2006 incluiu:
- O Grupo alienou as actividades de gestão e desenvolvimento imobiliária da Bouwfonds em Dezembro 2006, resultante de lucros de EUR 505 milhões, EUR 338 milhões dos quais relacionados com o ganho líquido da venda e EUR 167 milhões dos quais relacionado com os resultados das operações.
- A classificação como operação descontinuada do ABN AMRO Mortgage Group, Inc. (EUR 104 milhões).
- A classificação como operação descontinuada do ABN AMRO North America Holding Company (EUR 1.019 milhões).
- A classificação como operação descontinuada do Banca Antonveneta (EUR 192 milhões).
- A classificação como operação descontinuada da Gestão de Activos (EUR 235 milhões).
- A classificação como operação descontinuada do Banco Real (EUR 678 milhões).

Análise dos movimentos do balanço

O que se segue é uma análise por categoria significativa do balanço dos movimentos entre 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007.

(em milhões de euros)	**2008**	2007
Activos		
Activos financeiros detidos para negociação	**212,653**	242,277
Investimentos financeiros	**67,061**	96,435
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**75,566**	175,696
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	**270,507**	398,331
Activos total	**666,817**	1,025,213
Passivos		
Passivos financeiros detidos para negociação	**192,087**	155,476
Dívidas a bancos	**94,620**	239,334
Dívidas a clientes	**209,004**	330,352
Títulos de dívida emitidos	**111,296**	174,995
Capital		
Capital atribuível a accionistas da empresa-mãe	**17,077**	29,575
Capital atribuível a interesses minoritários	**46**	1,134
Passivos subordinados	**13,549**	15,616
Capital do grupo	**30,672**	46,325
Garantias e outros compromissos	**42,148**	55,140

Os activos totais do Grupo eram de EUR 667 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008, uma diminuição de EUR 358 mil milhões, ou 35%, quando comparado com EUR 1.025 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007. Esta diminuição relaciona-se primariamente com a distribuição dos negócios do Grupo entre os Membros do Consórcio e vendas a terceiros relacionadas com a transição e impacto nos volumes e valores de transacções devido aos efeitos da perturbação dos mercados financeiros.

Em Julho 2008, os negócios adquiridos pelo Santander provenientes da antiga UN América Latina, consistindo predominantemente pelo Banco Real no Brasil, foram transferidos para o Santander, resultando numa redução de activos totais em EUR 48 mil milhões. Houve também uma diminuição significativa no volume de operações de reporte devido ao aperto de liquidez e redução no mercado profissional de transacções de valores mobiliários.

O passivo total do Grupo diminui EUR 343 mil milhões, ou 35%, para EUR 636 mil milhões por razões relacionadas com as diminuições em activos totais.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação diminuíram por EUR 29 mil milhões, ou 12%, para EUR 213 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008, quando comparado com o montante em 31 de Dezembro de 2007 de EUR 242 mil milhões. Esta diminuição resultou, principalmente, das posições que foram transferidas para o RBS, diminuições em valores devidos às actuais condições do mercado e a reduções planeadas dos saldos por certos negócios. Esta diminuição foi parcialmente compensada pelos aumentos nos saldos dos derivados, devido a aumentos no justo valor dos derivados de crédito.

Os passivos financeiros detidos para negociação de EUR 192 mil milhões em 31 Dezembro de 2008 aumentaram em EUR 37 mil milhões, ou 24%, quando comparado com EUR 155 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007, principalmente devido a alteração nos derivados como acima mencionado.

Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2008, to Grupo detinha investimentos financeiros de EUR 67 mil milhões, quando comparado com EUR 96 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007. A diminuição de EUR 29 mil milhões, ou 30%, foi em parte devida à venda de EUR 6,7 mil milhões dos activos que ganham juros num *securities arbitrage conduit* para o RBS, e EUR 6 mil milhões devido à venda do Banco Real e outros negócios ao Santander.

Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos e Dívidas a bancos

O total dos empréstimos concedidos e contas a receber – bancos diminuiu em EUR 100 mil milhões, ou 57%, para EUR 76 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 em comparação com o saldo de EUR 176 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007. Esta diminuição foi primariamente originada pela diminuição do nível do volume de transacções profissionais de valores mobiliários, predominantemente como resultado de diminuições na actividade de financiamento interbancária.

O declínio em Dívidas a bancos de EUR 145 mil milhões, ou 60%, foi o declínio mais significativo no passivo, diminuindo para EUR 95 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 de EUR 239 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007. Os factores mais importantes da diminuição em Dívida a bancos foram uma diminuição em transacções profissionais de valores mobiliários de EUR 97 mil milhões e uma diminuição de EUR 52 mil milhões em depósitos a prazo de bancos, reflectindo uma perturbação nos mercados financeiros.

Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes e Dívidas a clientes

O declínio em Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes foi o declínio mais significativo nos activos, pois a contou diminui em EUR 128 mil milhões, ou 32%, para 271 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008. A diminuição foi predominantemente provocada por um declínio nas transacções profissionais de valores mobiliários de EUR 85 mil milhões, uma diminuição de EUR 14 mil milhões em crédito ao consumo e uma redução de EUR 24 mil milhões devido à transferência de vários *multi-seller conduits* para o RBS. A diminuição também inclui EUR 28 mil milhões devido à venda do Banco Real e outros negócios ao Santander.

As dívidas a clientes diminuíram em EUR 121 mil milhões, ou 37%, para EUR 209 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 em comparação com o saldo de EUR 330 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007. Esta diminuição foi primariamente provocada pela diminuição do nível do volume de transacções de operações de reporte de EUR 69 mil milhões, EUR 50 mil milhões menos em depósitos comerciais e particulares devido ao vencimento dos depósitos a prazo que não foram renovados, como resultado da perturbação nos mercados financeiros.

Títulos de dívida emitidos

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tinha títulos de dívida emitidos no montante de EUR 111 mil milhões em comparação com EUR 175 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007. A diminuição de EUR 64 mil milhões, ou 37%, foi devida ao resgate de certas dívidas correspondente à diminuição em activos, como discutido acima e a transferência de *conduits* consolidados para RBS.

Passivos subordinados e conversão de acções preferenciais

Os passivos subordinados diminuíram em EUR 2,1 mil milhões, ou 13%, para EUR 13,5 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008, em comparação com 15,6 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007. Os EUR 0,7 mil milhões de diminuição relacionam-se com a venda do Banco Real e outros negócios da América Latina ao Santander e EUR 0.6 mil milhões são o resultado de terem chegado ao vencimento. Em Novembro 2008, o Grupo converteu as suas acções de financiamento preferenciais em circulação em acções ordinárias, diminuindo os passivos subordinados em EUR 0,8 mil milhões.

Garantias e outros compromissos

O Grupo, tem, em qualquer altura, um certo número de compromissos para alargar o crédito. Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tinha EUR 42 mil milhões de garantias e outros compromissos em curso, em comparação com EUR 55 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007. Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tinha EUR 63 mil milhões de mecanismos de créditos comprometidos em comparação com os EUR 104 mil milhões em 31 de Dezembro de 2007. Níveis mais baixos de compromissos reflectem um volume inferior de créditos em geral em 2008.

Capital do Grupo

O quadro seguinte apresenta capital da ABN AMRO em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Capital em acções ordinárias	**1,852**	1,085	1,085
Reservas de prémios de acções ordinárias	**5,343**	5,332	5,245
Acções próprias	**–**	(2,640)	(1,829)
Lucros não distribuídos	**11,096**	25,650	18,599
Proveitos / (perdas) líquidos não reconhecidos na declaração de rendimentos	**(1,214)**	148	497
Capital próprio atribuível a accionistas da empresa-mãe	**17,077**	29,575	23,597
Interesses minoritários	**46**	1,134	2,298
Capital próprio	**17,123**	30,709	25,895
Passivos subordinados	**13,549**	15,616	19,213
Capital do Grupo	**30,672**	46,325	45,108

O capital do Grupo no final do exercício de 2008 era de EUR 30.672 milhões, uma diminuição de EUR 15.653 milhões ou 33,8%, em comparação com 2007. Isto foi devido a:

- Uma diminuição de EUR 12.498 milhões, ou 42.3%, em capital próprio atribuível aos accionistas da sociedade de controlo, que resulta principalmente de uma diminuição de lucros não distribuídos no seguimento de pagamentos de dividendos em 2008 de um total EUR 19.213 milhões, uma diminuição em acções próprias como resultado da venda destas acções à RFS Holdings e um aumento nas perdas não reconhecidas na declaração de rendimentos. Isto foi parcialmente compensado por um lucro líquido atribuível aos accionistas da sociedade de controlo de EUR 3.580 milhões e um aumento no capital de acções ordinárias no seguimento da conversão das acções de financiamento preferenciais e acções preferenciais (anteriormente convertíveis).
- Uma diminuição de EUR 1.088 milhões em interesses minoritários em 2008, que é explicada pelas adições e alienações líquidas de EUR 996 milhões, EUR 107 milhões de perdas em conversões monetárias e lucro atribuível a interesses minoritários de EUR 15 milhões.

- Uma diminuição de passivos subordinados em EUR 2.,067 milhões (2007: diminuição de EUR 3.597 milhões) para EUR 13.549 milhões (2007: EUR 15.616 milhões). A diminuição em 2008 é o resultado da conversão das acções preferenciais, a alienação do Banco Real e alguns reembolsos.

O capital do Grupo no final do exercício de 2007 era de EUR 46.325 milhões, um aumento de EUR 1.217 ou 2,7%, em comparação com 2006. Isto deveu-se a:

- Um aumento de EUR 5.978 milhões, ou 25,3%, em capital atribuível a accionistas da sociedade de controlo, que é principalmente devido a um aumento em lucros não distribuídos e parcialmente compensado por um aumento em acções próprias.
- Uma diminuição de EUR 1.164 milhões de interesses minoritários em 2007, que é explicada por reduções e alienações líquidas de EUR 1.026 milhões, EUR 38 milhões de perdas em conversões monetárias e lucro atribuível a interesses minoritários de EUR 127 milhões.
- Uma diminuição de passivos subordinados de EUR 3.597 milhões (2006: aumento de EUR 141 milhões) para EUR 15.616 milhões (2006: EUR 19.213 milhões). A diminuição em 2007 é um resultado da venda do LaSalle (EUR 1.487 milhões), perdas em conversões monetárias (EUR 848 milhões), reclassificação para passivo de negócios detidos para venda (EUR 1.090 milhões), emissões (EUR 1.496 milhões) e resgates (EUR 1.537 milhões). Emissões em 2007 incluem: USD 1000 milhões (EUR 768 milhões) *lower tier-2* de taxa flutuante devido em 2017, não amortizável antes de 2012; BRL 550 milhões (EUR 197 milhões) *lower tier-2* de taxa flutuante devida em 2013 e 2014; e BRL 885 milhões (EUR 329 milhões) *lower tier-2* de taxa flutuante devida em 2014. Os resgates foram de EUR 1.537 milhões e incluem uma promissória de USD 750 milhões (EUR 555 milhões) 7,125% emitida em 1977, uma promissória de NLG 750 milhões (EUR 340 milhões) 6% emitida em 1997, uma promissória de NLG 500 milhões (EUR 227 milhões) 8,25% emitida em 1992 e uma promissória de EUR 200 milhões emitida 1997.

Ratings de crédito

Em 31 de Dezembro, os ratings de crédito da ABN AMRO eram os seguintes:

	2008		2007	
	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo
Standard & Poor's	A+	A-1	AA-	A-1+
Moody's	Aa2	P-1	Aa2	P-1
Fitch	AA-	F1+	AA-	F1+

Rácios de capital

O ABN AMRO aplica rácios de adequação dos fundos próprios com base nas orientações do Banco de Compensações Internacionais e as directivas do Banco Central holandês (DNB). Estes rácios comparam os fundos próprios do ABN AMRO com os seus activos e exposição extrapatrimonial, ponderados de acordo com o risco relativo envolvido. Os fundos próprios também são separados pelo risco de mercado associado com as actividades negociais do ABN AMRO. O rácio Tier 1 mínimo exigido é de 9% (2007: 4%) e o rácio de capital mínimo total é de 12,5 (2007: 8%). O ABN AMRO satisfez estas normas durante o ano, incluindo, na data do balanço, um rácio Tier-1 ratio de 10,88% (2007: 12,42%), do qual o rácio core Tier-1 é de 10,10% (2006: 10,59%). O rácio de capital total é de 14.42% (2007: 14,61%) a 31 de Dezembro de 2008.

A base de capital total diminuiu em 25,1% (2007: aumentou em 8,5%) para EUR 25,4 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007: EUR 33,9 mil milhões). Os activos ponderados em função dos riscos cifraram-se em EUR 176,0 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007: 232,3 mil milhões), uma diminuição de EUR 56,3 mil milhões (2007: EUR 48,4 mil milhões), ou 24,2% (2007: 17,2%) de 2007.

O quadro seguinte analisa os rácios de capital do ABN AMRO's em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Capital de Tier 1	**19,152**	28,850	23,720
Capital de Tier 2	**5,981**	4,816	7,283
Capital de Tier 3	**272**	272	272
Base de capital total (incluindo deduções de supervisão)	**25,405**	33,938	31,275
Activos ponderados em função do risco no balanço	**119,667**	172,059	208,948
Extrapatrimonial	**43,292**	53,611	67,675
Riscos de mercado	**13,069**	6,642	4,081
Total de activos ponderados em função do risco	**176,028**	232,312	280,704
Rácio de capital de Tier 1	**10.88%**	12.42%	8.45%
Rácio de capital total	**14.43%**	14.61%	11.14%

Para mais informações sobre os rácios de capital, consultar a Nota 39 "Adequação de Capital" na Secção 5: "Demonstrações financeiras consolidadas'.

Liquidez e financiamento

Durante o ano, em resposta à perturbação dos mercados financeiros, em especial no seguimento da falência do Lehman Brothers e os eventos no ABN AMRO relacionados com a planeada transição dos negócios para os Membros do Consórcio, a administração teve que tomar as medidas relevantes apropriadas. Foram implantados planos de financiamento de contingência em várias ocasiões para gerir e mitigar os efeitos negativos de um modo coordenado em resposta a estes eventos. De modo a fortalecer o amortecedor de liquidez, um montante adicional de hipotecas residenciais holandesas foram titularizadas como Colateral Elegível pelo Banco central Europeu. A resposta oportuna e a eficácia das medidas tomadas, juntamente com a aquisição pelo Estado Holandês de uma participação no ABN AMRO à Fortis, permitiu que o Grupo restaurasse a confiança do público e sustivesse a fuga de liquidez, a maioria da qual foi agora recuperada.

A gestão de liquidez do ABN AMRO também é direccionada para apoiar a suave transferência dos negócios do ABN AMRO para os Membros do Consórcios. A este respeito, o ABN AMRO ajustou a sua política de financiamento em 2008 para se concentrar na extensão do perfil de financiamento atraindo *wholesale funding* pois o mercado de emissão de dívida a longo prazo não estava disponível para o ABN AMRO em 2008.

As medidas acima, em combinação com a conclusão da transferência de certos negócios, diminui a exposição à liquidez de modo significativo e permitiu que o ABN AMRO gerisse a sua posição de liquidez sem um stress excessivo.

A perturbação do mercado também teve impacto nos *conduits* de papel comercial garantidos por activos (ABCP) geridos pelo ABN AMRO, que são diversificados em termos de disseminação geográfica e abrangência de activos. Também os vencimentos do ABCP estão bastante disseminados no tempo. Estes representavam a maior exposição de liquidez contingente do Grupo. Em Fevereiro 2008, um *asset arbitrage conduit* deixou de se capaz de refinanciar por si próprio e tirou liquidez. Todos os outros *conduits* significativos foram renovados sem dificuldades, devido à qualidade subjacente dos activos, com o ABN AMRO, em alguns casos, obrigado temporariamente a depositar ABCP. No final de 2008, a maioria dos *conduits multiseller* do ABN AMRO e respectivas funções de emissão e promoção foram transferidos para o RBS. O ABCP em circulação em 31 de Dezembro de 2008 era de EUR 17,8 mil milhões (2007: EUR 50,9 mil milhões), dos quais EUR 4,8 mil milhões (2007: EUR 29,3 mil milhões) estão relacionados com *multiseller conduits*.

Em Dezembro 2008, a agência de rating Standard & Poor baixou a notação do ABN AMRO, juntamente com vários outros bancos internacionais. Como consequência, foi pedido ao ABN AMRO para colocar mais colateral em Janeiro 2009, devido à sua função como banco de depósito em numerário para transacções de titularização.

Rácio de liquidez

O ABN AMRO usa o financiamento estável para o rácio de activos ilíquidos na sua gestão de liquidez (ver Secção 3: "Gestão de risco e capital" para uma discussão sobre a gestão e mensuração da liquidez de financiamento). Este rácio mostra a extensão em que os activos correntes (activos ilíquidos) são cobertos por passivos correntes (financiamento estável). Os activos ilíquidos são activos que exigem financiamento contínuo e quando – de uma perspectiva comercial – o Grupo não Grupo não estiver numa posição para descontinuar o financiamento. O financiamento estável é o financiamento que é assumido para se manter disponível numa crise.

	2008	2007
Financiamento estável/activos ilíquidos		
Rácio no final do ano	**96%**	102%
Rácio médio	**95%**	99%

O Grupo continuou a cumprir os seus limites internos de gestão de liquidez, bem como os requisitos regulamentares de liquidez em 2008.

Balcões e sucursais

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo operava 615 balcões e sucursais na Holanda (2007: 665) e 405 balcões e sucursais (2007: 3.631) em outros 50 países e territórios (2007: 55). Destes balcões e escritórios, 14 (2007: 17) eram na América do Norte, 22 (2007: 2.212) na América Latina e Caraíbas, 140 (2007: 1.155) na Europa, 9 (2007: 10) no Médio Oriente e África e 220 (2007: 237) na Região Ásia Pacífico.

Resultados das operações por UN

Alterações à estrutura e apresentação da informação

Desde 1 de Janeiro de 2008, a estrutura de gestão e controlo do ABN AMRO foram alinhados com a da propriedade do consórcio do Grupo. Os resultados das operações para os exercícios terminados em 31 de Dezembro de 2007 e 2007 foram reformulados para reflectir estas alterações.

UN Europa

Informação seleccionada

O quadro seguinte apresenta a informação seleccionada em relação à UN Europa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Margem financeira	**1,461**	1,220	496
Resultados de serviços e comissões	**731**	802	999
Resultados em operações financeiras	**(9,835)**	509	1,879
Resultados de transacções financeiras	**(1,058)**	140	179
Resultados por equivalência patrimonial	**13**	9	2
Outros proveitos de exploração	**(5)**	70	(4)
Proveitos de exploração	**(8,693)**	2,750	3,551
Despesas de exploração	**3,357**	3,551	3,367
Resultado corrente	**(12,050)**	(801)	184
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	**2,025**	101	5
Lucro líquido antes de impostos	**(14,075)**	(902)	179
Impostos	**(2,652)**	(327)	46
Resultados líquidos	**(11,423)**	(575)	133
Activo total	**400,203**	530,681	424,350
Activos ponderados em função dos riscos	**37,475**	40,861	42,550
Pessoal equivalente a tempo integral	**11,233**	12,150	10,416
Número de balcões e sucursais	**92**	78	121
Rácio de eficiência 1	**–**	129.1%	94.8%

1 Foram excluídos os rácios de eficiência negativos.

Resultados das operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O resultado do exercício diminuiu EUR 10.848 milhões para um prejuízo de EUR 11.423 milhões. Isto foi o resultado de uma diminuição dos proveitos de exploração de EUR 11.443 milhões, uma diminuição nas despesas de exploração de EUR 194 milhões, um aumento nas provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito de EUR 1.924 milhões e uma diminuição dos encargos fiscais de EUR 2.325 milhões.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração diminuíram EUR 11.443 milhões para um valor negativo de EUR 8.693 milhões, principalmente como resultado de uma diminuição dos resultados em operações financeiras de EUR 10.344 milhões e uma diminuição nos resultados de transacções financeiras de EUR 1,198 milhões, parcialmente compensada por um aumento na margem financeira de EUR 241 milhões.

- A margem financeira aumentou EUR 241 milhões devido principalmente aos juros sobre os proveitos da venda do LaSalle, maiores rendimentos da banca comercial e juros maiores nos saldos de caixa na tesouraria.
- A diminuição nos resultados em operações financeiras inclui *write-downs* do mercado de crédito contra valores mobiliários garantidos por activos (EUR 1.6 mil milhões) e ajustamento da avaliação do crédito contra exposição a contrapartes de seguros de créditos (EUR 4,8 mil milhões). Para mais informações, ver a nossa discussão em "Mercado de crédito e exposições relacionadas" nesta secção. O resultado negativo também inclui prejuízos emergentes de incumprimentos de contrapartes (aproximadamente EUR 1.000 milhões, incluindo prejuízos associados com a falência do Lehman Brothers e a fraude de Bernard L. Madoff). Além disso, o resultado em operações financeiras foi afectado por aproximadamente EUR 500 milhões de perdas devidos a uma alteração na metodologia de avaliação dos produtos complexos que envolvem múltiplos dados não observáveis, tal como a correlação e interpolação, que foram ajustados para usar as mesmas técnicas estimativas, como da derradeira sociedade de controlo RBS.
- A diminuição nos resultados de transacções financeiras é principalmente devido à transferir certas carteiras de crédito, incluindo empréstimos imobiliários estruturados e as promissórias detidas pelo *asset arbitrage conduit*, para o RBS de aproximadamente EUR 2,3 mil milhões. Estes resultados negativos são parcialmente compensados pelos ganhos registados na dívida própria detida ao justo valor de aproximadamente EUR 0,6 mil milhões.
- Os outros proveitos de exploração diminuíram em EUR 75 milhões, devido principalmente às mais-valias isentas de impostos na venda da participação de 50% do ABN AMRO na ABN AMRO Mellon Global Securities Services B.V. (EUR 139 milhões) incluída nos resultados de 2007.

Despesas de exploração

As despesas de exploração diminuíram EUR 194 milhões, ou 5,5%, para EUR 3.357 milhões, primariamente devido ao resultado de um menos bónus relacionados com o desempenho, resultante de um desempenho de negociação diminuído e uma redução no pessoal. Em 2008, despesas de exploração incluindo um encargo de reestruturação de EUR 483 milhões, em comparação com uma libertação de reestruturação de EUR 46 milhões em 2007 (aumento total de EUR 529 milhões).

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito

As provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito aumentaram em EUR 1.924 milhões para EUR 2.025 milhões, devido principalmente a uma provisão especificamente relativa à LyondellBasell Industries (aproximadamente EUR 1,1 mil milhões) e outras provisões em banca e mercados globais.

Impostos

A taxa de imposto efectiva de 2008 foi afectada pelas percas incorridas no ano para as quais não havia activos por impostos diferidos reconhecidos.

Resultados das operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O resultado do exercício diminuiu EUR 708 milhões para um prejuízo de EUR 575 milhões. Isto reflecte uma diminuição nos proveitos de exploração de EUR 801 milhões, um aumento nas despesas de exploração de EUR 184 milhões, um aumento de EUR 96 milhões em provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito, parcialmente compensado por uma diminuição de EUR 373 milhões em encargos fiscais.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração diminuíram EUR 801 milhões, ou 22,6%, para EUR 2.750 milhões predominantemente devido aos ajustes de justo valor negativos ocorridos no segundo semestre de 2007, relacionados com os primeiros impactos da crise de crédito que se desenvolveu das condições adversas no mercado de crédito hipotecário de *sub-prime* nos EUA. Os ajustes de justo valor negativos de EUR 1.561 milhões (EUR 1.139 milhões após impostos) estavam incluídos num ajustamento de avaliação negativo em *monolines* de EUR 606 milhões (EUR 440 milhões após impostos); e um ajustamento de avaliação negativo de EUR 955 milhões em exposições de valores mobiliários garantidos por activos e *collaterised debt obligations* (EUR 699 milhões após impostos) compensado pelos ganhos em risco de crédito próprio de EUR 267 milhões registado na carteira de negociação e EUR 53 milhões registados nos resultados nas transacções financeiras. A diminuição foi parcialmente compensada pelas mais-valias na venda do ABN AMRO Mellon.

- A margem financeira aumentou EUR 724 milhões, devido principalmente aos maiores proveitos dos mercados globais, pois o rendimento de clientes cresceu fortemente.
- Os resultados de serviços e comissões diminuíram em EUR 197 milhões, devido principalmente a um declínio nas comissões de valores mobiliários e comissões relacionadas com grandes clientes empresariais, parcialmente compensada por maiores comissões sobre pagamentos e gestão de activos.
- Os outros proveitos de exploração aumentaram EUR 74 milhões, devido principalmente às mais-valias isentas de impostos na venda da participação de 50% do ABN AMRO no ABN AMRO Mellon Global Securities Services B.V. (EUR 139 milhões).

Despesas de exploração

As despesas de exploração aumentaram EUR 184 milhões, ou 5,5%, para EUR 3.551 milhões reflectindo maiores custos com pessoal como resultado de um aumento de equivalentes a tempo integral (de 10.416 em 2006 para 12.150 em 2007) e um aumento nas despesas relacionadas com bónus de EUR 284 milhões, no seguimento da iniciativa de retenção e rectificações para o negócio de mercados globais. As despesas de exploração incluíram uma libertação de reestruturação de EUR 46 milhões em 2007, e um encargo de reestruturação de EUR 68 milhões em 2006 (diminuição total de EUR 114 milhões). Os custos não pessoal foram inferiores em comparação com 2006, pois foram realizados benefícios das iniciativas de poupança anunciadas em 2006.

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito

As provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito aumentaram EUR 96 milhões para EUR 101 milhões. Este aumento foi devido principalmente às adições à carteira de clientes empresariais e a alteração no ciclo crédito, parcialmente compensado pela melhoria nas carteiras das pequenas e médias empresas e de crédito ao consumo.

UN Ásia

Informação seleccionada

O quadro seguinte apresenta a informação seleccionada em relação à UN Ásia para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Margem financeira	**748**	732	611
Resultados de serviços e comissões	**392**	1,008	797
Resultados em operações financeiras	**634**	372	358
Resultados de transacções financeiras	**(291)**	47	(7)
Resultados por equivalência patrimonial	**(4)**	39	–
Outros proveitos de exploração	**23**	16	47
Proveitos de exploração	**1,502**	2,214	1,806
Despesas de exploração	**1,696**	1,696	1,419
Resultado corrente	**(194)**	518	387
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	**453**	207	214
Lucro líquido antes de impostos	**(647)**	311	173
Impostos	**125**	106	106
Resultados líquidos	**(772)**	205	67
Activo total	**54,901**	72,171	67,844
Activos ponderados em função dos riscos	**22,118**	16,233	16,552
Pessoal equivalente a tempo integral	**19,854**	18,569	14,141
Número de balcões e sucursais	**201**	216	132
Rácio de eficiência	**112.9%**	76.6%	78.6%

Resultados das operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O resultado do exercício diminuiu EUR 977 milhões para um prejuízo de EUR 772 milhões. Isto foi o resultado de uma diminuição dos proveitos de exploração de EUR 712 milhões, despesas de exploração estáveis e um aumento nas provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito de EUR 246 milhões.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração diminuíram EUR 712 milhões, ou 32,2%, para EUR 1.502 milhões, devido principalmente a:

- Menores proveitos de resultados de serviços e comissões (inferiores em EUR 616 milhões) devido a resultados mais baixos do negócio de fusões e aquisições e devido a menores proveitos do negócio de instrumentos derivados sobre títulos de capital e estratégia.
- Os resultados em operações financeiras aumentaram EUR 262 milhões para EUR 634 milhões, devido principalmente a melhores resultados nos mercados locais e mercados globais.
- Os resultados de transacções financeiras diminuíram EUR 338 milhões, devido principalmente a ajustamentos de avaliação negativos nos investimentos de fundos próprios, incluindo a participação indirecta do ABN AMRO no Korean Exchange Bank.

Despesas de exploração

As despesas de exploração mantiveram-se estáveis em EUR 1,696 milhões. Despesas de exploração mais elevadas, resultantes do crescimento do negócio são compensadas pelos menores custos relacionados com o desempenho do pessoal. Em 2008, as despesas de exploração incluíram um encargo de reestruturação de EUR 72 milhões, em comparação com uma libertação de reestruturação de EUR 2 milhões em 2007.

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito aumentaram EUR 246 milhões para EUR 453 milhões, principalmente como resultado do mercado global e do negócio de retalho.

Resultados das operações dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O lucro do exercício aumentou EUR 138 milhões, ou 206,0%, para EUR 205 milhões. Isto reflecte um aumento de EUR 408 milhões nos proveitos de exploração, um aumento de EUR 277 milhões em despesas de exploração e uma diminuição de EUR 7 milhões em provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração aumentaram EUR 408 milhões, ou 22,6%, impulsionados pelo forte crescimento na banca de consumo e maiores proveitos de exploração no segmento comercial.

O crescimento de clientes no segmento da banca de consumo foi principalmente impulsionado pelo negócio Van Gogh Preferred Banking, uma banca com abordagem de relacionamento para clientes abastados servidos através de um ponto de contacto dedicado. O número de clientes aumentou 12,3% para 3,7 milhões e o número de cartões de créditos na UN Ásia aumentou 18,1% para 3,3 milhões. Além disso, aumentou o rendimento dos clientes comerciais como resultado de maiores taxas de consultoria em fusões e aquisições, transacções de clientes executadas e maiores rendimentos de mercados globais.

- Os resultados de serviços e comissões aumentaram EUR 211 milhões, devido principalmente a maiores taxas de consultoria de fusões e aquisições, no seguimento de fecho bem-sucedido de transacções de clientes, maiores rendimentos de banca de transacções e crescimento ainda na venda de produtos de investimento à base de clientes Van Gogh Preferred Banking.
- Resultados em operações financeiras e resultados de transacções financeiras aumentaram EUR 68 milhões para EUR 419 milhões, principalmente como resultado das actividades de mercados globais.

Despesas de exploração

As despesas de exploração aumentaram EUR 277 milhões, ou 19,5%, para EUR 1.696 milhões, devido a maiores encargos com pessoal e bónus, como resultado de proveitos aumentados, investimentos continuados em novos balcões e a aquisição do Prime Bank e Taitung Business Bank. Durante 2007, foram abertos 16 balcões na China, Índia, Indonésia, Hong Kong e Malásia, elevando o número total de balcões da UN Ásia para 186, incluindo 91 balcões de aquisições recentes. Em 2007, as despesas de exploração incluíram uma libertação de reestruturação de EUR 2 milhões, em comparação com uns encargos de reestruturação de EUR 11 milhões registados em 2006.

UN Américas

Informação seleccionada

O quadro seguinte apresenta a informação seleccionada em relação à UN Américas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Margem financeira	**339**	213	217
Resultados de serviços e comissões	**235**	297	331
Resultados em operações financeiras	**86**	208	162
Resultados de transacções financeiras	**(169)**	4	(31)
Outros proveitos de exploração	**36**	53	29
Proveitos de exploração	**527**	775	708
Despesas de exploração	**665**	875	901
Resultado corrente	**(138)**	(100)	(193)
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	**131**	38	(39)
Lucro líquido antes de impostos	**(269)**	(138)	(154)
Impostos	**85**	(77)	(193)
Resultados líquidos	**(354)**	(61)	39
Activo total	**23,091**	83,939	77,563
Activos ponderados em função dos riscos	**20,802**	9,118	10,057
Pessoal equivalente a tempo integral	**1,718**	2,169	2,144
Número de balcões e sucursais	**22**	22	35
Rácio de eficiência	**126.2%**	112.9%	127.3%

esultados das operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O resultado do exercício diminuiu EUR 293 milhões para um prejuízo de EUR 354 milhões. Isto reflecte uma diminuição nos proveitos de exploração de EUR 248 milhões, uma diminuição em despesas de exploração de EUR 210 milhões, um aumento em provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito de EUR 93 milhões e um aumento em impostos de EUR 162 milhões.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração diminuíram EUR 248 milhões, ou 32,0%, para EUR 527 milhões, primariamente devido aos resultados negativos do ajuste de justo valor do negócio do mercado de crédito transferido para o RBS e perdas da negociação de derivados de crédito.

- A margem financeira aumentou EUR 126 milhões, devido principalmente a maiores rendimentos nos negócios mercado global, mercado de crédito e valores imobiliários.
- Resultados em operações financeiras diminuíram em EUR 122 milhões, devido principalmente às perdas de negociação de derivados de crédito em *credit default swaps*.
- Resultados de transacções financeiras diminuíram EUR 173 milhões, devido principalmente ao resultado negativo na transferência pelo justo valor dos *multi-seller conduits* da América do Norte para a RBS.

Despesas de exploração
As despesas de exploração diminuíram EUR 210 milhões, ou 24,0%, para EUR 665 milhões, devido principalmente ao impulso continuado de melhoria da gestão de custos e menos bónus relacionados com o desempenho. Em 2008, as despesas de exploração incluíram encargos de reestruturação de EUR 102 milhões, em comparação com uns encargos de reestruturação de EUR 9 milhões contabilizados em 2007.

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito
As provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito aumentaram EUR 93 milhões para EUR 131 milhões devido às instituições financeiras, bem como aos clientes empresariais.

Resultados das operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006
O resultado do exercício diminuiu EUR 100 milhões para um prejuízo de EUR 61 milhões. Isto foi o resultado de um aumento nos proveitos de exploração de EUR 67 milhões, uma diminuição nas despesas de exploração de EUR 26 milhões, um aumento nas provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito de EUR 77 milhões e uma diminuição nos encargos fiscais de EUR 116 milhões. O dólar EUA depreciou 8,2% em média, quando comparado com o euro em 2007 (comparação da taxa média de 2007 com a taxa média de 2006).

Proveitos de exploração
Os proveitos de exploração aumentaram EUR 67 milhões, ou 9,5%, para EUR 775 milhões, principalmente devido ao resultado do impacto positivo nas actividades de mercados globais da descida das taxas de juro e o enfraquecimento do dólar EUA, apesar do difícil ambiente de mercado criado pela crise do *sub-prime* e de crédito no segundo semestre de 2007.

Despesas de exploração
As despesas de exploração diminuíram EUR 26 milhões, ou 2,9%, para EUR 875 milhões, com o impulso bem-sucedido para uma posterior gestão de custos melhorada, sendo parcialmente compensada por bónus mais altos.

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito
As provisões passaram de uma libertação líquida de EUR 39 milhões para um encargo líquido de EUR 38 milhões devido a desenvolvimento relacionados com um pequeno número de créditos empresariais.

Impostos
Os créditos de imposto líquidos diminuíram EUR 116 milhões para um crédito de imposto líquido de EUR 77 milhões.

UN Holanda

Informação seleccionada

O quadro seguinte apresenta a informação seleccionada em relação à UN Holanda para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Margem financeira	**2,822**	2,981	2,938
Resultados de serviços e comissões	**750**	781	747
Resultados em operações financeiras	**112**	83	72
Resultados de transacções financeiras	**194**	29	1
Resultados por equivalência patrimonial	**30**	54	49
Outros proveitos de exploração	**170**	244	264
Proveitos de exploração	**4,078**	4,172	4,071
Despesas de exploração	**2,923**	2,641	2,638
Resultado corrente	**1,155**	1,531	1,433
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	**761**	378	375
Lucro líquido antes de impostos	**394**	1,153	1,058
Impostos	**88**	271	302
Resultados líquidos	**306**	882	756
Activo total	**158,875**	141,741	133,900
Activos ponderados em função dos riscos	**83,914**	78,729	74,329
Pessoal equivalente a tempo integral	**19,078**	20,456	20,344
Número de balcões e sucursais	**600**	650	644
Rácio de eficiência	**71.7%**	63.3%	64.8%

Resultados das operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O resultado do exercício diminuiu EUR 576 milhões, ou 65,3%, para EUR 306 milhões. Isto foi o resultado da diminuição em proveitos de exploração de EUR 94 milhões, um aumento nas despesas operacionais de EUR 282 milhões, um aumento de EUR 383 milhões em provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito e uma diminuição de EUR 183 milhões em encargos fiscais.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração diminuíram EUR 94 milhões, ou 2,3%, para EUR 4.078 milhões, devido primariamente a uma diminuição nos juros de crédito líquidos e outros proveitos de exploração, parcialmente compensados por um aumento nos resultados de transacções financeiras.

- Os juros de crédito líquidos diminuíram em EUR 159 milhões, ou 5,3%, resultantes da inclusão de uma margem de juro negativa das carteiras da Gestão de Activos e Passivos do Grupo economicamente alocados ao Estado Holandês, parcialmente compensada pelos rendimentos de juros sobre os proveitos da venda de Gestão de Activos. Juros brutos aumentados, resultantes de maiores volumes de créditos hipotecários e créditos comerciais não compensaram devido a menores margens. As margens nas depositas e poupanças também caíram devido à migração para produtos e depósitos de poupança com maiores rendimentos.
- Os resultados de transacções financeiras aumentaram EUR 165 milhões, reflectindo um resultado positivo na alienação de alguma gestão de capital relacionada com as transacções garantidas.

- Os outros proveitos de exploração diminuíram EUR 74 milhões, ou 30.3%. Os número de 2007 incluem uma mais-valia na venda de alguns balcões e sucursais.

Despesas de exploração

As despesas de exploração aumentadas EUR 282 milhões, ou 10,7%, para EUR 2.923 milhões. As despesas de exploração de 2008 incluem uns encargos de reestruturação de EUR 175 milhões, enquanto em 2007 tinha sido libertada uma provisão de reestruturação de EUR 46 milhões. Os encargos de reestruturação relacionam-se com os custos de integração e reestruturação, bem como os custos relacionados com a preparação para possível venda resultante do Remédio CE. Ajustadas para os encargos de reestruturação de EUR 175 milhões, as despesas de exploração aumentaram EUR 107 milhões devido a um aumento nos custos com pessoal, emergentes de uma análise detalhada das provisões relacionadas com o pessoal e uma provisão para os custos estimados para o Grupo relacionados com o esquema de garantia de depósitos na Holanda.

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito

As provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito aumentaram EUR 383 milhões, para EUR 761 milhões, principalmente relacionado com a carteira das pequenas e médias empresas.

Resultados das operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O resultado do exercício aumentou EUR 126 milhões, ou 16,7%, para EUR 882 milhões. Isto foi o resultado de um aumento de EUR 101 milhões em proveitos de exploração, um aumento de EUR 3 milhões em despesas de exploração, um aumento de EUR 3 milhões em provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito e uma diminuição de EUR 31 milhões em encargos fiscais.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração aumentaram EUR 101 milhões, ou 2,5%, para EUR 4.172 milhões, devido principalmente a um aumento na margem financeira, resultados de serviços e comissões e resultados de transacções financeiras.

- A margem financeira aumentou EUR 43 milhões, ou 1,5%, impulsionada pelo crescimento dos créditos, aumentos nos volumes de poupança e melhores margens em produtos de poupança, parcialmente compensados por margens de empréstimos num mercado crescentemente competitivo.
- Os resultados em operações financeiras e resultados de transacções financeiras aumentaram em EUR 39 milhões, ou 53,4%, reflectindo circunstâncias favoráveis do mercado.

Despesas de exploração

As despesas de exploração aumentaram EUR 3 milhões, para EUR 2.641 milhões, reflectindo custos com pessoal (EUR 159 milhões) mais elevados, como resultado de um aumento de equivalentes a tempo integral (de 20.344 em 2006 para 20.456 em 2007), parcialmente compensados por menores regularizações internas e menores custos de automação, consultoria e despesas comerciais (EUR 84 milhões). Em 2007, foi libertada uma provisão de reestruturação EUR 46 milhões, enquanto em 2006, as despesas de exploração incluíram uns encargos de reestruturação de EUR 31 milhões.

UN Clientes Privados

Informação seleccionada

O quadro seguinte apresenta a informação seleccionada em relação à UN Clientes Privados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Margem financeira	**401**	459	494
Resultados de serviços e comissões	**572**	760	675
Resultados em operações financeiras	**78**	72	54
Resultados de transacções financeiras	**(13)**	8	4
Resultados por equivalência patrimonial	**1**	–	2
Outros proveitos de exploração	**72**	91	75
Proveitos de exploração	**1,111**	1,390	1,304
Despesas de exploração	**863**	969	916
Resultado corrente	**248**	421	388
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	**15**	–	6
Lucro líquido antes de impostos	**233**	421	382
Impostos	**68**	123	111
Resultados líquidos	**165**	298	271
Activo total	**18,239**	19,594	20,498
Activos ponderados em função dos riscos	**7,804**	8,184	7,662
Activos sob gestão (em mil milhões de euros)	**102**	140	142
Pessoal equivalente a tempo integral	**3,962**	3,137	3,212
Número de balcões e sucursais	**95**	94	94
Rácio de eficiência	**77.7%**	69.7%	70.2%

Resultados das operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O resultado do exercício diminuiu EUR 133 milhões, ou 44,6%, para EUR 165 milhões. Isto foi resultado de uma diminuição nos proveitos de exploração de EUR 279 milhões, uma diminuição nas despesas de exploração de EUR 106 milhões, um aumento nas provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito de EUR 15 milhões, parcialmente compensado por uma diminuição em impostos de EUR 55 milhões.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração diminuíram em EUR 279 milhões, ou 20,1%, para EUR 1.111 milhões, principalmente causados por níveis inferiores de Activos sob Gestão, devido a volumes inferiores de investimento. A diminuição foi causada por uma forte descida nos mercados financeiros durante 2008, os desinvestimentos no Reino Unido e Gibraltar, e uma transferência das operações na Índia e Indonésia para o RBS.

- Os juros líquidos credores diminuíram EUR 58 milhões, ou 12,6%, devido principalmente a saldos de clientes inferiores nas contas de poupança, combinada com taxas de clientes superiores, o que erodiu as margens de juro.
- Os proveitos não juros diminuíram EUR 221 milhões, ou 23,7%, principalmente impulsionados por menores resultados de serviços e comissões, resultante de menos Activos sob Gestão, que diminuíram EUR 38 mil milhões para EUR 102 mil milhões. Esta descida reflecte uma redução de novos activos e valores inferiores de activos, devido à deterioração dos mercados financeiros. Os proveitos não juros incluem uma imparidade de EUR 24 milhões de investimentos de fundos próprios disponíveis para venda, detidos em relação a actividades de seguros.

Despesas de exploração

As despesas de exploração diminuíram EUR 106 milhões, ou 10,9%, para EUR 863 milhões, resultante de acções de gestão de custos durante o ano. Os resultados em 2008 incluem EUR 33 milhões de custos de reestruturação, enquanto 2007 incluiu uma libertação de reestruturação de EUR 2 milhões. Os equivalentes a tempo integral aumentaram de 3.137 em 2007 para 3.962 em 2008, que foram causadas pela transferência de pessoal de serviço e função dos negócios regionais para a UN Clientes Privados.

Resultados das operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O resultado do exercício aumentou EUR 27 milhões, ou 10,0%, para EUR 298 milhões. Isto reflecte um aumento nos proveitos de exploração de EUR 86 milhões, um aumento nas despesas de exploração de EUR 53 milhões e um aumento nos encargos fiscais de EUR 12 milhões.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração aumentaram EUR 86 milhões, ou 6,6%, para EUR 1.390 milhões, primariamente impulsionados por aumentos na Holanda e Ásia.

- A margem financeira diminuiu EUR 35 milhões, ou 7,1%, devido principalmente a uma forte pressão nas margens, resultante de uma curva de rendimento plana durante 2007. Isto afectou especificamente as margens nas contas de poupança.
- Os proveitos não juros aumentaram 14,9% ou EUR 121 milhões, principalmente impulsionados por resultados de serviços e comissões mais elevados, reflectindo volumes superiores de produtos não juros, tal como acções, fundos de investimentos e produtos estruturados. Os Activos sob Gestão diminuíram EUR 2 mil milhões para EUR 140 mil milhões, reflectindo a venda das operações de Miami, Uruguai, Vermogensgroep e UK Private Banking. As condições do mercado financeiro, especialmente no quarto trimestre de 2007, resultaram numa redução do valor da carteira que foi compensado por uma nova entrada de dinheiro em 2007.

Despesas de exploração

As despesas de exploração aumentaram EUR 53 milhões, ou 5,8%, para EUR 969 milhões. Os resultados em 2006 incluíam uma libertação de reestruturação de EUR 27 milhões, enquanto os de 2007 incluíram uma libertação de reestruturação de EUR 2 milhões.

Itens Centrais

Itens Centrais inclui as funções de sede e itens que não estão alocados a Membros individuais do Consórcio, tal como a carteira de *private equity* e o investimento no Saudi Hollandi Bank. Os juros no montante de compensação ao Santander também estão incluídos.

Informação seleccionada

O quadro seguinte apresenta a informação seleccionada em relação à UN Itens Centrais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006.

(em milhões de euros)	IFRS			Efeito de consolidação [1]			Excluindo efeito consolidação *(medição não PCGA)*		
	2008	2007	2006	**2008**	2007	2006	**2008**	2007	2006
Margem financeira	**12**	(1,010)	(533)	**(45)**	(220)	(342)	**57**	(790)	(191)
Resultados de serviços e comissões	**(51)**	204	92	**–**	–	–	**(51)**	204	92
Resultados em operações financeiras	**(399)**	(125)	102	**–**	3	(3)	**(399)**	(128)	105
Resultados de transacções financeiras	**(347)**	906	621	**(36)**	46	15	**(311)**	860	606
Resultados por equivalência patrimonial	**66**	121	133	**–**	1	–	**66**	120	133
Outros proveitos de exploração	**10**	765	462	**–**	–	–	**10**	765	462
Proveitos de participações de *private equity* consolidadas	**1,726**	3,836	5,313	**1,726**	3,836	5,313	**–**	–	–
Proveitos de exploração	**1,017**	4,697	6,190	**1,645**	3,666	4,983	**(628)**	1,031	1,207
Despesas de exploração	**2,125**	5,053	5,461	**1,635**	3,634	4,939	**490**	1,419	522
Resultado corrente	**(1,108)**	(356)	729	**10**	32	44	**(1,118)**	(388)	685
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	**2**	(7)	107	**–**	–	–	**2**	(7)	107
Lucro / (prejuízo) líquido antes de impostos	**(1,110)**	(349)	622	**10**	32	44	**(1,120)**	(381)	578
Impostos	**(294)**	(554)	(159)	**10**	32	44	**(304)**	(586)	(203)
Resultados líquidos	**(816)**	205	781	**–**	–	–	**(816)**	205	781
Activo total [2]	**11,508**	177,087	262,909	**435**	1,698	4,537	**11,073**	175,389	258,372
Activos ponderados em função dos riscos [2]	**3,915**	79,187	129,554				**3,915**	79,187	129,554
Pessoal equivalente a tempo integral [2]	**3,713**	16,409	35,299	**2,594**	13,168	30,881	**1,119**	3,241	4,418
Número de balcões e sucursais [2]	**10**	3,236	3,608				**10**	3,236	3,608
Rácio de eficiência [3]	**208.9%**	107.6%	88.2%	**99.4%**	99.1%	99.1%	**_**	137.6%	43.3%

1 É o impacto por rubrica dos investimentos de private equity que têm quer ser consolidados segundo as IFRS. Ver a secção de políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras.
2 Inclui operações descontinuadas.
3 Foram excluídos os rácios de eficiência negativos.

Resultados das operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

O resultado do exercício diminuiu EUR 1.021 milhões para um prejuízo de EUR 816 milhões. Isto foi o resultado de uma diminuição nos proveitos de exploração de EUR 3.680 milhões (não PCGA: diminuição EUR 1.659 milhões), uma diminuição nas despesas de exploração de EUR 2.928 milhões (não PCGA: diminuição de EUR 929 milhões) e uma diminuição nos benefícios fiscais de EUR 260 milhões (não PCGA: diminuição de EUR 282 milhões).

A diminuição nos proveitos e despesas de exploração IFRS resultam da diminuição do efeito de consolidação. O efeito de consolidação diminuiu devido à venda de investimentos de Private Equity em 2008 e devido a uma alteração no controlo de gestão em 2007. A carteira de investimentos, desde da mudança de controlo gerido por uma sociedade de gestão independente, já não está consolidado, mas foi, em vez disso, transportado ao justo valor com as alterações de valor a terem um impacto directo na demonstração de resultados.

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração diminuíram EUR 3.680 milhões, ou 78,3%, para EUR 1.017 milhões (não PCGA: diminuição de EUR 1.659 milhões), devido principalmente resultados mais baixos em Gestão de Activos e Passivos do Grupo, resultados negativos da carteira de Private Equity (aproximadamente EUR 800 milhões) e resultados mais baixos da nossa participação no Unicredit (aproximadamente EUR 800 milhões), que foi completamente desinvestido em 2008. Os resultados da carteira de Private Equity e a participação no Unicredit foram ambos negativos em 2008. Isto foi parcialmente compensado por rendimentos de juros sobre os proveitos da venda do Banca Antonveneta e a venda do Banco Real para o Santander. O número de 2007 inclui a mais-valia da venda da parte do ABN AMRO na Capitalia, que foi paga em troca por acções do Unicredit (EUR 624 milhões) e a mais-valia da venda das operações de Banca Privada na América Latina em Miami e Uruguai, incluindo as carteiras da América Latina geridas na Suíça e Luxemburgo (EUR 77 milhões).

No curso de 2008, a maioria das carteiras Gestão de Activos e Passivos do Grupo foram alocadas aos negócios adquiridos pelos respectivos Membros do Consórcio. Consequentemente, a maioria dos resultados de Gestão de Activos e Passivos do Grupo deixaram de ser registados em Itens Centrais.

- A margem financeira aumentou EUR 1.022 milhões (não PCGA: aumentou EUR 847 milhões), devido principalmente aos juros sobre as mais-valias da venda do Banca Antonveneta e a venda do Banco Real e devido à transferência das carteiras do Gestão de Activos e Passivos do Grupo como acima explicado.
- Os resultados dos serviços e comissões diminuíram EUR 255 milhões, devido principalmente à transferência das carteiras de Gestão de Activos e Passivos do Grupo como acima explicado.
- Os resultados em operações financeiras diminuíram EUR 274 milhões (não PCGA: diminuição de EUR 271 milhões), devido principalmente à transferência das carteiras de Gestão de Activos e Passivos do Grupo como acima explicado.
- Resultados de transacções financeiras diminuíram EUR 1.253 milhões (não PCGA: diminuição de EUR 1.171 milhões), devido principalmente a resultados mais baixos da carteira Private Equity (aproximadamente EUR 800 milhões) e resultados mais baixos da nossa participação em Unicredit (aproximadamente EUR 800 milhões) provocados pelos desenvolvimentos do preço das acções antes da alienação em 2008.
- Os outros proveitos de exploração diminuíram EUR 755 milhões para EUR 10 milhões. Os números de 2007 incluem a mais-valia na venda da parte do ABN AMRO na Capitalia, que foi paga em troca com acções do Unicredit (EUR 624 milhões) e a mais-valia na venda das operações de Banca Privada da América Latina em Miami e Uruguai, incluindo as carteiras da América Latina geridas na Suíça e Luxemburgo (EUR 77 milhões).

Despesas de exploração

As despesas de exploração diminuíram EUR 2.928 milhões (não PCGA: diminuição de EUR 929 milhões). Os resultados em 2008 incluíam uns encargos de reestruturação de EUR 167 milhões, enquanto os de 2007 incluíam uma libertação de reestruturação de EUR 14 milhões. As despesas de exploração em 2007 incluíam uma provisão para a investigação do Departamento de Justiça dos EUA (EUR 365 milhões), taxas de consultoria relacionada com transacções (EUR 211 milhões), a cláusula de indemnização ao Barclays (EUR 200 milhões), custos de aquisição acelerada de planos de pagamento com base em acções (EUR 117 milhões) e custos de transição e integração (EUR 95 milhões).

Impostos

Os encargos fiscais aumentaram EUR 260 milhões (não PCGA: aumentaram EUR 282 milhões) para um benefício de EUR 294 milhões (não PCGA: EUR 304 milhões), devido principalmente a imparidades de activos por impostos diferidos, enquanto 2007 incluíam mais-valias isentas de impostos em alienação, bem como em exoneração de impostos.

Resultados das operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O resultado do exercício diminuiu EUR 576 milhões para EUR 205 milhões. Isto foi o resultado de uma diminuição nos proveitos de exploração de EUR 1.493 milhões (não PCGA: diminuiu EUR 176 milhões), uma diminuição nas despesas de exploração de EUR 408 milhões (não PCGA: diminuiu EUR 897 milhões), uma diminuição nas As provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito de EUR 114 milhões e um aumento nos benefícios fiscais de EUR 395 milhões (não PCGA: aumentou EUR 383 milhões).

Proveitos de exploração

Os proveitos de exploração diminuíram EUR 1.493 milhões, ou 24,1%, para EUR 4.697 milhões; não PCGA: diminuíram EUR 176 milhões, devido principalmente a resultados mais baixo na negociação da carteira própria nas actividades de mercados globais reportadas em Itens Centrais e custos de financiamento mais elevados. Isto foi parcialmente compensado por ganhos na carteira de *credit default swap* que foram beneficiadas pelo aumento geral do *spread* que ocorreu durante o ano (EUR 116 milhões), um ganho em risco de crédito próprio (EUR 115 milhões), ambos registados em resultados de transacções financeiras, a mais-valia na venda da Capitalia em que as acções foram pagas com acções do Unicredit (EUR 624 milhões) e a mais-valia na venda das operações de Banca Privada da América Latina em Miami e Uruguai, incluindo as carteiras da América Latina geridas na Suíça e Luxemburgo (EUR 77 milhões), ambas registadas em outros proveitos.

- A margem financeira diminuiu EUR 477 milhões (não PCGA: diminuíram EUR 599 milhões), devido principalmente aos custos de financiamento mais elevado e a proveitos de investimentos mais baixos, no seguimento de vendas mais baixas de obrigações disponíveis para venda do que em 2006.
- Resultados em operações financeiras diminuíram EUR 227 milhões (não PCGA: diminuíram EUR 233 milhões) para uma perda de EUR 125 milhões (não PCGA: perda de EUR 128 milhões), devido principalmente a proveitos mais baixos na negociação de carteira própria no negócio do mercado global.
- Os resultados de transacções financeiras aumentaram EUR 285 milhões (não PCGA: EUR 254 milhões) devido aos ganhos em *mark-to-market* no capital e cobertura de risco (carteira de *credit default swap*) que beneficiou do aumento geral dos *spreads* de crédito que ocorreu durante o ano e os ganhos das alterações no justo valor relacionado com o risco de crédito próprio de EUR 115 milhões, parcialmente compensado por mais-valias em obrigações disponíveis para venda.
- Os outros proveitos operacionais aumentaram EUR 303 milhões para EUR 765 milhões devido à mais-valia na venda da participação do ABN AMRO na Capitalia que foi paga em troca de acções Unicredit (EUR 624 milhões) e devido à mais-valia na venda das operações de Banca Privada na América Latina em Miami e Uruguai, incluindo as carteiras da América Latina geridas na Suíça e Luxemburgo (EUR 77 milhões). Os números de 2006 incluem a mais-valia da venda do negócio de Futuros (EUR 229 milhões) e a mais-valia da venda do Kereskedelmi és Hitelbank Rt. (EUR 208 milhões).

Despesas de exploração

As despesas de exploração diminuíram EUR 408 milhões (não PCGA: aumento de EUR 897 milhões). As despesas de exploração em 2007 incluíram uma provisão para a investigação do Departamento de Justiça do EUA (EUR 365 milhões), taxas de consultoria relacionadas com transacções (EUR 211 milhões), a cláusula de indemnização ao Barclays (EUR 200 milhões), custos de aquisição acelerada de planos de pagamento com base em acções (EUR 117 milhões) e custos de transição e integração (EUR 95 milhões). Os resultados em 2006 incluíam encargos de reestruturação de EUR 5 milhões, enquanto os de 2007 incluíam uma libertação de reestruturação de EUR 14 milhões.

Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito

As provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito diminuíram EUR 114 milhões para uma libertação de EUR 7 milhões. Os resultados de 2006 incluíram uma provisão para o negócio de Futuros (EUR 72 milhões) que foi vendido à UBS neste ano.

Impostos

Os encargos fiscais desceram EUR 395 milhões (não PCGA: diminuíram EUR 383 milhões) para um benefício de EUR 554 milhões (não PCGA: EUR 586 milhões), devido principalmente a maiores isenções de mais-valias sobre as alienações, bem como a exoneração do imposto.

Mercado de crédito e exposições relacionadas

Nota explicativa

As seguintes divulgações fornecem informação sobre algumas actividades de negócio do Grupo afectadas pelos acontecimentos de mercados sem precedentes de 2008, com uma focalização na negociação e posições disponíveis para venda. Na preparação destas divulgações, o Grupo tomou em consideração as principais recomendações na prática de divulgação do Financial Stability Forum emitidas em Abril de 2008 e o relatório "Medição e divulgação do justo valor dos instrumento financeiros em mercados que já não estão activos'" do Painel Consultivo de Peritos da IASB, publicado em Outubro de 2008.

Cada divulgação nesta secção começa com um resumo do tópico discutido. Pormenores subsequentes são então fornecidos nas subsecções e devem ser lidos em conjunção com todas as divulgações nesta secção.

Nesta secção serão utilizadas as seguintes abreviaturas:

ABCP	Papel comercial com base em acções
ABS	Asset-backed securities
CDO	Collateralised debt obligations
CDPC	Sociedade de produtos derivados de crédito
CDS	Credit default swap
CLO	Collateralised loan obligations
CMBS	Commercial mortgage-backed securities
CP	Papel comercial
CVA	Ajustamento da avaliação de crédito
IASB	International Accounting Standards Board
RMBS	Residential mortgage-backed securities
SIV	Veículo de investimento estruturado
SPE	Entidade de finalidade especial

Antecedentes do mercado

Em geral, 2008 foi caracterizado pela rápida perturbação dos mercados financeiros. Em muitos casos, a dramática crise de liquidez e um aumento nos custos de financiamento para as instituições financeiras resultou na relutância ou inabilidade dos participantes do mercado em transaccionar e teve afectou negativamente o desempenho da maioria das instituições financeiras a nível global, incluindo o Grupo. Os mercados bolsistas sofreram quedas extraordinárias e os níveis de volatilidade atingiram novos recordes máximos. Os preços das matérias-primas reduziram-se notoriamente no segundo semestre do ano e os spreads de crédito continuaram a subir. A percepção do mercado do risco de contraparte aumentou e a ausência de fornecedores de protecção de crédito importantes causaram perdas no justo valor e ainda aumentou os custos de mitigação da exposição ao crédito. As quedas sustentadas globalmente nos preços do imobiliário, residencial e comercial, valorizações de fundos e deterioração do desempenho dos créditos combinados com uma sustentada falta de liquidez no mercado, resultou numa maior quantidade de activos a serem avaliados a preços significativamente mais baixas.

O primeiro trimestre de 2008 viu a continuação das carências de crédito e liquidez sofridas em 2007, culminando no quase colapso do Bear Stearns em Março. O centro dos problemas de crédito continuou a ser o mercado ABS, com deterioração dos dados económicos dos Estado Unidos, suportando maiores níveis de expectativa de incumprimento no mercado imobiliário. No entanto, estas expectativas de incumprimento começaram a ir para além do mercado do *sub-prime* com Alt A e outras classes não conformes de créditos a verem, particularmente, uma significativa deterioração de preços. Além disso, preocupações económicas mais amplas levaram a pesadas perdas de justo valor no mercado dos *commercial mortgage-backed securities*, na dívida das empresas e nas exposições aos créditos alavancados.

Durante o segundo trimestre, os preços ABS inicialmente reagruparam-se e estabilizaram-se, no entanto, para o fim do trimestre tornou-se nítida uma tendência negativa no preço das habitações na Europa e, nos Estados Unidos, a reacção do mercado às hipotecas de *sub-prime* estenderam-se aos créditos *prime* e *near prime*. Os spreads do crédito às empresas seguiram um padrão semelhante reagindo à subida dos preços do petróleo, pressões inflacionárias e subida contínua da EURIBOR/LIBOR apesar dos cortes na taxa base.

Os spreads de crédito continuaram a aumentar em todo o mercado durante o terceiro trimestre e os níveis de liquidez reduziram-se ainda mais, resultando em pressão sobre os bancos e a economia em todo o mundo. Isto culminou com a falência do Lehman Brothers em Setembro e posterior consolidação do mercado e a intervenção dos governos em todo o mundo para dar apoio ao sector bancário.

Durante o quarto trimestre, houve uma continuada falta de confiança no mercado interbancário, com a procura de investimentos estáveis que resultou em spreads negativos nos títulos do tesouro dos Estados Unidos. Os preços das empresas e ABS desceram ainda mais, particularmente nos últimos dois meses do ano, aumentando a pressão nas posições do capital do banco. O ano terminou com a S&P a baixar as notações de créditos em onze bancos globais, incluindo o ABN AMRO.

Resumo geral

quadro seguinte apresenta um resumo de alto nível das exposições líquidas do Grupo.

(em milhões de euros)	31 de Dezembro	
	2008	2007
Exposição líquida [1]		
Asset-backed securities		
- detidos para negociação	**5,493**	10,294
- disponível para venda	**22,571**	30,528
Total *asset-backed securities*	**28,064**	40,822
Exposição líquida *monolines*	**2,173**	1,089
Exposição líquida CDPC	**1,645**	993
Sindicação e empréstimos alavancados	**2,472**	5,254

1 *A exposição líquida é o valor escriturado após tomar em consideração a protecção de cobertura comprada dos monolines e outras contrapartes. A cobertura dá protecção conta os fluxos de caixa nocional e de juros devido aos detentor dos instrumentos de dívida ou no caso de incumprimento pela contraparte do título.*

O total da exposição líquida do Grupo em ABS de EUR 28 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 diminuiu significativamente durante 2008, como resultado das transferências para a RBS, ajustes de justo valor e movimentos de divisas. As perdas mais significativas de justo valor foram reconhecidas na exposição das *super senior* CDO.

EUR 23 mil milhões da exposição líquida total é relativa à posição RMBS do Grupo, incluindo hipotecas hipotecárias (EUR 11 mil milhões) e posições RMBS com hipotecas dos activos subjacentes garantidas pelo governo holandês (EUR 8 mil milhões). Em 31 de Dezembro de 2008, 97% da posição total RMBS tinha a classificação AAA.

O ajustamento de avaliação do crédito nos *monolines*, bem como nas CDPC, aumentou significativamente durante 2008 como resultado do aumento dos *spreads* de crédito e da descida de rating de algumas *monolines*.

A posição da sindicação e a carteira de créditos alavancados diminui significativamente, como resultado das vendas e imparidades registadas.

Exposições garantidas por activos

Concentrações significativas de riscos e perdas

As actividades de mercado de crédito do Grupo originaram concentrações de risco que foram particularmente afectadas pela perturbação do mercado sofrida o segundo semestre de 2007. Os quadros que se seguem resumem as exposições líquidas e os valores escriturados no balanço destes valores mobiliários por classificação de medição, com posterior comentário nesta secção sobre os produtos específicos mencionados.

(em milhões de euros)	Detidas para negociação		Disponível para venda		Total ABS	
	2008	2007	**2008**	2007	**2008**	2007
Exposição líquida [1]						
RMBS	**4,039**	6,132	**8,011**	9,143	**12,050**	15,275
Obrigações hipotecárias	**–**	–	**10,858**	11,017	**10,858**	11,017
CNBS	**344**	–	**–**	918	**344**	918
CDO & CLO	**853**	3,504	**327**	2,931	**1,180**	6,435
Outros ABS	**257**	658	**3,375**	6,519	**3,632**	7,177
Total	**5,493**	10,294	**22,571**	30,528	**28,064**	40,822
Valor escriturado [2]						
RMBS	**4,096**	6,132	**8,011**	9,143	**12,107**	15,275
Obrigações hipotecárias	**–**	–	**10,858**	11,017	**10,858**	11,017
CNBS	**592**	1,339	**–**	918	**592**	2,257
CDO & CLO	**4,224**	8,060	**327**	2,931	**4,551**	10,991
Outros ABS	**257**	659	**3,375**	6,519	**3,632**	7,178
Total	**9,169**	16,190	**22,571**	30,528	**31,740**	46,718

1 A exposição líquida é o valor escriturado após tomar em consideração a protecção de cobertura comprada dos monolines e outras contrapartes. A cobertura dá protecção conta os fluxos de caixa nocional e de juros devido aos detentor dos instrumentos de dívida ou no caso de incumprimento pela contraparte do título.
2 O valor escriturado é o montante registado no balanço

Os *asset-backed securities* (ABS) são título que representam um interesse numa *pool* subjacente de activos referenciados. A *pool* referenciada pode incluir quaisquer activos que atraem um conjunto de fluxos de caixa associados, mas são, habitualmente, *pools* de hipotecas residenciais ou comerciais e, no caso de *collaterised debt obligations* (CDO), a *pool* referenciada pode ser de ABS ou outras classes de activos. O processo pelo qual os riscos e recompensas da *pool* são passados para investidores através da emissão de títulos com diferente senioridade é comummente referido como titularização.

Residential mortgage-backed securities (incluindo obrigações hipotecárias)

Os *residential mortgage-backed securities* (RMBS) são títulos que representam um interesse numa carteira de hipotecas residenciais. As amortizações pagas nas hipotecas subjacentes são utilizadas para fazer pagamento aos detentores dos RMBS. O risco dos RMBS varia primariamente em função da qualidade e região geográfica dos activos hipotecários subjacentes e a melhoria do risco de crédito da estrutura de titularização.

Várias tranches de cupões são emitidas, cada uma titularizada pela mesma carteira de hipotecas, mas proporcionando diferentes níveis de senioridade para adequar-se à assunção de risco dos investidores. Os cupões mais juniores (ou *equity*) sofrerão primeiro as perdas de capital e juros sofridas pela garantia hipotecária, com cada cupão mais sénior a beneficiarem da protecção proporcionada pelos cupões subordinados abaixo. As melhorias no risco de crédito adicionais podem ser proporcionadas ao detentor dos cupões RMBS seniores, incluindo garantias sobre o valor das exposições, frequentemente proporcionada por seguradores *monoline*

As principais categorias de hipotecas que servem de garantia aos RMBS detidos pelo Grupo são descritas abaixo. Em 31 de Dezembro de 2008, 97% da carteira RMBS total estava classificada como AAA e são, primariamente, posições europeias.

Os *créditos imobiliários sub-prime* são empréstimos a mutuários de alto risco que, tipicamente, enfraqueceram as histórias de crédito que incluem atrasos nos pagamentos e, potencialmente, problemas mais graves como processos judiciais e falências. Eles também podem apresentar uma reduzida capacidade de reembolso como medido por *credit scores*, rácios de dívida elevada em relação aos rendimentos ou outros critérios que indicam um risco mais elevado de incumprimento.

As *obrigações hipotecárias* são instrumentos de dívida que têm recurso a uma *pool* de activos hipotecários, onde os investidores têm privilégios se ocorrer um incumprimento. Estes activos subjacentes estão segregados dos outros activos detidos pela entidade emitente.

Os *RMBS prime garantidos* são RMBS garantidos por uma carteira de hipotecas que são garantidas pelo Estado Holandês.

Os *outros créditos imobiliários prime* são aqueles que têm uma qualidade de crédito mais elevada do que os créditos imobiliários não conforme e *sub-prime* e excluem os créditos hipotecários garantidos.

O quadro abaixo apresenta as exposições líquidas RMBS do Grupo por classificação de medição e tipo de activo subjacente..

(em milhões de euros)	31 de Dezembro de 2008					31 de Dezembro 2007				
	Sub-prime	Obrigações hipotecárias	**Prime**		**Total**	Sub-prime	Obrigações hipotecárias	Prime		Total
		Garantido		Outro			Garantido		Outro	
Total										
Exposição líquida [1]										
Detido para negociação	**257**	**–**	**48**	**3,734**	**4,039**	1,192	–	–	4,940	6,132
Disponível para venda	**14**	**10,858**	**7,997**	**–**	**18,869**	492	11,017	8,183	468	20,160

1 Em relação às RMBS, excepto para a posição sub-prime de exposição líquida, é igual ao valor escriturado. Nenhuma protecção de cobertura foi comprada para estes instrumentos.

Durante 2008, uma parte significativa das posições de *sub-prime* foram transferidas para o RBS. A restante exposição líquida tinha origem na Europa e era, principalmente, classificada como AAA em 31 de Dezembro de 2008.

As obrigações hipotecárias têm todas origem na Europa, 80% das quais eram em Espanha. Em 2008, foi registada uma perda de justo valor de EUR 100 milhões em *equity*.

Os EUR 8 mil milhões de RMBS prime garantidos são baseados em créditos hipotecários garantidos pelo governo holandês e tinham classificação AAA em 31 de Dezembro de 2008.

As outras posições RMBS detidas para negociação de EUR 3,7 mil milhões têm origem na Europa, 45% das quais originárias da Holanda. A perda de justo valor reconhecida nos proveitos desta carteira durante 2008 foi de 200 milhões.

Commercial mortgage-backed securities

Os *commercial mortgage backed securities* (CMBS) são valores mobiliários que são titularizados por empréstimos hipotecários em terrenos e imóveis comerciais. Os títulos são estruturados do mesmo modo que um RMBS mas, tipicamente, os activos subjacentes referenciados terão um maior valor individual. O desempenho dos títulos está altamente dependente do sector imobiliário comercial referenciado e da região geográfica.

A exposição líquida da posição CMBS diminuiu devido principalmente à migração dos negócios para o RBS. Aproximadamente 80% das posições têm origem na Europa.

Collateralised debt obligations e Collateralised loan obligations garantidas por activos

Collateralised debt obligations (CDO) são títulos em que o desempenho está dependente de uma carteira de activos titularizados subjacentes referenciados. Os activos referenciados consistem geralmente em ABS, mas também podem incluir outras classes de activos. As *collateralised loan obligations* (CLO) representam títulos em entidades específicas (SPE), cujos activos são, primariamente, fluxos de cais de empréstimos alavancados subjacentes.

As exposições líquidas ABS CDO e CLO do Grupo incluem o seguinte:

(em milhões de euros)	31 de Dezembro	
	2008	2007
Super sénior CDO	**636**	2,139
Outras CDO	**362**	3,479
CLO	**182**	817
	1,180	6,435

As exposições CDO do Grupo incluem CDO estruturas pelo Grupo que foram incapazes de serem vendidas a terceiros devido a mercados prevalentemente ilíquidos.

Super sénior CDO

As CDO super sénior representam as posições mais seniores num CDO, tendo instrumentos de subordinação (usualmente representadas por uma combinação de classes *equity*, *mezzanine* e sénior notes) que absorvem perdas antes da classe super sénior ser afectada. As perdas apenas serão sofridas pelos detentores das classes super sénior após ter sido atingido um certo limiar de incumprimentos dos activos subjacentes de referência. O limiar é usualmente mencionado em termos de percentagem de incumprimentos da restante *pool*, e conhecido como “attachment point”. Estes instrumentos super sénior têm um rating AAA no ponto de origem ou são seniores em relação a outras classes com classificação AAA na mesma estrutura. O nível de incumprimento que ocorre em recentes créditos hipotecários *sub-prime vintage* e outras classes de activos foi superior ao originalmente esperado. Isto significou que as posições subordinadas diminuíram significativamente em valor, qualidade de crédito e rating e, como resultado, as classes super sénior das CDO têm uma maior probabilidade de sofrer perdas do que na origem. Os ratings da maioria dos colaterais subjacentes estão agora abaixo do grau do investimento.

Dependendo da qualidade dos activos de referência subjacentes na emissão, as classes super sénior serão classificadas como grau alto ou *mezzanine*. A maioria da exposição total do Grupo relaciona-se com as classes super sénior de grau alto das ABS CDO. O quadro abaixo resume os montantes escriturados e as exposições líquidas após protecção de cobertura das CDO super sénior do Grupo em 31 de Dezembro de 2008. O rating do colateral é determinado em referência aos ratings S&P quando disponíveis. Quando os ratings S&P não estão disponíveis, foram utilizados os ratings inferiores da Moody’s e Fitch.

(em milhões de euros)	31 de Dezembro	
	2008	2007
	Grau alto	Grau alto
Exposição bruta	**3,588**	3,822
Cobertura e protecção	**(939)**	(889)
	2,649	2,934
Abatimentos acumulados na posição aberta líquida	**(2,013)**	(795)
Exposição líquida após coberturas	**636**	2,139
	%	%
Preço médio	**24**	73
Que foram originados em:		
2005 e antes	**1**	1
2006	**33**	33
2007	**66**	66
Colateral por rating 1 na data de relato:		
AAA	**51**	82
BBB e acima	**20**	3
Grau não investimento	**29**	15

1 Os rating de crédito baseiam-se nos ratings das agencies Standard & Poor's (S&P), Moody's e Fitch e foram mapeados na escala S&P. % baseada na exposição bruta.

A alteração da exposição líquida durante o ano é analisada no quadro abaixo.

(em milhões de euros)	**2008**
Exposição líquida em 1 de Janeiro de 2008	**2,139**
Perdas através dos resultados	**(1,581)**
Divisas e outros movimentos	**78**
Exposição líquida em 31 de Dezembro de 2008	**636**

Outras CDO's

A exposição líquida das exposições a outras CDO sénior do Grupo reduziu-se significativamente devido à transferência de uma parte significativa da carteira disponível para venda para o RBS e movimentos de divisas. As restantes posições têm classificação AAA e a perda ao justo valor foi insignificante, devida principalmente às primeiras *viintage*, pois os activos subjacentes a estas estruturas não se deterioram ao mesmo nível como os títulos mais recentemente emitidos.

CLOs

Collateralised loan obligations representam os títulos em SPEs, em que os activos são, primariamente, fluxos de caixa de empréstimo alavancados subjacentes. A diminuição da exposição deve-se largamente à protecção comprada para estas posições.

Outros asset backed securities

A exposição líquida às outras *asset backed securities* cifra-se em EUR 3,6 mil milhões (2007: 7,2 mil milhões) dos quais EUR 3,3 mil milhões estão relacionados com *covered bonds* europeias. Os restantes EUR 300 milhões incluem outros *assets backed securities* emitidas por veículos de titularização, semelhantes aos do das estruturas RMBS e CMBS, em que os activos gerados de *cash flow*s de referência não são créditos hipotecários. A grande variedade de activos subjacentes referenciados resulta em diferentes níveis de desempenho dos activos. Durante 2008 EUR, 2,4 mil milhões de outros *asset backed securities* foram transferidos para o RBS.

Outras exposições relacionadas com créditos hipotecários

O Grupo tem uma posição significativa em crédito hipotecário residencial de EUR 94,2 mil milhões (2007: EUR 95,5 mil milhões). Estes créditos hipotecários têm origem, principalmente, na Holanda e são, na sua maioria, *prime*. Durante 2008, o número de transacções no mercado hipotecário holandês diminui como resultado num declínio do volume total do mercado hipotecário holandês. O Grupo calibra os modelos para determinar periodicamente a imparidade. Em 2008, o mercado da habitação foi estável e como resultado o risco da carteira não se alterou significativamente.

Ajustamento da avaliação do risco de crédito da contraparte

Ajustamentos da avaliação do crédito

Os ajustamentos da avaliação do crédito (CVA) representam uma estimativa do ajustamento do justo valor que um participante do mercado teria que incorporar o risco de crédito inerente nas exposições derivadas da contraparte.

O aumento dos *spreads* de crédito das contrapartes empresariais e instituições financeiras durante o ano contribuíram para um aumento significativo no nível de ajustamentos CVA registados em todas as contrapartes, particularmente, seguradores *monoline* e empresa de produtos derivadas de crédito ('CDPCs') conforme apresentado no quadro abaixo.

(em milhões de euros)	31 de Dezembro	
	2008	2007
Seguradores *monoline*	**2.822**	606
CDPC	**591**	61

O CVA do segurador *monoline* é calculado numa base negócio a negócio e é derivada utilizando os *spreads* de crédito *monoline* observáveis do mercado. A maioria do CVA *monoline* CVA é feita contra exposições de cobertura de derivados de crédito a ABS. O CVA dos CDPC é calculado usando uma abordagem semelhante. No entanto, na ausência de *spreads* de crédito observáveis no mercado, o custo de cobertura do risco de contraparte é estimado pela análise dos negócios subjacentes e o custo das perdas por incumprimento esperadas na cobertura em excesso do capital disponível em cada veículo.

Seguradores *monoline*

O Grupo comprou protecção a seguradores *monoline*, principalmente contra ABS, CDO e CLO específicos. Os seguradores *monoline* são entidades que se especializam no fornecimento de protecção de crédito contra fluxos de caixa nocionais e de juros devido aos detentores dos instrumentos de dívida no caso de incumprimento pela contraparte do título de dívida. A protecção é tipicamente detida na forma de derivados tais como *credit default swaps* (CDS) referenciando as exposições subjacentes detidas pelo Grupo.

Durante o ano, o valor de mercado dos títulos protegidos por seguradores *monoline* continuou a descer conforme os mercados se deterioravam. Como o justo valor dos activos protegidos declinaram, o justo valor da protecção CDS dos seguradores *monolines* aumentaram. Conforme os seguradores *monolines* concentraram as suas exposições aos riscos do mercado do crédito, a sua qualidade de crédito percebida deteriorou-se pois aumentaram as preocupações sobre a sua capacidade em satisfazer as suas obrigações contratuais. Isto resultou em níveis aumentados de CVA a serem registados na protecção comprada. A combinação de maior exposição e aumento dos spreads de crédito aumento ou nível de CVA necessário.

Os quadros abaixo analisam as detenções de CDS do Grupo com contrapartes *monoline*.

(em milhões de euros)	31 de Dezembro	
	2008	2007
Exposição bruta a *monolines*	**5,278**	1,695
Ajustamento da avaliação do crédito	**(2,822)**	(606)
Coberturas com contrapartes bancárias	**(283)**	–
Exposição líquida a *monolines*	**2,173**	1,089

A alteração no CVA é analisada no quadro abaixo.

(em milhões de euros)	**2008**
Em 1 de Janeiro de 2008	**606**
Perda líquida através dos resultados	**3,515**
CVA utilizado durante 2009	**(1,346)**
Divisas e outros movimentos	**44**
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**2,822**

O quadro seguinte apresenta os ratings dos activos seguros cobertos por contratos de seguros de créditos e um resumo detalhado do movimento relacionado na exposição bruta a seguradores *monolines*.

(em milhões de euros)	31 de Dezembro de 2008			31 de Dezembro de 2007		
	Montante nocional: activos protegidos	Justo valor: activos protegidos	Exposição bruta a *monoline*	**Montante nocional: activos protegidos**	**Justo valor: activos protegidos**	**Exposição bruta a *monoline***
Rating AAA / AA						
RMBS e CDO de RMBS	–	–	–	2,043	1,388	655
CMBS	540	445	95	4,408	4,010	398
CLO	2,888	2,196	692	5,182	5,050	132
Outros ABS	1,523	993	530	4,694	4,541	153
Outros	–	–	–	113	109	4
	4,951	3,634	1,317	16,440	15,098	1,342
Rating A / BBB						
RMBS e CDO de RMBS	1,186	417	769	–	–	–
CMBS	3,835	1,714	2,121	–	–	–
CLO	2,099	1,609	490	–	–	–
Outros ABS	436	221	215	–	–	–
Outros	277	161	116	–	–	–
	7,833	4,122	3,711	–	–	–
Grau de subinvestimento						
RMBS e CDO de RMBS	244	34	210	618	389	229
Outros	85	45	40	124	–	124
	329	79	250	742	389	353
RMBS e CDO de RMBS	1,429	450	979	2,661	1,777	884
CMBS	4,376	2,159	2,216	4,408	4,010	398
CLO	4,987	3,805	1,181	5,182	5,050	132
Outros ABS	1,959	1,214	745	4,694	4,541	153
Outros	363	206	157	237	109	128
	13,113	7,835	5,278	17,182	15,487	1,695

O Grupo também tem alguma exposição indirecta através de *wrapped securities* e *wrapped assets* que têm uma melhoria intrínseca do risco de crédito dos *monolines*. Estes títulos são negociados com o benefício desta melhoria do risco de crédito e, por conseguinte, qualquer deterioração no rating de crédito do *monoline* é reflectido no justo valor destes activos. Esta exposição indirecta diminuiu durante 2008, pois a maioria destas exposições foram transferidas para o RBS.

Empresas de produtos de derivados de crédito (CDPC)

As CDPC são empresas que vendem protecção para derivados de créditos que inicialmente tinham um rating de crédito AAA, baseadas em modelos para alocação de capital acordado com as agências de rating. As CDPC são semelhantes aos seguradores *monolines*. No entanto, ao contrário dos seguradores *monolines*, elas não são reguladas como seguradoras.

O Grupo tem exposição com CDPC, relacionadas principalmente com actividade de negociação de correlação. As transacções de negociação de correlação são primariamente impulsionadas pelas contrapartes que procuram exposição de crédito a cestos específicos de activos subjacentes. A protecção comprada a estas contrapartes pelo Grupo é composta por CDS com uma única entidade de referência e índice. Os *spreads* dos CDS aumentaram e a protecção tornou-se mais valiosa durante o ano, a exposição bruta às contrapartes CDPC aumentou.

A qualidade de crédito das contrapartes CDPC declinou durante o ano, em especial no segundo semestre, reflectindo o impacto negativo da concentração do risco de crédito num mercado em declínio. Em resultado disso, os ajustamentos CVA ao justo valor contra esses derivados aumentaram significativamente.

O quadro abaixo apresenta uma comparação *mark to market* da protecção de crédito comprada e o CVA no CDPC. O rating baseia-se no rating da CDPC:

	31 de Dezembro de 2008			31 de Dezembro de 2007		
(em milhões de euros)	Montante nocional: activos de referência	Mark to market	Ajustamento da avaliação do crédito	Montante nocional: activos de referência	Mark to market	Ajustamento da avaliação do crédito
Rating AAA / AA	6,547	1,282	256	25,942	1,054	61
Rating A / BBB	4,646	954	335	–	–	–
	11,193	2,236	591	25,942	1,054	61

O montante nocional diminuiu significativamente devido à transferência de uma parte significativa da posição CDPC para o RBS durante 2008.

Uma proporção significativa à exposição bruta em 31 de Dezembro de 2008 inclui tranches CDS com *attachment-detachment points* de 16% - 53% para aquelas cobertos por CDPC AAA / AA e 16% - 38% para os cobertos pelos CDPC com menor rating.

O movimento homólogo no CVA CDPC CVA é analisado a seguir:

(em milhões de euros)	**2008**
Em 1 de Janeiro de 2008	**61**
Perda líquida através dos resultados	**1,293**
CVA realizado – transferência para RBS	**(693)**
Divisas e outros movimentos	**(70)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**591**

Sindicações e empréstimos alavancados

A carteira de empréstimos sindicados representam os montantes retidos de posições de tomada firme onde o Grupo era o *lead manager* ou tomador firme, em excesso da participação de longo prazo prevista do Grupo e inclui empréstimos financeiros alavancados. O financiamento alavancado é comummente utilizado para facilitar transacções financeiras empresariais, tais como aquisições ou *buy-outs*. Um banco que age como *lead manager* tipicamente tomará o empréstimo, sozinho ou com outros, e então faz a sindicação do empréstimo a outros participantes. A carteira total é avaliada ao custo amortizado da origem.

O quadro abaixo apresenta o movimento homólogo da exposição total, consistindo em montantes sacados e não sacados:

(em milhões de euros)	2008
Em 1 de Janeiro de 2008	5,254
Adições	108
Vendas	(1,070)
Perdas realizadas na venda	(266)
Provisões para imparidades	(1,305)
Divisas e outros movimentos	
Saldo em 31 de Dezembro de 2008 1	2008

1 EUR 400 milhões é não sacado

Desde o início da perturbação do mercado crédito no segundo semestre de 2007, o apetite do investidor por empréstimos alavancados e activos de risco semelhantes caiu dramaticamente, com os preços do mercado secundário a caírem devido à pressão vendedora e aumento das margens, afectando assim, também, o primeiro mercado. Nenhuns negócios novos foram celebrados em 2008, a adição relaciona-se com um empréstimo-ponte convertido num empréstimo com prazo mais alargado. Os esforços concentrados para vender posições durante o primeiro semestre de 2008 apenas foram parcialmente bem sucedidos, devido às rápidas alterações nas condições do mercado desde a origem dos empréstimos. Aproximadamente 50% da posição tem origem nos EUA e a outra parte na Europa.

SPE e *conduits*

SPEs

O Grupo arranja titularizações para facilitar transacções de clientes e toma titularizações para vender activos financeiros ou financiar carteiras específicas de activos. Numa titularização, os activos, ou juros numa *pool* de activos, são geralmente transferidos para uma entidade de finalidades especiais (SPE) que, a seguir, emite responsabilidade para investidores terceiros. É primariamente a extensão dos riscos e recompensas assumidos que determinam se estas entidades são consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo patrocina e arranja as titularizações dos seus próprios activos, onde a venda dos activos ou juros numa *pool* de activos numa SPE é financiado pela emissão de títulos aos investidores. A *pool* de activos detida pela SPE pode ser originada pelo Grupo ou comprada a terceiros, e pode ter uma qualidade de crédito variada. Os investidores nos títulos de dívida emitidos pela SPE são recompensados através de retornos associados com o crédito, de acordo com o rating de crédito dos seus títulos. A maioria das titularizações são suportadas através de facilidades de liquidez, outras melhorias de risco de crédito e coberturas de derivados alargadas por instituições financeiras, algumas das quais oferecem protecção contra incumprimentos iniciais na *pool* dos activos.

O Grupo também utiliza estruturas sintéticas, onde os activos não são vendidos à SPE, mas os derivados de crédito são utilizados para transferir o risco de crédito dos activos para uma SPE. Os títulos podem então ser emitidos pela SPE para investidores, sobre a protecção de crédito vendida ao Grupo pela SPE. O Grupo patrocina as titularizações dos activos próprios como uma maneira de diversificar as fontes de financiamento, gerindo concentrações de risco específicas e alcançar uma eficiência de capital. O Grupo compra os títulos emitidos na titularizações nos activos próprios estabelecidos para finalidades de funcionamento. Primariamente, estas titularizações de activos próprios são consolidadas.

Conduits

O Grupo patrocina e administra um certo número de *conduits* papel comercial garantida por activos (ABCP). Um *conduit* é um SPE que emite papel comercial e usa os proveitos para comprar um fundo o *pool* de activos.
O papel comercial é titularizado sobre os activos e é resgatado por posterior emissão de papel comercial, reembolso dos activos ou levantamentos de liquidez.

Os *conduits* do Grupo podem ser divididos em *multi-seller conduits* e *own-asset conduits*. De acordo com a prática do mercado, o Grupo consolida ambos os tipos de *conduits* onde ele está exposto à maioria dos riscos e recompensas da propriedades destas entidades.

Multi-seller conduits

Os *multi-seller conduits* mais significativos do Grupo continuaram até agora a financiar a grande maioria dos seus activos somente através da emissão de ABCP. Durante 2008, a maioria dos *conduits* foram transferidos para o RBS levando a uma diminuição significativa do total de activos detidos pelos *conduits* do Grupo de EUR 24 mil milhões para EUR 5 mil milhões. Planeia-se que os restantes *conduits* sejam transferidos para o RBS. Os activos comprados ou financiados pelos *multi-seller conduits* incluem créditos automóveis, crédito hipotecário residencial, contas a receber de cartões de créditos, créditos ao consumo e contas a receber de comércio.

A exposição máxima do Grupo para perdas nos seus *multi-seller conduits* é de EUR 6 mil milhões (2007: EUR 8 mil milhões excluindo os *conduits* transferidos em 2008), sendo o montante total dos compromissos de liquidez do Grupo mais a extensão das melhorias do risco de crédito de todo o programa que se relaciona com os activos do *conduit* para os quais foram proporcionadas facilidades de liquidez por terceiros.

Own-asset conduits

O Grupo também detém *own-asset conduits* que financiam activos que foram financiados num determinado momento pelo Grupo. Os ABCP em circulação em 31 de Dezembro de 2008 eram EUR 13 mil milhões (2007: EUR 14 mil milhões). A exposição máxima do Grupo às perdas nos seus *own-asset conduits* é EUR 13 mil milhões (2007: EUR 16 mil milhões), sendo o total de montante sacado e não sacado dos compromissos de liquidez do Grupo para estes *conduits*.

Gestão de risco e fundos próprios

Regulação e supervisão **57**

Regulação na Holanda 57
Regulação na União Europeia 60
Regulação nos Estados Unidos 63
Regulação no resto do mundo 63

Gestão de risco **63**

Gestão de risco e adequação dos fundos próprios 63
Recursos de fundos próprios e informação de requisito de fundos próprios mínimos 65
Quadro de risco do Grupo e governo da sociedade 68

Factores de risco **78**

Procedimentos jurídicos 83
Sanções regulamentares 83
Investigações em curso 84

Gestão de risco e fundos próprios

Esta secção de gestão de risco e fundos próprios estabelece o ambiente regulamentar enfrentado pelo Grupo ABN AMRO em todo o mundo, explica como o Grupo gere o risco e descreve como alguns dos factores de risco afectam o ABN AMRO que devem ser considerados antes de tomar decisões de investimento.

Regulação e supervisão

Regulação na Holanda

Generalidades

O ABN AMRO e todas as suas subsidiárias são reguladas na Holanda pelo Banco Central Holandês (DNB) e a Autoridade Holandesa dos Mercados Financeiros ('AFM').

O sistema regulador do ABN AMRO na Holanda é um sistema completo com base nas disposições da nova Lei de Supervisão Financeira que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2007. Esta lei substituiu, entre outras, a Lei sobre a Supervisão do Sistema de Crédito 1992, sem afectar o sistema de supervisão existente. A Lei de Supervisão Financeira estabelece as regras relativas à supervisão prudencial (pelo DNB) e supervisão da conduta (pelo AFM). A supervisão prudencial centra-se na solidez financeira das empresas e contribui para a estabilidade do sector financeiro. A supervisão da conduta centra-se em processos dos mercados financeiros disciplinados e transparentes, relações claras entre as partes no mercado e o devido cuidado no tratamento dos clientes (incluindo a supervisão dos negócios dos valores mobiliários e investimentos).

O ABN AMRO é um 'banco universal' sob os termos da Lei de Supervisão Financeira porque está envolvido no negócio bancário, bem como no negócio de valores mobiliários. Algumas das disposições da Lei de Supervisão Financeira podem restringir a capacidade do banco em fazer dotações de capital ou empréstimos às suas subsidiárias e fazer distribuições.

Supervisão de instituições de crédito

Em geral, de acordo com a Lei de Supervisão Financeira, as instituições de crédito são supervisionadas pelo DNB. Nenhuma empresa ou instituição estabelecida na Holanda pode conduzir o negócio de uma instituição de crédito, a menos que tenha obtido autorização prévia do DNB. As suas actividades de supervisão de acordo com a Lei de Supervisão Financeira centram-se na supervisão da solvência, liquidez e organização administrativa, incluindo a gestão de risco e o controlo interno. Se, na opinião do DNB, uma instituição de crédito não cumprir as regras e regulamentos relativos à aos assuntos acima mencionados, o DNB notificará então a instituição de crédito e pode dar instruções a essa instituição para se comportar de uma certa maneira. Se a instituição de crédito não responder a qualquer uma dessas instruções de modo satisfatório para o DNB, este pode exercer medidas adicionais de supervisão, que podem incluir a imposição de multas.

A Lei de Supervisão Financeira dispõe que cada instituição de crédito supervisionada deve apresentar relatórios periódicos ao DNB. De acordo com esta exigência, o Banco envia relatórios trimestrais e mensais para o DNB. Pelo menos, um relatório por cada dado ano deve ser certificado por um auditor externo. O relatório a ser certificado é seleccionado por um auditor externo à sua discrição.

Em 1 de Julho de 2008, o artigo 20A da Lei de Supervisão Financeira foi alargado para incorporar as exigências para a elegibilidade das obrigações garantidas. Os emitentes holandeses de obrigações garantidas têm agora a facilidade de registar os seus programas no DNB. A nova legislação foi concebida para proteger o interesse dos detentores das obrigações garantidas através da supervisão especial do DNB dos programas de obrigações garantidas reconhecidos. Um emitente deve cumprir diversas condições quando apresentar um programa para reconhecimento e comprovar a conformidade para estas condições através do fornecimento de documentação e informação específicas. Uma vez registado o programa, o emitente terá a administração corrente e aderir a obrigações de relato.

Antes da introdução desta legislação, o ABN AMRO lançou a primeira obrigação garantida holandesa sob o seu recentemente estabelecido Programa de Obrigações Garantidas de EUR 25 mil milhões. Na ausência de uma lei específica sobre obrigações garantidas, o programa reproduzia as características típicas de uma obrigação garantida emitida segundo um quadro legal. O programa ajuda o Grupo a gerir mais efectivamente o seu perfil de maturidade de dívida, curva de crédito e posição de liquidez de longo prazo, enquanto também contribui para uma maior diversificação para a sua base global de investidores.

Supervisão de solvência

Acordo de adequação de fundos próprios (Basileia)

Em 2004, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária apoiou a publicação da "Convergência internacional do cálculo de fundos próprios e dos requisitos dos fundos próprios: um acordo revisto", comummente referido como Basileia II. A Directiva 2006/49/CE (Capital Requirement Directive - CRD), que representa a transposição de Basileia II para a legislação UE, substituindo a Directiva 93/6/CEE (Capital Adequacy Directive - CAD), foi aprovada pelo Parlamento Europeu em Setembro de 2005. Esta aceitação pelo Parlamento Europeu abriu caminho na Europa para a implementação da CRD, com uma data de cumprimento publicada de 1 de Janeiro de 2008.

O processo de implementação de Basileia II na legislação (Lei de Supervisão Financeira) e regulamentos holandeses foi concluído em 22 de Dezembro de 2006 quando o DNB publicou as suas regras de supervisão.

Basileia II fornece três abordagens de crescente sofisticação para o cálculo dos fundos próprios ao risco de crédito: a Standardised Approach, a Internal Ratings Based Foundation Approach e a Internal Ratings Based Advanced Approach. Pela primeira vez, Basileia II também introduz os requisitos de fundos próprios para risco operacional. Basileia II está estruturado em redor de três "pilares":

O pilar 1 estabelece requisitos regulamentares mínimos de fundos próprios, isto é, o montante mínimo de fundos próprios que os bancos têm que ter para cobrir os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

O pilar 2 estabelece os princípios-chave para a análise de supervisão do quadro de gestão de risco da instituição e, no fim de contas, a sua adequação de fundos próprios. Estabelece responsabilidade de supervisão específicas para o Conselho de Administração e a gestão de topo, reforçando assim os princípios de controlo interno e outras práticas de governo das sociedades. O pilar 2, na nova regulamentação, exige que as instituições conduzam um processo interno de avaliação da adequação dos fundos próprios.

O pilar 3 visa implementar uma disciplina de mercado através de divulgação de informação melhorada por parte dos bancos.

Acordo de transição do ABN AMRO e conformidade actual com o acordo de adequação de fundos próprios Basileia II

ABN AMRO Holding N.V. e suas subsidiárias consolidadas são detidos a 100% pelo RFS Holdings B.V. que é controlado pelo The Royal Bank of Scotland Group plc, constituído no Reino Unido. Consequentemente, o ABN AMRO está sob a supervisão da Financial Services Authority (FSA) do Reino Unido como seu regulador de origem e o DNB como regulador de acolhimento, para a conformidade de Basileia II. Para todos os outros assuntos, o DNB mantém-se como regulador nacional.

O ABN AMRO, subsequente à sua aquisição pelo RFS Holdings em Outubro 2007, recebeu a aprovação para um período de transição do seu regulador de origem, bem como, do convidado, para cumprir as regras de fundos próprios de Basileia II. O ABN AMRO acordou com o DNB e a FSA continuar a relatar os fundos próprios segundo a base em Basileia I até 31 de Dezembro de 2009. de acordo com isto, foram estabelecidos requisitos mínimos revistos para o rácio de capital de Tier 1 e total, incluindo o requisito em tratar as deduções de capital da mesma maneira como exigido em Basileia II. O rácio Tier 1 mínimo exigido é de 9% e o rácio de capital total mínimo é de 12,5%.

Durante o período de transição acordado, o ABN AMRO continua a operar internamente com base nas suas directrizes económicas de capital quer serviram como o seu quadro de adequação de fundos próprios antes e em preparação para o acordo Basileia II, não obstante o facto de que as metodologias de cálculo subjacentes estão a migrar para aquelas do Membro do Consórcio relevante.

As regras de solvência de Basileia I exigem que o ABN AMRO mantenha um nível mínimo de capital total para suportar o valor total ponderado pelo risco dos activos do balanço e elementos extrapatrimoniais. Estes últimos incluem garantias, créditos documentários, os equivalentes de crédito dos contratos relacionados com juros e divisas, partes não utilizadas de facilidades de crédito autorizadas com uma maturidade original superior a um ano, facilidades de emissão de efeitos (NIF) e facilidades renováveis com tomada firme (RUF), bem como o risco do mercado para instrumentos financeiros na carteira de negociação. Este nível mínimo de capital total é chamado Rácio de Adequação dos Fundos Próprios. A ponderação de risco considera o risco do devedor, que depende da classificação do devedor, se é ou não fornecida uma garantia e o país de origem do devedor.

Para o ABN AMRO, o capital total consiste no core capital (Tier 1 capital) e capital secundário (upper e lower Tier 2 capital). Também é permitido ao ABN AMRO a manutenção de uma forma adicional de capital regulamentar, Tier 3 capital, para apoiar os riscos do mercado dos instrumentos financeiros na carteira de negociação do ABN AMRO e risco cambial de todas as actividades de negócios. O montante do lower Tier 2 capital não pode exceder os 50% do montante do Tier 1 capital e o montante do Tier 2 capital incluído no capital total não pode exceder o montante do Tier 1 capital. O Tier 3 capital não pode exceder os 250% do montante do Tier 1 capital que é necessário para suportar o risco de mercado e cambial e a soma do capitais de Tier 2 e Tier 3 não podem exceder o Tier 1 capital. Os goodwill e interesses de mais de 10% em subsidiárias bancárias e financeiras não consolidadas são deduzidas do Tier 1 capital e capital total.

Supervisão da exposição

O DNB emitiu regras específicas em relação às grandes exposições a um único mutuário ou grupo de mutuários interligados ou em relação com alguns outros negócios que envolvam um risco de concentração. Em geral, grandes exposições incluem todos os activos e elementos extrapatrimoniais de uma instituição de crédito em relação a um único mutuário ou um grupo de mutuários interligados que excedam 10% do capital total de uma instituição de crédito. Grandes exposições devem ser relatada uma vez por trimestre ao DNB. Há um limite de 25% do capital total para uma única grande exposição como parte da carteira bancária. As posições da carteira de negociação podem exceder este limite, sujeitas a exigências adicionais de solvência. O montante acumulado de todas as grandes exposições a uma instituição de crédito não pode exceder 800% do seu capital total. Em 2008, não havia exposições a exceder estes limites.

Supervisão da liquidez

Os bancos são obrigados a apresentar relatórios mensais ao DNB, numa base consolidada, sobre a sua posição liquidez, baseado na sua directiva sobre a supervisão da liquidez. A directiva sobre a liquidez procura assegurar que os bancos estejam em posição de superar uma grave escassez de liquidez de curto prazo sob o pressuposto de que os bancos se mantêm solventes. Em princípio, a directiva de liquidez do DNB cobre todos estabelecimentos domésticos e estrangeiros directos (balcões e sucursais), incluindo participações maioritárias. O relatório regulamentar também tem em consideração os efeitos de liquidez dos derivados e os potenciais levantamentos segundo as facilidades autorizadas.

A directiva dá grande ênfase no curto prazo em testar a posição de liquidez durante um período até um mês, com um teste separado da posição da liquidez na primeira semana. Para fins de observação, são incluídas várias faixas adicionais de vencimentos no relatório de liquidez (um a três meses, três a seis meses, seis meses a um ano e acima de um ano).

A liquidez disponível deve exceder sempre a liquidez exigida. A liquidez disponível e a liquidez exigida são calculadas pela aplicação de factores de ponderação para os relevantes elementos do balanço e extrapatrimoniais, i.e., compromissos irrevogáveis. O teste de liquidez inclui todas as divisas. Os relatórios de cumprimento relativos às exigências de liquidez das subsidiárias estrangeiras são apresentados às respectivas autoridades reguladoras estrangeiras, conforme exigido. Ao nível consolidado e em todos os países em que o ABN AMRO opera, o Grupo adere às normas de liquidez impostas pelas competentes autoridades reguladoras.

Supervisão estrutural

De acordo com a Lei de Supervisão Financeira, os bancos estão proibidos de possuir, adquirir ou aumentar uma participação qualificada ou exercer qualquer controlo relativamente a uma participação qualificada num banco na Holanda, salvo se obtiver uma declaração de não objecção (DNO) do DNB (ou em certos casos específicos, do ministro das finanças holandês). Uma participação qualificada significa uma participação de pelo menos 10% no capital subscrito dos direito de voto relacionados ou uma influência equiparada. A DNO deve ser emitida a menos que a participação qualificada no banco em questão leve a uma influência que possa prejudicar as operações sólidas e prudentes ou a participação qualificada possa favorecer ou leve a um desenvolvimento indesejável do sector financeiro.

O DNB ou o ministro das finanças holandês pode, por pedido, conceder as chamadas DNO de banda larga, genéricas e de grupo relativamente a participações qualificadas. A DNO não é exigida em caso de uma participação qualificada de um banco numa companhia cujos activos consistem em mais de 90% em activos líquidos.

De acordo com a legislação holandesa, uma DNO não será emitida em relação a participações qualificadas, se o valor da participação social exceder os 15% do capital total do banco ou se a participação originar que o valor das participações qualificadas acumuladas das instituições de crédito em instituições não financeiras exceder 60% do seu capital total. Certos tipos de participações serão aprovados, em princípio, embora em certas circunstâncias a DNO tenha um período limitado de validade, tal como, no caso de um reescalonamento de dívida ou operação de salvamento ou quando a participação é adquirida e mantida como parte de uma operação de subscrição de emissão. Normalmente, a aprovação será dada quando o valor da instituição não financeira em questão ou o valor da participação não exceder certos limites.

Supervisão dos negócios de valores mobiliários e de investimento

O Grupo também está sujeito à supervisão das suas actividades no negócio de valores mobiliários, A Lei de Supervisão Financeira, que substituiu a Lei sobre a Supervisão da Negociação dos Valores Mobiliários 1995, juntamente com os decretos e regulamentos promulgados sob a mesma, fornece um quadro completo para a condução do negócios dos valores mobiliários na ou da Holanda. O AFM está encarregado pelo ministro das finanças holandês para a supervisão da indústria de valores mobiliários

O ABN AMRO e/ou certas subsidiárias do ABN AMRO também estão activos como gestores e/ou instituições de custódia de planos de investimento colectivo, que incluem tanto fundos de investimentos como empresas de investimento. Os planos de investimento colectivo estão sujeitos à supervisão pelo DNB e o AFM.

Regulação na União Europeia

O Plano de Acção para os Serviços Financeiros 1999-2005 estabeleceu as bases para um mercado financeiro único na UE e já trouxe muitas alterações. Na sua estratégia sobre os Serviços Financeiras para 2005-2010, a Comissão Europeia estabelece os seus objectivos para alcançar um mercado financeiro UE integrado e competitivo, pela remoção de quaisquer barreiras, especialmente na área de retalho para que os serviços financeiros possam ser fornecidos e o capital circule livremente por toda a UE ao mais baixo custo possível, resultando em elevados níveis de estabilidade financeira, benefícios para o consumidor e protecção do consumidor.

O sector de serviços financeiros incluem três áreas principais para as quais se aplicam as políticas de regulação europeias: bancário, mercado de capitais e gestão de activos.

Um novo quadro de requisitos de fundos próprios foi adoptado em Junho de 2006, pela Directiva 2006/49/CE (Capital Requirements Directive). A Directiva 2006/49/CE é o veículo legal segundo o qual o acordo de Basileia II foi implementado na legislação da EU. A Directiva 2006/48/CE (Consolidated Banking Directive) estabelece as regras relativamente ao acesso e continuação da actividade das instituições de crédito e da sua supervisão prudencial. Sob esta Directiva, um banco pode oferecer serviços bancários na base de uma única licença bancária (Passaporte Europeu) através do estabelecimento de um balcão ou prestação transfronteiriça de serviços em todos os países da UE. A Directiva 2006/49/CE estabelece as exigências de adequação de capital aplicável a firmas de investimento e instituições de crédito. Ver a secção de supervisão de solvência para mais informação.

Em Outubro 2008, a Comissão adoptou propostas para alterar a Directiva 2006/49/CE à luz da crise financeira. As propostas tratam de questões como grandes exposições, acordos de supervisão e gestão de crise e titularização. Numa outra acção tomada em resposta à crise, em Outubro 2008, a Comissão adoptou uma proposta de alterações à Directiva relativa aos sistemas de garantia de depósitos (94/19/CE). Em Dezembro 2008, o Parlamento Europeu adoptou a primeira leitura, 1) um aumento no nível mínimo de cobertura de EUR 20.000 para EUR 50.000 e com um posterior aumento de EUR 100.000 a partir de 31 de Dezembro de 2010 e 2) uma redução no tempo de prazo de reembolso. A Directiva alterada deve ser transposta para a lei nacional até 30 de Junho de 2009. Ver também a secção de Supervisão da solvência para mais informação.

Na área da legislação dos valores mobiliários, a Directiva 2003/6/CE relativa ao abuso de mercado (Market Abuse Directive) proíbe a manipulação de mercado e informação privilegiada em todos os valores mobiliários admitidos a negociação no mercado regulamentado na UE. Esta directiva será provavelmente revista em 2009. O mesmo se aplica à Prospectus Directive (2003/71/CE) que regula o processo e os requisitos de divulgação para ofertas públicas e admissões a negociação no mercado regulamentado UE de valores mobiliários e permite ofertas públicas europeias com um único prospecto. A Directiva relativa à transparência (Transparency Directive - 2004/109/CE) harmoniza os requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamento na UE.

Outra importante peça legislativa nesta área é a directiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros (2049/39/CE - MiFID), que entrou em vigor em 1 de Novembro de 2007. Ela regula, entre outras, a prestação de serviços de investimento transfronteiriços e mercados regulamentados e substitui a Directiva relativa a serviços de investimento (93/22/CEE), que estabeleceu o passaporte único para as firmas de investimentos. A MFID fornece um regime harmonizado para os serviços de investimento e visa um aumento da concorrência e reforçar a protecção do investidor. Ela racionaliza a supervisão com base no controlo do país de origem e aumenta a transparência do mercado. Ela harmoniza a conduta das regras de negócio, incluindo a melhor execução, conflitos de interesse e regras de manuseamentos das ordens dos clientes. A Directiva abole a regra de concentração, o que leva em direcção a um regime mais competitivo entre as sedes de execução das ordens. Também impõe regras de transparência de mercado para as firmas de investimento, mercados regulamentados e sistemas multilaterais de comércio e para o pré e pós-negociação para acções.

No campo pós-negociação, a Comissão Europeia pressionou a indústria a acordar um Código de Conduta sobre a compensação e liquidação, assinada pelas bolsas de valores em Novembro de 2006. Este código pretende melhorar a transparência e aumentar a concorrência no sector de pós-negociação. Em Abril 2008, a Comissão adoptou uma proposta para alterar a Directiva 2002/47/CE relativa aos acordos de garantia financeira e a Directiva 98/26/CE relativa ao carácter definitivo da liquidação nos sistemas de pagamentos e de liquidação de valores mobiliários. Esta proposta reforça a protecção dos sistemas de pagamento e de liquidação e dos acirdis de garantia financeiras e permite-os adaptá-los às novas condições de mercado pela Directiva 2049/39/CE e o Código de Conduta para compensação e liquidação.

De igual modo, foram lançadas iniciativas políticas na área dos serviços financeiros a retalho e serviços de pagamentos. Em Abril 2008, as instituições da UE adoptaram uma Directiva sobre o crédito ao consumo. A Directiva cobre créditos pessoais entre EUR 200 e 75.000 amortizáveis após mais de um mês. A Directiva introduz disposições de protecção do consumidor e, ao mesmo tempo, visa a criação de um mercado único para o crédito ao consumo na UE. As alterações mais significativas são relativas a 1) disposição de informação pré-contratual e contratual normalizada; 2) o direito de resolução; 3) reembolso antecipado e 4) a normalização dos métodos para calcular a taxa anual efectiva global. Hipotecas e cartões de crédito diferidos estão explicitamente excluídos do âmbito da Directiva. A Directiva entrou em vigor em 11 de Junho de 2008 e os Estados-Membros da UE terão dois anos para incorporar as novas regras nas suas legislações nacionais. Em relação ao crédito hipotecário, a Comissão Europeia adoptou um Livro Branco sobre a Integração dos mercados de crédito hipotecário da UE. Este Livro Branco apresenta medida para melhorar a eficiência e competitividade destes mercados. A Comissão está em consultas com as partes interessadas sobre a melhor abordagem para fornecer o necessário valor acrescentado.

Em Novembro 2008, o European Banking Industry Committee, um comité da Comissão Europeia, adoptou o código de conduta voluntário da indústria para mudança de contas dentro do mesmo país, os Princípios comuns para a mudança de constas bancárias. Espera-se que as associações nacionais de bancos as implementem em cada Estado-Membro até 1 de Novembro de 2009.

Em Outubro 2007, as instituições da UE adoptaram formalmente a Directiva relativa aos serviços de pagamento (2007/64/CE - Payment Services Directive). Esta Directiva abrirá os serviços de pagamento à concorrência de novas instituições de pagamentos licenciadas, aumenta a protecção do consumidor pela introdução de requisitos de informação e uniformiza as regras operacionais para os fornecedores de serviços de pagamento. Esta Directiva aplicável na UE a todos os pagamentos em euro e outras divisas dos Estados-Membros lança as bases para a criação de um Mercado Único em pagamentos e constitui o quadro legal para a Área Única de Pagamento em Euros (SEPA). O prazo limite para a transposição da Directiva para as leis nacionais é 1 de Novembro de 2009. Em 28 de Janeiro de 2008, o Sistema de Transferência de Créditos SEPA entrou em funcionamento, completando assim a primeira fase da Área Única de Pagamento em Euros que se prevê que esteja completamente operacional em 2010. Em Outubro 2008, a Comissão adoptou uma proposta para um novo regulamento, substituindo o Regulamento 2560/2001 relativo a pagamentos transfronteiriços. A proposta visa uma extensão do princípio de igualdade de encargos para débitos directos, aumentando a protecção do consumidor e reduzindo o fardo do relato estatístico.

Em Outubro 2008, a Comissão propôs uma nova Directiva relativa a moeda electrónica para facilitar o acesso à actividade no mercado da moeda electrónica. A proposta está a ser debatida no Parlamento Europeu e espera-se que seja votada em Abril 2009.

Na área da gestão de activos, a UE promulgou legislação sobre produtos de pensões e investimentos. Para os fundos de investimento, há duas Directivas de Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM), a primeira regulando o produto (p. ex., tipos de activos em que investir) e a segunda dando às empresas de gestão um 'Passaporte europeu' para operar em toda UE. A Comissão iniciou uma revisão o quadro dos OICVM com a finalidade de aumentar a eficiência da indústria dos fundos de investimento europeia. No campo das pensões complementares, a Directiva liberalizou o mercado para os esquemas de pensões complementares, ao permitir fornecedores de pensões que operam numa base europeia e estabelecendo os "princípios de pessoa prudente" para a afectação de activos.

Exigia-se aos Estados-Membros da UE que implementem a terceira Directiva relativa ao branqueamento de capitais (2005/60/CE) na lei nacional até Dezembro de 2007. O objectivo da Directiva é transpor as quarenta recomendações do Grupo de Acção Financeira (GAFI). Ela segue uma abordagem baseada no risco sob a qual todas as medidas para prevenir o branqueamento de capitais devem ser aplicadas proporcionalmente, dependendo do tipo de cliente, negócio e outras considerações.

Em 1 de Janeiro de 2007, entrou em vigor o Regulamento (CE) 1781/2006 que transpõe para a legislação europeia a Recomendação Especial VII (RE VII) do GAFI relativa a 'transferências electrónicas'. Ele estabelece as regras na informação sobre o pagador que acompanha as transferências de fundos, de modo a permitir que informação básica esteja disponível de imediato para as autoridades responsáveis para combater o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Regulação nos Estados Unidos

As operações do ABN AMRO nos Estados Unidos estão sujeitas a uma extensa regulação e supervisão, tanto pelas autoridades bancárias federais como estaduais. O ABN AMRO é uma holding bancária na acepção do US Bank Holding Company Act de 1956, que restringe as suas actividades não bancárias nos Estados Unidos. No entanto, o ABN AMRO Holding N.V. decidiu tornar-se numa holding financeira em 11 de Março de 2000 e como tal tem autorização para realizar uma extensa gama de actividades não bancárias, sujeitas às leis e regulamentos aplicáveis.

Regulação no resto do mundo

As nossas operações nas outras partes do mundo estão sujeitas à regulação e controlo das autoridades locais de supervisão e os nossos escritórios, filiais e subsidiárias nessas jurisdições estão sujeitas a certos exigências de reserva, informação, controlo e outros impostas pelos bancos centrais e entidades de regulação relevantes.

Gestão de risco

Gestão de risco e adequação de fundos próprios

O ABN AMRO implementou uma combinação de abordagens avançadas e normalizadas para os riscos de Crédito, Mercado e Operacional, conforme permitido segundo o quadro regulamentador e utilizando isto na gestão do seu negócio. Em relação ao risco de mercado, o ABN AMRO usa um modelo de Value at Risk ('VaR') interno para calcular as exigências de fundos próprios para a maioria dos riscos de mercado da carteira de negociação. Consultar a secção do quadro de risco e de governo do Grupo neste relatório para discussão posterior destes riscos.

A adequação de fundos próprios e a gestão de riscos estão intimamente ligadas. O ABN AMRO realiza uma avaliação regular da sua exigência interna de fundos próprios, com base na quantificação dos riscos materiais a que está exposto. Esta avaliação inclui o uso de testes de stress para avaliar se os recursos de fundos próprios do Grupo são adequados para se manterem acima dos requisitos mínimos durante cenários especificados. Os resultados desta avaliação interna de fundos próprios são revistos pela Comissão Política de Risco do Grupo (Policy GRC) e Comissão de Activos e Passivos do Grupo (Group ALCO) e são utilizados para garantir a adequação dos recursos de fundos próprios disponíveis do Grupo, com base em requisitos alvo e mínimos de fundos próprios conforme estabelecido no quadro de assunção de riscos. Este quadro é detalhado a seguir na secção quadro de risco e de governo do Grupo adiante.

Os principais riscos que o Grupo enfrenta são::

- Risco de crédito: o risco emergente da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao incumprimento dos clientes das suas obrigações.
- Risco de liquidez de financiamento: o risco para os ganhos e capital emergentes da potencial incapacidade do Grupo em satisfazer as suas obrigações quando elas forem devidas.
- Risco de mercado: o risco do Grupo estar exposto devido às posições detidas nas carteiras de negociação e negócios não negociação. Os riscos de mercado abrangem *equity*, divisas, taxas de juro e risco de liquidez de mercado.
- Risco operacional: risco emergente dos colaboradores, processos, sistemas, activos físicos do Grupo e acontecimentos externos,
- Risco de cumprimento e de regulação: o risco emergente do incumprimento das exigências e expectativas dos variadores reguladores do Grupo ou de uma incapacidade em tratar ou implementar qualquer alteração a estas exigências ou expectativas.
- Risco jurídico: o risco do incumprimento das obrigações legais ou regulamentares e da incerteza devido a acções legais ou incerteza na aplicabilidade ou interpretação de contratos, leis ou regulamentos.
- Risco de relato financeiro: o risco da falta de uma apresentação justa e como resultado de inexactidões materiais em um ou mais montantes ou informações das demonstração financeiras.
- Risco de reputação: o risco de perdas potenciais emergente de uma opinião pública negativa.
- Risco de negócio: o risco dos proveitos de exploração serem inferiores aos esperados devido a rendimentos inferiores ao esperado e custos superiores ao esperado.

A alocação de recursos de fundos próprios aos negócios é determinada como parte do processo de planeamento anual de negócios e financeiros e baseia-se numa avaliação dos riscos acima mencionados.

O processo ode Gestão de Capital é governado pelo Group ALCO. É responsável pelo desenvolvimento das políticas do Grupo no risco de liquidez, a cobertura do capital investido em países, gestão das exigências dos rácios de capital e de capital total e avaliação de novas necessidades de capital e emissão de dívida.

O departamento de Gestão de Activos e Passivos do Grupo é responsável pela gestão das políticas de gestão de activos e passivos do Grupo e elabora um resumo mensal de capital para o Grupo e as suas partes separadas.

Para garantir uma separação suave, a gestão ajustou o quadro de governo de sociedade do Group ALCO, alinhando-o com a transição planeada para os negócios adquiridos pelos Membros do Consórcio. Inclui a alocação do capital apropriado e o estabelecimento dos limites de liquidez para cada negócio adquirido do Consórcio, como parte dos requisitos de capital total e liquidez.

Informação de requisitos de recursos de capital e de capital mínimo

O ABN AMRO está totalmente consolidado para relato de regulação dentro do Grupo RBS. A informação de Pilar 3 para o ABN AMRO está incluído dentro das informações de Pilar 3 do Grupo RBS. Os relatórios detalhados de Pilar 3 que incluem o ABN AMRO estão disponíveis em www.rbs.com.

O quadro abaixo resume a posição de capital no ABN AMRO Holding N.V., cumprindo as informações do Pilar 3 para uma subsidiária significativa de uma empresa-mãe UE.

Recursos de capital regulamentar em 31 de Dezembro de 2008

(em milhões de euros)	**2008**
Recursos de Tier 1 capital	
Capital permanente	1,852
Contas de resultados e outras reservas (tendo em conta as perdas líquidas intercalares)	10,854
Conta prémio de emissões	5,343
Investimento em acções próprias	–
Activos intangíveis	(309)
Interesses minoritários	38
Core Tier 1 capital	**17,778**
Acções preferenciais perpétuas não cumulativas	3,318
Outro Tier 1 capital	**3,318**
Limites de excesso para instrumentos Tier 1 não inovadores	–
Limites de excesso para instrumentos Tier 1 inovador	–
Perdas líquidas em participações detidas na categoria de activos financeiros disponíveis para venda	–
Participações materiais	–
Deduções 50:50 Tier 1	(1,943)
Total Tier 1 capital após deduções	**19,153**
Recursos Tier 2 capital	
Instrumentos Tier 2 capital	7,924
Deduções 50:50 Tier 2	(1,943)
Outras deduções Tier 2	–
Total Tier 2 capital após deduções	**5,981**
Total Tier 3 capital	**272**
Deduções para capital de Tiers 1 & 2	–
Montantes de perdas e outros montantes negativos esperados	–
Recursos de capital total após deduções	**25,405**
Total de activos ponderados pelo risco	**176,028**
Rácio Tier 1	10.88%
Rácio total Tier	14.43%

O quadro abaixo estabelece os requisitos de capital mínimo e activos ponderados pelo risco associados pela ABN AMRO com informações separadas para os requisitos de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.
Todos os números são a 31 de Dezembro de 2008, excepto quando afirmado de outro modo.

Requisitos de capital mínimo

(em milhões de euros)	**2008**
Risco de crédito	11,282
Risco de mercado	1,045
Risco de operacional	
Total	**14,083**

Activos ponderados pelo risco

(em milhões de euros)	**2008**
Risco de crédito	141,011
Risco de mercado	13,069
Risco de operacional	21,948
Total	**176,028**

Risco de crédito: requisitos de capital mínimo por abordagem

(em milhões de euros)	**2008**
Basileia II – método das notações internas avançado (IRB)	–
Basileia II – estandardizado	–
Basileia II – usando Basileia I como substituição	11,282
Total	**11,282**

Risco de crédito: requisitos de capital mínimo estandardizado por classe de exposição estandardizada

(em milhões de euros)	Valor de exposição	Activos ponderados pelo risco	Capital exigido mínimo
Governos centrais e bancos centrais	63,368	2,279	182
Instituições	129,414	10,815	865
Empresas	276,101	102,839	8,226
Retalho	30,105	12,794	1,023
Garantido por activos imobiliários	66,485	22,459	1,797
Outros 1	83,431	(10,598)	
Posições de titularização abordagem estandardizada	6,232	422	34
Total	**655,136**	**141,010**	**11,282**

1 Inclui redução de capital em titularização.

Risco de Mercado: Requisitos de capital mínimo da carteira de negociação e outros negócios

(em milhões de euros)	2008
Total de requisitos de capital para risco de carteira de negociação	1,045
Total de requisitos de capital de carteira de negociação	1,045
Total de activos ponderados pelo risco nocional da carteira de negociação	13,069

Operational Risco operacional: Requisitos de capital mínimo calculado segundo a abordagem do indicador de base

(em milhões de euros)	2008
Pilar 1 requisito de capital mínimo de risco operacional	1,756

A secção de Gestão de risco de adequação dos fundos próprios também se relaciona com a divulgação pública qualitativa conforme exigido pelo Pilar 3 de Basileia II, de acordo com a Directiva 2006/49/CE.

Quadro de gestão de risco do grupo e governo das sociedades

O quadro de gestão de risco do Grupo é baseado no "princípio de três linhas de defesa". A primeira linha de defesa no negócio, que é responsável pela propriedade, gestão quotidiana e controlo de todos os riscos a um nível operacional e pela implementação de processos e teste dos controlos principais em conformidade com as políticas do Grupo. A segunda linha de defesa é as Funções do Grupo, consistindo principalmente no Gestão de Risco do Grupo, Cumprimento de Grupo e Finanças do Grupo, incluindo a Gestão de Activos e Passivos do Grupo. Estas funções são responsáveis pela implementação e manutenção do quadro de risco operacional, ferramentas e metodologias, e pela fiscalização e questionamento sobre a adequação do risco e processos de controlo a funcionar nos negócios. A terceira linha de defesa é a Auditoria do Grupo, que é responsável por independentemente avaliar a adequação e eficácia dos controlos principais e garantir a conformidade com as políticas do Grupo.

No seguimento da sua aquisição pela RFS Holdings, o ABN AMRO está sujeito aos controlos de alto nível do Grupo RBS e fiscalização pelas funções de controlo do RBS. Embora os seus sistemas de risco ainda não estejam integrados com os do Grupo RBS, os dados relativos ao ABN AMRO são apresentados numa base consistente como parte dos dados do Grupo RBS. Os dados do ABN AMRO são analisados entre os negócios adquiridos pelo RBS e os adquiridos pelo Estado Holandês.

As principais responsabilidades da Gestão de Risco do Grupo e as funções de gestão de risco das Unidades de Negócios são:

- fiscalizar todos os assuntos relativos a risco de crédito, mercado e operacional e garantir a conformidade com a legislação local;
- implementar as políticas de revisão e controlo de todas as carteiras de risco;
- ano nível da carteira, gerir as concentrações estabelecendo limites;
- gerir risco de evento único / devedor único estabelecendo limites;
- estabelecer provisões para perdas em empréstimos dentro da sua autoridade delegada; e
- estabelecer e manter a disciplina de controlo de risco operacional.

Um componente essencial da gestão de risco é assegurar que a reputação do ABN AMRO é preservada e melhorada ao escolher responsabilizar-se pelas actividades de negócio correctas com os clientes certos.

A função Gestão de Activos e Passivos do Grupo (ALM) está estruturada fora da função de gestão do risco. A ALM apoia o processo de gestão de capital que é governado pelo ALCO do Grupo. O ALM é responsável pelo desenvolvimento das políticas do Grupo para o risco de liquidez, cobertura de exposições a divisas de investimento de capitais no estrangeiro, gerir os rácios de capital e dos requisitos de capital ao nível do Grupo.

A função de cumprimento dentro do Grupo desempenha o papel de fiscalização independente, em nome do Conselho de Administração, em relação aos processos nucleares, políticas e procedimentos relacionadas que procuram garantir que o Grupo está em conformidade com as leis e regulamentos específicos da indústria na letra e no espírito. As responsabilidades do Finanças do Grupo incluem a preparação do orçamento, relato do desempenho e o processo de fornecer uma garantia razoável em relação à fiabilidade do relato financeiro e a preparação das demonstrações financeiras para finalidades externas de acordo com a IFRS.

O Grupo usa vários modelos para valorizar os instrumentos financeiros e avaliar e gerir os riscos. Para limitar o risco de modelo que é inerente aos modelos, o Grupo tem os modelos que são sujeitos a risco de modelo material validado independentemente dos negócios que usa esses modelos. Dentro do quadro do governo das sociedades do Grupo, as actividades de validação são efectuadas pelo RBS para os modelos usados pelos negócios adquiridos pela RBS.

Filosofia de risco do ABN AMRO

A filosofia de risco da ABN AMRO é sobre o estabelecimento e execução dos critérios a nível do banco para a aceitação, monitorização, controlo e gestão de risco. A sua finalidade é a criação de valor ao assegurar:

- Consciencialização do risco: os riscos são identificados, compreendidos e medidos a todos os níveis na organização.
- Apetite pelo risco definido: o risco aceite pela instituição está dentro do nível de tolerância estabelecido pelo Conselho de Administração, de acordo com a Estratégia do Grupo, limitações de fundos próprios existentes, ganhos sustentáveis e manutenção dos ratings de crédito pretendidos para o Grupo.
- Clareza e transparência: as decisões de risco são claras, explícitas e consistentes com os objectivos estratégicos do negócio.
- Alinhamento risco-recompensa: as decisões de risco do banco devem ser baseadas num equilíbrio adequado entre risco e recompensa.
- Compliance: as decisões que podem obrigar legal e moralmente o Grupo têm que estar em conformidade com os procedimentos internos de aprovação e os regulamentos dos países em que o Grupo e as suas subsidiárias operam.

Quadro do apetite pelo risco

A filosofia de risco do ABN AMRO define que o risco é gerido dentro de um apetite pelo risco definido. O apetite pelo risco é medido como o nível máximo de risco de risco retido que o Grupo aceitará para conseguir os objectivos do negócio. O apetite pelo risco é geralmente definido por técnicas quantitativas e qualitativas, incluindo testes de stress, concentração de risco. O Valor em Risco e os critérios de risco de subscrição, garantindo que os princípios, políticas e procedimentos adequados estão implantados e aplicados. A responsabilidade pela formulação dos objectivos de apoio para o quadro do apetite pelo risco está no Conselho de Administração.

O quadro do apetite pelo risco inclui todos os riscos assumidos pelo Grupo. Os limites de risco são estabelecidos a nível do Grupo, bem como, a níveis mais baixos, tal como ao nível da Unidade de Negócios (BU). As UN são livres de estabelecerem os limites adicionais que parecerem ser adequadas, desde que seja mantida a coerência com o quadro geral.

Os objectivos do Conselho de Administração incluem um processo de transição fluente com ênfase num forte controlo e gestão de risco. Além disso, a respeito da aquisição pelo Consórcio, o apetite pelo risco do Grupo está alinhado ao máximo com o apetite pelo risco do Membro do Consórcio relevante.

Nos seguintes parágrafos, é feita uma descrição dos tipos de risco e do modo como o ABN AMRO os mede e gere dentro do Grupo. Estes métodos foram alinhados com os dos Membros do Consórcio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco mais material do Grupo e é gerido de acordo com o quadro de gestão de risco completo do Grupo.

Risco de crédito e risco de país

O ABN AMRO define risco de crédito como o risco de uma perda devido ao incumprimento de devedores (incluindo emitentes de obrigações) ou contrapartes. Isto abrange os incumprimentos reais de pagamento, bem como as perdas em valor resultantes na diminuição na qualidade de crédito da contraparte ou emitente.

O ABN AMRO define Risco de país como o risco de perda devido aos eventos ou circunstâncias específicos do país. O risco do país pode materializar-se por meio de perdas de crédito, mercado e operacional. Em relação ao risco de crédito, um risco de país específico é que o governo imponha medidas de transferência e/ou convertibilidade que impeça um devedor de reembolsar as suas obrigações cambiais para com o Grupo. Por isso, o risco de não pagamento, ou de pagamento atrasado, pode ser causado pela incapacidade de um devedor (risco de crédito) ou por medidas governamentais (risco de transferência e convertibilidade). Dada a relação entre riscos de crédito e risco de país, ambos são geridos de um modo integrado.

O ABN AMRO gere o risco de crédito a dois níveis. Em primeiro lugar, ao nível da carteira para gerir concentrações pelas seguintes dimensões: geografia, indústria e produto ou segmento e, em segundo lugar, a nível individual para gerir evento único e devedor único.

O risco de concentração são geridos durante o período de transição com base em limites, contas por pagar, probabilidade de incumprimento e perda esperada por país e *cluster* de indústria relevantes. Qualquer alteração é discutida no Comissão de Política de Risco do Grupo. Adicionalmente, são instaurados limites nominais aos limites de risco transfronteiriço e risco soberano. Os limites nominais são também instaurados num certo número de carteiras como uma maneira normal e prática de gerir a exposição máxima nestas carteiras (p. ex. expedição, financiamento alavancado).

Individualmente, são instaurados limites para eventos/devedor únicos. O risco de devedor único é gerido pelo estabelecimento de limites de Perda por Incumprimento (LAD). A LAD é o montante que o banco espera perder quando há o incumprimento de uma contraparte. A responsabilidade por decisões de crédito envolvendo clientes empresariais é baseada, em primeiro lugar, no Global One Obligor Exposure. Esta é a combinação de todos os limites de créditos directos e contingentes para com uma dada ralação a nível global.

Há programas de empréstimos implantados para créditos standard concedidos a consumidores e pequenas empresas. Uma abordagem do programa de empréstimo contém critérios de aceitação de risco standard e práticas de processamento de crédito de modo a optimizar a eficiência e os riscos e recompensas destas carteiras.

O risco de crédito é gerido para alcançar um desempenho de risco e recompensa sustentável e mais elevado, enquanto se mantêm as exposições em parâmetros aceitáveis de apetite pelo risco. Isto é conseguido através da combinação de governo da sociedade, políticas, sistemas e controlos, apoiados por um bom senso comercial sólido, com abaixo descrito.

- **Políticas e apetite de risco**: as políticas proporcionam clareza acerca do quadro bancário necessário para avaliação, aprovação, monitorização e gestão do risco de crédito quando o apetite pelo crédito estabelece a tolerância de perdas. Os limites são usados para gerir o risco de concentração por nome, sector e país únicos.
- **Decisores**: a autoridade de crédito é concedida a pessoas ou comités independentes com a experiência, senioridade e bom senso comercial. A autoridade de crédito não é estendida aos gestores de relações. Os departamentos especializados internos de risco de crédito fiscalizam o processo de crédito e tomam as decisões de crédito ou fazem as recomendações para o comité de crédito apropriado.
- **Modelos**: os modelos de crédito são usados para medir e avaliar as decisões de risco e para ajudar a monitorização em curso. Medidas, tais como Probabilidade de incumprimento, Exposição ao incumprimento, Parda dado o incumprimento e Perda esperada são calculadas utilizando os modelos devidamente autorizados.

Todos os modelos de crédito estão sujeitos a revisão independente antes da implementação e os modelos existentes são frequentemente revistos.

.

- **Técnicas de mitigação para reduzir o potencial de perdas**: o risco de crédito pode ser mitigado pela tomada de garantias financeiras ou físicas, a cessão de créditos ou o uso de derivados de crédito, garantias, participações de risco, seguro de crédito, conversão ou reconversão.
- **Sistemas de risco e qualidade dos dados**: os sistemas são bem organizados para produzir contribuições atempadas, exactas e completas para o relato de riscos e administrar os principais processos de crédito.
- **Análise e relato**: a análise da carteira e o relato são utilizados para garantir a identificação de riscos de concentrações emergentes e movimentos adversos na qualidade do risco de crédito.
- **Teste de stress**: o teste de stress é parte integrante da análise da carteira, proporcionando a medida da potencial vulnerabilidade a excepcionais, mas plausíveis ocorrências económicas e geopolíticas que assistem a gestão na identificação dos riscos nem sempre aparentes em circunstâncias mais benignas. O teste de stress dá corpo às decisões de apetite pelo risco.
- **Gestão da carteira**: a gestão activa das concentrações de carteira, conforme medido pelo relato de risco e teste de stress, onde o risco de crédito pode ser mitigado através da promoção de vendas de activos, compra de protecção de crédito ou reduzir o apetite pelo risco para novas transacções.
- **Boa gestão de crédito**: a monitorização e gestão da transacção de clientes é um processo contínuo, para garantir que o desempenho é satisfatório e que a documentação, segurança e valorizações são completas e actualizadas.
- **Identificação de problemas de endividamento**: as políticas e sistemas encorajam uma identificação antecipada dos problemas e a utilização de colaboradores especializados que se concentram em cobranças e gestão de problemas de endividamento.
- **Aprovisionamento**: avaliação independente usando os modelos das melhores práticas para perdas colectivas e latentes. A avaliação profissional é aplicada a casos individuais, para garantir que essas perdas são completamente identificadas e adequadamente aprovisionadas.
- **Recuperação**: maximização do retorno para o Grupo através do processo de recuperação.

Consultar a Nota 38 na Secção 5: Demonstrações Financeiras para informação quantitativa sobre a máxima exposição ao crédito e concentrações de risco de crédito de empréstimos e contas a receber.

Risco de liquidez de financiamento

Complementando o regime de adequação dos fundos próprios, o apetite de risco é também expresso através do quadro de risco de liquidez utilizado no Grupo. Este quadro é utilizado para gerir o risco de liquidez.

O ABN AMRO define liquidez de risco como o risco emergente da incapacidade potencial do Grupo para satisfazer as suas obrigações quando elas se tornarem devidas, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Por sua vez, o risco de liquidez também se manifesta na forma de perdas de oportunidade devido à existência de excesso de liquidez relativamente às responsabilidades.

A abordagem do ABN AMRO à liquidez é que o seu negócio no perfil de liquidez habitual deve ser suficiente para o Grupo continuar por pelo menos 30 dias sob uma crise específica de firma muito grave, tal como não ter acesso a financiamento grossista ou a levantamento segundo facilidades autorizadas.

O ABN AMRO tem uma abordagem de dois níveis à gestão do risco de liquidez, com medidas adicionais tomadas devido à separação de actividades. Uma preocupação corrente da gestão de liquidez é a gestão da posição de liquidez diária dentro de parâmetros especificados para garantir todas as responsabilidades podem ser satisfeitas em devido tempo. A gestão de liquidez de risco de eventos garante que no caso de um evento específico à firma ou do mercado geral, o Grupo é capaz de gerar liquidez suficiente para suportar uma crise de liquidez de curto prazo. Devido ao corrente processo de separação, foram acrescentados objectivos e limitações adicionais para garantir um processo de transição suave.

O objectivo da organização é manter a textura de liquidez global do balanço a um nível a que o Grupo seja capaz de sobreviver e retomar o seu negócio após uma crise. É utilizada uma variedade de ferramentas para gerir esta preocupação corrente do objectivo de gestão de liquidez. Elas envolvem uma gestão do perfil de liquidez ao estabelecer limites de rácio de liquidez (financiamento estável para activos ilíquidos). São impostos limites adicionais em termos de dimensão e perfil de liquidez num certo número de tipos de produtos de mercado global. Exige-se às carteiras de negociação limitem qualquer diferencial de liquidez ao limitar o montante do financiamento de curto prazo dos mercados monetários para os balcões de negociação. É necessário que preços de transferência de fundo e transacções internas sejam executados a preço de mercado e reflictam totalmente os custos apropriados, incluindo o prémio de liquidez relacionado com o mercado. A diversificação das fontes de financiamento complementar as ferramentas para alcançar os objectivos de gestão da liquidez.

Em resposta a uma crise específica da firma ou do mercado global, a gestão do risco de liquidez de evento envolve o teste de stress através da análise quantitativa do impacto da liquidez de um tal evento. O Grupo mantém um amortecedor de liquidez que mitiga este risco de evento através da disponibilização de liquidez de reserva sob a forma de garantias elegíveis, livres de ónus do Banco Central. Os planos de financiamento de contingência a nível do Grupo descrevem os passos e procedimentos tomados no caso de uma crise. A sua eficácia é testada com ensaios periódicos.

A monitorização e controlo do risco de liquidez numa base corrente envolvem a análise do rácio do balanço e a medição da divergência de fluxo de caixa e posições de stress. Ao medir a relação entre os subcomponentes do balanço num dado momento obtém-se a liquidez do balanço subjacente. A medição da divergência do fluxo de caixa quantifica a diferença entre as entradas e saídas de caixa determinadas numa série de intervalos de tempo. Esta medição da posição de stress envolve uma análise das fontes de financiamento e as necessidades de financiamento devido a uma situação de stress de liquidez.

A conformidade da liquidez com a regulamentação é detalhada na secção “Regulação e supervisão”. Para mais pormenores em relaçãop à medição e controlo do risco de liquidez, consultar a Nota 38 na Secção 5: Demonstrações Financeiras’.

Risco de mercado na carteira de negociação

O ABN AMRO define risco de mercado como o risco em que os movimentos nos preços do mercado financeiro diminuirão o valor das carteiras de negociação do ABN AMRO. O ABN AMRO está exposto ao risco de mercado através das suas actividades de negociação, que são realizadas tanto para os nossos clientes como por própria conta. Na negociação relacionada com facilitação de clientes, a ABN AMRO guarda o risco de mercado, enquanto na negociação por conta própria a ABN AMRO posiciona-se ela própria activamente nos mercados financeiros.

Há várias fontes importantes de risco de mercado, incluindo a taxa de juro, divisas, preço as acções, preços das matérias-primas, *spread* de créditos, riscos de volatilidade e risco de correlação. O risco de mercado inclui o risco de liquidez do mercado, que é o risco de uma firma que não pode facilmente compensar ou eliminar uma posição sem afectar significativamente o preço do mercado devido a uma profundidade de mercado inadequada ou uma perturbação do mercado.

Em qualquer actividade de negócios, o risco de mercado provêm tanto de posições abertas (não cobertas) como de correlação imperfeita entre posições de mercado que pretendem compensar uma à outra. O objectivo geral da gestão do risco do mercado é impedir perdas inesperadas devido a alterações nos preços do mercado e optimizar o uso do capital para o risco de mercado.

O ABN AMRO gere o risco de mercado principalmente através do uso de um conjunto de cenários históricos e hipotéticos, sublinhando os factores de risco relevantes e estimando os potenciais ganhos e perdas sob stress, bem como o cálculo da perda do percentil 99 (ou Valor em risco) em posições abertas. O banco procura então gerir estas exposições potenciais numa base diária dentro de limites predefinidos para cada um dos tipos mais importantes do risco de mercado.

Esta abordagem quantitativa, combinada com abordagens analíticas qualitativas, destina-se a controlar a exposição do ABN AMRO aos movimentos nos mercados financeiros.

Outras medidas de controlo usadas no processo de gestão do risco de mercado incluem limites sobre posições abertas líquidas em termos das suas sensibilidades devido a alterações na taxa de juro, spreads de crédito, volatilidades e por aí fora. Juntamente com estas sensibilidades, o ABN AMRO também monitoriza as concentrações de posições e o envelhecimento da posição. Estas medidas não estatísticas ajudam a monitorizar e controlar o risco de liquidez na carteira de negociação.

O Valor em Risco (VaR) é reportado numa base diária por carteira de negociação, por linha de produto e para Grupo como um todo.
Ele é relatado diariamente à gestão de topo das UN, Gestão de Risco do Grupo e os membros responsáveis do Conselho de Administração. Consultar a Nota 38 na Secção 5: Demonstrações Financeiras para a quantificação do Valor em risco por categoria de risco.

O VaR é uma técnica que produz estimativas da alteração potencial no valor de mercado de uma carteira num horizonte temporal especificado a níveis de confiança dados. O Grupo usa modelos de simulação históricos no cálculo do Valor em Risco em comum com a maioria dos modelos Valor em Risco. As limitações dos modelos VaR incluem:

- Os dados históricos podem não fornecer a melhor estimativa da distribuição conjunta de alterações nos factores de risco no futuro e pode falhar em captar o risco de possíveis movimentos de mercado extremamente adversos que não tenham ocorrido na janela histórica utilizada nos cálculos.
- O VaR utiliza um horizonte temporal diário e não capta totalmente o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou cobertas num dia.
- O VaR utiliza um nível de confiança de 99% e não reflecte a extensão das perdas potenciais para além desse percentil.

.
A limitação dos modelos de Valor em risco significa que o ABN AMRO deve complementá-lo com outras medições de risco. Isto inclui cenários de stress que lancem luz sobre o comportamento da carteira ABN AMRO e o impacto sobre os resultados financeiros da ABN AMRO sob movimentos de mercados extremos. Foram desenvolvidos internamente cenários de stress, para reflectir características específicas das carteiras do Grupo, e que são executados diariamente para cada carteira de negociação e em vários níveis de agregação. Estes cenários de stress incluem movimentos por passos em um ou mais factores de risco (p. ex., mudanças paralelas nas curvas de taxa de juro) e testes de factores múltiplos baseados em eventos históricos reais ou cenários hipotéticos plausíveis.

Risco de mercado na carteira bancária

Os principais riscos de mercado emergem das actividades não negociação do ABN AMRO são o risco de taxa de juro, risco cambial e risco de preço das acções.

O ABN AMRO define risco de mercado como o risco em que os proveitos de juros do Grupo se altera devido a uma mudança nas taxas de juro e a alteração em valor dos activos financeiros na carteira bancária, representando os activos financeiros, salvo os categorizados como activos de negociação, não acompanhem a alteração do valor das responsabilidades do Grupo para uma mudança das taxas de juros. O risco de taxa de juros emergem principalmente do facto do período de alteração do preço dos activos do Grupo, tipicamente, excede o período de alteração de preços do passivo do Grupo (um “desfasamento de maturidade de juros”).

A actividade de tesouraria e as divergências entre a alteração dos preços.

São utilizadas várias ferramentas para monitorizar e limitar as exposições ao risco da taxa de juro na carteira bancária do ABN AMRO. Os métodos utilizados para medir o risco incluem a simulação de ganhos, duração e limites de "Valor Anual por Pontos base".

O Grupo recorre a técnicas de estimativas para calcular um conjunto de cenários de taxas de juros predefinidos futuros, como os movimentos no nível e forma da curva de rendimento. Em combinação com os modelos de simulação de Balanços, o Grupo calcula os "Ganhos em Risco" e as "Alteração no Valor do Capital". Estas análises de cenários baseadas em modelos exigem premissas sobre o comportamento do cliente. O ABN AMRO utiliza modelos estatísticos e matemáticos para exprimir este comportamento na simulação do ABN AMRO. A posição do ABN AMRO é gerida para garantir que estas duas métricas estão dentro dos limites definidos sob estes cenários predefinidos. Quaisquer acções correctivas exigidas são tomada através acções de comando relacionadas com a carteira subjacente.

O risco cambial de não negociação deriva dos investimento do Grupo em subsidiárias, associadas e filiais no ultramar. Os investimentos estratégicos da ABN AMRO são as principais fontes de risco de risco de cotação em não negociação. O ABN AMRO não mantém posições de divisas abertas materiais de não negociação para além das exposições de conversões cambiais estruturais emergentes dos seus investimentos em subsidiárias e empresas associadas estrangeiras e o seu financiamento em divisas relacionado.

O ABN AMRO aplica várias estratégias de cobertura para gerir e minimizar quaisquer efeitos negativos destas exposições. A política do Grupo em relação a posições estruturais é cobrir selectivamente a exposição de divisas estrutural emergente do valor activo líquido, incluindo goodwill, em subsidiárias, investimentos contabilizados por equivalência patrimonial e filiais estrangeiros, excepto onde se tal fizesse aumentasse materialmente a sensibilidade dos rácios de capital regulamentar do Grupo aos movimentos cambiais. Por isso, para a exposição ao dólar norte-americano, o Grupo cobre o seu rácio de capital de dólares norte-americanos. A política exige que as posições de divisas estrutural e de rácio de capital sejam revistas regularmente pelo comité de Gestão de Activos e Passivos do Grupo. As diferenças cambiais emergentes da conversão das operações estrangeiras são reconhecidas directamente em capital próprio juntamente com a porção efectiva das diferenças cambiais emergentes dos instrumentos de cobertura.

Risco operacional

O ABN AMRO define risco operacional como o risco de perda resultante de processos e/ou sistemas internos desadequados ou falhados, comportamento humano ou de eventos externos. Este risco inclui eventos do risco operacional tal como problemas TI, carências na estrutura organizacional, controlos internos desadequados ou em falta, erro humano, fraude e ameaças externas.

O princípio orientador da gestão de risco operacional é que a gestão, a todos os níveis da organização, é responsável por dirigir e gerir os riscos operacionais. Os gestores da gestão de risco operacional são distribuídos por todo o ABN AMRO para assistirem os executivos no cumprimento da sua responsabilidade.

Os executivos precisam de informação para permitir-lhes identificar e analisar o risco operacional, implementar medidas de mitigação e determinar a eficácia destas medidas de mitigação. O ABN AMRO implementou um certo número de programas e ferramentas para apoiar os executivos. Estas incluem:

Auto-avaliação de risco: Uma abordagem estruturada que ajuda os executivos a identificar e avaliar os riscos e a tomar acções de mitigação para riscos que são identificados como inaceitáveis. Os riscos são avaliados com a ajuda de facilitadores que, habitualmente, são colaboradores da gestão de risco operacional.

Dados de perdas internas e externas: O ABN AMRO regista as perdas de risco operacional ao nível da firma.

Processo de avaliação do risco operacional: Um processo de avaliação completo que inclui uma avaliação explícita do risco operacional associado com a mudança, independentemente se a mudança se relaciona com uma nova proposta de negócio, uma mudança da organização, a implementação de um sistema ou qualquer outra mudança. O processo inclui a ratificação pelas partes interessadas (incluindo o Cumprimento do Grupo, Jurídica do Grupo e Finanças do Grupo) e a aprovação por um comité competente.

Indicadores-chave de risco: Uma abordagem utilizada para indicar as possíveis mudanças no perfil de risco operacional. Os indicadores-chave de risco permitem uma análise de tendência com o tempo e desencadeamento de acções, se necessário.

Risco de cumprimento e regulamentação

O ABN AMRO define risco de cumprimento como o risco de sanções legais e do regulador, perdas financeiras materiais ou de danos na reputação que o ABN AMRO pode sofrer como resultado da sua incapacidade em cumprir as relevantes leis, regulamentos, princípios e regras, normas e códigos de conduta aplicáveis às suas actividades na letra e no espírito.

A função Cumprimento do Grupo concentra as suas actividades em elementos específicos de serviços financeiros e as suas regras, regulamentos, códigos de conduta e normas de mercado associados. Estes são, predominantemente, requisitos de “condução de negócio”.

Os planos de monitorização baseados no risco são preparados através da metodologia de avaliação de risco de cumprimento. O negócio obtém aconselhamento de cumprimento quando necessário na preparação das suas transacções. A gestão de topo é regularmente informada sobre questões de cumprimento e no seu seguimento.

Risco jurídico

O ABN AMRO define risco jurídico como o risco de incumprimento com obrigações jurídicas ou regulamentares e à incerteza devido a acções legais ou incerteza na aplicabilidade ou interpretação de contratos, leis ou regulamentos.

A função Jurídica do Grupo fiscaliza os riscos jurídicos do ABN AMRO a nível mundial e age como ponto de relato central para as equipas de advogados internos do ABN AMRO. Um Mandato Jurídico Global ajuda o negócio a fazer o uso mais eficaz dos recursos jurídicos do Grupo, especificando as áreas exigindo o envolvimento obrigatório da função Jurídica do Grupo.

Risco de relato financeiro

A gestão deve fornecer demonstrações financeiras que apresentem com justeza a posição financeira do Grupo, os seus resultados das operações e fluxos de caixas de acordo com a IFRS. O ABN AMRO define o risco de relato financeiro como o risco de ausência de uma apresentação justa e como resultado de declarações inexactas materiais em uma ou mais somas ou divulgações da demonstração financeira. Uma declaração inexacta material é definida como uma omissão ou declaração inexacta que poderá influenciar as decisões de utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

O controlo interno do ABN AMRO sobre o relato financeiro é um processo concebido para fornecer uma razoável garantia em relação à fiabilidade do relato financeiro e à preparação de demonstrações financeira para fins externos de acordo com o IFRS.

O controlo interno do ABN AMRO sobre o relato financeiro inclui as políticas e procedimentos que:

- Sejam relevantes para a conservação dos registos, que em razoável detalhe reflectem com exactidão e justeza as transacções e alienações dos activos do ABN AMRO e suas entidades consolidadas.

- Fornecem uma garantia razoável que as transacções registadas como necessário, para permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com a IFRS, e que os proveitos e despesas do ABN AMRO estão a ser feitos apenas de acordo com as autorizações da gestão e administradores do ABN AMRO.
- Fornecem uma garantia razoável em relação à prevenção ou detecção atempada de aquisição não autorizada, uso ou alienação de activos da ABN AMRO que possam ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

Devido às suas inerentes limitações, o controlo interno sobre o relato financeiro não pode prever ou detectar declarações inexactas. De igual modo, as projecções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que o controlo se torne inadequado devido à alteração nas condições, ou que o grau de cumprimento com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar.

As demonstrações financeiras ABN AMRO cumprem as secções 404 e 302 da Lei Sarbanes-Oxle e da Lei sobre a Supervisão Financeira em relação à ratificação das contas. Consultar a Secção 6: Outras Informações para as declarações de cumprimento do Grupo.

A gestão do ABN AMRO avalia a eficácia do controlo interno do Grupo sobre o relato financeiro. Ao fazer esta avaliação, o ABN AMRO usa os critérios estabelecidos pelo Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission (COSO) no “Enterprise Risk Management - Integrated Framework”. A avaliação do ABN AMRO inclui documentação, avaliação e teste da concepção e eficácia operacional do seu controlo interno sobre o relato financeiro. A gestão do ABN AMRO analisa os resultados da sua avaliação com o Conselho Fiscal e a sua Comissão de Auditoria.

Risco de reputação

O ABN AMRO define risco de reputação como o risco de perdas potenciais emergentes de uma opinião pública negativa, independentemente desta opinião estar ou não baseada em factos ou ser meramente uma percepção pública. As perdas podem resultar no aumento de custos de financiamentos, assim como a não geração das receitas esperadas.

O Grupo acredita que a busca do ABN AMRO da sustentabilidade da actividade e a criação de valor exige uma conduta adequada das actividades negociais do ABN AMRO, de acordo com os Princípios Empresariais e Valores Corporativos do ABN AMRO, assim como com as leis e regulamentos.

Um componente essencial da gestão de risco é assegurar que a reputação do ABN AMRO é preservada e aumentada através de um envolvimento responsável nas actividades de negócio certas com clientes certos.

Os colaboradores do Grupo que atendem os clientes têm a responsabilidade de primeira linha na aplicação dos critérios de sustentabilidade na escolha dos negócios. O Grupo implementa ferramentas para ajudar os colaboradores do ABN AMRO a desempenhar adequadamente esta tarefa.

Juntamente com as suas políticas jurídicas e de cumprimento, o ABN AMRO desenvolveu várias políticas de risco de reputação para identificar, avaliar e gerir as questões não financeiras existentes nos compromissos empresariais do ABN AMRO. Estas políticas e normas são referidas como as políticas de Gestão de Risco Ambiental, Social e Ético e, actualmente, incluem: exploração florestal e silvicultura; petróleo e gás; minas e metais; indústrias de defesa; jogo; direitos humanos, barragens, tabaco e experiências com animais. Cada uma destas políticas contém os critérios de aceitação de clientes e transacção, incluindo os filtros apropriados. Estes filtros foram desenvolvidos para avaliar se um compromisso poderá apresentar potenciais questões ambientais, sociais ou éticas e, por conseguinte, traduzir-se num risco de reputação.

Ao aplicar esta filosofia, o ABN AMRO desenvolveu uma abordagem ao desenvolvimento de uma política baseada nas normas e convenções da actividade internacionalmente aplicáveis e que incorpora consultas com Organizações Não Governamentais, clientes e pares e colaboradores do ABN AMRO que atendem os clientes.

Risco do negócio

O ABN AMRO define risco de negócio como o risco em que os proveitos operacionais são inferiores aos esperados devido a receitas inferiores às esperadas (p. ex., menores margens, menor quota de mercado e retracção do mercado) ou custos superiores aos esperados, que não tenham sido causados por um dos outros tipos de riscos.

O risco de negócio é impulsionado pela volatilidade do fluxo de receitas e na medida em que os custos são fixos ou variam com as receitas. Por esta razão, o risco de negócio é gerido através dos processos orçamentais e de investimento. O modelo de Valor em Risco que o Grupo desenvolveu para medir o risco de negócio tem como seus factores principais a volatilidade das receitas e a estrutura de custos da UN ou actividade.

Factores de risco

Abaixo, são estabelecidos alguns dos factores de risco que podem ter um efeito material negativo no negócio, resultados operacionais ou condição financeira futuros do ABN AMRO. Deve-se considerar com muita atenção estes factores de risco e as outras informações neste documento, antes de se tomar decisões de investimento. Riscos adicionais actualmente desconhecidos do ABN AMRO ou que a ABN AMRO considere, neste momento, como imateriais também podem prejudicar a ABN AMRO e afectar o seu investimento.

Actualização dos factores de risco das condições de mercado

Desde meados de 2007, o sistema financeiro global sofreu condições de dificuldade de crédito e liquidez e as perturbações levaram a menos liquidez, maior volatilidade, aumento generalizado dos *spreads* e, em alguns casos, falta de transparência das taxas de empréstimo interbancária.

Em Setembro 2008, os mercados financeiros globais deterioram-se gravemente no seguimento do pedido de falência do Lehman Brothers. Depois, tornou-se aparente que um certo número de outras instituições financeiras importantes, incluindo algum dos maiores bancos comerciais, bancos de investimento, credores hipotecários, garantes hipotecários e companhias de seguros nos Estados Unidos, entrou em dificuldades. Em resposta, o governo dos Estados Unidos interveio numa escala sem precedentes para evitar a falência de algumas destas instituições e dar apoio à indústria de financiamento mútuo do mercado monetário. Os governos na Europa e Reino Unido nacionalizaram um certo número das instituições financeiras. O governo holandês introduziu um esquema de garantia de EUR 200 mil milhões em Outubro 2008 para apoiar os bancos, companhias de seguros e fundos de pensões com problemas de financiamento como resultado de um funcionamento inadequado do mercado para empréstimos sem garantia. Em Janeiro 2009, o governo do Reino Unido estabeleceu um esquema de protecção de activos sob o qual ele segurará, por uma taxa comercial, certos activos bancários contra perdas. Antecipa-se que o esquema entrará em vigor em Abril 2009. Os bancos do Reino Unido, incluindo o Grupo RBS, a empresa-mãe do ABN AMRO, tiveram discussões com as Autoridades Tripartidas acerca das condições do esquema. Os bancos centrais de todo o mundo concordaram agir concertadamente para aumentar a liquidez nos mercados financeiros tomando medidas como aumentar temporariamente os acordos cambiais recíprocos (ou "*swap lines*") por muitos mil milhões de euros. Apesar destas medidas, a confiança dos investidores mantém-se muito baixa.

Num posterior esforço para impulsionar os mercados financeiros e proporcionar alívio das instituições financeiras, em 2 de Outubro de 2008, os legisladores dos Estados Unidos aprovaram uma lei que deu poderes ao Secretário do Tesouro para utilizar fundos públicos para dar apoio a instituições financeiras em dificuldades. O apoio global dos governos está correntemente em curso, pois estão ser aprovados e implementados novos planos. Ainda não é claro se e quando estas e outras medidas activas tomadas pelos governos em todo o mundo terão o impacto desejado no mercado. Espera-se que as condições do mercado, em geral, e para as instituições financeiras em particular, se mantenham extremamente difíceis em 2009.

O ABN AMRO continua a manter-se sujeito aos riscos colocados pelo impacto da crise de crédito no sistema financeiro e economia mundiais em que o Grupo opera, alguns dos quais são desconhecidos e a vasta maioria dos quais estão fora do nosso controlo.

Os mercados podem continuar a sofrer períodos de elevada volatilidade acompanhada por liquidez reduzida, o que pode levar a perdas por riscos de mercado e influenciar negativamente a capacidade do Grupo em cobrir eficazmente os seus riscos

Os mercados financeiros e de crédito têm sofrido um período sustentado de elevada volatilidade, graves perturbações e rupturas de liquidez. Os mercadores financeiros são susceptíveis a eventos graves evidenciados por uma rápida depreciação nos valores dos activos, acompanhados pela redução na liquidez dos activos.

Sob estas condições extremas, a cobertura e outras estratégias de gestão de risco podem não ser eficazes na mitigação dos riscos de negociação como poderiam ser sob condições de mercado mais normais. Além disso, sob estas condições de mercados, os participantes estão particularmente expostos às estratégias de negociação empregues por muitos participantes do mercado em simultâneo e em grande escala, como em mercados lotados (*crowded trades*). A gestão de risco e os processos de monitorização do ABN AMRO procuram quantificar e mitigar o risco para movimentos de mercados mais extremos. No entanto, os eventos de mercado graves têm sido, historicamente, difíceis de prever e o ABN AMRO pode ter perdas significativas se eventos adicionais de mercado, continuarem a ocorrer num período de tempo alargado.

A avaliação de valores mobiliários e obrigações pode estar sujeito ao risco de modelo aumentado se os mercados financeiros relevantes se tornarem ilíquidos

A avaliação dos valores mobiliários e obrigações tem-se, particularmente em meses recentes, tornado crescentemente complexa e sujeita a significativas incertezas à luz da falta de liquidez de certas obrigações subjacentes, com as instituições financeiras a aplicar diferentes modelos de avaliação para reflectir os perfis de risco subjacentes quer reais quer percebidos desses valores mobiliários ou obrigações, quando os preços de mercado não estão disponíveis. As avaliações podem variar significativamente de acordo com modelos e pressupostos particulares de avaliação aplicados à posse desses valores mobiliários e obrigações. Esses modelos e pressupostos de avaliações podem precisar de ser alterados para reflectir mais a informação corrente relativamente aos perfis de risco subjacentes dessas posses, resultando possivelmente em significativas depreciações no valor atribuído a essas posses, com o consequente impacto no balanço e demonstração de resultados dessas instituições.

Ademais, os valores de muitos outros instrumentos que a ABN AMRO detém e investe estão sensíveis a deslocações e perturbações nos mercados de crédito (tal como empréstimos alavancados) e a avaliação de alguns destes instrumentos tornou-se, ao mesmo tempo, mais incerta e mais difícil devido à volatilidade e falta de liquidez. Conforme cada vez mais fundos de coberturas, fiadores financeiros, bancos e outras instituições são negativamente afectados por estas perturbações do mercado, os resultados do ABN AMRO podem ainda ser posteriormente afectados.

O ABN AMRO financia as suas actividades em vários mercados: algum ou todos destes mercados podem tornar-se ilíquidos, o que poderia afectar a capacidade do Grupo em satisfazer as necessidades esperadas e inesperadas de fluxos de caixa e garantias

À luz da situação actual, em relação às perturbações observadas nos mercados financeiros, o acesso do Grupo a estes mercados pode ser limitada, pois os investidores podem retirar-se destes mercados devido aos investimentos terem deixado de satisfazer o seu apetite pelo risco. Os mercados ilíquidos podem afectar a posição de liquidez de financiamento do Grupo e a sua capacidade para satisfazer as necessidades esperadas e inesperadas de fluxos de caixas e garantias e pode ter um efeito negativo nos resultados operacionais, condições financeiros e fluxos de caixa do ABN AMRO.

Os incumprimentos numa outra instituição financeira importante poderão afectar negativamente os mercados financeiros e outras instituições financeiras a que o ABN AMRO está exposto

A solidez financeira de muitas instituições financeiras pode estar intimamente interligada como resultado de relações de crédito, negociação, compensação ou outras entre as instituições. Como resultado, preocupações, incumprimento ou uma ameaça de incumprimento numa instituição pode levar a problemas significativos de liquidez em todo o mercado e as perdas financeiras em outras instituições. Pode mesmo levar a posteriores incumprimentos de outras instituições financeiras. Isto é, por vezes, referido como “risco sistémico”. Um evento de risco sistémico pode afectar negativamente os intermediários financeiros, tal como agências de compensação, câmaras de compensação, bancos, empresas de valores mobiliários e casas de câmbios, a que o ABN AMRO estão expostos e pode, por conseguinte, levar a perdas materiais para o ABN AMRO.

O ABN AMRO está sujeito ao risco de crédito: as perdas de crédito associadas podem aumentar, em especial, durante uma contração económica

O ABN AMRO está exposto ao risco de rédito nas suas operações de carteiras bancária e de negociação. Isto pode resultar nas perdas de crédito, a magnitude do que está incerto. Em 2008, muitas das economias do mundo entraram em recessão, incluindo a Holanda e o resto da Europa. Isto levou a um crescente número de empresas e pessoas em incumprimento perante as suas obrigações e, mais em geral, aumentou a probabilidade de incumprimento de muitas empresas e pessoas. Se a contracção económica continuar durante 2009, então as perdas de crédito do grupo podem aumentar devido aos devedores e contrapartes incumpridoras e devido aos menores volumes de mercado dos instrumentos financeiros avaliados ao justo valor.

As agências de rating atribuíram um rating ao ABN AMRO; no caso de um abaixamento de rating, isso pode afectar negativamente os lucros do Grupo e aumentar o risco de liquidez do Grupo

As agências de rating avaliam a qualidade de crédito do ABN AMRO e atribuem um rating ao ABN AMRO e a alguns dos instrumentos financeiros que ele emitiu. Esta informação está disponível para muitos investidores e clientes do Grupo. Qualquer abaixamento dos ratings do ABN AMRO pode aumentar os custos de empréstimo do ABN AMRO, limitar o acesso do ABN AMRO aos mercados de capitais e afectar negativamente a capacidade dos negócios do ABN AMRO em vender ou comercializar os seus produtos, envolver-se em transacções de negócios – particularmente transacções de longo prazo e de derivados – e conservar os clientes actuais do ABN AMRO. Por sua vez, isto pode aumentar os riscos de liquidez de financiamento do ABN AMRO e ter um efeito negativo nos resultados operacionais e condição financeira do ABN AMRO. Resultante de um abaixamento em Dezembro 2008, foram caucionados, agora, garantias adicionais.

Aumento das provisões para créditos de cobrança duvidosa no ABN AMRO podem ter um efeito negativo nos resultados do ABN AMRO

Os negócios bancários ABN AMRO estabelecem provisões para créditos de cobrança duvidosa, que são reflectidas nas provisões para crédito concedido e outros riscos de crédito na demonstração de resultados do ABN AMRO, de modo a manter as provisões para créditos de cobrança duvidosa do ABN AMRO a nível considerado como apropriado pela gestão, com base numa avaliação de experiências de perdas anteriores, o volume e tipo de empréstimo a ser realizado por cada banco, normas da indústria, empréstimos já vencidos, condições económicas e outros factores relacionados com a recuperabilidade de cada carteira de empréstimos da entidade. Embora a gestão use os seus melhores esforços para estabelecer as provisões para créditos de cobrança duvidosa, essa determinação está sujeita a um juízo significativo e os negócios bancários do ABN AMRO podem ter que aumentar ou diminuir as suas provisões para créditos de cobrança duvidosa no futuro, como resultado dos aumentos ou diminuições de activos não produtivos ou por outras razões. Para mais detalhes, ver a secção “Políticas contabilísticas” na Secção 5: Demonstrações financeiras. Qualquer aumento nas provisões para créditos de cobrança duvidosa, quaisquer perdas de empréstimos em excesso das provisões previamente determinada a respeito dos mesmos ou alterações na estimativa do risco de perdas inerentes na carteira dos empréstimos sem imparidades possa ter um efeito negativo nos resultados das operações e condições financeiras do ABN AMRO.

A transição e desmembramento do ABN AMRO criam riscos adicionais dos negócios e estabilidade do ABN AMRO

O ABN AMRO passa por um período de transição e mudança, que se espera que dure até ao final de 2009 e que coloca riscos adicionais aos negócios do ABN AMRO, incluindo a capacidade do ABN AMRO e a do accionista do ABN AMRO em gerir o desmembramento do Grupo de um modo controlado, enquanto minimiza as perdas de negócio, a capacidade do ABN AMRO em manter o os colaboradores essenciais durante a transição e os aumentados riscos operacionais e regulamentares durante este período.

Os resultados do ABN AMRO podem ser negativamente afectados pelas condições económicas gerais e outras condições de negócio

As alterações nas condições gerais económicas, o desempenho dos mercados financeiros, os níveis das taxas de juro, as políticas e regulamentos dos bancos centrais, incluindo os requisitos do acordo de Basileia II ou outras condições de negócio podem afectar negativamente o desempenho financeiro do ABN AMRO, ao afectar a procura pelos serviços dos produtos e serviços do ABN AMRO, reduzindo a qualidade de crédito dos mutuários e contrapartes, colocando pressão nas reservas por perdas de empréstimos do ABN AMRO, alterando a margem da taxa de juro entre os custos de empréstimo e de crédito do ABN AMRO, alterando o valor do investimento e carteira de negócios do ABN AMRO.

As alterações das taxas de juro e das taxas de câmbio podem afectar negativamente os resultados do ABN AMRO

As flutuações em taxas de juro e taxas de câmbio influenciam o desempenho do ABN AMRO. Os resultados das operações bancárias do ABN AMRO são afectados pela gestão do ABN AMRO da sensibilidade da taxa de juro. A sensibilidade da taxa de juro refere-se à relação entre as alterações nas taxas de juro do mercado e as alterações na margem financeira. Uma discordância entre activos que ganham juros e passivos que suportam juros em qualquer dado período pode, no caso de alterações das taxas de juros, ter um efeito material negativo na condição financeira dos negócios , resultados das operações e fluxos de caixa do ABN AMRO. Além disso, o ABN AMRO publica as demonstrações financeiras consolidadas do ABN AMRO em euros. As flutuações nas taxas de câmbio usadas par converter outras divisas em euros afectam a situação financeira consolidada relatada, os resultados operacionais e os fluxos de caixa do ABN AMRO de ano para ano.

Para um resumo de como o risco de taxa de juro e o risco de variação cambial é gerido, ver “Risco de mercado na carteira de negociação”, nesta secção, bem como a Nota 38 na secção 5: Demonstrações financeiras.

O desempenho do ABN AMRO está sujeito a pressão concorrenciais substanciais que podem afectar negativamente os resultados das operações do ABN AMRO.

Há uma substancial concorrência para os tipos dos produtos e serviços bancários e outros que o ABN AMRO fornece nas regiões onde o ABN AMRO conduz grande parte das suas actividades. A intensidade desta concorrência é afectada pela procura do consumidor, alterações tecnológicas, impacto da consolidação, acções do regulador e outros factores. Além disso, os avanços tecnológicos e o crescimento do e-commerce tornaram possível que instituições sem depósitos ofereçam produtos e serviços que eram tradicionalmente produtos bancários e que instituições financeiras concorram com empresas de tecnologia no fornecimento de soluções financeiras electrónicas e baseadas na Internet. Se o ABN AMRO for incapaz de fornecer ofertas de produtos e serviços atractivos que sejam lucrativos, o ABN AMRO pode perder quota de mercado ou incorrer perdas em algumas ou em todas das actividades da ABN AMRO.

Alterações ou iniciativas de imposição regulamentares que podem afectar negativamente os negócios do ABN AMRO

O ABN AMRO está sujeita às leis e regulamentos governamentais sobre serviços bancários e financeiros em cada uma das jurisdições em que o ABN AMRO conduz os seus negócios. As leis, regulamento e politicas sobre serviços bancários e financeiros que regem actualmente o ABN AMRO e as suas subsidiárias podem mudar em qualquer altura e como resultado da actual crise financeira, há uma acrescida possibilidade de uma acção regulamentar dessa ordem. As alterações aos regulamentos e políticas podem ter efeitos negativos nos negócios do ABN AMRO. Se o ABN AMRO não conseguir resolver, ou parecer não conseguir resolver, essas alterações ou iniciativas de um modo apropriado, a reputação do ABN AMRO pode ser prejudicada e o ABN AMRO pode ficar sujeito a riscos jurídicos adicionais. Isto pode, por sua vez, aumentar o tamanho e número de reclamações e danos apresentados contra o ABN AMRO ou sujeitando o ABN AMRO a acções de imposição, multas e penalizações. Como previamente informado, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos tem estado a conduzir uma investigação criminal sobre as actividades de compensação de dólares do Grupo, os procedimentos de cumprimento do Office of Foreign Assets Control (OFAC) e outras questões de cumprimento da Lei do Segredo Bancário, tudo relacionado com actividades antes da aquisição do ABN AMRO pelos Membros do Consórcio.

Mas antes e depois da mudança de controlo, o Grupo cooperou e continua a cooperar totalmente com a investigação. Embora nenhum acordo escrito tenha ainda sido alcançado e as negociações estejam em curso, em Abril 2007, o Banco chegou a um acordo de princípios com o Departamento de Justiça.

As condições exactas do *deferred prosecution agreement* ainda estão sob negociação. Ver "Investigações em curso". Não se pode predizer qual será a resolução definitiva da investigação do Departamento de Justiça e a natureza e gravidade das possíveis sanções adicionais, mas as autoridades reguladores e de manutenção da lei têm estado a impor graves e significativas penalizações monetárias e outras contra várias instituições bancárias por violações do Lei do Segredo Bancário e disposições associadas.

Risco operacional associado com os negócios do ABN AMRO que, se realizado, pode ter impacto negativo nos resultados do ABN AMRO

O ABN AMRO, como todas as instituições financeiras, está exposto a muitos tipos de riscos operacionais, incluindo o risco de fraude ou outras condutas incorrectas por colaboradores ou terceiros, transacções não autorizadas por colaboradores e erros operacionais, incluindo erros de escrita ou arquivo ou erros resultantes de sistemas informáticos ou de telecomunicações defeituosos. O ABN AMRO também pode ser sujeito a perturbações dos sistemas operacionais do ABN AMRO, emergentes de eventos que estão total ou parcialmente para além do controlo da ABN AMRO (incluindo, por exemplo, vírus informáticos ou falhas eléctricas ou de telecomunicações), que possam originar perdas em serviço aos clientes e perdas ou responsabilidades para o ABN AMRO. O ABN AMRO está ainda exposto ao risco de que fornecedores externos possam não cumprir as suas obrigações contratuais para com o ABN AMRO e ao risco de que os seus sistemas de continuidade de negócio e segurança de dados se mostrem inadequados. O ABN AMRO também enfrenta o risco de que a concepção dos controlos e procedimentos do ABN AMRO se mostrem inadequados ou contornados. Embora o ABN AMRO mantenha um sistema de controlos concebidos para manter o risco operacional a níveis apropriado, não se pode dar garantias de que no futuro o ABN AMRO não venha a sofrer perdas materiais devido ao risco operacional.

O ABN AMRO depende da exactidão e exaustividade das informações acerca dos clientes e contrapartidas

Ao decidir se estende o crédito ou celebra outras transacções com clientes e contrapartes, o ABN AMRO pode basear-se em informação fornecidas ao Grupo por, ou em nome de, clientes e contrapartes, incluindo demonstrações financeiras e outras informações financeiras. O ABN AMRO também pode basear-se no relatório de auditoria cobrindo essas demonstrações financeiras. A situação financeira e os resultados das operações da ABN AMRO podem ser negativamente afectados ao se confiar em demonstrações financeiras que não cumprem com os princípios de contabilidade geralmente aceites ou que são materialmente enganadores.

O ABN AMRO está sujeito ao risco legal que pode ter impacto negativo nos nossos resultados

No decurso ordinário do negócio, o ABN AMRO está envolvido em vários processos jurídicos. Além disso, os períodos de perturbação do mercado, caracterizado por mercados financeiros gravemente deteriorados, são geralmente acompanhados por um aumento em litígios de investidores contra intermediários, como bancos ou consultores de investimentos. É inerentemente difícil predizer o resultado de muitos dos litígios, processos abertos pelos reguladores ou outros procedimentos adversos envolvendo as nossas actividades, particularmente naqueles casos em que os assuntos são apresentados por conta de várias classes de queixosos, pedindo indemnizações por danos de montantes não especificados ou indeterminados ou envolvendo novas acções legais. Ao apresentar as nossas demonstrações financeiras consolidadas, a administração faz uma estimativa quanto ao resultado das questões legais, de regulação ou de arbitragem e faz uma provisão quando as perdas em relação a esses assuntos são prováveis e podem ser razoavelmente estimadas. As alterações nas nossas estimativas podem ter um efeito negativo nos resultados da ABN AMRO.

Dificuldades na execução de sentenças cíveis dos EUA contra o ABN AMRO

ABN AMRO Holding N.V. está constituída segundo as leis da Holanda e os membros do seu Conselho Fiscal, com uma excepção, e o seu Conselho de Administração, com uma excepção, são residentes em países foras dos Estados Unidos. Substancialmente, todos os activos da Holding e membros do seu Conselho Fiscal e Conselho de Administração estão localizados fora dos Estados Unidos. Como resultado, pode não ser possível para os investidores notificar a Holding ou essas pessoas, ou executar uma sentença de tribunais dos EUA baseadas nas disposições de responsabilidade civil das leis sobre valores mobiliários dos EUA contra a Holding ou essas pessoas. Os Estados Unidos e a Holanda não têm, actualmente, um acordo que preveja o reconhecimento recíproco e execução das sentenças em matérias cíveis e comerciais. Por conseguinte, uma sentença final para o pagamento do dinheiro decretado por qualquer tribunal federal ou estadual nos Estados Unidos com base em responsabilidades civis, quer ou não afirmados apenas sobre leis de valores mobiliários federais dos EUA, não serão executáveis na Holanda. No entanto, um tribunal holandês pode, sob a prática corrente, reconhecer a sentença definitiva que foi proferida nos Estados Unidos e pode conceder a mesma reivindicação sem voltar a aferir os méritos, sob certas circunstâncias, excepto se as consequências do reconhecimento dessa sentença transgrida a política pública na Holanda.

Processos jurídicos e de regulação

O ABN AMRO está envolvido num certo número de processos legais no decurso normal do negócio do ABN AMRO em algumas jurisdições. Ao apresentar as demonstrações financeiras consolidadas do ABN AMRO, o conselho de administração faz estimativas relativamente ao resultado das questões jurídicas, de regulação e de arbitragem e faz uma provisão quando são prováveis perdas em relações a esses assuntos. Não são estabelecidos encargos, para além dos incorridos periodicamente para custos de defesa, para questões que não se possa ter uma estimativa razoável. O ABN AMRO não pode garantir que estes processos serão concluídos de modo favorável para o ABN AMRO e se a avaliação do ABN AMRO sobre o risco se alterar, a opinião do ABN AMRO sobre essa provisão também será alterada. Com base na informação correntemente disponível e tendo recebido conselho jurídico dos consultores, o Grupo é da opinião que o resultado dos processos dificilmente terá um efeito material negativo sobre a posição financeira consolidada e no lucro consolidado do Grupo.

Sanções da Regulação

Em 10 de Setembro de 2008, o Conselho dos Governadores do Sistema da Reserva Federal, o Departamento de Banca do Estado de Nova Iorque e o Departamento de Regulação Financeira e Profissional do Illinois levantaram a *Cease & Desist Order* datada de 19 de Dezembro de 2005. De Nederlandsche Bank terminou a sua superintendência em relação à Cease and Desist Order em 27 de Julho de 2007. A Cease & Desist Order incluía um Acordo Escrito, datado de 23 de Julho de 2004, emitido pelo Banco de Reserva Federal de Nova Iorque, o Banco de Reserva Federal de Chicago, o Departamento de Banca do Estado de Nova Iorque e o Departamento de Regulação Financeira e Profissional do Illinois.

Investigações em curso

Como anteriormente divulgado, o Departamento de Justiça dos EUA está a conduzir uma investigação criminal sobre as actividades de compensação do dólar do ABN AMRO, os procedimentos de cumprimento do OFAC e outros assuntos de cumprimento da Lei do Segredo Bancário. O Banco cooperou e continua a cooperar totalmente com a investigação. Embora ainda não se tenha chegado a qualquer acordo e as negociações estejam em curso, em Abril 2007, o ABN AMRO conseguiu chegar a um acordo de princípio com o Departamento de Justiça.

Segundo os termos do acordo de princípio, o ABN AMRO também concordaria em continuar a cooperar com a investigação em curso nos Estados Unidos e resolver todas as queixas cíveis e criminais actualmente em curso por parte dos Estados Unidos pelo montante de USD 500 milhões. Um encargo de 500 milhões foi inscrito no primeiro semestre de 2007. Os termos exactos do *deferred prosecution agreement* ainda estão em negociação.

Considerando as disposições anteriores, bem como as extensas acções correctivas do ABN ANRO até à data e a sua boa vontade em demonstrar uma boa conduta futura e um total cumprimento de todas as leis federais aplicáveis, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos recomendariam ao United States District Court que o procedimento contra o Banco sob a acção seja diferida por um período fixo. No final desse período fixo, desde que o ABN AMRO esteja em total cumprimento das suas obrigações segundo o *deferred prosecution agreement*, os Estados Unidos proporão arquivamento sem possibilidade de reabertura da acção apresentada contra o ABN AMRO. Os termos exactos do *deferred prosecution agreement* e declaração factual acordada ainda estão em negociação.

Governo das sociedades

Conselhos e comissões	**86**
Conselho fiscal	86
Contactos com a comissão central de trabalhadores holandesa	88
Comissão de auditoria	88
Comissão de nomeações e remunerações	90
Comissão de supervisão do cumprimento	91
Conselho de administração	91
Vice-presidentes Executivos principais	93
Códigos de governo das sociedades	**93**
Governo das sociedades da Holanda	94
Governo das sociedades nos Esados Unidos	96
Colaboradores do ABN AMRO	**97**
Sustentabilidade	**97**

Governo das sociedades

Conselho e comissões

O ABN AMRO Holding N.V. e o ABN AMRO Bank N.V. são sociedades de responsabilidade limitada constituídas segundo o direito holandês. Ambas as sociedades têm um sistema de dois níveis de governo da sociedade, consistindo num Conselho Fiscal e num Conselho de Administração. A gestão quotidiana das sociedades está entregue ao Conselho de Administração.

O número de elementos dos Conselhos Fiscais do ABN AMRO Holding N.V. e ABN AMRO Bank N.V. é o mesmo, tal como o número de elementos dos Conselhos de Administração do ABN AMRO Holding N.V. e ABN AMRO Bank N.V.

O ABN AMRO Bank N.V. e ABN AMRO Bank Holding N.V. não são obrigados a cumprir os princípios do Código de Governo das Sociedades holandês, mas fazem-no de acordo com a prática do mercado.

Conselho fiscal

Responsabilidades do Conselho Fiscal

O Conselho de Fiscal do ABN AMRO Holding N.V. supervisiona o Conselho de Administração, assim como o curso geral dos assuntos e negócios da Sociedade. Paralelamente, tem a incumbência de prestar auxílio e assessoria à gestão. No desempenho das suas funções, os membros do Conselho de Supervisão são orientados pelos interesses da Sociedade e a empresa que lhe está relacionada e tomará em consideração os interesses relevantes do accionista da Sociedade. Foram conferidos certos poderes ao Conselho de Fiscal, incluindo a aprovação de algumas decisões aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é um órgão independente. Os seus membros são designados pela assembleia-geral de accionistas. O Conselho de Fiscal designa um ou mais candidatos para cada vaga.

Segundo o Código de Governo das Sociedades holandês, todos os membros do Conselho Fiscal tem que ser independente. O ABN AMRO, actualmente, está a desviar-se desta norma. O ABN AMRO tem três membros do Conselho Fiscal que não podem ser considerados independentes dentro do âmbito do Código de Governo das Sociedades holandês: Juan Rodriguez-Inciarte, Michael Enthoven e Miller McLean. Para mais informações, ver página 94.

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por um mandato de quatro anos e podem voltar a ser nomeados após esse mandato. Os membros do Conselho Fiscal poderão exercer funções durante um máximo de 12 anos a contar da data da primeira nomeação. Em princípio, todos os membros aceitam retirar-se no dia em que a Assembleia-Geral Ordinária de Accionistas se reúne no ano em que perfizerem os 70 anos de idade.

Os candidatos recomendados para nomeação ou recondução para o Conselho Fiscal deverão satisfazer os critérios de perfil de membros, que estão definidos nas Regras que regem os Princípios e as Melhores Práticas do Conselho Fiscal do ABN AMRO Holding N.V.

Em casos de um (potencial) conflito de interesses de significado material entre um membro do Conselho Fiscal e a Sociedade, o Presidente do Conselho Fiscal será notificado.

Os pormenores sobre o pacote remuneratório do Conselho Fiscal podem ser encontrados na Nota 43 na Secção 5: Demonstrações financeiras'.

O Presidente e o Vice-presidente são nomeados pelo Conselho Fiscal entre os seus membros. O Conselho Fiscal também nomeia de entre os seus membros a Comissão de Auditoria, constituída por, pelo menos, quatro membros, a

Comissão de Nomeações e Remunerações, com, pelo menos, três membros e a Comissão de Supervisão do Cumprimento, com, no mínimo, três membros. Os membros das comissões são nomeados até notificação em contrário.

As regras que regem os Princípios e as Melhores Práticas do Conselho Fiscal do ABN AMRO Holding N.V. estão disponíveis no sítio Web do ABN AMRO em www.abnamro.com. Estas regras também incluem os termos de referência da Comissão de Auditoria, Comissão de Nomeações e Remunerações e Comissão de Supervisão do Cumprimento.

Composição do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, e as respectivas comissões do Conselho Fiscal a que pertencem, em 24 de Março de 2009, são as seguintes:

Arthur Martinez (Chairman)	A, N, C (Presidente)
André Olijslager (Vice Chairman)	A (Presidente)
Trude Maas-de Brouwer	N (Presidente), C
Rob van den Bergh	C
Anthony Ruys	N
Gert-Jan Kramer	A
Ana Maria Llopis Rivas	A
Juan Rodriguez-Inciarte	
Michael Enthoven	A, N, C
Miller McLean	

A membro da Comissão de Auditoria
N membro da Comissão de Nomeações e Remunerações
C membro da Comissão de Supervisão de Cumprimento

Na Assembleia-Geral Anual de accionistas em 11 de Abril de 2008, Trude Maas-de Brouwer e André Olijslager foram reconduzidos para um mandato de quatro anos. Em 1 de Julho de 2008, Jean Paul Votron resignou como membro do Conselho Fiscal. Na Assembleia-Geral Extraordinária de accionistas em 22 de Setembro de 2008, Herman Verwilst foi nomeado para o Conselho Fiscal para um mandato de quatro anos. Em 17 de Outubro de 2008, ele demitiu-se como resultado das decisões tomadas pelo Ministério das Finanças no que respeita à cessão de participação dos negócios da ABN AMRO adquiridos pela Fortis. Na Assembleia-Geral Extraordinária de accionistas em 21 de Novembro de 2008, Michael Enthoven foi nomeado para o Conselho Fiscal por um mandato de quatro anos. Ele sucedeu a Herman Verwilst. Em 5 de Fevereiro de 2009, Sir Fred Goodwin resignou como membro do Conselho Fiscal. Em 16 de Fevereiro de 2009, os accionistas nomearam Miller McLean como membro do Conselho Fiscal.

Actividades do Conselho de Fiscal

O Conselho Fiscal reuniu-se por 13 ocasiões durante o período em análise. As reuniões realizaram-se em pessoa, por telefone e aos mebros também foi pedido que dessem a sua aprovação em alguns assuntos através de procedimento e-mail.

Durante as suas sessões executivas, o Conselho Fiscal avaliou o funcionamento do Conselho de Administração.

O Presidente e o Secretário da Sociedade prepararam a ordem de trabalhos das reuniões do Conselho Fiscal em estreita cooperação com o Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal analisou e adoptou os resultados de 2007 e a proposta de dividendos na sua reunião de Fevereiro e analisou e aprovou o relatório financeiro do primeiro semestre de 2008 em Agosto. Junto a isso, o Conselho

analisou nestas reuniões questões de regulação, controlo e auditoria, incluindo o cumprimento da secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley.

O desempenho financial do ABN AMRO foi extensamente discutido em várias reuniões do Conselho Fiscal. Os executivos pertinentes discutiram as conclusões dos auditores internos e externos. Estas reuniões foram precedidas por reuniões da Comissão de Audição, que assessorou o plenário do Conselho Fiscal sobre a aprovação dos resultados financeiros. A completa informação fornecida pelo Conselho de Administração e revista pela Comissão de Auditoria deu ao Conselho Fiscal uma imagem clara dos riscos, resultados e posição de capital e liquidez do Banco. As comissões do Conselho Fiscal continuaram a relatar as suas deliberações e conclusões ao plenário do Conselho para posterior discussão e, quando apropriado, decisões.

O Conselho nomeou novos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Na Assembleia-Geral Anual de accionistas em 11 de Abril de 2008 e nas Assembleias-Gerais Extraordinárias de 22 de Setembro de 2008 e 21 de Novembro de 2008, estas nomeações foram aprovadas pelos accionistas.

A Assembleia-Geral Anual de accionistas afastou a Ernst & Young Accountants LLP de auditor externo da ABN AMRO Holding N.V. para o ano financeiro de 2008. Na mesma reunião, a Deloitte Accountants B.V. foi nomeada como auditor externo do ABN AMRO Holding N.V. para o ano financeiro de 2008.

O Conselho recebeu actualizações regulares do programa de transição, discutiu e aprovou a cisão de um certo número de activos, alienações e pedido de Declaração de Não Objecção (DNO) conexo com a transição.

Contactos com a comissão central de trabalhadores holandesa

Ao contrário do acordo celebrado em 2003 com a Comissão central de trabalhadores holandesa, os membros do Conselho Fiscal não assistiram rotativamente às reuniões da Comissão central de trabalhadores em 2008. Em 18 de Setembro de 2008, a Comissão Central de Trabalhadores concordou que a discussão da nomeação de Herman Verwilst se realizasse após 22 de Setembro de 2008. Como ele se demitiu em 17 de Outubro de 2008, a discussão real não se realizou devido ao curto intervalo de tempo entre a data em que o acordo acima foi feito e a subsequente resignação. Em relação à nomeação de Michael Enthoven, as discussões com a Comissão Central de Trabalhadores e o Conselho Europeu de Pessoal realizou-se em 12 e 18 de Novelbro de 2008, respectivamente, antes da sua nomeação em 21 de Novembro de 2008. A Comissão Central de Trabalhadores holandês foi consultada sobre a nomeação dos seguintes novos membros do Conselho de Administração: David Cole, Johan van Hall e Chris Vogelzang em Outubro 2008, Gerrit Zalm em Dezembro 2008 e Ron Teerlink em Fevreiro 2009.

Comissões do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem três comissões permanentes: a Comissão de Auditoria, a Comissão de Nomeações e Remunerações e a Comissão de Supervisão de Cumprimento.

Comissão de auditoria

Responsabilidade da Comissão Auditoria

A Comissão de Auditoria é nomeada pelo Conselho Fiscal, constituídas por membros seus. As responsabilidade da Comissão de Auditoria incluem a supervisão, monitorização e assessoria do Conselho Fiscal sobre a eficácia da gestão do risco interno e sistemas de controlo e analisando e aconselhando o Conselho Fiscal na divulgação da informação financeira. A Comissão deriva a sua autoridade do Conselho Fiscal e os seus Termos de Referência são estabelecidos no anexo C da Regras que regem os Princípios e Melhores Práticas do Conselho Fiscal

.

Em conformidade com o bom governo das sociedades, as Regras que regem a Comissão de Auditoria do Conselho de Supervisão do ABN AMRO foram revistas para garantir que os objectivos da Comissão de Auditoria do Grupo ABN AMRO são, quando possível, totalmente alinhadas e consistentes com os Termos de Referência da Comissão de Auditoria do Grupo RBS e são implementados mecanismos de supervisão e escalada adequados e apropriados.

A firma de auditoria externa é nomeada ou reconduzida pela Assembleia-Geral de Accionistas por um período de cinco anos na assessoria do Conselho Fiscal. A Comissão de Auditoria tem a responsabilidade delegada para a contratação de auditores externo. Para este fim, ela avalia independência do auditor externo, as medidas utilizadas usadas para controlar a qualidade do trabalho do auditor externo e o orçamento de auditoria anual. A política da Comissão de Auditoria sobre a independência do auditor orienta as nomeações, remuneração e supervisão do auditor externo. Para garantir a independência do auditor externo, a Política de Independência do Auditor proíbe que os auditores externos prestem ao Banco certos serviços de não auditoria.

A Comissão de Auditoria também é responsável pela pré-aprovação dos serviços de auditoria, relacionados com auditoria e de não auditoria prestados pelo auditor externo. Ao exercer a sua autoridade de pré-aprovação, a Comissão de Auditoria considera se os serviços propostos são consistentes com a independência continuada do auditor externo. Tanto a Política de Independência do Auditor como a Política de Pré-aprovação da Comissão de Auditoria para os Serviços de Firmas de Auditoria Externas podem ser vistas no sítio Web do ABN AMRO no www.abnamro.com.

Composição da Comissão de Auditoria

Em 2008, a Comissão de Auditoria do Conselho Fiscal foi presidido por André Olijslager. Outros membros incluíam Arthur Martinez, Gert-Jan Kramer, Ana Maria Llopis Rivas e Michael Enthoven.

Os membros da Comissão de Auditoria, colectivamente, têm suficientes conhecimentos de gestão contabilística e financeira para compreender o negócio, demonstrações financeiras e perfil de risco da sociedade. Além disso, o Conselho Fiscal determinou que Arthur Martinez possui a competência relevante necessária em administração financeira e contabilidade para sociedades cotadas em bolsa e outras de grande dimensão e, por conseguinte, tem qualificações como perito financeiro segundo o sentido do Código de Governo das Sociedades holandês. Também determinou que Arthur Martinez tem qualificações como perito financeiro da comissão de auditoria de acordo com a Secção 407 da Lei Sarbanes-Oxley Act e que ele é independente segundo as normas aplicáveis dos EUA.

Actividades da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reuniu sete vezes durante o ano de 2008. Três destas reuniões eram reuniões regulares, enquanto quatro foram extraordinárias.

A Comissão de Auditoria analisou, discutiu e assessorou o Conselho Fiscal em relação às demonstrações financeiras intercalares, Relatório Anual, o relatório forma longa dos auditores externos, a carta de auditoria dos auditores internos, incluindo os comentários relacionados do Conselho de Administração, a avaliação da concepção e eficácia operacional da gestão de risco interno e sistemas de controlos, o Regime de Adequação dos Fundos Próprios e a aplicação da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA, em especial o cumprimento do ABN AMRO com os requisitos da Secção 404 desta Lei.

A Deloitte Accountants reportou a sua independência à Comissão de Auditoria. A Deloitte reviu o seu compromisso com o ABN AMRO e confirmou à Comissão de Auditoria que este não prejudicou a capacidade da Deloitte em agir como auditores independentes do ABN AMRO. A Comissão de Auditoria analisou a sua política de pré-aprovação para serviços de auditoria e não auditoria prestados pelos auditores externos. No seguimento desta análise, a Comissão de Auditoria pré-aprovou a natureza e o orçamento para serviços de auditoria, relacionados com auditoria e de não auditoria, de acordo com esta política.

Durante o período, os representantes do Conselho de Administração do ABN AMRO, os Directores Financeiros, Secretário da Comissão, representante da Auditoria Interna do Grupo, Gestão de Risco e os auditores externos estiveram presentes por convite permanente e foram-lhe dadas cópias das ordens de trabalho, documentos e actas.

O Presidente da Comissão de Auditoria encontrou-se com os auditores externos independentemente dos membros do Conselho de Administração e auditores internos.

A Comissão de Auditoria, na presença de representantes de topo da Gestão de Risco do Grupo, também analisou e discutiu o perfil de risco geral do ABN AMRO, a qualidade da carteira de empréstimos e as grandes exposições do Banco e o aprovisionamento para perdas em créditos. Também analisaram o Quadro de Gestão de Risco da Empresa e relato relacionado. Ademais, a Comissão analisou vários relatórios de risco, produzidos internamente e por terceiros, delineando o perfil de risco único emergente directamente como resultado das actividades de transição e separação.

A Comissão de Auditoria analisou, discutiu e aprovou o Plano de Auditoria 2008 preparado pela Auditoria do Grupo, bem como assuntos relativos ao pessoal, incluindo formação e recrutamento. Além disso, a Comissão de Auditoria discutiu os aspectos operacionais e controlo interno cobertos pela Auditoria do Grupo na sua auditoria. A meio do ano, a Auditoria do Grupo apresentou uma avaliação dos riscos de auditoria que reflectiam o impacto das actividades empresariais. Isto foi analisado e aprovado pela Comissão de Auditoria.

Comissão de Nomeações e Remunerações

Responsabilidades da Comissão de Nomeações e Remunerações

A Comissão de Nomeações e Remunerações é uma comissão combinada de remunerações, selecção e nomeação, conforme definida pelo Código de Governo das Sociedades holandês. As tarefas e responsabilidades da Comissão de Nomeações e Remunerações do Conselho Fiscal podem ser divididas em tarefas relacionadas com a nomeação e a remuneração.

As responsabilidades de nomeação incluem a preparação para a selecção e nomeação de membros dos Conselhos Fiscal e de Administração, pela preparação e análise periódica dos planos de sucessão destes Conselhos com base em perfis acordados. A concessão do título de Vice-presidente Principal Executivo a pessoa elegíveis e a gestão de programas de desenvolvimento para executivos de topo também são discutidos na Comissão de Nomeações e Remunerações. Quando relevante, a Comissão de Nomeações e Remunerações informa o plenário do Conselho Fiscal.

A Comissão de Nomeações e Remunerações também age em matéria de recompensas e desempenho. As normas e critérios para o desempenho estão definidos e, sobre essa base, o desempenho dos membros de ambos os Conselhos é periodicamente analisado. O quadro, conceito e conteúdo da remuneração e benefícios, esquemas de pensões e outros esquemas pertinentes são discutidos e decididos. As resoluções relativas às políticas de remuneração para o Conselho de Administração são apresentadas ao plenário do Conselho Fiscal são, então, enviadas para adopção pela Assembleia-Geral de Accionistas.

Composição da Comissão de Nomeações e Remunerações

A composição da Comissão de Nomeações e Remunerações do Conselho Fiscal manteve-se inalterada em 2008. A Comissão consiste nos seguintes membros: Trude Maas-de Brouwer (Presidente), Arthur Martinez, Anthony Ruys e, a partir de Janeiro 2009, Michael Enthoven.

O Presidente do Conselho de Administração e chefe do Recursos Humanos do grupo foram convidados para as reuniões da Comissão de Nomeações e Remunerações para discutir assuntos relevantes, como a composição e remuneração do Conselho de Administração.

Actividades da Comissão de Nomeações e Remunerações

A Comissão de Nomeações e Remunerações reuniu-se quatro vezes em 2008.

Para uma descrição da filosofia e princípios remuneratórios do banco, bem como uma descrição detalhada dos aspectos relevantes da remuneração do Conselho de Administração 2008, ver Nota 43 “Remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal” na Secção 5: Demonstrações financeiras.

Comissão de Supervisão do Cumprimento

Responsabilidades da Comissão de Supervisão do Cumprimento

O papel da Comissão de Supervisão do Cumprimento é supervisionar a organização de cumprimento do ABN AMRO, actividades e perfil de risco. Mais especificamente, a comissão é responsável por supervisionar, monitorizar e assessorar o Conselho de Administração sobre os efeitos da gestão de risco interna e sistemas de controlo relativos ao cumprimento. Estes deveres incluem a supervisão e implementação da legislação e regulamentos pertinentes e verificar o cumprimento dos códigos de conduta. A Comissão de Supervisão do Cumprimento também é responsável, juntamente com o plenário do Conselho Fiscal, para estabelecer o tom correcto a partir do topo, ao comunicar a importância do cumprimento ao Conselho de Administração e ABN AMRO como um todo, e supervisionando as comunicações do Conselho de Administração acerca da importância do cumprimento.

Composição da Comissão de Supervisão do Cumprimento

A Comissão de Supervisão do Cumprimento é composta por quatro membros, todos pertencentes ao Conselho Fiscal. Em 2008, os membros foram Arthur Martinez (Presidente), Trude Maas-de Brouwer, Rob van den Bergh e, a partir de Janeiro 2009, Michael Enthoven.

Actividades da Comissão de Supervisão do Cumprimento

De acordo com a sua Carta, como estabelecida nas Regras que regem os Princípios e Melhore Práticas do Conselho Fiscal, a Comissão de Supervisão do Cumprimento reuniu-se três vezes em 2008. Durante as suas reuniões em 2008, a Comissão analisou e monitorizou de perto a implementação do plano anual de Cumprimento do Grupo, com enfoque particular na garantia de que o Cumprimento do Grupo se mantenha com o pessoal adequado, remunerado, com recursos e apoiado durante a fase de transição. Em todos estas reuniões, a Comissão ainda discutiu os Relatórios de Cumprimento do Grupo relevantes e trimestrais, elaborando os desenvolvimentos reguladores globais e iniciativas-chave do Cumprimento do Grupo durante estes trimestres.

Conselho de Administração

Responsabilidades do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração do ABN AMRO Holding N.V. gerem colectivamente a Sociedade e são responsáveis pela sua estratégia, estrutura e performance. Os membros são nomeados pela Assembleia-Geral de Accionistas. O Conselho Fiscal nomeia um ou mais candidatos para cada lugar vago. Se o Conselho Fiscal nomear dois oi mais candidatos para um lugar vago. Se o Conselho Fiscal nomeia dois ou mais candidatos para um lugar vazio, a lista de nomeação é vinculativa. Os membros do Conselho de Administração são responsáveis, quer colectiva quer individualmente, por todas as decisões tomadas pelo Conselho Fiscal.

O Presidente do Conselho de Administração lidera o Conselho na sua gestão geral da Sociedade para atingir as metas e ambições de desempenho. O Presidente é o ponto principal de ligação com o Conselho Fiscal. O *Chief Financial Officer* é responsável para os assuntos financeiros da Sociedade e o *Chief Risk Officer* é o responsável do controlo da gestão de risco e de risco operacional. Juntamente com as suas responsabilidades empresariais gerais, os membros do Conselho de Administração são responsáveis pela gestão de UN, Funções do Grupo e Serviços. O Conselho de Administração delegou algumas tarefas à comissão.

Composição do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração e suas responsabilidades a 24 de Março de 2009 são os seguintes:

- Gerrit Zalm

Presidente e responsável de Recursos Humanos, Comunicações e Auditoria

- Ron Teerlink

Vice-presidente e responsável pela Gestão da Transição

- David Cole

Chief Finance Officer, *Chief Risk Officer* e responsável pelo Risco, Finanças, Jurídico e Cumprimento

- Johan van Hall

responsável para integração e Serviços

- Chris Vogelzang

responsável pela UN Holanda, UN Clientes Privados e International Diamond & Jewelry Group

- Donald Workman

responsável pelo negócio de mercados globais

- Brad Kopp

responsável pela UN Américas

- Michiel de Jong

responsável pelos Serviços de Transacções Globais e mercados regionais Ásia e Europa

- Javier Maldonado

responsável pelos activos partilhados incluídos nos Itens Centrais

Na Assembleia-Geral Anual de accionistas em 11 de Abril de 2008, Michiel de Jong e Brad Kopp foram nomeados membros do Conselho de Administração por um período de quatro anos. Em 1 de Abril de 2008, Ron Teerlink resignou como membro do Conselho de Administração. Wilco Jiskoot e Brian Crowe demitiram-se do Conselho de Administração em 1 de Junho de 2008 e 10 de Junho de 2008, respectivamente. Em 29 de Julho de 2008, Marta Elorza Trueba resignou como membro do Conselho de Administração.

Na Assembleia-Geral Extraordinária de accionistas de 22 de Setembro de 2008, Donald Workman foi nomeado para o Conselho de Administração para um mandato de quatro anos. Karel De Boeck e Paul Dor demitiram-se do Conselho de Administração em 4 de Outubro de 2008 e John Hourican resignou como membro do Conselho de Administração em 14 de Outubro de 2008.

Gerrit Zalm foi nomeado Vice-Presidente do Conselho de Administração na Assembleia-Geral Extraordinária de accionistas realizada em 23 de Dezembro de 2008. Em 30 de Dezembro de 2008, Jan Peter Schmittman resignou como membro do Conselho de Administração. Em 27 de Fevereiro de 2009, Mark Fisher resignou como Presidente do Conselho de Administração. Em 28 de Fevereiro de 2009, o accionista nomeou Ron Teerlink como Vice-Presidente do Conselho de Administração. Paralelamente, David Cole, Johan van Hall e Chris Vogelzang foram nomeados membros do Conselho de Administração. Em 28 de Fevereiro de 2009, Gerrit Zalm sucedeu a Mark Fisher e tornou-se Presidente do Conselho de Administração.

De acordo com o Acordo de Accionistas do Consórcio, o RBS teve o direito de avançar com um candidato para o Conselho de Administração após Mark Fisher ter decidido resignar do Conselho de Administração. O RBS nomeou Ron Teerlink nas funções de Vice-Presidente do ABN AMRO. Ron Teerlink manter-se-á também *Chief Executive Group Manufacturing* do RBS.

Vice-presidentes executivos principais

O Conselho de Administração consultou o Conselho de Administração sobre a nomeação de Petri Hofsté como Vice-presidente executivo princial e vice-CFO, chefiando a função Finanças a partir de 14 de Outubro de 2008. Como resultado das alterações organizacionais e de reformas, o número de Vice-presidentes executivos principais diminui de 16 para 2 em 24 de Março de 2009.

Códigos de governo da sociedade

A abordagem de ABN AMRO

Os estatutos do ABN AMRO Holding N.V. foram alterados para reflectir a alteração de estado e foram adoptados pela Assembleia-Geral Extraordinária de accionistas em 22 de Setembro de 2008.

Em 25 de Março de 2008, o ABN AMRO anunciou que a Sociedade resolveu pedir a saída de cotação das suas acções ordinárias e acções preferenciais (anteriormente convertíveis) da Euronext Amesterdão pela NYSE Euronext, o mercado regulamentado da Euronext Amsterdam N.V. (Euronext Amesterdão) e pedir a saída de bolsa das suas American Depositary Shares (ADS) da Bolsa de Valores de Nova Iorque ('NYSE'). As suas acções ordinárias e ADS saíram de bolsa da Euronext Amesterdão e da NYSE, respectivamente, efectivamente em 25 de Abril de 2008. As acções preferenciais (anteriormente convertíveis) saíram de bolsa pouco após do término dos procedimentos de aquisição potestativa em 22 de Setembro de 2008. Como resultado da saída de bolsa, o ABN AMRO já não precisa de aderir ao Código de Governo das Sociedades holandês.

O ABN AMRO manteve sempre elevados padrões de governo da sociedade e os Membros do Consórcio estão empenhados em continuar isso durante o período de transição. Para o ABN AMRO, um bom governo da sociedade é essencial para a capacidade da Sociedade em compreender o objectivo estratégico do ABN AMRO na criação de valor sustentável a longo prazo para todas as partes interessadas do ABN AMRO – incluindo accionistas do ABN AMRO, clientes do ABN AMRO, colaboradores do ABN AMRO e a sociedade em geral. É a base da licença de operação do ABN AMRO.

De modo a alcançar um bom governo da sociedade, o ABN AMRO organiza a Sociedade de modo a promover a gestão de primeira classe pelo Conselho de Administração e supervisão eficaz pelo Conselho Fiscal. Integridade, transparência e obrigação de prestação de constas são elementos essenciais do governo da sociedade do ABN AMRO, como o são no negócio do ABN AMRO como um todo. Os elementos essenciais garantem que os controlos e supervisão necessária para uma gestão de risco eficaz, cumprimento adequado dos regulamentos e divulgação de informação exacta e completa ao mercado estão implantados e a funcionar bem.

A bússola orientadora do ABN AMRO nestes assuntos é fornecida pelos Princípios Empresariais e Valores Corporativos do ABN AMRO, que constituem o "código de ética" do ABN AMRO.

Embora o ABN AMRO não tenha que aderir o Código de Governo das Sociedades holandês, o ABN AMRO continua a dar importância a uma estrutura de governo da sociedade transparente e decidiu aderir substancialmente ao Código de Governo das Sociedades holandês. De igual modo, como sociedade registada na US Securities and Exchange Commission (SEC), o ABN AMRO está sujeito às leis sobre valores mobiliários dos EUA e a aplicação de regras de governo das sociedades aplicáveis associadas com a cotação do Grupo na NYSE Alternext debt.

Governo das sociedades na Holanda

A ABN AMRO Holding N.V. e o ABN AMRO Bank N.V. são sociedades anónimas de responsabilidade limitada constituídas segundo o direito holandês. Ambas as sociedades têm um sistema dualista de governo das sociedades, consistindo num Conselho fiscal e num Conselho de administração. A gestão quotidiana está conferida ao Conselho de administração.

Os membros dos Conselhos Fiscais da ABN AMRO Holding N.V. e ABN AMRO Bank N.V. são os mesmos, como o são os membros dos Conselhos de Administração da ABN AMRO Holding N.V. e ABN AMRO Bank N.V.

O Código de Governo das Sociedades holandês entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2004 e foi alterado em 10 de Dezembro de 2008. O código alterado entrará em vigor no ano financeiro a começar em 1 de Janeiro de 2009. Por conseguinte, a referência neste relatório anual de 2008 feita ao Código de Governo das Sociedades holandês reporta-se ao código de 2004. Embora a Sociedade não esteja obrigada a aderir ao Código de Governo das Sociedades holandês, o ABN AMRO confirmar que aplica os princípios e as cláusulas (aplicáveis) de boas práticas do Código de Governo das Sociedades holandês, com excepção das seguintes cláusulas de boas práticas: II.2.7, II.3.3, III.2.1, III.5.11, III.6.2 e IV.1.1.

A cláusula de boas práticas II.2.7 dispõe que a remuneração máxima no caso de demissão é um ano de salário (a componente "fixa" da remuneração). Se o máximo de um ano de salário for nitidamente irrazoável para um membro do conselho de administração que foi demitido durante o seu primeiro mandato no cargo, este membro do conselho será elegível para uma indemnização por cessação da relação de trabalho não excedendo duas vezes o salário anual.

Os contratos de trabalho destes membros do Conselho de administração do ABN AMRO que já estavam em vigor em 1 de Janeiro de 2004 1 (data em que entrou em vigor o Código de Governo das Sociedades holandês) mantêm-se inalterados. O Conselho Fiscal pretende interpretar o esquema de redundância como estabelecido nestes contratos de trabalho, de acordo com a cláusula de boas práticas II.2.7.

Para alguns membros do Conselho de administração originários do ABN AMRO que foram nomeados desde 2006, o ABN AMRO não aplica completamente esta cáusula de boas práticas. Mantêm-se os contratos de trabalho subjacentes desses membros, que são os contratos de trabalho dos Vice-Presidente Executivo Principal segundo a lei holandesa. No entanto, todos os direitos sob estes contratos, incluindo os direitos sob a cláusula de redundância, foram suspensos enquanto integrarem o Conselho de Administração e substituídos por outro contrato de trabalho aplicável aos membros do Conselho de Administração. O ABN AMRO não incluiu uma cláusula redundância nestes contratos e aplicar-se-á a cláusula de boas práticas II.2.7 como se segue: no caso de uma terminação de pertença ao Conselho de administração, o contrato de trabalho suspenso será reinstalado. Se for considerado necessário terminar esse contrato no futuro, isto acontecerá de acordo com a lei laboral holandesa.

O princípio II.3 afirma que qualquer conflito de interesse ou aparente conflito de interesse entre a sociedade e os membros do conselho de administração deverão ser evitados.

Este princípio foi elaborado nas cláusula de boas práticas II.3.1 a II.3.4.

Vários novos membros do Conselho de administração também desempenham um certo número de funções de gestão e supervisão nos Membros do Consórcio. Eles tomaram parte e tomarão parte em discussões ou decisões que envolvam ou envolverão um assunto ou transacção relativo à separação e transferência dos negócios ABN AMRO

para os respectivos Membros do Consórcio. Isto pode constituir um conflito de interesses segundo a cláusula de boas práticas II.3.2. A este respeito, o ABN AMRO não aplica a cláusula de boas práticas II.3.3 em relação a estes assuntos e transacções, mas nos outros casos o ABN AMRO informa que as cláusulas de boas práticas II.3.2 a II.3.4 inclusive foram cumpridas, onde aplicáveis.

A cláusula de boas práticas III.2.1 afirma que os todos os membros do conselho fiscal, com a excepção de não mais do que uma pessoa, devem ser independentes dentro do significado da cláusula de boas práticas III.2.2.

Uma descrição de independência é dada na cláusula de boas práticas III.2.2. Como mencionado sob o princípio II.3 acima, no seguimento da aquisição pelos Membros do Consórcio da RFS Holdings, o único accionista do ABN AMRO, foi instalada uma nova estrutura e nomeados novos membros no Conselho Fiscal. Michael Enthoven, Procurador público do Ministério das Finanças e Miller McLean, Conselho Jurídico do Grupo e Secretário da Sociedade do RBS, foram nomeados juntamente com Juan Rodriguez-Inciarte do Santander para reflectir a alteração na propriedade. Em vista dos critérios de independência mencionados na cláusula de boas práticas III.2.2, estes três membros do Conselho Fiscal não podem ser considerados como independentes. Por isso, o ABN AMRO não aplica a cláusula de boas práticas III.2.1. De acordo com a cláusula de boas práticas III.2.3, os membros do Conselho Fiscal que não podem ser considerados independentes estão listados no relatório do Conselho Final.

O princípio III.6 afirma que qualquer conflito de interesse ou aparente conflito de interesse entre a sociedade e os membros do Conselho Fiscal deve ser evitado.

Este princípio foi elaborado na cláusula de boas práticas III.6.1 a III.6.7. A explicação do ABN AMRO do princípio II.3 aplica-se *mutatis mutandis* a três membros do Conselho Fiscal, Juan Rodriguez-Inciarte e os dois novos membros, Michael Enthoven e Miller McLean, que, igualmente, tomaram e tomarão parte em discussões ou tomadas de decisões que envolvem ou envolverão um assunto ou transacção relativa à separação e transferência dos negócios do ABN AMRO para os respectivos Membros do Consórcio. Como isto poderá constituir um conflito de interesses dentro do âmbito da cláusula de boas práticas III.6.1, o ABN AMRO não aplica a cláusula de boas práticas III.6.2 em relação a esses assuntos e transacções, mas no resto o ABN AMRO informa que as cláusulas de boas práticas III.6.1 a III.6.3 inclusive foram cumpridas, quando aplicáveis.

De igual modo, as transacções relativas à separação e transferência dos negócios ABN AMRO para os respectivos Membros do Consórcio podem cair dentro do âmbito da cláusula de boas práticas III.6.4 em vista da detenção por parte dos Membros do Consórcio de todas as acções do ABN AMRO. Por esta razão, o ABN AMRO confirma pelo presente que a cláusula de boas práticas III.6.4 tem sido observada, quando aplicável.

A cláusula de boas práticas IV.1.1 afirma que a assembleia-geral de accionistas de uma sociedade que não tenha um estado estatutário dualista ('structuurregime') pode passar uma resolução para cancelar a natureza vinculativa de uma nomeação de um membro do conselho de administração ou do conselho fiscal, e/ou uma resolução para demitir um membro do conselho de administração ou do conselho fiscal por uma maioria absoluta dos votos expressos. Pode dar-se o caso que esta maioria represente uma dada proporção do capital emitido, proporção que não pode exceder um terço. Se a dada proporção do capital não estiver representada na reunião, mas uma maioria dos votos expressos é a favor da resolução de cancelar a natureza vinculativa de uma nomeação ou demitir um membro do conselho, pode ser convocada uma nova assembleia em que a resolução pode ser passada por uma maioria absoluta dos votos expressos, independentemente da proporção do capital representada na reunião.

O ABN AMRO tem um único accionista, a RFS Holdings. De acordo com os Estatutos do ABN AMRO, tem que ser seguido o seguinte procedimento para a demissão dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Foi feita uma distinção entre situações em que o Conselho Fiscal submete uma proposta à Assembleia-Geral de Accionistas para demitir um membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal e situações em que a proposta para demitir um membro do Conselho de Administração ou Fiscal é submetida por iniciativa dos accionistas. A primeira destas situações exige uma maioria absoluta na Assembleia-Geral do Accionista, e neste o ABN AMRO aplica a cláusula de boas práticas IV.1.1. No caso de ocorrência da segunda situação, é exigida uma maioria de dois terços dos votos expressos. Por esta razão, o ABN AMRO continuará a aplicar estes procedimentos em relação com as ratificações para confirmação e demissão de membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Governo das sociedades nos Estados Unidos

Como uma empresa registada na SEC, o ABN AMRO está sujeito às leis de valores imobiliários dos EUA, incluindo a Lei Sarbanes-Oxley, bem como certas regras de governo das sociedades em conexão com a cotação do grupo na NYSE Alternext debt. No seguimento da introdução da Lei Sarbanes-Oxley, o ABN AMRO estabeleceu uma Comissão de Divulgação que formalizou os papéis, tarefas e disciplinas que já estavam instaladas para garantir a precisão e exaustividade das informações divulgadas ao mercado.

O relatório do ABN AMRO sobre o controlo interno das informações financeiras conforme o artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA está incluído neste Relatório Anual 2008 que é, também, o Form 20-F apresentado à SEC.

O ABN AMRO propõe ao seu accionista que ele adopte as demonstrações financeiras 2008, como incluídas neste relatório anual, e exonera o Conselho de Administração e Conselho Fiscal em relação à sua administração e supervisão, respectivamente. Em vista da aquisição pelo Consórcio, mais nenhuns dividendos serão declarados.

Colaboradores do ABN AMRO

Em 31 de Dezembro de 2008, o ABN AMRO empregava 57.000 pessoas em mais de 50 países. No seguimento da aquisição do ABN AMRO em 2007, o principal enfoque dos Recursos Humanos em 2008 foi impulsionar a agenda de alteração dos colaboradores, para ajudar a realizar a separação e integração dos negócios ABN AMRO no Membro do Consórcio apropriado. Durante 2008, 43.000 colaboradores foram separados do ABN AMRO e integrados no Membro do Consórcio a que foram destinados.

Apesar do enfoque principal na actividade de separação e integração, o ABN AMRO continuou a rever as políticas e processos de Recursos Humanos implantados, para garantir que elas são robustas e suportam uma forte proposta de emprego. Em Setembro 2008, os colaboradores do ABN AMRO alocados ao RBS foram convidados para participar num Inquérito de Opinião dos Colaboradores, com a participação de mais 26.000 colaboradores. Isto traduz-se numa taxa de resposta de 85%.

De igual modo, durante o ano, houve um contacto e consulta permanentes entre o ABN AMRO e os nossos Parceiros Social, garantindo que haja um diálogo aberto em relação à actividade de separação e integração.

Sustentabilidade

O ABN AMRO abraça o conceito de sustentabilidade ao colocar as questões ambientais, sociais e éticos (ASE) no coração do seu negócio. Em 2008, no seguimento da aquisição pelo Consórcio, Fortis, RBS e Santander, todos eles trabalharam para combinar as suas próprias boas práticas com as dos negócios ABN AMRO que eles adquiriram. A Análise de Sustentabilidade 2007 do ABN AMRO foi um esforço conjunto entre o ABN AMRO, Fortis, RBS e Santander, registando as actividades de sustentabilidade do ABN AMRO do passado e presente e delineando o novo futuro.

Demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas	**99**
Políticas contabilísticas	99
Demonstração de resultados consolidada para o ano findo a 31 de Dezembro	119
Balanço consolidado em 31 de Dezembro	120
Demonstração das alterações no capital próprio consolidada no ano findo a 31 de Dezembro	121
Demonstração dos fluxos de caixa consolidada para o ano findo a 31 de Dezembro	122
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	123
Demonstrações financeiras da sociedade	**218**
Políticas contabilísticas	218
Demonstração de resultados da sociedade para o ano findo a 31 de Dezembro	219
Balanço da sociedade em 31 de Dezembro	219
Demonstração das alterações no capital próprio para o ano findo a 31 de Dezembro	220
Notas às demonstrações financeiras da sociedade	221

Políticas contabilísticas

Informação sobre a sociedade

A ABN AMRO Holding N.V. é a empresa-mãe do grupo ABN AMRO de sociedades consolidadas (referido como o "Grupo", "ABN AMRO" ou "Grupo ABN AMRO"). O A ABN AMRO Holding N.V. é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída segundo o direito holandês em 30 de Maio de 1990 e registada na Gustav Mahlerlaan 10, 1082 PP Amesterdão, Holanda. O Grupo fornece uma larga gama de serviços financeiros numa base mundial, incluindo particulares, empresas e banca de investimento.

Em 17 de Outubro de 2007, a RFS Holdings B.V. ("RFS Holdings"), uma sociedade constituída pelo RBS, Fortis e Santander adquiriu 85,6% da ABN AMRO Holding N.V. O ABN pediu a saída da bolsa das suas acções ordinárias da Euronext Amesterdão e Bolsa de Valores de Nova Iorque. A saída da bolsa das acções ordinárias e das acções preferenciais (anteriormente convertíveis) da ABN AMRO Holding N.V. com um preço de €24 cada da Euronext Amesterdão e a saída das suas American Depositary Shares ("ADS") da Bolsa de Valores de Nova Iorque foi efectuada em 25 de Abril de 2008. Através de compras subsequentes, o RFS Holding aumentou a sua participação no ABN AMRO para 99,3% em 31 de Dezembro de 2007. O RFS iniciou os proc3edimentos de aquisição potestativa de modo a adquirir as restantes acções do ABN AMRO dos accionistas minoritários e este procedimento ficou concluído em 22 de Setembro de 2008. Em resultado disso, a RFS Holdings tornou-se agora o accionista único da ABN AMRO Holding N.V.

A RFS holdings é controlada pelo RBS Group plc, que está constituído no Reino Unido e com sede em 36 St. Andrew Square, Edimburgo, Escócia. O RBS é a empresa-mãe derradeira do ABN AMRO Holding N.V. As demonstrações financeiras do Grupo estão incluídas nas demonstrações financeiras do RBS.

Em 3 de Outubro de 2008, o Estado Holandês adquiriu todos os negócios do Fortis na Holanda, incluindo a participação do Fortis na RFS Holdings. Em 24 de Dezembro de 2008, o Estado Holandês comprou do Fortis Bank Nederland (Holding) N.V. o seu investimento na RFS Holdings, para se tornar num accionista directo na RFS Holdings.

Os títulos de dívida do ABN AMRO Holding N.V. estão cotados na Bolsa de Valores de Nova Iorque e Euronext. Como as regras da Securities and Exchange Commission (SEC) são aplicáveis a declarantes estrangeiros, este relatório anual cumpre as regras da SEC e o quadro de referência cruzada nas secções do Form 20-F está incluído na página 225 deste relatório.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o ano findo a 31 de Dezembro de 2008 incorporam os números da ABN AMRO Holding N.V., suas entidades controladas e interesses em associadas e *joint ventures*. As demonstrações financeiras consolidadas foram assinadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração em 20 de Março de 2009. O direito em pedir uma alteração às demonstrações financeiras está incorporado no Código Civil holandês. As partes interessadas têm o direito de pedir à Secção Comercial do Tribunal de 2.ª Instância de Amesterdão para uma revisão das demonstrações financeiras.

Declaração de cumprimento

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS) como adoptadas pela União Europeia (UE). O Grupo não utiliza a cobertura de carteira 'carve out' permitida pela UE. Consequentemente, as políticas contabilísticas aplicadas pelo Grupo cumprem integralmente com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Resumo significativo das políticas contabilísticas

Bases da elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas de acordo com as IFRS numa base de avaliação de modelo misto, como se segue:

- O justo valor é usado para: instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação ou designados como medida no justo valor através de proveitos e activos financeiros disponíveis para venda,
- Outros activos financeiros (incluindo "Empréstimos concedidos e contas a receber") e passivos são avaliados ao custo amortizado.
- O valor contabilístico dos valores e passivos medidos ao custo amortizado incluídos numa relação de cobertura de justo valor é ajustado em relação às alterações do justo valor resultante do risco coberto.
- Os activos e passivos não financeiros são geralmente inscritos pelo custo histórico.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, que é a divisa de apresentação do Grupo, arredondadas ao milhão mais próximo (salvo se declarado de modo diferente).

Alguns montantes nos períodos anteriores foram reclassificados para se conformarem com a apresentação actual. Isto inclui a representação da classificação do Banco Real e outros negócios adquiridos pelo Santander como operações descontinuadas.

Adopção das normas e interpretações IFRS

A interpretação IFRIC 11 "Transacções Intragrupo e de Acções Próprias" foi publicada em Novembro 2006 e entrou em vigor no Grupo em 1 de Janeiro de 2008. A interpretação dá orientação complementar sobre a implementação da IFRS 2 '"Pagamento com base em acções". A adopção desta interpretação não teve impacto na posição financeira ou resultados do Grupo.

A interpretação IFRIC 12 "Acordos sobre Serviços de Concessão" foi publicada em Novembro 2006 e entrou em vigor no Grupo em 1 de Janeiro de 2008. A interpretação dá orientação sobre a contabilização pelos operadores dos acordos de concessão de serviços públicos a privados. A adopção desta interpretação não teve impacto na posição financeira ou resultados do Grupo.

A interpretação IFRIC 14 IAS 19 "O Limite sobre Um Activo de Benefícios, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interacção" clarifica como as entidades devem determinar o montante do excedente num fundo de pensões que pode ser reconhecido como um activo, como um requisito de financiamento mínimo afecta esse limite e quando um requisito de financiamento mínimo cria uma obrigação onerosa que deverá ser reconhecida como um passivo, para além dos outros já reconhecidos segundo a IAS 19. Esta interpretação entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2008. A adopção desta interpretação não teve um impacto significativo na posição financeira ou resultados do Grupo.

A IFRS 8 "Segmentos Operacionais" foi publicada em Novembro 2006 e adoptada pela UE em Novembro 2007. Vigorará para os períodos de relato anual a começar em ou depois de 1 de Janeiro de 2009, mas é permitida a sua adopção antecipada. O Grupo adoptou a IFRS 8 em 1 de Janeiro de 2007. Esta norma substitui a IAS 14 "Relato por segmentos" no estabelecimento de requisitos para divulgação de informação acerca dos segmentos operacionais da entidade, proveitos derivados dos seus produtos e serviços, zonas geográficas em que ela opera e seus maiores clientes.

Em Outubro 2008 a IASB publicou "Reclassificação de Activos Financeiros", emendas à IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Divulgações". O Grupo aplicou estas emendas desde 1 de Julho de 2008. As emendas permitem que uma entidade reclassificasse instrumentos financeiros retirando-os das categorias "detidos para negociação" ou "disponíveis para venda" e estabelece requisitos adicionais de divulgação para essas reclassificações. As contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas fornecem divulgações detalhadas como exigido pela emenda sobre reclassificação.

Políticas contabilísticas críticas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a IFRS exige que a gestão faça juízos e estimativas difíceis, complexas ou subjectivas, por vezes, em relação a assuntos que são inerentemente incertos.

Estes juízos e estimativas afectam os montantes e divulgações relatados. Os resultados reais podem diferir destes juízos e estimativas. As áreas mais significativas que exigem que a gestão faça juízos e estimativas que afectam os montantes relatados e as divulgações são as seguintes

Provisões para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa são feitas para perdas estimadas em empréstimos em dívida em que há dúvidas sobre a capacidade do devedor em reembolsar o capital e/ou o juros. As provisões para créditos de cobrança duvidosa pretende ajustar o valor dos activos de empréstimos do Grupo para prováveis perdas de crédito na data do balanço. As provisões são determinadas através de uma combinação de análises específicas, modelação estatística e estimativas. Alguns aspectos exigem
julgamento, tal como identificação dos empréstimos que se estão a deteriorar, a determinação da probabilidade de incumprimento, as perdas esperadas, o valor da garantia e as actuais condições económicas. Embora consideremos as provisões para créditos de cobrança duvidosa como adequadas, o uso de diferentes estimativas e assunções pode produzir diferentes provisões para créditos de cobrança duvidosa, pelo que, no futuro, podem ser pedidas correcções às provisões, como consequência de alterações no valor da garantia, nos montantes de dinheiro a receber e outros acontecimentos económicos. Para uma discussão mais aprofundada sobre as nossas provisões para créditos de cobrança duvidosa, ver nota 18 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Justo valor de instrumentos financeiros

Para os instrumentos financeiros que são negociados activamente e com preços cotados ou parâmetros de mercado prontamente disponíveis, há pouca subjectividade na determinação do justo valor. No entanto, quando não há preços e parâmetros de mercado observáveis, o julgamento da gestão é necessário para estimar o justo valor.

Para instrumentos onde não há mercado líquido activo ou é impossível obter preços cotados, são usadas operações de mercado recentes ou estima-se o justo valor utilizando uma variedade de técnicas de avaliação – incluindo a consulta a instrumentos similares para os quais existem preços de mercado ou modelos de avaliação, tal como o fluxos de caixa descontados ou Black & Scholes.

O Grupo afina e modifica as suas técnicas de avaliação conforme se desenvolvem mercados e produtos e a fixação do preço para esses produtos se torna mais ou menos transparente. Os mercados financeiros estão algumas vezes sujeitos a condições de stress significativas, onde quedas bruscas nos valores de activos percebidos ou reais são acompanhadas por uma severa redução na liquidez de mercado, tal como os recentes acontecimentos no mercado hipotecário residencial de subprime nos EUA. Nestes casos, os dados de mercado observáveis podem tornar-se menos fiáveis ou desaparecerem totalmente. Onde houver dúvida sobre a fiabilidade dos dados de mercado ou eles deixaram de estar disponíveis, são usadas outras técnicas de avaliação. Estas técnicas alternativas incluirão análises de cenário e cálculos de fluxos de caixa descontados.

Dados não observáveis são estimados utilizando uma combinação de juízo da gestão, dados históricos, prática do mercado e análise comparativa de outros dados de mercados observáveis relevantes. Quando os dados para a avaliação de uma nova transacção não podem ser obtidos com fiabilidade de fornecedores externos, a transacção é inicialmente reconhecida ao seu preço de transacção. A diferença entre o preço de transacção e a avaliação interna no início, calculada usando um modelo, é colocada em reserva e amortizada ao rendimento nos pontos apropriados durante a vida do instrumento, tipicamente tomando em consideração a capacidade em obter dados externos fiáveis, a passagem do tempo e o uso de transacções compensadas. As alterações subsequentes no justo valor como calculado pelo modelo de avaliação são relatadas nos proveitos.

Os justos valores incluem ajustes apropriados para tomar em consideração desadequações conhecidas nos modelos de avaliação ou para reflectir a qualidade de crédito do instrumento ou contraparte. Os factores que podem afectar estimativas são assunções de modelo incorrectas, deslocações de mercado e correlação inesperada. Acreditamos que as nossas estimativas de justo valor são adequadas. No entanto, o uso de diferentes modelos ou assunções podem resultar em alterações nos nossos resultados relatados. Para uma discussão complementar sobre o uso dos justos valores e o impacto da aplicação de possíveis premissas razoáveis alternativas como dados de entrada, ver nota 37 das demonstrações financeiras consolidadas.

Imparidade de instrumentos disponíveis para venda

Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e ocorreu uma perda por imparidade se houver uma evidência objectiva que um evento ou eventos desde o reconhecimento inicial do activo em reclassificação em disponível para venda vindo de negociação afectou negativamente o montante ou oportunidade de futuros fluxos de caixa dos activos.

Um significativo julgamento da gestão está envolvido, pois a determinação de futuros fluxos de caixa exige a consideração de um certo número de variáveis, algumas dais quais podem não ser observáveis nas actuais condições de mercado. É este o caso de instrumentos mais complexos, tal como *asset backed securities*, em que são considerados factores como fluxos de caixa estimados em *pools* subjacentes de garantias e alterações nas condições nacionais ou locais, que se correlacionem com incumprimentos nos activos. São fornecidos mais pormenores na nota 14.

Avaliação dos riscos e recompensas

Sempre que se exige ao grupo que avalie os riscos e recompensas, quando se considera o reconhecimento e não reconhecimento dos activos ou passivos e a consolidação e desconsolidação de subsidiárias, o grupo pode, algumas vezes ter que usar o seu julgamento.
Embora a gestão use o seu melhor conhecimento dos acontecimentos e acções actuais para fazer as avaliações de risco e recompensas esperados, os riscos e recompensas reais podem acabar por ser diferentes.

Benefícios de pensões e pós-reforma

Os custos significativos de pensão e benefícios pós-reforma baseiam-se em cálculos actuariais. Inerentes as estes cálculos estão algumas premissas: taxas de desconto, aumentos salariais e retorno previsto sobre os activos do plano. Poderão ocorrer alterações em custos de pensões e pós-reforma no futuro, como consequência de alterações nas taxas de juro, retorno dos activos e outros factores. Para uma discussão complementar sobre as premissas subjacentes, ver nota 29 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Impostos deferidos

Os activos de impostos deferidos são provenientes de várias fontes, sendo as mais significativas: a) perdas de impostos que podem ser transitados a ser utilizados contra lucros em anos futuros; e b) alterações na avaliação de activos que necessitam de ser fiscalmente tributados para fins contabilísticos, mas apenas são tributáveis quando a alteração de avaliação é realizada.

O Grupo regista as provisões de para perdas para reduzir os activos de impostos diferidos para o montante que pode ser reconhecido de acordo com as normas contabilísticas pertinentes. O nível de reconhecimento de activos de impostos diferidos é influenciado pela avaliação da gestão do perfil histórico do Grupo da sua rentabilidade futura. Em cada data de balanço, as avaliações existentes são analisadas e, se necessário, revistas para reflectir as circunstâncias alteradas. Numa situação onde se incorreu em perdas recentes, as normas contabilísticas pertinentes exigem uma prova convincente de que haverá uma suficiente capacidade fiscal futura.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são anualmente elaboradas para o Grupo para o ano findo a 31 de Dezembro e incluem a empresa-mãe e as suas subsidiárias controladas, bem como as *joint ventures* numa base proporcional da participação social. As subsidiárias são incluídas no mesmo período de relato e políticas contabilísticas coerentes.

Subsidiárias

As subsidiárias são aquelas empresas controladas pelo Grupo. Considera-se que o controlo existe quando o Grupo tem o poder, directo ou indirecto, de governar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa, de modo a obter benefícios das suas actividades. A existência e efeito de potenciais direitos de voto que se podem exercer ou converter presentemente é tomada em consideração quando se avalia se o controlo existe. O Grupo patrocina a formação de entidades, incluindo algumas entidades de finalidades especiais, que podem ou não ser directamente detidas, para o fim de transacções de titularização de activos e outros objectivos estreitos e bem definidos. Em especial, no caso das titularizações, estas entidades podem adquirir activos de outras sociedades do Grupo. Algumas destas entidades detêm activos que não estão disponíveis para satisfazer as reivindicações dos credores do Grupo ou de alguma

das suas subsidiárias. Tais entidades estão consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo, quando a substância da relação entre o Grupo e a entidade indicar que o controlo é detido pelo Grupo.

As demonstrações financeiras das subsidiárias e entidades de finalidades especiais estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controlo se inicia até a data do seu termo.

O capital próprio atribuível aos interesses minoritários é mostrado em separado no balanço consolidado como parte do capital próprio total. Os ganhos e perdas do exercício actual atribuíveis a interesses minoritários são apresentados como uma atribuição do resultado do exercício.

Concentrações de actividades empresariais

A IFRS 3 "Concentrações de actividades empresariais" foi adoptada para todas as concentrações de actividades empresariais, entrando em vigor após 1 de Janeiro de 2004. O goodwill nas aquisições anteriores a esta data foi debitado conta o capital próprio. O custo de uma aquisição é medido ao justo valores dos activos cedidos, acções emitidas ou passivos assumidos à data de aquisição, mais custos directamente atribuíveis à aquisição. O excesso do custo de aquisição sobre a participação social do Grupo do justo valor dos activos líquidos identificáveis (incluindo certos passivos contingentes) adquiridos é registado como goodwill.

Numa aquisição faseada, onde a concentração de actividades empresariais e controlo do negócio é obtido por etapas, todos os activos e passivos da subsidiária adquirida, excluindo goodwill, são ajustados aos seus justos valores na data da última operação de compra de acções. Os ajustes de justo valor relativos às participações existentes são directamente registados, em capital

Investimentos em associadas

Estes investimentos incluem as associadas. As associadas são aquelas empresas em que o Grupo tem uma influência significativa (isto é geralmente assumido quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto), mas não o controlo sobre as políticas operacionais e financeiras.

Os investimentos em associadas de natureza de *private equity* são designados para ser detidos ao justo valor com alterações através dos resultados, consistente com a base de gestão para esses investimentos.

Outros investimentos em associadas, incluindo os investimentos estratégicos do Grupo, são contabilizados pelo uso do "Método da equivalência patrimonial líquida" e apresentado como "Capitais próprios contabilizados para investimentos". Segundo este método, o investimento é inicialmente registado como custo e, subsequentemente, aumentado (ou diminuído) para rendimento (ou perda) líquido pós aquisição, outros movimentos que afectem o capital próprio da investida e quaisquer ajustes exigidos por imparidade. A parte do Grupo nos lucros ou perdas da empresa investida é reconhecida e divulgada em separado nas demonstrações de resultados do Grupo. Quando a parte do Grupo nas perdas excede o montante escriturado do investimento, o montante escriturado deve ser reduzido a zero, incluindo quaisquer outras contas a receber não seguras, e reconhecimento de posteriores perdas é descontinuada, excepto na medida em que o Grupo incorreu em obrigações ou fez pagamentos por conta da investida.

Entidades controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente são aquelas empresas em que o Grupo tem controlo conjunto sobre as actividades, estabelecido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte proporcional do Grupo nos activos, passivos, acções, rendimentos e despesas destas empresas numa base rubrica a rubrica, a partir da data em que o controlo conjunto se inicia até à data do seu termo.

Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes e/ou negócios são classificados como detidos para venda se o seu montante escriturado for para ser recuperado, principalmente, através de uma operação de venda planeada para ocorrer num prazo de 12 meses, em vez de continuar o seu uso. Os activos detidos para venda são medidos pelo mais baixo dos seus montantes escriturados e justos valores menos

custos para vender. Os activos e passivos de um negócio detido para venda são apresentados de modo separado. Os negócios que podem ser transferidos para os accionistas por meio de distribuição não serão apresentados como negócios detidos para venda.

Os resultados das operações descontinuadas (uma operação detida para venda que representa uma linha de negócio separada importante ou uma zona geográfica de operação) são apresentados na demonstração de resultados como um montante único incluindo os resultados líquidos das operações descontinuadas e após o lucro ou perda fiscal realizado na alienação. Os dados comparativos da demonstração de resultados são representados se, no corrente período, uma actividade se qualificar como descontinuada e se qualificar para uma apresentação separada.

Transacções eliminadas na consolidação

Os saldos e transacções intragrupo e quaisquer mais-valias não realizadas relacionadas são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. As mais-valias não realizadas emergentes das transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminadas na medida do interesse do Grupo na empresa. As menos-valias não realizadas também são eliminadas a menos que a transacção proporcione indícios de imparidade no activo transferido.

Diferenças de conversão cambial

O desempenho financeiro das operações estrangeiras do Grupo (conduzidas através de sucursais, subsidiárias, associadas e *joint ventures*) é relatado usando a divisa ("divisa funcional") que melhor reflicta a substância económica dos eventos e circunstâncias subjacentes relevantes para essa entidade.

As transacções numa divisa diferente na divisa funcional da entidade que faz a transacção são convertidas na divisa funcional à taxa de câmbio na data da transacção. Activos e passivos monetários denominados em divisas na data do relatório são convertidas para a divisa funcional à taxa de câmbio nessa data. Os activos e passivos não monetários contabilizados pelo custo, se denominados em divisa na data do relatório, são convertidos para a divisa funcional à taxa de câmbio prevalecente na data do reconhecimento original.

Os activos e passivos não monetários contabilizados pelo justo valor numa divisa são convertido para a divisa funcional utilizando a taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de conversão cambial em todos os activos e passivos monetários são incluídas nas mais-valias e menos-valias cambiais nos resultados em operações financeiras. As diferenças de conversão de itens não monetários (como acções) detidos ao justo valor através de resultados são igualmente apresentadas através de resultados e, no que toca aos classificados como disponíveis para venda, directamente em capital na rubrica "Mais-valias e menos-valias líquidas não realizadas em activos disponíveis para venda".

Os activos e passivos de operações no estrangeiro, incluindo o goodwill e ajustes contabilísticos das compras, são convertidos para a divisa de apresentação do Grupo, o Euro, às taxas cambiais em vigor à data do relatório. Os proveitos e despesas das operações no estrangeiro são convertidos para o Euro às taxas em vigor no final do mês. As diferenças cambiais resultantes destas conversões são directamente registadas em capital (conta de conversão cambial). As diferenças cambiais registadas no capital, resultantes da transição para as IFRS em 1 de Janeiro de 2004, são incluídas nas demonstrações de resultados aquando da alienação ou alienação parcial da operação estrangeira.

Actividades fiduciárias

Normalmente, o Grupo funciona como gestor de património e noutras capacidades fiduciárias que envolvem a detenção ou colocação de activos em nome de particulares, *trusts* ou outras instituições. Estes activos não pertencem ao Grupo e, por isso, não são incluídos nestas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Juros e rendimentos/encargos similares

Os juros e rendimentos/encargo similares são reconhecidos nas demonstrações de resultados utilizando o método da taxa de juro efectiva. A aplicação deste método inclui a amortização de quaisquer descontos ou prémios ou outras diferenças, incluindo custos de transacção e taxas e comissões elegíveis, entre o valor contabilístico inicial de um instrumento remunerado e o seu valor no vencimento, calculado numa base de taxa de juro efectiva. Esta rubrica não inclui juros e rendimentos/encargos similares relativamente a saldos de transacções que estejam incluindo nos resultados em operações financeiras.

.

Rendimentos de dívida e de outros instrumentos de rendimento fixo é reconhecido utilizando o método de juros efectivo em rendimento de juros.

Margem de taxas e comissões

Taxas e comissões são reconhecidas como se segue:

- As taxas e comissões geradas como parte integrante de uma negociação ou acordo de uma transacção de financiamento com clientes, como a emissão de créditos, são incluídas no cálculo da taxa de juro efectiva e incluídas na margem de taxas e comissões
- As taxas e comissões geradas para transacções ou actos discretos são reconhecidos quando a transacção ou acto estiver concluído.
- As taxas e comissões dependentes do resultado de um evento específico ou dependentes do desempenho são registadas uma vez cumpridos os critérios pertinentes
- As taxas de serviço são tipicamente registadas como uma base constante ao longo do prazo do contrato de serviço; as taxas referentes a serviços e assessoria a carteiras e outros relacionados com a gestão são registadas com base nos contratos de serviços aplicáveis.
- As taxas de gestão de activos relacionadas com fundos de investimento são igualmente registadas no exercício em que o serviço é prestado. Este princípio aplica-se igualmente ao registo de proveitos da gestão de fortunas, planeamento financeiro e serviços de custódia que são prestados por um prazo de tempo prolongado.

Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras abrangem mais-valias e menos-valias resultantes de alterações no justo valor de activos e passivos financeiros detidos para negociação, rendimentos de juros, dividendos recebidos de instrumentos de transacção, bem como custos de financiamento relacionados. Os rendimentos de dividendos dos instrumentos de negociação são reconhecidos quando o direito é estabelecido. Os resultados em operações financeiras também incluem encargos no justo valor resultantes de alterações dos *spreads* de crédito da contraparte e alterações nos *spreads* de crédito da ABN AMRO onde eles afectam o valor dos passivos de derivados do Grupo. O encargo relacionado com a depreciação dos instrumentos de negócio é incluído nos resultados em operações financeiras.

Resultados de transacções financeiras

Os resultados de transacções financeiras incluem mais-valias e menos-valias da alienação de activos e passivos financeiros não relacionados com transacções, ineficácia de certos programas de cobertura, a alteração do justo valor de derivados utilizados para cobrir riscos de crédito que não estão incluídos nas relações de contabilidade de coberturas, variações do justo valor relacionadas com activos e passivos designados ao justo valor através de resultados e alterações do valor de quaisquer derivados relacionados. Os rendimentos de dividendos de investimentos em capital não comercial, excluindo empresas associadas, são registados quando o direito é estabelecido.

Relato dos segmentos

Os segmentos operacionais são os segmentos que se envolvem em actividades de negócio em que o banco ganha rendimentos e incorre em despesas. Estes segmenos são os segmentos de relato, em que os seus resultados são revistos pelo Conselho de Administração numa base mensal. Os dados geográficos são apresentados de acordo com o local da entidade do Grupo envolvida na transacção.

Activos e passivos financeiros

Classificações de mensuração

O Grupo classifica os seus activos e passivos financeiros nas seguintes categorias de mensuração (avaliação):

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são os que o Grupo detém principalmente para efeitos de realização de lucros a curto prazo. Estes abrangem acções, títulos remunerados, derivados detidos para negociação, e passivos de vendas a descoberto de instrumentos financeiros. Os derivados são instrumentos financeiros que exigem um investimento inicial líquido reduzido ou nulo, com pagamentos futuros dependentes de um índice, taxa ou preço de referência (como taxas de juro ou preços de acções). As alterações nos fluxos de caixa futuros esperados em respostas às alterações na referência subjacente determinam o justo valor dos derivados.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados num mercado activo. Geralmente, ocorrem quando o Grupo empresta dinheiro ou serviços directamente a um cliente sem intenção de negociar ou vender o crédito.

Activos detidos até à vencimento são activos financeiros não derivados cotados num mercado activo com pagamentos fixos ou determináveis (isto é, instrumentos de dívida) e um vencimento fixo relativamente e que o Grupo tem a intenção ou a capacidade de manter até ao seu vencimento. A 31 de Dezembro de 2008, o Grupo deixou de classificar activos financeiros na categoria activos detidos até ao vencimento e devido às *tainting rules* não o pode fazer até 31 de Dezembro de 2010.

Designados ao justo valor através dos resultados são activos financeiros e passivos financeiros que o Grupo, após reconhecimento inicial, designa para mensuração ao justo valor com alterações incluídas nos resultados. A referida designação é feita se:

- O instrumento incluir um derivado incorporado que, de outro modo, exigiria separação. Isto aplica-se a certas notas estruturadas emitidas com características híbridas. A mensuração do justo valor ajuda igualmente a compensar as alterações no valor dos derivados e outras posições de justo valor utilizadas para cobrir economicamente as referidas notas.
- A designação eliminar ou reduzir de modo significativo qualquer inconsistência de mensuração que, de outro modo, resultaria. A este respeito, os investimentos *unit-linked* detidos por conta e risco de titulares de apólices e a obrigação respectiva destes são designados ao justo valor com mudanças através dos resultados.
- Se relacionar com uma carteira de activos e/ou passivos financeiros que são geridos e avaliados numa base de justo valor, de acordo com a gestão de risco documentada ou estratégia de investimento. Isto aplica-se a participações em capital de natureza *private equity.*

Os activos disponíveis para venda incluem activos remunerados que foram designados como disponíveis para venda ou não encaixam numa das categorias acima descritas. As participações em capital detidas sem influência significativa, que não são detidas para negociação ou escolhidas ao justo valor através dos resultados são classificadas de disponíveis para venda.

Os passivos financeiros não negociáveis que não são designados ao justo valor através dos resultados são mensurados ao custo amortizado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Os instrumentos negociados são reconhecidos na data da negociação, definida como a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o instrumento subjacente. Nos casos pouco frequentes em que os termos de pagamento não são os normais, o compromisso é contabilizado como um derivado entre a data da negociação e de pagamento. Os empréstimos concedidos e contas a receber são reconhecidos quando são adquiridos ou financiados pelo Grupo e desreconhecidos quando são pagos. A dívida emitida é reconhecida quando é emitida e os depósitos são reconhecidos quando o numerário é depositado no Grupo. Os outros activos e passivos financeiros, incluindo derivados, são reconhecidos no balanço quando o Grupo passa a fazer parte das disposições contratuais do activo ou passivo.

Geralmente, os activos financeiros são desreconhecidos quando o Grupo perde o controlo ou a capacidade de obter benefícios sobre os direitos contratuais que compreendem o activo. Isto acontece quando os direitos são exercidos, expiram, todos os riscos e recompensas são substancialmente transmitidos ou nem todos os riscos e recompensas são substancialmente transmitidos ou retidos, embora o controlo seja transferido. Se uma função de serviço lucrativa for retida, é feito o reconhecimento de um activo de serviço. Um passivo financeiro é desreconhecido quando as obrigações especificadas no contrato são cumpridas, canceladas ou expiram.

Os instrumentos financeiros continuam a ser reconhecidos no balanço e o passivo reconhecido no que respeita ao produto de qualquer transacção de financiamento relacionada, salvo uma parte totalmente proporcional do total dos fluxos de caixa for transferida para o mutuante sem atraso importante e a indemnização dos mutuantes se limitar aos referidos fluxos de caixa e substancialmente todos os riscos e retornos e controlos associados com os instrumentos financeiros tiverem sido transferidos, caso em que essa proporção do activo é desreconhecida.

O Grupo desreconhece os passivos financeiros depois de liquidados ou no caso de o Grupo recomprar a sua própria dívida. A diferença entre o anterior valor contabilístico e a remuneração paga é incluída nos resultados das transacções financeiras nos proveitos. As revendas posteriores são consideradas como uma nova emissão.

O Grupo titulariza vários activos financeiros de consumo e comerciais. Este processo carece geralmente de uma venda destes activos a uma entidade de finalidade especial (SPE), que, por seu turno, emite títulos aos investidores. Os interesses do Grupo em activos titularizados poderão ser acumulados na forma de tranches seniores ou subordinadas, garantias emitidas, strips de juros apenas ou outros interesses residuais, em conjunto designados por interesse acumulado. Em muitos casos estes interesses acumulados são significativos, tanto que a SPE é consolidada e os activos titularizados continuam a ser reconhecidos no balanço consolidado.

Mensuração

Todos os instrumentos de negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor são mensurados ao justo valor, sendo os custos da negociação relacionados com a compra, assim como as alterações do justo valor inscritos directamente nos proveitos.

A mensuração dos passivos detidos ao justo valor inclui os efeitos das alterações dos *spreads* do crédito próprio. A alteração no justo valor aplica-se aos passivos financeiros designado ao justo valor onde o risco de crédito próprio do ABN AMRO seria considerado pelos participantes do mercado e exclui instrumentos para os quais é prática estabelecida do mercado não conclui um ajuste de específico de entidade para o crédito próprio. As alterações no justo valor são calculados com base numa curva de rendimento gerada pelos preços externos observados para financiamento e *spreads* de CDS cotadas.

Todos os derivados são registados no balanço ao justo valor, com as alterações registadas através dos resultados, salvo quando designados nos fluxos de caixa ou relacionados com cobertura de investimento líquida (ver abaixo contabilização de coberturas).

Os activos disponíveis para venda são detidos ao justo valor com mais-valias e menos-valias não realizadas reconhecidas directamente nos capitais próprios, líquidos de impostos. Os prémios, os descontos e os custos de transacções qualificadas e activos remunerados disponíveis para venda são amortizados nos proveitos numa base de taxa de juro efectiva. Quando os activos disponíveis para venda são vendidos, cobrados ou em caso de imparidade, a perda ou ganho acumulado registado nos capitais próprios é transferido para os resultados de transacções financeiras nos proveitos.

Todos os outros activos e passivos financeiros são inicialmente mensurados ao custo, incluindo custos de transacção incrementais directamente atribuíveis. Posteriormente, são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva. Através do uso da taxa de juro efectiva, os prémios e os descontos, incluindo custos de transacção elegíveis, incluídos no valor contabilístico do instrumento relacionado, são amortizados ao longo do prazo de vencimento ou pagamento antecipado esperado, com base na taxa de juro efectiva original do instrumento.

Quando disponíveis, os justos valores são obtidos nas cotações de mercado em mercados activos líquidos. Para instrumentos em que não existe mercado activo líquido ou nem se podem obter cotações, utilizam-se as transacções recentes no mercado ou o justo valor é calculado utilizando-se várias técnicas de avaliação, incluindo referência a instrumentos similares para os quais existem preços de mercado ou modelos de avaliação, tal como fluxos de caixa descontados ou Black-Scholes. O Grupo melhora e modifica as suas técnicas de avaliação conforme os mercados e produtos se desenvolvem e a formação de preços dos produtos individuais se torna mais transparente.

Os modelos de avaliação são validados antes de serem utilizados pelos colaboradores, independentes da selecção ou criação inicial dos modelos. Sempre que possível as contribuições para os modelos de avaliação representam dados de mercado observáveis de fontes de dados externos fiáveis. Contribuições inobserváveis são estimadas utilizando uma combinação de julgamento da gestão, dados históricos, prática de mercado e referências comparativas com outros dados de mercados observáveis pertinentes.

Sempre que não for possível obter contribuições, de fonte fiáveis e junto de fornecedores externos, sobre a avaliação de uma nova transacção, esta é inicialmente reconhecida ao seu preço de transacção. A diferença entre o preço de transacção e a avaliação interna inicial, calculada através de um modelo, é reservada e amortizada em proveitos nos pontos apropriados durante a vida do instrumento, tipicamente, tomando em consideração a capacidade em obter dados externos fiáveis, a passagem do tempo e a utilização de transacções de compensação. Alterações subsequentes no justo valor como calculados no modelo de avaliação são relatadas nos proveitos.

Os justos valores incluem ajustes adequados para tomar em conta desadequações conhecidas e incertezas nos modelos de avaliação ou para reflectir a qualidade de crédito do instrumento ou contraparte.

As alterações no justo valor de notas designadas ao justo valor através dos resultados atribuíveis a alterações no risco de crédito são calculados por referência do *spread* de crédito implícito no valor do mercado da notas seniores do ABN AMRO.

Reclassificações

Os derivados não são reclassificados dentro ou fora na categoria de justo valor através dos resultados enquanto estiverem detidos ou emitidos. Os instrumentos financeiros designados ao justo valor através dos resultados após reconhecimento inicial não são reclassificados fora dessa categoria. Os activos financeiros não derivados classificados como detidos para negociação após reconhecimento inicial, se já não forem detidos para a finalidade de venda ou recompra num prazo próximo, podem ser reclassificados a partir da categoria de justo valor através dos resultados, se foram cumpridos alguns requisitos. Nenhum instrumento financeiro é reclassificado na categoria de justo valor através dos resultados após reconhecimento inicial.

Transacções de títulos profissionais

Geralmente, as transacções de contracção e concessão de empréstimo de títulos são registadas numa base de garantias reais, sendo os títulos, geralmente, entregues ou recebidos como garantia. A transferência dos próprios títulos não é reflectida no balanço, salvo se os riscos e recompensas da titularidade forem igualmente transmitidos. No caso de entrega ou recepção de numerário, as actividades de empréstimo de títulos são registadas ao valor do numerário entregue (incluído em empréstimos concedidos e contas a receber) ou recebido (dívidas a bancos ou clientes). O valor de mercado do empréstimo de títulos é controlado diariamente e os níveis de garantia são ajustados de acordo com as transacções subjacentes. As taxas ou juros recebidos ou pagos são reconhecidos numa base de juros efectiva e registados como juros e proveitos ou encargos similares.

As transacções de venda e recompra envolvem a compra (vendas) de investimentos com acordos de revenda (recompra) de investimentos significativamente idênticos a uma certa data no futuro a um preço fixo. Os investimentos comprados sujeitos a compromissos de revenda no futuro não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em empréstimos concedidos e contas a receber perante bancos ou clientes. As contas a receber são apresentados como sujeitos a garantias reais pelo título subjacente. Os investimentos vendidos ao abrigo de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço. O produto da venda dos investimentos é apresentado como responsabilidades perante bancos ou clientes. A diferença entre o preço de venda e recompra é reconhecido no período da transacção e registada como juros e proveitos ou encargos similares.

Compensação e garantia

O Grupo participa em mecanismos de compensação principais com contrapartes sempre que possível e, se isso for adequado, obtém garantias reais. Se o Grupo tiver o direito, por via de disposições jurídicas ou contratuais e for sua intenção, liquidar os activos e passivos financeiros de forma líquida ou em simultâneo, estes são contrabalançados e o montante líquido apurado é apresentado no balanço. Devido a diferenças no momento dos fluxos de caixa reais, os derivados com justos valores positivos e negativos não são, em geral, compensados, mesmo que sejam detidos com a mesma contraparte.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos derivados para gerir exposições aos riscos de taxa de juro, cambiais e de crédito, incluindo exposições resultantes de de transacções previstas. O Grupo aplica o justo valor, fluxo de caixa ou cobertura de investimentos líquidos a transacções elegíveis que, no seu início, são apresentadas como tal.

O elemento coberto pode ser um activo, passivo, transacção prevista altamente provável ou investimento líquido numa operação no estrangeiro que (a) exponha a entidade ao risco de mudanças no justo valor ou fluxos de caixa futuros e (b) seja designada como coberta. O risco a cobrir (o "risco coberto") é geralmente mudanças nas taxas de juro ou taxas de câmbio. O Grupo assume igualmente derivados do risco de crédito (por vezes designados por *credit default swaps*) para gerir o risco de crédito da carteira. Porém, por norma, não se incluem nas relações contabilísticas de cobertura.

Tanto no início da cobertura como numa base permanente, o Grupo avalia formalmente se os derivados utilizados nas suas transacções de cobertura foram altamente eficazes na compensação das alterações do justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, por via da avaliação e mensuração se as mudanças no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto são compensadas pelas mudanças no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

A ineficácia da cobertura representa o montante pelo qual as alterações no justo valor do derivado divergem das alterações no justo valor do item coberto numa cobertura de justo valor, ou montante pelo qual as alterações no justo valor do derivado excedem a alteração de justo valor do fluxo de caixa esperado numa cobertura de fluxo de caixa. A ineficácia da cobertura e as mais-valias e menos-valias sobre componentes de um derivado que são excluídas da avaliação da eficácia de cobertura são registadas directamente nos proveitos.

O Grupo suspende a contabilidade de cobertura quando a relação de cobertura deixar de ser eficaz ou deixar de se esperar que seja eficaz, ou quando o item derivado coberto for vendido ou, de qualquer outro modo, terminado.

Coberturas de justo valor

Sempre que um instrumento financeiro derivado cobre a exposição a alterações do justo valor de activos ou passivos reconhecidos ou atribuídos, o item coberto é ajustado relativamente ao risco que é coberto. As mais-valias ou menos-valias obtidas com a remensuração do instrumento de cobertura e o item coberto são reconhecidas na demonstração de resultados, normalmente no âmbito dos resultados das transacções financeiras.

Quando uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro estiver terminada, qualquer ajuste de valor no montante contabilístico do activo ou passivo coberto é amortizado para proveitoso ao longo do período de cobertura designado original ou levado directamente para proveitos se o item coberto for vendido, liquidado ou sujeito a imparidade.

Coberturas de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro derivado cobre a exposição à volatilidade dos fluxos de caixa de activos, passivos ou transacções antecipadas reconhecidos, a parte efectiva das mais-valias ou menos-valias obtidas com a remensuração
do instrumento de cobertura é directamente reconhecida nos capitais próprios. Quando um instrumento de cobertura de fluxos de caixa ou relação de cobertura chega ao seu termo, embora se espere que a transacção coberta ainda ocorra, as mais-valias ou menos-valias acumuladas reconhecidas em capitais próprios mantêm-se nesta rubrica.

As mais-valias ou menos-valias acumuladas reconhecidas nos capitais próprios são transferidas para a demonstração de resultados quando a transacção coberta afectar as perdas ou lucros líquidos, e são incluídas na mesma rubrica da transacção coberta. No caso excepcional de não se esperar que a transacção coberta venha a ocorrer, as mais-valias ou menos-valias acumuladas reconhecidas nos nos capitais próprios são imediatamente reconhecidas na demonstração de resultados.

Cobertura de um investimento líquido numa operação no estrangeiro

O Grupo utiliza derivados em moeda estrangeira e empréstimos em moeda estrangeira para cobrir vários investimentos líquidos em operações no estrangeiro. No que toca a essas coberturas, as diferenças de conversão cambial resultantes da conversão da moeda destes instrumentos para o Euro são directamente registadas na conta de conversão cambial nos capitais próprios, desde que sejam efectivas. As mais-valias ou menos-valias acumuladas em capital próprio são transferidas para a demonstração de resultados após alienação da operação no estrangeiro.

Os derivados em que o Grupo aplicou a contabilidade de cobertura foram divulgadas na Nota 22 “Outros Activos” 3 Nota 29 “Outros passivos”.

Imparidade de activos financeiros

Em cada data do balanço, o Grupo avalia se há provas objectivas de que um activo financeiro ou uma carteira de activos financeiros está sujeito a imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e as perdas de imparidade são reconhecidas se, e apenas nesse caso, houver provas objectivas de que a imparidade resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e antes da data do balanço (“um evento de perda”) e esse evento afectar negativamente os fluxos de caixa futuros calculados do activo financeiro ou da carteira.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Pode obter-se uma indicação de que um crédito poderá estar sujeito a imparidade através dos processos de análise de crédito do Grupo, que incluem a monitorização dos pagamentos do cliente e análises regulares dos empréstimos, pelo menos, a cada 6 ou 12 meses, dependendo da solvabilidade dos devedores.

Inicialmente, o Grupo avalia se existem provas objectivas de imparidade relativamente aos empréstimos (incluindo os mecanismos e garantias relacionadas) com importância individual, e individual ou colectivamente no que para empréstimos que não têm importância individual. No caso de o Grupo determinar que não existem provas objectivas de imparidade relativamente a um empréstimo avaliado individualmente, inclui o activo uma carteira de empréstimos com características de risco de crédito idênticas e, colectivamente, procede à sua avaliação em termos de imparidade. Os empréstimos avaliados individualmente em termos de imparidade não estão incluídos numa avaliação colectiva de imparidade.

As indicações da existência de uma descida mensurável nos futuros fluxos de caixa de uma carteira de empréstimos, embora ainda não seja possível identificar a referida descida com os empréstimos individuais na carteira, incluem variações negativas no estado do pagamento dos mutuários na carteira e condições económicas nacionais e locais que estão relacionadas com os incumprimentos registados carteira.

O montante da perda de imparidade é mensurado como a diferença entre o montante contabilístico do empréstimo e o valor actual dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva original do empréstimo. O montante da perda é reconhecida utilizando-se uma conta de provisões e o montante da perda é registado na rubrica de imparidade ce crédito concedido e outros riscos de crédito da demonstração de resultados.

O cálculo do actual valor dos futuros fluxos de caixa estimados de um activo financeiro com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que, eventualmente, poderão resultar da recuperação e venda da garantia deduzindo-se os custos inerentes à obtenção e venda da garantia.

Os fluxos de caixas futuros de um grupo de empréstimos cuja imparidade foi colectivamente avaliada são estimados com base nos fluxos de caixas contratuais dos empréstimos na carteira e a experiência histórica das perdas por empréstimos com características de risco de crédito similares às do Grupo. A experiência histórica de perdas é ajustada com base nos dados actuais observáveis para reflectir os efeitos das actuais condições que não afectaram os dados históricos e remover os efeitos das condições existentes nos dados históricos que não existem actualmente.

A metodologia e as hipóteses utilizadas para calcular os fluxos de caixa futuros são revistas com regularidade para reduzir as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. O impacto das alterações nas estimativas e recuperações é registado na rubrica de provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito das demonstrações de resultados.

No seguimento da imparidade, a margem financeira é reconhecida utilizando-se a taxa de juro efectiva original. Quando se considera que um empréstimo deixa de ser cobrável, ele é anulado contabilisticamente face à provisão para imparidade de créditos. Esses empréstimos são contabilisticamente anulados depois de concluídos todos os procedimentos necessários e o montante da perda ter sido determinado. Subsequentes recuperações de montantes previamente anulados são creditadas na rubrica provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito em demonstrações de resultados. Os activos adquiridos em troca por empréstimos de modo a conseguir uma realização ordenada são reflectidos no balanço como uma alienação dos empréstimos e uma aquisição de um novo activo, inicialmente escriturado pelo justo valor.

Empréstimos renegociados

Quando possível, o ABN AMRO procura reestruturar os empréstimos em vez de tomar posse da garantia. Isto pode envolver o alargamento dos prazos de pagamento e o acordo de novas condições de empréstimo. Uma vez renegociados os itens, o empréstimo deixa de ser considerado em falta. A gestão analisa continuamente os empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios são satisfeitos e que os futuros pagamentos são susceptíveis de ocorrer. Os empréstimos continuam a ser sujeitos a uma avaliação de imparidade individual e colectiva, calculada pelo uso da taxa de juro efectiva original dos empréstimos.

Outros activos financeiros

No caso de instrumentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um significativo ou prolongado declínio no justo valor do valor mobiliário abaixo do seu custo é também considerado na determinação se existir a imparidade. Quando esses indícios existem, as perdas líquidas acumuladas que foram, previamente reconhecidos directamente em capital próprio, são removidas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados nos resultados das transacções financeiras.

O Grupo executa uma análise de valores mobiliários disponíveis para venda individuais numa base regular para determinar se há qualquer prova de existência da imparidade. Esta análise considera factores como quaisquer reduções em justo valor abaixo de custo, sua direcção e se a redução é significativa ou prolongada, e a solvabilidade e perspectivas do emitente.

Activos tangíveis

Activos de uso próprio

Os activos tangíveis são indicados pelo custo menos a amortização acumulada e qualquer montante para imparidade. Se um elemento dos activos tangíveis for constituído por vários componentes importantes com diferentes vidas úteis, cada componente é analisado de modo independente. Adições e despesas subsequentes (incluindo juros acumulados) são capitalizados apenas se melhorarem os benefícios económicos futuros que se espera que venham a resultar do activo. As despesas efectuadas com a substituição de um componente de um activo é capitalizado separado e o componente substituído é anulado contabilisticamente. As outras despesas subsequentes são capitalizadas apenas se aumentarem o benefício económico futuro desse elemento dos activos tangíveis. Todas as outras despesas, incluindo manutenção, são reconhecidas nas demonstrações de resultados conforme efectuadas. Se um elemento dos activos tangíveis for retirado ou alienado, a diferença entre o valor contabilístico e o produto da alienação líquido de custos é reconhecido em outros proveitos de exploração.

A amortização é registada na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes sobre as vidas úteis estimados dos itens dos activos tangíveis, sendo os componentes importantes contabilizados separadamente. O Grupo, em geral, utiliza as seguintes vidas úteis estimadas:

- Terrenos sem amortização
- Edifícios 25 a 50 anos
- Equipamento 5 a 12 anos
- Equipamento informático 2 a 5 anos.

As taxas de amortização e os valores residuais são revistos, pelo menos, uma vez por ano para levar em conta eventuais mudanças de circunstâncias. As melhorias dos arrendamentos capitalizados são amortizadas de uma forma que tenha em conta o prazo e as condições de renovação do arrendamento relacionado.

Leasing

Como locatário: a maioria das locações que o Grupo assumiu é classificada como locações operacionais (incluindo o arrendamento de imóveis). Os pagamentos totais efectuados ao abrigo do leasings de imóveis são imputados à demonstração de resultados pelo método das quotas constantes ao longo do prazo de locação. Os incentivos de rendas recebidas são registados na demonstração de resultados como parte integrante das despesas totais da renda. Quando for decidido que uma locação operacional será resolvido ou abandonado antes do termo do respectivo prazo, o menor dos pagamentos sancionatórios exigidos e os pagamentos remanescentes devidos depois do abandono (deduzindo-se os proveitos
de sublocação) é reconhecido como despesa.

Como locador: os activos sujeitos a locações operacionais são incluídos activos tangíveis. O activo é amortizado pelo método de quotas constantes ao longo da sua vida útil até ao seu valor residual estimado. Locações onde o Grupo transfere de forma substancial todos os riscos e recompensas resultantes da titularidade de um activo para o locatário são classificados como leasing financeiro. É reconhecida uma conta a receber num montante igual ao valor actual dos pagamentos da locação, utilizando-se a taxa de juro implícita, incluindo qualquer valor residual garantido. As contas a receber de leasing financeiro são incluídas em empréstimos concedidos e contas a receber a clientes

Activos intangíveis

Goodwill

O goodwill é capitalizado e declarado ao custo, sendo o excedente do custo de uma aquisição face ao justo valor da parte que o Grupo detém nos activos identificáveis líquidos da entidade adquirida à data da aquisição, menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Para efeitos do cálculo do goodwill, os justos valores dos activos adquiridos, passivos e passivos contingentes são calculados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros previstos ao valor actual. Se o reconhecimento do justo valor avaliado dos activos e passivos adquiridos na data da aquisição se realizou numa base de montantes provisórias, quaisquer alterações no justo valor adquiridos dos activos e passivos adquiridos nada data de aquisição identificada no prazo de um ano a seguir à aquisição são corrigidas face ao goodwill. As revisões identificadas após um ano são registadas nos proveitos.

O goodwill obtido com a aquisição de investimentos registados nos capitais próprios é incluído no valor contabilístico do investimento.

As mais-valias e menos-valias resultantes da alienação de uma entidade, incluindo investimentos contabilizados nos capitais próprios, são calculadas como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico da entidade, incluindo o goodwill relacionado e as diferenças da conversão cambial registadas nos capitais próprios.

O goodwill não amortizado mas sujeito a um teste anual por imparidade ou, com maior frequência se eventos ou circunstâncias, como alterações adversas no clima de negócios, indicarem que pode haver justificação para a realização de um teste intercalar.

Software

Os custos estão directamente relacionados com os produtos de software identificáveis que são controlados pelo Grupo e que, eventualmente, irão gerar futuros benefícios económicos superiores aos referidos custos, são registados como activos intangíveis e declarados pelo custos menos a amortização acumulada e quaisquer ajustes para perdas por imparidades. As despesas que melhoram ou prolongam o desempenho do software para além da sua especificação original são reconhecidas como melhoria de capital e acrescidas ao custo original do software. A amortização do software decorre entre 3 e 7 anos. As taxas de amortização e os valores residuais são revistos pelo menos anualmente para ter em consideração qualquer alteração nas circunstâncias.

Os custos associados à manutenção dos programas de software são registados como despesas tal com efectuadas.

Outros activos intangíveis

Outros activos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo são registados ao custo menos a amortização acumulada e quaisquer ajustes para perdas por imparidade. Outros activos intangíveis são constituídos por elementos de identificação independente resultantes da aquisição de subsidiárias, como relações com clientes e certas marcas comerciais compradas e elementos similares. A amortização é registada na demonstração de resultados, sistematicamente, ao longo das vidas úteis estimadas do activo intangível. As taxas de amortização e os valores residuais são revistos pelo menos anualmente para ter em consideração qualquer alteração nas circunstâncias.

Imparidade de bens tangíveis e activos intangíveis

Os activos tangíveis e activos intangíveis são avaliados à data de cada balanço ou com maior frequência, com vista a determinar se há qualquer indicação de imparidade. No caso de existir essa indicação, os activos são sujeitos a uma análise de imparidade.

Independentemente de quaisquer indicações de potencial imparidade, o valor contabilístico é sujeito a uma análise detalhada de imparidade, pelo menos, uma vez por ano.

Reconhece-se uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico de um activo que crie fluxos de caixa largamente independentes ou a unidade geradora de fluxos à qual pertence superar o seu montante recuperável. O montante recuperável
de um activo é o seu justo valor mais elevado menos o custo de vender e o seu valor em utilização. Para calcular o valor em uso, os futuros fluxos de caixa estimados são descontados ao seu valor actual, utilizando-se uma taxa de desconto antes de impostos que reflicta as actuais taxas de mercado e os riscos específicos do activo. Na elaboração de análises de imparidade, em particular para o goodwill, as unidades geradoras de fluxos são o nível mais baixo em que a administração monitoriza o retorno médio do investimento dos activos.

Análise da imparidade do goodwill e outros intangíveis exige que a administração faça julgamentos subjectivos em relação a estimativas de qual será o desempenho no futuro do activo adquirido, utilizando uma análise de fluxo de caixa descontando. Adicionalmente, os fluxos de caixa estimados podem estender-se para além de dez anos e, pela sua natureza, são difíceis de determinar. Os acontecimentos e factores que os podem afectar significativamente incluem, entre outros, forças da concorrência, comportamentos e deserção de clientes, mudança de tendências no crescimento do rendimento, estruturas de custos e tecnologia, e alterações nas taxas de desconto e condições específicas da indústria ou do sector do mercado.

As perdas por imparidade são registadas na demonstração de resultados como componente de amortização e encargos de amortização. A perda por imparidade relativamente ao goodwill não é reversível. As outras perdas por imparidade são reversíveis apenas se o valor contabilístico do activo não ultrapassar o valor contabilístico que teria sido calculado caso não tivesse sido registado anteriormente uma perda por imparidade.

Benefícios de pensões e pós-reforma

Para os colaboradores na Holanda e a maioria dos colaboradores sedeados fora da Holanda, foram instituídos planos de pensões e outros relativos a reformas de acordo com os regulamentos e as práticas dos países em questão. A maioria destes planos é administrada por fundos de pensões independentes ou terceiros. Estes planos incluem planos de contribuições definidas e planos de benefícios definidos. No caso dos planos com contribuições definidos, as contribuições são inscritas directamente na demonstração de resultados no ano a que dizem respeito.

As obrigações líquidas ao abrigo dos planos de benefícios definidos são consideradas como compromissos do próprio Grupo, independentemente de serem ou não administradas por um fundo de pensões ou qualquer outra forma. A obrigação líquida de cada plano é calculada como a diferença entre as obrigações em termos de benefícios e os activos do plano. Os compromissos em termos de pensões no âmbito do plano de benefícios definidos são calculados em conformidade com o método de crédito unitário projectado da alocação de custos actuariais. Ao abrigo deste método, o actual valor dos compromissos em termos de pensões é calculado com base no número de anos activos de serviço até à data do balanço e o salário do colaborador previsto à data de reforma prevista, e é descontando usando a taxa de juro de mercado de obrigações de alta qualidade emitidas por sociedades. Os activos do plano são mensurados ao justo valor.

Os custos de pensões para o exercício são determinados no início do exercício com base no serviço esperado e dos custos dos juros, e o retorno esperado nos activos do plano, mais o impacto de eventuais reduções do exercício actual ou alterações nos planos. As diferenças entre a rentabilidade prevista e real dos activos do plano, assim como as mais-valias e menos-valias actuariais, apenas são reconhecidas como proveitos ou despesas quando as mais-valias ou menos-valias actuariais não reconhecidas acumuladas e líquidas, no final do exercício anterior, excedem em 10% os compromissos mais elevados e o justo valor dos activos do plano em causa. A parte que excede em 10% é reconhecida em proveitos ao longo dos anos remanescentes previstos de serviço dos colaboradores que participam nos planos. As diferenças entre os custos de pensões determinados deste modo e as contribuições a pagar são analisadas como contabilizadas como provisões ou pagamentos antecipados. Os compromissos relacionados com a reforma antecipada de colaboradores são considerados compromissos de pensões.

Quando os benefícios de um plano são melhorados, a parte do aumento do benefício relacionado com o serviço passado dos colaboradores é reconhecida como despesa na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes ao longo do período médio até os benefícios serem conferidos. Na medida em que os benefícios sejam imediatamente conferidos, o custo do serviço passado é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados

A obrigação líquida do Grupo relativamente aos benefícios de serviço de longo prazo e assistência médica pós-reforma é o montante do benefício futuro que os colaboradores adquiriram em compensação pelo serviço prestado nos períodos actual e anterior. A obrigação é calculada utilizando-se o método de crédito unitário projectado. A seguir, desconta-se ao valor actual e o justo valor de quaisquer activos é deduzido.

Pagamentos com base em acções aos colaboradores

Até 2007, o Grupo utilizou transacções de pagamentos com base em acções liquidadas em capitais próprios ou dinheiro, relativamente aos serviços recebidos de alguns dos seus colaboradores. O custo do serviço recebido era mensurado por referência ao justo valor das acções ou opções de acções atribuídas à data da atribuição. O custo resultante das acções ou opções de compra de acções era reconhecido na demonstração de resultados no período em que os serviços prestados pelos colaboradores foram recebidos, que era o período de aquisição, com um crédito correspondente em capitais próprios para mecanismos liquidados com capitais próprios e um crédito em passivo para mecanismos liquidados em dinheiro. Para os mecanismos liquidados em dinheiro, o justo valor do plano era determinado para cada período de relato e as alterações eram reconhecidas na demonstração de resultados. Ademais, o Grupo reconhecia efeitos das modificações que aumentam o justo valor total dos acordos de pagamento com base em acções ou que, de outro qualquer modo, foram benéficos para o trabalhador na demonstração de resultados.

O justo valor das opções atribuídas era calculado utilizando-se modelos de fixação de preços de opções, que tinham em conta o preço do exercício da opção, a cotação corrente da acção, a taxa de juro isenta de risco, a volatilidade da cotação da acção ABN AMRO ao longo da vida da opção e os termos e condições da atribuição. As condições de aquisição não relacionadas com o mercado eram tomadas em conta ajustando o número de acções ou opções de acções incluídas na mensuração do custo dos serviços dos colaboradores, para que, em última análise, o montante reconhecido cumulativamente na demonstração de resultados reflectisse o número de acções ou opções de acções eventualmente adquiridas. Sempre que as condições de aquisição estivessem relacionadas com as condições de mercado, estas eram integralmente reflectidas no justo valor calculado inicialmente à data da atribuição e, consequentemente, os encargos dos serviços recebidos eram reconhecidos, independentemente de as condições de aquisição relacionadas com o mercado serem cumpridas, desde que as condições de aquisição não relacionadas com o mercado fossem cumpridas.

No caso de cancelamento ou liquidação de acções ou opções de acções atribuídas durante o período de aquisição, o montante que, de outro teria sido reconhecido sobre o remanescente do período de aquisição, seria imediatamente reconhecido na demonstração de resultados. Qualquer pagamento feito ao colaborador por cancelamento ou liquidação da atribuição era contabilizado como dedução do capital próprio para o mecanismos liquidados em capital próprio e como uma dedução do passivo para os mecanismos liquidados em dinheiro.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Grupo tem uma obrigação jurídica ou construtiva, em consequência de um evento passado, e há a probabilidade que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa fiável do montante da obrigação. Se o efeito do valor temporal for relevante, as provisões são calculadas descontando-se os fluxos de caixa futuros previstos a uma taxa antes de impostos que reflicta as actuais taxas do mercado e, caso se aplique, os riscos específicos à responsabilidade.

Se existir uma obrigação, é reconhecida uma provisão para reestruturação. Existe uma obrigação quando o Grupo tiver aprovado um plano detalhado e tiver feito com que aqueles que são afectados pelo plano aumentassem justificadamente as suas expectativas por via da implementação do plano ou anúncio das suas principais características. Os custos de exploração futuros não são abrangidos.

As provisões para riscos de seguro são calculadas por métodos actuariais, que incluem a utilização da estatística, dados de taxas de juros e expectativas de custos de liquidação.

Outras responsabilidades

As obrigações para com os tomadores de seguros, cujos retornos estão dependentes do retorno dos investimentos do tipo *unit linked* reconhecidos no balanço, como mensurado ao justo valor com alterações através dos resultados.

Impostos – correntes e diferidos

Os impostos sobre os lucros, fundamentados na legislação fiscal aplicável em cada jurisdição, são reconhecidos como encargos no exercício a que os lucros se referem. Os futuros benefícios fiscais de perdas de impostos disponíveis para transporte são reconhecidos como um activo quando houver a probabilidade de futuros lucros tributáveis estarem disponíveis contra os quais estas perdas podem ser utilizadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias elegíveis. As diferenças temporárias representam a diferença entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de informação financeira e os montantes utilizados para efeitos de tributação. As diferenças temporárias mais significativas resultam da reavaliação de certos activos e passivos financeiros incluindo contratos de derivados, abatimentos para imparidade do crédito, provisões para pensões e concentrações de negócios. As seguintes diferenças não são abrangidas: o reconhecimento inicial dos activos ou passivos que não afectem o resultado contabilístico ou tributável, e as diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e associadas, desde que não venham eventualmente a reverter no futuro próximo e o momento dessa reversão seja controlado pelo Grupo. O montante do imposto diferido desde que baseado na forma esperada de realização ou liquidação do valor contabilístico dos activos e passivos, utilizando taxas fiscais implementadas ou substancialmente implementadas na data do balanço. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas se houver probabilidade de os futuros lucros tributáveis estarem disponíveis contra os quais os referidos activos podem ser utilizados.

Os activos e passivos por impostos diferidos e correntes apenas são contabilisticamente compensados se resultarem do mesmo grupo de declaração fiscal e sempre que houver o direito jurídico e a intenção de liquidar ou realizar o activo e passivo em simultâneo.

Dívida emitida e títulos de participação

Os títulos de dívida emitidos são registados numa base de custo amortizado, recorrendo ao método de taxa de juro efectiva, salvo se apresentarem uma natureza híbrida/estruturada e se destinarem a ser detidos ao justo valor através dos resultados.

Os instrumentos financeiros emitidos ou seus componentes são classificados como passivos quando a substância do acordo contratual resultar em o Grupo ter uma obrigação presente a entregar dinheiro ou outro activo financeiro, ou satisfazer a obrigação de uma outra maneira que não a troca de um número fixo de acções. As acções preferenciais com cupão não discricionário ou são resgatáveis numa data específica ou, por opção do titular, são classificadas como passivos. Os dividendos e comissões sobre as acções preferenciais são classificados como passivo e reconhecido com encargos de juros.

Os instrumentos financeiros emitidos, ou os seus componentes, são classificados de capitais próprios se não forem considerados passivo e representarem uma participação residual nos activos do Grupo. O capital em acções preferenciais é classificado de capitais próprios se não for resgatável e os dividendos forem discricionários. Os componentes dos instrumentos financeiros emitidos que contêm elementos do passivo e capitais próprios são analisados separadamente com o componente dos capitais próprios aos quais o montante residual é atribuído após dedução do valor inicial do justo valor do instrumento do componente do passivo.

Os dividendos de acções ordinárias e acções preferenciais classificadas como capitais próprios são reconhecidas como distribuição de capitais próprios no exercício em que são aprovados pelos respectivos accionistas.

Capital social

Os custos externos adicionais directamente atribuíveis à emissão de novas acções são deduzidos aos capitais próprios líquidos de quaisquer impostos relacionados.Quando o capital social registado como capitais próprios é recomprado, o montante da compensação paga, iincluindo os custos directamente atribuíveis adicionais líquidos de impostos, é reconhecido como um alteração nos capitais próprios. As acções recompradas são classificadas como acções próprias e apresentadas como uma dedução aos capitais próprios totais. Sempre que essas acções forem subsequentemente vendidas ou emitidas de novo, qualquer montante recebido será adicionado ao capital próprio dos accionistas.

Outros componentes do capital próprio

Conta de conversão cambial

A conta de conversão cambial é constituída por todas as diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras de operações no estrangeiro sem o impacto da conversão nos passivos ou derivados em moeda estrangeira detidos para cobrir o investimento líquido do Grupo. Estas diferenças cambiais são incluídas nos proveitos da alienação total ou parcial da operação.

Reservas de cobertura de fluxo de caixa

A reserva de cobertura dos fluxos de caixa é constituída pela parte efectiva da variação acumulada no justo valor dos derivados dos instrumentos de cobertura dos fluxos de caixa, líquida de impostos, relacionada com as transacções cobertas que ainda não ocorreu.

Mais-valias e menos-valias não realizadas en activos disponíveis para venda

Neste componente, são reconhecidas as mais-valias e menos-valias da variação no justo valor dos activos disponíveis para venda, líquidas de impostos. Quando os activos relevantes são vendidos, em imparidade ou alienados, as mais-valias ou menos-valias acumuladas relacionadas reconhecidas em capitais próprios são transferidas para a demonstração de resultados.

Colectivamente, a reserva de cobertura dos fluxos de caixa e a reserva disponível para venda são, por vezes, designadas por componentes especiais do capital próprio.

Demonstração dos fluxos de caixa

A caixa e equivalentes de caixa, para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, depósitos à vista em bancos centrais e saldos de crédito líquido em contas correntes com outros bancos.

A demonstração de fluxos de caixa, com base no método de cálculo indirecto, apresenta informações sobre a origem da caixa e equivalentes de caixa que ficaram disponíveis durante o exercício e a aplicação desta caixa e equivalentes de caixa ao longo do exercício. Os fluxos de caixa são analisados em fluxos de caixa de operações, incluindo actividades bancárias, actividades de investimento e actividades financeiras. Os movimentos em empréstimos concedidos e contas a receber e depósitos interbancários são incluídos no fluxo de caixa das actividades operacionais. As actividades de investimento são constituídas por aquisições, alienações e resgates relativamente a investimentos financeiros, bem como investimentos e alienações de subsidiárias e associadas, activos tangíveis. Os movimentos devidos a diferenças de conversão cambial, assim como os efeitos da consolidação de aquisições, em caso de importância significativa, são eliminados dos valores do fluxo de caixa. Os fluxos de caixa de operações descontinuadas são declarados em separado para o período em que a operação se qualifica como negócio detido para venda.

A apresentação da demonstração dos fluxos de caixa para 2007 e 2006 foi alterada para se conformar com a apresentação do período actual, que não informa em separado as operações descontinuadas.

Alterações futuras nas políticas de contabilidade

O ABN AMRO espera adoptar as seguintes normas e interpretações alteradas, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, quando aplicáveis, dependendo da sua adopção pela UE.

A IASB publicou uma IAS 23 “Custos de empréstimos obtidos” revista em Março 2008. A norma revista elimina a opção de reconhecer imediatamente os empréstimos obtidos como uma despesa, na medida em que eles são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível. O Grupo não espera que a adopção da norma revista em 1 de Janeiro de 2009 tenha um efeito significativo na posição financeira ou nos resultados do Grupo.

A IAS 1 “Apresentação de demonstrações financeiras” revista foi publicada em Setembro 2007, efectiva para os períodos contabilísticos a começar em ou após 1 de Janeiro de 2009. A norma prevista pretende melhorar a capacidade dos utilizadores em analisar e comparar a informação dada nas demonstrações financeiras. A adopção da norma revista não terá efeito nos resultados relatados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, mas alterará a apresentação dos resultados e posição financeira do ABN AMRO em certos aspectos.

O IASB publicou uma alteração à IFRS 2 “Pagamento com base em acções” em 17 de Janeiro de 2008. A alteração, que é aplicável para os períodos anuais que comecem em ou após 1 de Janeiro de 2009, clarifica que condições de atribuição apenas incluem as condições de serviço e as condições de desempenho. Também especifica o tratamento contabilístico de uma incapacidade em satisfazer uma condição de não aquisição. A adopção de alteração não terá impacto na posição financeira ou resultados no Grupo.

O IASB publicou “Alterações ao IAS 32 Instrumentos Financeiros e IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras, Instrumentos financeiros “puttable” e Obrigações decorrentes de liquidação” em 14 de Fevereiro de 2008. As alterações são aplicáveis para exercício anuais a começar em ou após 1 de Janeiro de 2009. O ABN AMRO não espera que estas revisões tenham um impacto significativo na posição financeira ou resultados do Grupo.

A Interpretação IFRIC 13 “Programas de fidelização de clientes” tornou-se efectivo para os anos financeiros a começar em ou após 1 de Julho de 2008. Esta interpretação trata de como as empresas que atribuem aos clientes créditos de prémio de fidelidade (frequentemente chamados “pontos”) quando compram produtos ou serviços devem contabilizar a sua obrigação de proporcionar produtos ou serviços gratuitos ou descontados se e quando os clientes resgatam os seus pontos. A adopção desta interpretação em 1 de Janeiro de 2009 não terá um impacto significativo na posição financeira ou resultados do Grupo.

A Interpretação IFRIC 15 “Acordos para a construção de imóveis” foi publicada em 3 de Julho de 2008 e torna-se efectiva para os anos financeiros a começar em ou após 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação normaliza a prática contabilística através das jurisdições para o reconhecimento dos réditos pelos promotores imobiliários antes da construção estar concluída. A alteração principal esperada na prática é uma mudança para certas entidades de reconhecerem o rédito conforme a construção progride para reconhecer o rédito em uma única vez – na conclusão na ou após a entrega. A adopção desta interpretação em 1 de Janeiro de 2009 não terá um impacto significativo na posição financeira ou resultados do Grupo.

A interpretação IFRIC 16 “Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira” foi publicada em 3 de Julho de 2008 e torna-se efectiva para os anos financeiros a começar em ou após 1 de Outubro de 2008. O IFRIC 16 trata três questões principais. Primeiro, a interpretação considera se o risco resulta de (a) uma exposição de moeda estrangeira das moedas funcionais da unidade operacional estrangeira e à da entidade-mãe, ou da (b) exposição de moeda estrangeira da moeda funcional da unidade operacional estrangeira e à da moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da entidade-mãe. Segundo, determina que entidade dentro de um grupo pode deter um instrumento de cobertura numa cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e, em especial, se a entidade-mãe que detém o investimento líquido numa unidade operacional estrangeira deve manter também o instrumento de cobertura. Por fim, discute como uma entidade deve determinar os montantes a reclassificar de capital próprio para lucro ou perda tanto para o instrumento de cobertura como o item coberto, quando a entidade aliena o investimento. A adopção desta interpretação em 1 de Janeiro de 2009 não terá um impacto significativo na posição financeira ou resultados do Grupo.

O IASB publicou a “Melhoramento das divulgações sobre instrumentos financeiros (Emendas à IFRS 7)” em Março 2009. Estas emendas melhoram os requisitos de divulgação sobre as mensurações de justo valor e reforça os princípios existentes para divulgações sobre o risco de liquidez associado a instrumentos financeiros. As emendas são aplicáveis para os exercícios anuais que comecem em ou após 1 de Janeiro de 2009. A adopção da norma revista não terá efeitos nos resultados relatados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, mas alterarão a apresentação dos resultados e posição financeira do ABN AMRO em certos aspectos.

Demonstração de resultados consolidada para o ano findo a 31 de Dezembro

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Juros e proveitos equiparados	**22,080**	22,734	19,340
Juros e custos equiparados	**16,297**	18,139	15,117
Margem financeira 3	**5,783**	4,595	4,223
Proveitos de taxas e comissões	**3,068**	4,181	4,047
Despesas de taxas e comissões	**439**	329	406
Resultados dos serviços e comissões 4	**2,629**	3,852	3,641
Resultados em operações financeiras 5	**(9,324)**	1,119	2,627
Resultados de transacções financeiras 6	**(1,684)**	1,134	767
Resultados por equivalência patrimonial 19	**106**	223	186
Outros proveitos de exploração 7	**306**	1,239	873
Proveitos de participações em private equity consolidadas 41	**1,726**	3,836	5,313
Proveitos de exploração	**(458)**	15,998	17,630
Custos com pessoal 8	**5,236**	6,363	5,600
Custos gerais e administrativos 9	**4,070**	4,821	4,594
Depreciação e amortização 10	**1,045**	857	824
Bens e materiais de participações em private equity consolidadas 41	**1,278**	2,744	3,684
Despesas de exploração	**11,629**	14,785	14,702
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito 18	**3,387**	717	668
Total de despesas	**15,016**	15,502	15,370
Lucro líquido antes de impostos	**(15,474)**	496	2,260
Impostos 11	**(2,580)**	(458)	213
Resultados líquidos de operações contínuas	**(12,894)**	954	2,047
Resultado das operações descontinuadas líquido de imposto 45	**16,489**	9,021	2,733
Resultado do exercício	**3,595**	9,975	4,780
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe	**3,580**	9,848	4,715
Interesses minoritários	**15**	127	65

Os números à frente das rubricas referem-se às notas. As notas às desmonstrações financeiras consolidadas são parte integral destas demonstrações.

Balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2008

(em milhões de euros)	**2008**	2007
Activos		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais **13**	**5,854**	16,750
Activos financeiros detidos para negociação **14**	**212,653**	242,277
Investimentos financeiros **15**	**67,061**	96,435
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos **16**	**75,566**	175,696
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes **17**	**270,507**	398,331
Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial **19**	**796**	871
Activos tangíveis **20**	**2,035**	2,747
Goodwill e outros intangíveis **21**	**924**	1,424
Activos de negócios detidos para venda **45**	**1,583**	60,458
Acréscimo de proveitos e despesas antecipadas	**7,011**	12,580
Activos fiscais **28**	**5,100**	4,875
Outros activos **22**	**17,727**	12,769
Total do activo	**666,817**	1,025,213
Passivo		
Passivos financeiros detidos para negociação **14**	**192,087**	155,476
Dívidas as instituições de crédito **23**	**94,620**	239,334
Dívidas a clientes **24**	**209,004**	330,352
Títulos de dívida emitidos 25	**111,296**	174,995
Provisões **26**	**4,144**	6,544
Passivos de negócios detidos para venda **45**	**864**	39,780
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	**8,418**	12,244
Passivos fiscais **28**	**700**	2,091
Outros passivos **29**	**15,012**	18,072
Passivo (excluindo passivos subordinados)	**636,145**	978,888
Passivos subordinados **30**	**13,549**	15,616
Total do passivo	**649,694**	994,504
Capital		
Capital social **31**	**1,852**	1,085
Prémio de emissão	**5,343**	5,332
Acções própria **31**	**–**	(2,640)
Resultados transitados	**11,096**	25,650
Mais-valias/(Menos-valias) não reconhecidas na demonstração de resultados	**(1,214)**	148
Capital próprio atribuível a accionistas da empresa-mãe	**17,077**	29,575
Capital próprio atribuível a accionistas minoritários	**46**	1,134
Total do capital	**17,123**	30,709
Total do capital e passivo	**666,817**	1,025,213
Garantias e outros compromissos **34**	**42,148**	55,140
Facilidades de crédito autorizadas **34**	**63,436**	104,137

Os números à frente das rubricas referem-se às notas. As notas às desmonstrações financeiras consolidadas são parte integral destas demonstrações.

Demonstração das alterações no capital próprio consolidada no ano findo a 31 de Dezembro

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Capital social 31			
Saldo a 1 de Janeiro	**1,085**	1,085	1,069
Conversão de acções preferenciais em acções ordinárias	**767**	–	–
Opções e warrants exercidos	**–**	–	16
Saldo a 31 de Dezembro	**1,852**	1,085	1,085
Prémio de emissão			
Saldo a 1 de Janeiro	**5,332**	5,245	5,269
Pagamentos com base em acções	**10**	145	111
Conversão de acções preferenciais a acções ordinárias	**1**	–	–
Dividendos pagos em acções	**–**	(58)	(135)
Saldo a 31 de Dezembro	**5,343**	5,332	5,245
Acções próprias 31			
Saldo a 1 de Janeiro	**(2,640)**	(1,829)	(600)
Recompra de acções	**–**	(1,847)	(2,204)
Utilizado para dividendos pagos em acções	**–**	412	832
Utilizado para exercício de opções e programas de entrega de acções	**–**	624	143
Venda de acções próprias	**3,708**	–	–
Mais-valia na venda de acções próprias	**(1,068)**	–	–
Saldo a 31 de Dezembro	**–**	(2,640)	(1,829)
Outras reservas incluindo resultados transitados			
Saldo a 1 de Janeiro	**25,650**	18,599	15,237
Lucro atribuível aos accionistas da empresa-mãe	**3,580**	9,848	4,715
Dividendos pagos aos accionistas da empresa-mãe	**(19,213)**	(1,540)	(807)
Dividendos pagos em acções aos accionistas da empresa-mãe	**–**	(586)	(656)
Mais-valia na venda de acções próprias	**1,068**	–	–
Liquidação de opção de acções e prémios em dinheiro **44**	**–**	(743)	–
Outros	**11**	72	110
Saldo a 31 de Dezembro	**11,096**	25,650	18,599
Mais-valias/(Menos-valias) não reconhecidas na demonstração de resultados			
Conta de conversão cambial			
Saldo a 1 de Janeiro	**597**	408	842
Transferência para a demonstração de resultados relacionada com alienações	**(903)**	293	(7)
Diferenças de conversão cambial	**823**	(104)	(427)
Subtotal – Saldo a 31 de Dezembro	**517**	597	408
Mais-valias/(menos-valias) líquidas não realizadas nos activos disponíveis para venda			
Saldo a 1 de Janeiro	**(543)**	364	1,199
Mais-valias/(menos-valias) líquidas não realizadas nos activos disponíveis para venda	**(2,038)**	(392)	(233)
Reclassificação na demonstração de resultados	**1,716**	(515)	(602)
Subtotal – Saldo a 31 de Dezembro	**(865)**	(543)	364
Reserva de coberturas de fluxos de caixa			
Saldo a 1 de Janeiro	**94**	(275)	(795)
Mais-valias/(menos-valias) líquidas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa	**(959)**	315	735
Menos-valias/(mais-valias) líquidas reclassificadas na demonstração de resultados	**(1)**	54	(215)
Subtotal – Saldo a 31 de Dezembro	**(866)**	94	(275)
Mais-valias/(menos-valias) líquidas não reconhecidas na demonstração de resultados a 31 de Dezembro	**(1,214)**	148	497
Capital próprio atribuível a accionistas da empresa-mãe a 31 de Dezembro	**17,077**	29,575	23,597
Interesses minoritários			
Saldo a 1 de Janeiro	**1,134**	2,298	1,931
Adições/(reduções)	**12**	(853)	145
Aquisições/(alienações)	**(1,008)**	(300)	203
Lucro atribuível a interesses minoritários	**15**	127	65
Diferenças de conversão cambial	**(107)**	(138)	(46)
Capital próprio atribuível a interesses minoritários a 31 de Dezembro	**46**	1,134	2,298
Total do capital próprio a 31 de Dezembro	**17,123**	30,709	25,895

Os números à frente das rubricas referem-se às notas. As notas às desmonstrações financeiras consolidadas são parte integral destas demonstrações.

Demonstração de fluxos de caixa consolidada para o ano findo em 31 de Dezembro

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Actividades operacionais			
Resultado do exercício	**3,595**	9,975	4,780
Ajustamento para:			
Depreciação, amortização e imparidade	**1,152**	1,271	1,352
Perdas por imparidade de crédito	**4,332**	2,794	2,138
Resultados por equivalência patrimonial	**(171)**	(278)	(251)
Movimentos em activos e passivos operacionais			
Movimento em activos operacionais **35**	**199,957**	(133,448)	(77,413)
Movimento em passivos operacionais **35**	**(246,314)**	114,722	64,763
Outros ajustamentos			
Dividendos recebidos de investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	**34**	81	72
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	**(37,415)**	(4,883)	(4,559)
Actividades de investimento			
Aquisição de investimentos	**(245,561)**	(201,808)	(180,228)
Vendas e resgate de investimentos	**263,840**	197,850	172,454
Aquisição de activos tangíveis	**(436)**	(888)	(1,145)
Vendas de activos tangíveis	**94**	674	256
Aquisição de intangíveis (excluindo goodwill)	**(284)**	(549)	(801)
Alienação de intangíveis (excluindo goodwill)	**5**	24	12
Aquisição de subsidiárias e investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	**(45)**	(501)	(7,491)
Alienação de subsidiária e investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	**23,907**	15,736	1,845
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	**41,520**	10,538	(15,098)
Actividades de financiamento			
Emissão de passivos subordinados	**508**	1,523	4,062
Reembolso de passivos subordinados	**(918)**	(1,225)	(4,430)
Emissão de outros financiamentos de longo prazo	**37,952**	39,635	35,588
Reembolso de outros financiamentos de longo prazo	**(56,323)**	(33,284)	(14,343)
Venda de acções próprias	**3,708**	–	–
Recompra de acções	**–**	(1,847)	(2,204)
Utilizado para exercício de opções e programas de entrega de acções	**–**	624	143
Outros	**7**	(1,723)	213
Dividendos pagos	**(19,213)**	(1,540)	(807)
Fluxos de caixa líquidos de actividades financeiras	**(34,279)**	2,163	18,222
Diferenças de conversão cambial em caixa e equivalentes de caixa	**3,975**	62	264
Movimento em caixa e equivalentes de caixa	**(26,199)**	7,880	(1,171)
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Janeiro	**12,752**	4,872	6,043
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Dezembro **35**	**(13,447)**	12,752	4,872

Os números à frente das rubricas referem-se às notas. As notas às demonstrações financeiras consolidadas são parte integral destas demonstrações.

1 Os montantes comparativos foram reformulados para se conformarem com a apresentação actual.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

(salvo indicação contrária, todos os montantes são em milhões de euros)

1 Relato por segmentos

As informações sobre os segmentos são apresentadas relativamente ao negócio do Grupo. Os segmentos operacionais estão em consonância com a administração do Grupo e estrutura de informação interna aplicável ao exercício.

Desde 1 de Janeiro de 2008, a estrutura de gestão e controlo do ABN AMRO foi alinhada com a propriedade do Grupo pelo consórcio. Esta alteração na estrutura de gestão foi reflectida nos segmentos relatos externamente. Consequentemente, os negócios adquiridos pelo RBS estão segmentados em: Europa (que inclui os negócios adquiridos pelo RBS na Holanda), Américas e Ásia. Os negócios adquiridos pelo Estado Holandês estão divididos em: Holanda (excluindo os negócios adquiridos pelos RBS) e Clientes Privados. Os Itens Centrais incluem as funções de sede e outros itens geridos centralmente.

Em Abril 2008, a maioria das carteiras do Gestão de Activos e Passivos do Grupo foram economicamente alocados aos respectivos Membros do Consórcio. Isto é reflectido no relato por segmentos. Visto que a atribuição foi efectuada com base nos acordos prospectivos entre os Membros do Consórcio, os resultados do Gestão de Activos e Passivos do Grupo anteriores a esta data são relatados em Itens Centrais. Os números comparativos por segmento para 2007 e 2006 do Gestão de Activos e Passivos do Grupo não foram reformulados e são relatados em Itens Centrais, bem como os restantes números não alocados de 2008 do Gestão de Activos e Passivos do Grupo.

A anterior Unidade de Negócio regional Holanda, relatada em 2007 como um segmento operacional deixou de ser gerida como um componente individual. Para reflectir a propriedade do consórcio, o segmento operacional Holanda exclui, agora, os clientes grossistas holandeses e o negócio de mercados globais. Isto foi adicionado ao segmento operacional Europa.

Os números comparativos do segmento de 2007 e 2006 foram reformulados para reflectir a estrutura organizativa actual para as comparações de Gestão de Activos e Passivos do Grupo como acima explicado.

Mensuração

A mensuração de activos, passivos, proveitos e resultados dos segmentos baseia-se nas políticas contabilísticas do Grupo. Os activos, passivos, proveitos e resultados dos segmentos incluem elementos atribuíveis directamente a um segmento, bem como os que podem ser alocados numa base de razoabilidade. As transacções entre segmentos são realizadas segundo princípios de independência.

Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são descritos da seguinte forma:

Europa

Este segmento oferece aos seus clientes comerciais e globais uma gama de produtos e serviços financeiros.
Ele combina as actividades em 28 países: 23 países na Europa, juntamente com o Cazaquistão, Uzbequistão, Egipto, Emirados Árabes Unidos e África do Sul. Desde 2008, os clientes grossistas holandeses estão incluídos neste segmento operacional, bem como as carteiras do Gestão de Activos e Passivos do Grupo alocados ao RBS.

Ásia

Este segmento opera em 16 países e territórios através de balcões e sucursais. A base de clientes inclui clientes comerciais e particulares.

Américas

Este segmento inclui as actividades combinadas da América do Norte e América Latina. As actividades da América do Norte cobrem uma larga gama de serviços que apoiam uma base multinacional de clientes e um número limitado de serviços bancários especializados. O coração da América do Norte era o LaSalle Bank, que foi vendido ao Bank of America Corporation em 2007 e, por conseguinte, é apresentado como operação descontinuada. O Banco Real representava a maioria das operações na América Latina até Julho 2008, quando foi vendido ao Santander. Os números do Banco Real são apresentados como operação descontinuada.

Holanda

Este segmento serve uma base de clientes diversificada, incluindo clientes particulares e comerciais. Oferece uma larga gama de produtos e serviços de banca comercial e de retalho através do seu modelo de serviço multicanal que consiste numa rede de balcões, banca electrónica, centros de contactos de clientes e ATM por toda a Holanda e que se concentra cada vez mais em clientes abastados e clientes comerciais *mid-market*. Também inclui o ABN AMRO Hypotheken Groep, incluindo as anteriores actividades hipotecárias da Bouwfonds e o International Diamond and Jewelry Group, bem como as carteiras do Gestão de Activos e Passivos do Grupo alocados ao Estado Holandês.

Clientes Privados

Este segmento oferece serviços de banca privada a pessoas e instituições ricos com activos líquidos disponíveis para investimento igual ou superior a EUR 1 milhões. Nos últimos anos, a unidade de negócios Clientes Privados construiu uma rede de banca privada, principalmente na Europa continental, através de crescimento orgânico na Holanda e França, e através da aquisição do Delbrück Bethmann Maffei em Alemanha e o Bank Corluy na Bélgica. Também inclui a *joint venture* de seguros Neuflize Vie.

Itens Centrais

Itens Centrais inclui as funções de sede e itens que não estão alocados a membros individuais do consórcio, tal como a maioria da carteira de *private equity* e o investimento no Saudi Hollandi Bank. Também estão incluídos os juros nos montantes de liquidação devidos ao Santander.

Informação por segmentos operacionais para o ano findo em 31 de Dezembro de 2008

	Europa	Ásia	Américas	Holanda	Clientes Privados	Itens Centrais	Subtotal	Operações descontinuadas	Total
Margem financeira – extenos	590	706	105	4,772	(1,014)	624	5,783		5,783
Margem financeira – outros segmentos	871	42	234	(1,950)	1,415	(612)	–		–
Resultados de serviços e comissões – externos	720	375	366	693	530	(55)	2,629		2,629
Resultados de serviços e comissões – outros segmentos	11	17	(131)	57	42	4	–		–
Resultados em operações financeiras	(9,835)	634	86	112	78	(399)	(9,324)		(9,324)
Resultados de transacções financeiras	(1,058)	(291)	(169)	194	(13)	(347)	(1,684)		(1,684)
Resultados por equivalência patrimonial	13	(4)	–	30	1	66	106		106
Outros proveitos de exploração	(5)	23	36	170	72	10	306		306
Proveitos de participação de *private equity* consolidadas	–	–	–	–	–	1,726	1,726		1,726
Total de proveitos de exploração	(8,693)	1,502	527	4,078	1,111	1,017	(458)		(458)
Total de despesas de exploração	3,357	1,696	665	2,923	863	2,125	11,629		11,629
Provisões para imparidades de créditos concedidos e outros riscos de crédito	2,025	453	131	761	15	2	3,387		3,387
Total de despesas	5,382	2,149	796	3,684	878	2,127	15,016		15,016
Lucro líquido antes de impostos	(14,075)	(647)	(269)	394	233	(1,110)	(15,474)		(15,474)
Impostos	(2,652)	125	85	88	68	(294)	(2,580)		(2,580)
Resultado de operações continuadas	(11,423)	(772)	(354)	306	165	(816)	(12,894)		(12,894)
Lucro de operações descontinuadas líquido de imposto	–	–	–	–	–	–	–	16,489	16,489
Resultado do exercício	(11,423)	(772)	(354)	306	165	(816)	(12,894)	16,489	3,595
Outras informações em 31 de Dezembro de 2008									
Total de activos	400,203	54,901	23,091	158,875	18,239	9,925	665,234	1,583	666,817
Dos quais por investimentos por equivalência patrimonial	105	53	–	204	6	428	796	–	796
Total do passivo	396,431	53,116	22,697	153,540	16,529	6,517	648,830	864	649,694
Despesas de capital	109	57	26	253	20	111	576	–	576
Depreciação e amortização	301	155	25	291	43	230	1,045	–	1,045
Imparidade para títulos disponível para venda	332	1	–	–	–	–	333	–	333

Informação por segmentos operacionais para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007

	Europa	Ásia	Américas	Holanda	Clientes Privados	Itens Centrais	Subtotal	Operações descontinuadas	Total
Margem financeira – externos	970	425	319	4,706	(1,108)	(717)	4,595		4,595
Margem financeira – outros segmentos	250	307	(106)	(1,725)	1,567	(293)	–		–
Resultados de serviços e comissões – externos		733	313	710	636	(37)	3,852		3,852
Resultados de serviços e comissões – outros segmentos	(695)	275	(16)	71	124	241	–		–
Resultados em operações financeiras	509	372	208	83	72	(125)	1,119		1,119
Resultados de transacções financeiras	140	47	4	29	8	906	1,134		1,134
Resultados por equivalência patrimonial	9	39	–	54	–	121	223		223
Outros proveitos de exploração	70	16	53	244	91	765	1,239		1,239
Proveitos de participação de *private equity* consolidadas	–	–	–	–	–	3,836	3,836		3,836
Total de proveitos de exploração	2,750	2,214	775	4,172	1,390	4,697	15,998		15,998
Total de despesas de exploração	3,551	1,696	875	2,641	969	5,053	14,785		14,785
Provisões para imparidades de créditos concedidos e outros riscos de crédito	101	207	38	378	–	(7)	717		717
Total de despesas	3,652	1,903	913	3,019	969	5,046	15,502		15,502
Lucro líquido antes de impostos	(902)	311	(138)	1,153	421	(349)	496		496
Impostos	(327)	106	(77)	271	123	(554)	(458)		(458)
Resultado de operações continuadas	(575)	205	(61)	882	298	205	954		954
Lucro de operações descontinuadas líquido de imposto	–	–	–	–	–	–	–	9,021	9,021
Resultado do exercício	(575)	205	(61)	882	298	205	954	9,021	9,975
Lucro líquido antes de impostos									
Impostos	530,681	72,171	83,939	141,741	19,594	116,629	964,755	60,458	1,025,213
Resultado de operações continuadas	123	134	–	224	6	360	847	24	871
Lucro de operações descontinuadas líquido de imposto	515,394	69,801	82,990	139,808	17,940	128,791	954,724	39,780	994,504
Resultado do exercício	144	72	58	353	20	454	1,101	–	1,101
Lucro líquido antes de impostos	127	45	54	274	13	344	857	–	857
Impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Informação por segmentos operacionais para o ano findo em 31 de Dezembro de 2006

	Europa	Ásia	Américas	Holanda	Clientes Privados	Itens Centrais	Subtotal	Operações descontinuadas	Total
Margem financeira – externos	745	365	258	4,551	(1,008)	(688)	4,223		4,223
Margem financeira – outros segmentos	(249)	246	(41)	(1,613)	1,502	155	–		–
Resultados de serviços e comissões – externos	1,317	664	261	649	646	104	3,641		3,641
Resultados de serviços e comissões – outros segmentos	(318)	133	70	98	29	(12)	–		–
Resultados em operações financeiras	1,879	358	162	72	54	102	2,627		2,627
Resultados de transacções financeiras	179	(7)	(31)	1	4	621	767		767
Resultados por equivalência patrimonial	2	–	–	49	2	133	186		186
Outros proveitos de exploração	(4)	47	29	264	75	462	873		873
Proveitos de participação de *private equity* consolidadas	–	–	–	–	–	5,313	5,313		5,313
Total de proveitos de exploração	3,551	1,806	708	4,071	1,304	6,190	17,630		17,630
Total de despesas de exploração	3,367	1,419	901	2,638	916	5,461	14,702		14,702
Provisões para imparidades de créditos concedidos e outros riscos de crédito	5	214	(39)	375	6	107	668		668
Total de despesas	3,372	1,633	862	3,013	922	5,568	15,370		15,370
	179	173	(154)	1,058	382	622	2,260		2,260
Lucro líquido antes de impostos	46	106	(193)	302	111	(159)	213		213
Impostos	133	67	39	756	271	781	2,047		2,047
Resultado de operações continuadas	133	67	39	756	271	781	2,047		4,780
Lucro de operações descontinuadas líquido de imposto	–	–	–	–	–	–	–	2,733	2,733
Resultado do exercício	133	67	39	756	271	781	2,047	2,733	4,780
Outras informações em 31 de Dezembro de 2008									
Total de activos	424,350	67,844	77,563	133,900	20,498	77,849	802,004	185,060	987,064
Dos quais por investimentos por equivalência patrimonial	19	23	–	177	6	900	1,125	402	1,527
Total do passivo	414,457	66,353	77,173	132,840	19,000	80,206	790,029	171,140	961,169
Despesas de capital	130	86	33	373	39	962	1,623	–	1,623
Reintegração e amortização	130	46	35	290	17	306	824	–	824
Imparidade para títulos disponível para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Segmentos geográficos

A naálise geográfica abaixo apresentada baseia-se na localização da entidade do grupo em que as transacções estão registadas.

	Holanda	Europa	América do Norte	América Latina	Ásia/Pacífico	Total
2008						
Margem financeira	3,674	841	256	80	932	5,783
Resultados de serviços e comissões	915	947	199	10	558	2,629
Outros proveitos	(239)	(9,076)	(84)	44	485	
Proveitos de exploração	4,350	(7,288)	371	134	1,975	
Total de activos	280,960	305,429	19,170	1,817	59,441	666,817
Despesas de capital	418	75	25	1	57	576
2007						
Margem financeira	2,654	857	134	65	885	4,595
Resultados de serviços e comissões	964	1,070	448	80	1,290	3,852
Outros proveitos	5,732	922	336	9	552	7,551
Proveitos de exploração	9,350	2,849	918	154	2,727	15,998
Total de activos	309,659	510,540	80,526	46,581	77,907	1,025,213
Despesas de capital	464	180	130	239	88	1,101
2006						
Margem financeira	2,637	695	193	48	650	4,223
Resultados de serviços e comissões	1,150	1,230	342	33	886	3,641
Outros proveitos	7,397	1,663	156	41	509	9,766
Proveitos de exploração	11,184	3,588	691	122	2,045	17,630
Total de activos	289,984	419,691	168,533	36,976	71,880	987,064
Despesas de capital	899	179	315	141	89	1,623

2 Aquisições e alienações de subsidiárias

Aquisições 2008

Durante 2008 não houve aquisições.

Alienações 2008

Transferência de negócios

Como parte do processo de separação do banco, entidades e negócios, bem como carteiras foram vendidos e transferidos para os Membros do Consórcio e outras partes.

Venda da Gestão de Activos

A venda das acções no ABN AMRO Asset Management NV à Fortis Bank ficou concluída em Abril. O preço da venda foi de EUR 3.699 milhões, resultando a venda numa mais-valia de EUR 3.073 milhões.

Venda do Banca Antonveneta

A venda do Banca Antonveneta ao Banca Monte dei Paschi di Siena ficou concluído em Maio. O preço de venda foi de EUR 9.894 milhões, resultando numa mais-valia da venda de EUR 2.357 milhões.

Transferência dos restantes negócios para o Santander

Em Julho 2008, o Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real), Interbanca SpA e outras entidades adquiridas pelos Santander foram vendidas ao Santander por EUR 15.431 milhões, resultando numa mais-valia da venda de EUR 10.647 milhões.

Aquisições 2007

Taitung Business Bank Taiwan

Em Setembro 2007, o ABN AMRO adquiriu 100% das acções do Taitung Business Bank Taiwan. O montante total recebido cifrou-se em EUR 147 milhões, resultando num goodwill reconhecido de EUR 160 milhões (ver nota 21).

Prime Bank Ltd (Paquistão)

Em Abril 2007, o ABN AMRO concluiu a aquisição resultando numa participação de 96,2% no Prime Bank. O montante total pago cifrou-se em EUR 176 milhões com goodwill de EUR 139 milhões reconhecidos na aquisição.

Alienações 2007

ABN AMRO North America Holding Company

Em Outubro 2007, o Grupo completou a venda do ABN AMRO North America Holding Company ('LaSalle Bank'), que consistia principalmente nas actividades de banca de retalho e comercial do LaSalle Bank Corporation, ao Bank of America. Os negócios de Gestão de Activos do ABN AMRO North American e certos negócios dentro das operações de Mercados Globais e Clientes Globais norte-americanos do ABN AMRO não formam parte da venda. O preço de venda foi de USD 21 mil milhões e resultou numa mais-valia de EUR 7.163 milhões após impostos.

ABN AMRO Capital Holdings B.V.

Durante o segundo trimestre de 2007, ABN AMRO vendeu a maioria das acções da AAC Capital Holdings B.V., a sociedade de gestão de certos investimentos de *private equity* detidos pelo Grupo, aos executivos da sociedade de gestão. Também, como parte da venda, o Banco transferiu todos os poderes para decidir as políticas financeiras e operacionais da sociedade de gestão e todas as decisões de investimento relacionadas com uma parte significativa dos investimentos de *private equity* do Grupo (os negócios da Holanda, Escandinávia e Reino Unido da ABN AMRO Capital) resultando na perda de controlo destes investimentos para uma sociedade de gestão exterior à ABN AMRO. A titularidade dos investimentos subjacentes e, por conseguinte, o interesse económico nos investimentos, não foi alterada. A perda de controlo sobre a sociedade de gestão fez com que os investimentos abrangidos deixassem de ser consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo. À data da transacção, os investimentos são reconhecidos e contabilizados ao justo valor com alterações através dos resultados. Esta transacção

resultou numa mais-valia de EUR 108 milhões, relatada em resultados de transacções financeiras.

ABN AMRO Mellon Global Securities Services

Em Julho 2007, o ABN AMRO celebrou um acordo de compra e venda com o Mellon Bank N.A., Pittsburgh, EUA para vender a sua participação de 50% na *joint venture* ABN AMRO Mellon Global Securities B.V. (ABN AMRO Mellon). Em Dezembro 2007, a venda estava concluída. O preço de venda cifrou-se em EUR 387 milhões e resultou numa mais-valia líquida de EUR 139 milhões.

Operações de banca privada em Miami e Montevideu

Em Abril 2007, a UN Clientes Privados alienou as suas operações em Miami e Montevideu ao Banco Itaú. O lucro reconhecido nesta venda incluída em outros proveitos de exploração cifrou-se em EUR 72 milhões após impostos.

ABN AMRO Mortgage Group, Inc.

Em Fevereiro 2007, o ABN AMRO fechou a venda do ABN AMRO Mortgage Group, Inc., o negócio do banco envolvido na venda e administração de hipotecas residenciais baseado nos Estados Unidos, que inclui o ABN AMRO Mortgage Group, InterFirst e Mortgage.com, ao Citigroup. O Citigroup comprou aproximadamente EUR 7,8 mil milhões de activos líquidos. O lucro da venda cifrou-se em EUR 93 milhões após impostos.

Interbank (NL) e DMC Groep

Em Novembro 2007, o Grupo fechou a venda do Interbank N.V. e DMC Groep N.V. à SOFINCO por um montante de EUR 98 milhões. A mais-valia na venda elevou-se a EUR 56 milhões após imposto.

Aquisições 2006

Banca Antonveneta

Em Janeiro 2006, o grupo adquiriu um interesse de controlo no Banca Antonveneta. Durante 2005, o Grupo já tinha aumentado o seu interesse no Banca Antonveneta de 12,7% para 29,9%. Durante 2006, o Grupo adquiriu 100% do capital social em circulação do Banca Antonveneta.

Gestão de Activos

Em Fevereiro 2006, a UN Gestão de Activos adquiriu a International Asset Management Ltd. A integração desta aquisição foi concluída em Maio 2006. Em Junho 2006, a UN Gestão de Activos aumento a sua participação na *joint venture* de Pequim para 49%.

Banco Real

Em Setembro 2006, o Grupo exerceu o seu direito de compra da participação restante de 3,86% da Banca Intesa no Banco Real. O montante total pela aquisição das acções elevou-se a EUR 233 milhões. Após o exercício dos direitos, o ABN AMRO detinha 97,5% das acções no Banco Real.

Alienações 2006

Kereskedelmi és Hitelbank Rt

Em Maio 2006, o ABN AMRO concluiu a venda da sua participação de 40% no Kereskedelmi és Hitelbank Rt da Hungria, como anunciado em Dezembro 2005.

Negócio Futuros Globais

Em Setembro 2006, o ABN AMRO vendeu o negócio Futuros Globais por um montante de EUR 305 milhões.

Segmento não hipotecário da Bouwfonds

Em Dezembro 2006, o Grupo alienou as actividades de promoção e gestão imobiliária da sua subsidiária Bouwfonds. A mais-valia na venda da Bouwfonds elevaram-se a EUR 338 milhões.

3 Margem financeira

	2008	2007	2006
Juros e proveitos equiparados			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	**311**	282	220
Investimentos financeiros disponíveis para venda	**3,929**	3,835	3,354
Investimentos detidos até ao vencimento	**105**	121	188
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**1,216**	1,422	1,211
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	**16,519**	17,074	14,367
Subtotal	**22,080**	22,734	19,340
Juros e custos equiparados			
Dívidas a instituições de crédito	**4,270**	4,656	3,601
Dívidas a clientes	**7,508**	9,114	7,217
Títulos de dívida emitidos	**5,156**	6,521	5,946
Passivos subordinados	**703**	759	846
Financiamento interno das operações de negociação	**(1,340)**	(2,911)	(2,493)
Subtotal	**16,297**	18,139	15,117
Total	**5,783**	4,595	4,223

A margem financeira em activos financeiros depreciados é de EUR 30 milhões (2007: EUR 50 milhões).

4 Resultados de serviços e comissões

	2008	2007	2006
Proveitos com serviços e comissões			
Taxa de corretagem de títulos	**876**	1,399	1,671
Taxas de serviços de pagamentos e transacções	**836**	764	689
Taxas de gestão de activos e depósito	**359**	495	426
Taxas geradas sobre contratos de financiamento	**130**	278	163
Taxas de consultoria	**321**	578	464
Outros serviços e comissões	**546**	667	634
Subtotal	**3,068**	4,181	4,047
Proveitos com serviços e comissões			
Taxa de corretagem de títulos	**103**	83	321
Taxas de serviços de pagamentos e transacções	**336**	246	85
Taxas de gestão de activos e depósito	**439**	329	406
Taxas geradas sobre contratos de financiamento	**2,629**	3,852	3,641

5 Resultados em operações financeiras

	2008	2007	2006
Negociação de instrumentos de juros e créditos	**(9,276)**	(1,531)	740
Transacções em divisas	**915**	1,152	859
Negociação de valores mobiliários e matérias-primas	**(1,017)**	1,438	1,042
Outros	**54**	60	(14)
Total	**(9,324)**	1,119	2,627

O ABN AMRO registou um lucro de EUR 75 milhões (2007: EUR 98 milhões) em resultados em operações financeiras de alterações no justo valor de derivados e outros passivos na carteira de negociação atribuível às alterações no risco de crédito próprio do ABN AMRO.

6 Resultados de transacções financeiras

	2008	2007	2006
Resultado líquido na venda de títulos de dívida disponíveis para venda	**(1,453)**	157	437
Resultado líquido na venda de empréstimos e adiantamentos	**(428)**	(23)	–
Imparidade de títulos de dívida disponíveis para venda	**(333)**	–	–
Resultado líquido em investimentos de capital disponíveis para venda	**(67)**	35	69
Alterações de justo valor no risco de crédito próprio	**490**	251	–
Dividendos em investimentos de capital disponíveis para venda	**54**	9	26
Resultados líquidos em outros investimentos de capital	**(1,185)**	669	435
Alteração de justo valor em credit default swaps	**1,330**	116	(280)
Outros	**(92)**	(80)	80
Total	**(1,684)**	1,134	767

O resultado líquido dos títulos de dívida disponíveis para venda inclui uma perda nas carteiras detidas por um *securities arbitrage conduit* transferido para o RBS de EUR 1000 milhões.

Os resultados de transacções financeiras diminuíram, devido principalmente a menores resultados da carteira de *Private Equity*
(EUR 800 milhões) e resultados mais baixos da nossa participação no Unicredit (EUR 800 milhões) que foram originados pelo desenvolvimento das cotações na bolsa antes da sua alienação em 2008.

O resultado líquido da venda dos empréstimos e adiantamentos represente a perda incorrida na venda da carteira de empréstimos imobiliário estruturada do Grupo ao RBS. A perda líquida em activos e passivos financeiros designados ao justo valor cifra-se em EUR 1,3 mil milhões (2007: lucro líquido EUR 400 milhões).

7 Outros proveitos de exploração

	2008	2007	2006
Actividades de seguros	**45**	36	45
Actividades de leasing	**78**	82	61
Alienação de actividades operacionais e investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	**(6)**	894	453
Outros	**189**	227	314
Total	**306**	1,239	873

Os resultados da alienação das actividades operacionais e investimentos contabilizados por equivalência patrimonial em 2007 incluem uma mais-valia na venda das acções da Capitalia, de EUR 624 milhões, que foram pagas em acções do Unicredit e a mais-valia na venda do ABN AMRO Mellon de EUR 139 milhões, Interbank/DMC de EUR 56 milhões, as operações de clientes privados em Miami e Montevideu de EUR 77 milhões.

Os proveitos das actividades de seguros podem ser analisadas como segue:

	2008	2007	2006
Proveitos de prémios	**618**	799	1,026
Proveitos de investimento	**(74)**	161	217
Provisão para risco seguro	**(499)**	(924)	(1,198)
Total	**45**	36	45

8 Custos com pessoal

	2008	2007	2006
Salários (incluindo bónus e subsídios)	**3,486**	4,676	4,278
Encargos com a segurança social	**353**	447	388
Custos de pensão e de saúde pós-reforma	**294**	330	312
Despesas com pagamentos com base em acções	**(16)**	296	71
Custos com pessoal temporário	**248**	260	282
Custos relacionados com rescisões e reestruturações	**469**	65	171
Outros custos com de pessoal	**402**	289	98
Total	**5,236**	6,363	5,600

Número médio de colaboradores (ETI):			
Actividades bancárias – Holanda	**24,044**	26,041	25,762
Actividades bancárias – países estrangeiros	**33,934**	31,949	27,273
Participações de *private equity* consolidadas	**11,769**	19,621	29,945
Total	**69,747**	77,611	82,980

9 Custos e gerais e administrativos

	2008	2007	2006
Honorários profissionais	**1,025**	1,113	976
Despesas de informação, comunicação e tecnologia	**1,071**	1,240	1,336
Custo imobiliários	**507**	491	475
Despesas de participações de *private equity* consolidadas	**136**	332	466
Outros custos gerais e administrativos	**1,331**	1,645	1,341
Total	**4,070**	4,821	4,594

10 Reintegrações e amortizações

	2008	2007	2006
Reintegração de imóveis	**111**	117	128
Reintegração de software	**274**	339	385
Amortização de software	**307**	328	289
Amortização de outros activos intangíveis (Nota 21)	**11**	23	4
Perdas por imparidades em goodwill [1]	**163**	11	1
Perdas por imparidades em activos tangíveis (Nota 20)	**22**	35	17
Perdas por imparidades em software (Nota 21)	**157**	4	–
Total	**1,045**	857	824

Inclui perdas por imparidades de EUR 72 milhões em goodwill de Private Equity e perdas por imparidades de EUR 91 milhões em outras empresas consolidadas (ver Nota 21).

11 IMPOSTOS

Reconhecidos na demonstração de resultados

	2008	2007	2006
Despesas de imposto actual			
Exercício actual	**684**	1,306	1,453
Provisionados por excesso/(defeito) em exercícios anteriores	**28**	97	(96)
Subtotal	**712**	1,403	1,357
Despesas/(benefícios) de impostos diferidos			
Origem e reversão de diferenças temporais	**(3,024)**	(930)	(331)
Redução da taxa de imposto	**46**	55	3
Subtotal	**(2,978)**	(875)	(328)
Total	**(2,266)**	528	1,029
Operações continuadas	**(2,580)**	(458)	213
Operações descontinuadas	**314**	930	827
Tributação na alienação	**–**	56	(11)
Total	**(2,266)**	528	1,029

Reconciliação do encargo total de impostos

Encargos totais de impostos de operações continuadas

A taxa de imposto efectiva no resultado do Grupo antes de imposto difere do montante teórico que deveria emergir ao se utilizar a taxa de imposto legal da Holanda. Esta diferença pode ser explicada como se segue:

	2008	2007	2006
Taxa de imposto holandesa	**25.5%**	25.5%	29.6%
Despesa/(crédito) de imposto actual à taxa actual em actividades ordinárias	**(3,946)**	126	669
Proveitos isentos de imposto em relação a *private equity*	**52**	(90)	10
Lucros isento de imposto sobre vendas	**(2)**	(30)	(46)
Outros proveitos isentos de imposto	**(93)**	(179)	(72)
Total de efeito de proveitos isentos de imposto	**(43)**	(299)	(108)
Impostos relacionados a ajustamento nos cálculos de impostos de exercícios anteriores	**28**	97	(96)
Efeito de activos de impostos diferidos não reconhecidos	**1,403**	47	10
Efeitos de alterações na legislação fiscal	**9**	26	(97)
Efeitos de alterações nas taxas de imposto	**46**	55	3
Montante de benefício de uma perda fiscal previamente não reconhecida, crédito fiscal ou diferença temporária de um período anterior utilizado para reduzir os despesa de impostos diferidos	**(32)**	(65)	–
Montante de benefício de uma perda fiscal previamente não reconhecida, crédito fiscal ou diferença temporária de um período anterior utilizado para reduzir os despesa de impostos diferidos	**(1)**	(93)	(1)
Outros movimentos	**(44)**	(352)	(167)
Total	**(2,580)**	(458)	213

O efeito dos activos de impostos diferidos não reconhecidos relaciona-se principalmente com perdas de impostos não reconhecidas disponíveis para serem transitados (ver Nota 28).

Encargos totais de impostos de operações descontinuadas

	2008	2007	2006
Taxa de imposto holandesa	**25.5**	25.5	29.6
Despesa de imposto actual à taxa actual em actividades ordinárias	**4,284**	2,574	1,053
Total de efeito de proveitos isentos de imposto	**(4,099)**	(1,865)	(97)
Outros movimentos	**129**	221	(129)
Total	**314**	930	827

Reconhecido directamente em capital

(Benefícios)/despesas	2008	2007	2006
Relativos a conversão de moeda estrangeira	**8**	(81)	114
Relativos a coberturas de fluxos de caixa	**(284)**	(158)	(223)
Relativos a activos disponíveis para venda	**(358)**	389	190
Total	**(634)**	150	81

12 Honorários de auditores independentes

O que se segue é um resumo dos honorários dos nossos auditores independentes para os anos findos a 31 de Dezembro 2008, 2007 e 2006.

	2008	2007	2006
Honorários de auditoria	**30.0**	45.2	44.8
Honorários de relacionados com auditoria	**1.2**	13.2	6.0
Honorários fiscais	**0.6**	2.5	3.7
Todos os outros honorários	**0.7**	0.6	0.3
Total dos honorários	**32.5**	61.5	54.8

O ABN AMRO Holding N.V. mudou de auditores em 2008. Os honorários de auditoria para 2007 incluíam custos relativos a auditorias de actividades que foram descontinuadas em 2008. A Deloitte Accountants B.V. prestou os serviços de auditoria por um montante de EUR 14,9 milhões. Os restantes montantes relacionam-se com serviços prestados por outras firmas membros da Deloitte.

Os honorários relacionados com auditoria consistem principalmente em consultoria de contabilidade e auditorias em relação a aquisições e alienações de negócios, análise de controlos internos e assessoria sobre políticas e procedimentos contabilísticos, atestação de serviços não exigidos por lei ou regulamento e consultas relativas a contabilidade financeira e normas de relato. Os honorários fiscais consistem em cumprimento fiscal, assessoria fiscal, serviços de planeamento fiscal e assistência e assessoria relacionadas com auditorias e reclamações fiscais. Outros honorários estão relacionados com serviços de assessoria de gestão de risco e *corporate finance* e outros serviços não prescritos.

13 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Este item inclui disponibilidades e depósitos em bancos centrais em países em que o banco está presente.

	2008	2007
Disponibilidades	**670**	1,470
Saldos em bancos centrais	**5,184**	15,280
Total	**5,854**	16,750

Os depósitos em bancos centrais que representam os depósitos de reserva obrigatórios e são, por conseguinte, não disponíveis para uso nas operações quotidianas do Banco, cifram-se em EUR 3.414 milhões (2007: EUR 10.560 milhões).

14 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

	2008	2007
Activos financeiros detidos para negociação		
Estado Holandês	**203**	1,434
Tesouro e agências governamentais dos EUA	**29**	2,383
Outros governos da OCDE	**2,392**	20,214
Governos não OCDE	**1,598**	4,196
Hipotecas e outras *asset backed securities*	**9,170**	16,191
Instituições financeiras	**3,966**	13,428
Instituições não financeiras	**2,382**	11,823
Outros títulos	**1,587**	3,196
Subtotal: activos financeiros remunerados	**21,327**	72,865
Instrumentos de capital	**12,430**	45,947
Instrumentos financeiros derivados	**178,896**	123,465
Total de activos detidos para negociação	**212,653**	242,277
Passivos financeiros detidos para negociação		
Posições curtas em activos financeiros	**5,413**	35,988
Instrumentos financeiros derivados	**186,674**	119,488
Total de passivos detidos para negociação	**192,087**	155,476

O Grupo executou acordos-quadro de compensação com a maioria das suas contrapartes de derivados, resultando numa redução significativa na sua exposição líquida a activos derivados.

O total de *asset backed securities* detidas para negociação incluem posições *prime* RMBS (EUR 4,1 mil milhões), CDO e CLO (EUR 4,2 mil milhões). A exposição líquida das posições CDO e CLO é significativamente mais baixa (EUR 800 milhões) do que os montantes escriturados apresentados pois estes activos estão cobertos por *credit default swaps* comprados a seguradores *monolines* e outras contrapartes. O justo de valor do *credit default swaps* está incluído nos derivados detidos para negociação.

A exposição líquida de *monolines* incluída em instrumentos financeiros derivados cifra-se em EUR 2,2 mil milhões (2007: EUR 1,1 mil milhões). A exposição aumentou pois o valor das posições subjacentes contra as quais foi comprada a protecção continuou a deteriorar-se, o que levou a um aumento do justo valor bruto do CDS.

EUR 509 milhões de obrigações convertíveis reclassificados da carteira de negociação para disponível para venda devido à iliquidez do mercado. Desde a reclassificação, foram registadas perdas de EUR 38 milhões na reserva de disponível para venda.

O aumento nos saldos de derivados é parcialmente explicado pelas transacções com a RBS. Para mais informações, ver nota 46.

Carteira de negociação de instrumentos financeiros derivados

		2008			2007		
			Justos valores			Justos valores	
		Montante nocional	Activos	Passivos	Montante nocional	Activos	Passivos
Derivados de taxa de juro							
OTC	Swaps	**2,643,789**	**70,922**	**68,508**	6,143,903	61,053	59,725
	Forwards	**643,275**	**930**	**1,208**	315,236	94	108
	Options (compradas)	**165,738**	**12,890**	**–**	288,756	4,922	–
	Opções (vendidas)	**146,059**	**–**	**18,365**	313,688	–	5,906
Bolsa	Futuros	**9,292**	**321**	**199**	208,083	54	51
	Opções (compradas)	**–**	**–**	**–**	398	–	–
	Opções (vendidas)	**–**	**–**	**–**	337	–	–
	Subtotal	**3,608,153**	**85,063**	**88,280**	7,270,401	66,123	65,790
Derivados de moeda							
OTC	Swaps	**439,902**	**20,122**	**17,986**	680,512	18,325	16,271
	Forwards	**442,946**	**14,567**	**17,123**	731,609	9,341	8,652
	Opções (compradas)	**61,709**	**8,360**	**–**	61,117	2,773	–
	Opções (vendidas)	**72,733**	**–**	**8,951**	73,134	–	3,648
Bolsa	Futuros	**–**	**–**	**–**	6,512	233	29
	Opções (vendidas/compradas)	**317**	**55**	**48**	2,131	15	8
	Subtotal	**1,017,607**	**43,104**	**44,108**	1,555,015	30,687	28,608
Derivados de crédito							
OTC	Swaps	**509,322**	**41,246**	**42,585**	1,604,766	17,216	15,542
Outros							
OTC	Acções, matérias-primas e outros	**16,172**	**2,889**	**2,094**	115,340	1,862	1,530
	Opções sobre capital (compradas)	**21,359**	**5,702**	**–**	30,958	5,568	–
	Opções sobre capital (vendidas)	**21,237**	**–**	**7,774**	27,699	–	989
Bolsa	Acções, matérias-primas e outros	**14,509**	**537**	**1,379**	14,617	151	48
	Opções sobre capital (compradas)	**25,638**	**355**	**–**	19,670	1,858	2,982
	Opções sobre capital (vendidas)	**26,538**	**–**	**454**	26,407	–	3,999
	Subtotal	**125,453**	**9,483**	**11,701**	234,691	9,439	9,548
Total		**5,260,535**	**178,896**	**186,674**	10,664,873	123,465	119,488

15 Investimentos financeiros

	2008	2007
Títulos remunerados: disponíveis para venda		
Estado Holandês	**3,866**	1,844
Tesouro e agências governamentais dos EUA	**5,204**	2,202
Outros governos da OCDE	**23,552**	31,505
Governos não OCDE	**4,152**	8,316
Hipotecas e outras *asset backed securities*	**22,572**	30,528
Instituições financeiras	**3,942**	12,539
Instituições não financeiras	**2,058**	1,073
Outros títulos	**218**	2,442
Subtotal: activos financeiros remunerados	**65,564**	90,449
Títulos remunerado: detidos até ao vencimento		
Estado Holandês	**–**	1,275
Outros governos da OCDE	**–**	1,128
Outros títulos remunerados	**–**	231
Subtotal	**–**	2,634
Total	**65,564**	93,083
Instrumentos de capital		
Disponíveis para venda	**837**	1,013
Designado ao justo valor através dos resultados	**660**	2,339
Subtotal	**1,497**	3,352
Total	**67,061**	96,435

O valor total da carteira de investimentos financeiros diminuiu em parte como resultado de uma transferência de activos num *securities arbitrage conduit* para RBS (EUR 6,7 mil milhões), devido à venda do Banco Real e outros negócios ao Santander (EUR 6 mil milhões).

As hipotecas e *asset backed securities* de EUR 22,5 mil milhões consistem em EUR 10,9 mil milhões de obrigações europeias cobertas por hipotecas e EUR 8 mil milhões RMBS de hipotecas garantidas pelo Estado Holandês. Além disso, estão incluídos de EUR 3 mil milhões de obrigações europeias cobertas. Em 31 de Dezembro de 2008, estas estavam, primariamente, com um rating AAA. A maioria das posições são detidas como parte das actividades de gestão de activos e passivos do banco.

16 Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos

Este elemento é composto por montantes devidos a instituições de créditos ou nelas depositados.

	2008	2007
Contas-correntes	**4,254**	9,295
Depósitos a prazo	**11,012**	9,286
Transacções profissionais de títulos	**39,453**	150,338
Empréstimos	**20,893**	6,779
Subtotal	**75,612**	175,698
Abatimentos para imparidades (ver nota 18)	**(46)**	(2)
Total	**75,566**	175,696

17 Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes

Este elemento é composto por montantes a receber de clientes não bancários.

	2008	2007
Sector público	**8,786**	5,739
Comercial	**138,484**	144,613
Consumo	**109,298**	123,253
Transacções profissionais de títulos	**13,193**	98,270
Multi-seller conduits	**5,264**	29,457
Subtotal	**275,025**	401,332
Abatimentos para imparidades (ver nota 18)	**(4,518)**	(3,001)
Total	**270,507**	398,331

Durante 2008, a maioria dos *multi-seller conduits* do ABN AMRO e os respectivos papéis de emissão e patrocínio foram transmitidos para o RBS.

A diminuição dos empréstimos concedidos e contas a receber inclui o impacto da venda do Banco Real e outros negócios ao Santander de EUR 28,3 mil milhões.

18 Encargos e provisões para imparidades de crédito

Provisionamento de empréstimos – empréstimos comerciais

Pelo menos, a cada 6 ou 12 meses, o Grupo analisa o estado das facilidades de crédito concedidas a clientes comerciais, dependendo do *rating* da facilidade. Paralelamente, os responsáveis pelo crédito monitorizam permanentemente a qualidade do crédito, o cliente e o cumprimento das condições contratuais. No caso de a qualidade de um crédito ou de a posição financeira do mutuário se agravar ao ponto de colocar dúvidas sobre a sua capacidade de cumprir as suas obrigações contratuais, a gestão da relação é transferida para a função Reestruturação e Recuperação Financeiras.

Depois de proceder a uma análise, a função Reestruturação e Recuperação Financeiras determina o montante, se houver, dos abatimentosas provisões específicas que é necessário realizar depois de levado em conta o valor da garantia real. O Grupo efectua dotações específicas parciais ou totais quando a dívida é reembolsada ou os fluxos de caixa futuros previstos melhoram devido a variações positivas nas condições económicas ou financeiras.

Provisionamento de empréstimos – produtos de empréstimos comerciais

O banco disponibiliza uma variada gama de produtos e programas de crédito de consumo, como empréstimos pessoais, hipotecas residenciais, cartões de crédito e créditos para obras. O provisionamento para estes produtos é efectuado numa base de carteira, com uma provisão específica para cada produto a ser determinada pela dimensão da carteira e experiência em termos de perdas.

A nossa política de carteira de créditos de consumo indica que, geralmente, quando há um incumprimento no pagamento de juros ou capital de 90 dias (180 dias em incumprimento, se com hipotecas), os referidos créditos são classificados como improdutivos e, como consequência, os créditos são considerados com imparidade.

Poderão ser dadas provisões para uma dada carteira sempre que houver uma melhoria na qualidade dessa carteira. No que respeita a créditos de consumo, as nossas regras de anulação contabilísticas têm uma base temporal e variam por tipo de produto e jurisdição legal.

Provisão para perda incorridas mas não identificadas

Além das provisões por imparidade calculadas numa base específica ou de carteira, o Grupo dispõe igualmente de uma provisão para cobrir as imparidades inesperadas que existem nos créditos devido a atrasos na obtenção de informações que indicariam a existência de perdas à data do balanço. Este processo inclui uma estimativa feita pela gestão para reflectir as condições actuais do mercado.

Provisões

	Bancos	Comercial	Consumidor	Total
2008				
Saldo a 1 de Janeiro	2	1,774	1,227	3,003
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	–	(351)	(711)	(1,062)
Subtotal	2	1,423	516	1,941
Provisões para novas imparidades	46	2,951	584	3,581
Reversão de provisões para imparidades desnecessárias	–	(141)	(10)	(151)
Recuperações de montantes anteriormente anulados	–	(32)	(11)	(43)
Total de provisões para imparidades de créditos e outros riscos de créditos	46	2,778	563	3,387
Montante registado em margem financeira de anulação de desconto	–	(24)	–	(24)
Diferenças de conversão cambial	–	4	9	13
Montantes anulados contabilisticamente (líquido)	(2)	(605)	(207)	(814)
Efeito de entidades de (des)consolidação	–	12	(19)	(7)
Alienação de negócios	–	–	–	–
Reserva para juros acumulados não recebidos em créditos com imparidade	–	66	1	67
Saldo a 31 de Dezembro	**46**	**3,654**	**863**	**4,563**

As provisões para novas imparidades de EUR 2.951 milhões incluem EUR 1.154 milhões em relação à exposição da sociedade à LyondellBasell Industries.

	Banks	Commercial	Consumer	Total
2007				
Saldo a 1 de Janeiro	5	2,344	1,302	3,651
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	–	(547)	(172)	(719)
Subtotal	5	1,797	1,130	2,932
Provisões para novas imparidades	–	520	766	1,286
Reversão de provisões para imparidades desnecessárias	–	(186)	(39)	(225)
Recuperações de montantes anteriormente anulados	–	(331)	(13)	(344)
Total de provisões para imparidades de créditos e outros riscos de créditos	–	3	714	717
Montante registado em margem financeira de anulação de desconto	–	(11)	–	
Diferenças de conversão cambial	–	(16)	30	14
Montantes anulados contabilisticamente (líquido)	(3)	(144)	(1,456)	
Alienação de negócios	–	80	827	907
Reserva para juros acumulados não recebidos em créditos com imparidade	–	65		47
Saldo a 31 de Dezembro	2	1,774	1,227	3,003

A reconciliação da provisão por perdas de imparidades por empréstimos concedidos e contas a receber:

Imparidade

	Bancos	Comercial	Consumidor				Total
			Hipotecas	Créditos pessoais	Cartões de crédito	Outros consumo	
2008							
Imparidade individual	46	3,026	3	22	27	39	3,163
Imparidade colectiva	–	628	105	132	27	508	1,400
Saldo a 31 de Dezembro	**46**	**3,654**	**108**	**154**	**54**	**547**	**4,563**
Montante contabilístico dos empréstimos, individualmente determinado a ficar em imparidade, antes de deduzir qualquer provisão individualmente avaliada	48	4,772	468	321	53	359	6,021

	Bancos	Comercial	Consumidor				Total
			Hipotecas	Créditos pessoais			Hipotecas
2007							
Imparidade individual	2	1,188	32	6	4	40	1,272
Imparidade colectiva	–	586	68	772	54	251	1,731
Saldo a 31 de Dezembro	2	1,774	100	778	58	291	3,003
Montante contabilístico dos empréstimos, individualmente determinado a ficar em imparidade, antes de deduzir qualquer provisão individualmente avaliada	2	2,448	136	7	5	100	2,698

19 Investimentos contabilizados por método patrimonial

	2008	2007
Instituições bancárias	**658**	604
Outros investimentos	**138**	267
Total	**796**	871
Saldo a 1 de Janeiro	**871**	1,527
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	**(51)**	(40)
Subtotal	**820**	1,487
Movimentos:		
Compras	**3**	196
Vendas/reclassificações	**(19)**	(929)
Resultados por equivalência patrimonial	**106**	223
Resultados em operações descontinuadas	**–**	48
Dividendos recebidos de investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	**(33)**	(81)
Diferenças de conversão cambial	**1**	(37)
Outros	**(82)**	(36)
Saldo em 31 de Dezembro	**796**	871

Outros incluem mais-valias/menos-valias líquidas não reconhecidas na demonstração de resultados registada em investimentos contabilizados pór equivalência patrimonial.

Os principais investimentos contabilizados por equivalência patrimonial do Grupo numa base agregada (não ajustada para o interesse proporcional do Grupo) têm os seguintes totais no balanço e demonstração de resultados:

	2008	2007
Total de activos	**19,035**	17,410
Total de passivos	**15,761**	13,758
Proveitos de exploração	**1,039**	2,564
Resultados de exploração após impostos	**338**	563

Saudi Hollandi Bank é uma entidade cotada e o justo valor da participação do Grupo (40%), baseado no preço da acção no fim do ano, cifra-se em EUR 808 milhões.

A maioria dos investimentos contabilizados por equivalência patrimonial são entidades reguladas e, por conseguinte, a sua capacidade para transferir fundos para o Grupo está sujeita a aprovações dos reguladores.

20 Activos tangíveis

O valor da carteira de activos tangíveis em 2008 e 2007 alterou-se da seguinte forma:

	Imóveis			
	Utilizado em operações	Outro	Equipamento	Utilizado em operações
Saldo a 1 de Janeiro de 2008	1,802	68	877	2,747
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	(304)	(40)	(168)	(512)
	1,498	28	709	2,235
Movimentos:				
Adquirido em concentrações de negócios	4	–	36	40
Alienação de negócios	(6)	–	–	(6)
Adições	74	6	252	332
Alienações	(13)	(22)	(74)	(109)
Perdas por imparidades	(21)	–	(1)	(22)
Reintegração	(109)	(2)	(274)	(385)
Diferenças de conversão cambial	(16)	–	(16)	(32)
Outros	(34)	7	9	(18)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**1,377**	**17**	**641**	**2,035**
Representando:				
Custo	2,457	28	2,146	4,631
Imparidade acumulada	(31)	–	(4)	(35)
Reintegração acumulada	(1,049)	(11)	(1,501)	(2,561)

	Imóveis			
	Utilizado em operações	Outro	Utilizado em operações	Outro
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	4,263	247	1,760	6,270
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	(2,421)	(195)	(862)	(3,478)
	1,842	52	898	2,792
Movimentos:				
Adquirido em concentrações de negócios	25	4	7	36
Adições	162	71	458	691
Alienações	(87)	(52)	(43)	(182)
Perdas por imparidades	–	–	(35)	(35)
Perdas por imparidades de operações descontinuadas	(2)	–	–	(2)
Reintegração	(114)	(3)	(339)	(456)
Reintegração de operações descontinuadas	(40)	–	(48)	(88)
Diferenças de conversão cambial	14	3	–	17
Outros	2	(7)	(21)	(26)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	1,802	68	877	2,747
Representando:				
Custo	3,007	83	2,520	5,610
Imparidade acumulada	(20)	(12)	(3)	(35)
Reintegração acumulada	(1,185)	(3)	(1,640)	(2,828)

Como locador

O Grupo também faz leasing de vários activos, incluídos em "Outros", por leasing operacional. As locações operacionais não resolúvel são as seguintes:

	2008	2007
Menos de um ano	**23**	48
Entre um e cinco anos	**181**	175
Mais de cinco anos	**87**	95
Total	**291**	318

Durante o ano findo a 31 de Dezembro de 2008, EUR 77 milhões (2007: EUR 80 milhões) foram reconhecidos como proveitos de rendas em demonstrações de resultados e EUR 61 milhões (2007: EUR 63 milhões) em relação a despesas directamente relacionadas.

21 Goodwill e outros activos intangíveis

	2008	2007
Goodwill	**301**	474
Software	**583**	904
Outros intangíveis	**40**	46
Total	**924**	1,424

O valor contabilístico do goodwill e outros intangíveis registou as seguintes alterações:

	Goodwill	Software	Other intangibles	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2008	474	904	46	1,424
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	(69)	(79)	–	(148)
	405	825	46	1,276
Movimentos:				
Adquirido em concentrações de negócios	6	–	5	11
Alienações de negócios	–	(11)	–	(11)
Adições	1	250	5	256
Alienações	–	(3)	(2)	(5)
Perdas por imparidades	(91)	(157)	–	(248)
Amortização	–	(307)	(11)	(318)
Diferenças de conversão cambial	(20)	(25)	(3)	(48)
Outros	–	11	–	11
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	301	583	40	924
Representando:				
Custo	392	2,125	48	2,565
Imparidade acumulada	(91)	(200)	–	(291)
Reintegração acumulada	–	(1,342)	(8)	(1,350)

	Goodwill	Software	Other intangibles	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	7,150	959	1,298	9,407
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	(7,030)	(156)	(1,262)	(8,448)
	120	803	36	959
Movimentos:				
Adquirido em concentrações de negócios	361	3	33	397
Adições	–	481	–	481
Perdas por imparidades	(11)	(4)	–	(15)
Perdas por imparidades de operações descontinuadas	–	(10)	–	(10)
Amortização	–	(328)	(23)	(351)
Amortização de operações descontinuadas	–	(30)	–	(30)
Diferenças de conversão cambial	(7)	(5)	(1)	(13)
Outros	11	(6)	1	6
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	474	904	46	1,424
Representando:				
Custo	476	2,055	50	2,581
Imparidade acumulada	(2)	(3)	–	(5)
Reintegração acumulada	–	(1,148)	(4)	(1,152)

Teste de imparidade

O goodwill foi alocado para fins de teste de imparidade para unidade individuais geradoras de caixa. Em 31 de Dezembro de 2008, o goodwill é alocado em várias unidades geradores de caixa em que os montantes recuperáveis são avaliadas independentemente uma das outras. O montante recuperável foi determinado com base num valor em base de uso, calculada através do modelo de fluxo de caixa descontado. Nesta abordagem, são incluídos factores como planos de negócios existentes e sinergias pretendidas.

As unidades geradoras de caixa com saldos de goodwill significativos eram as seguintes:

Segmento	Entidade	Bases do recuperável	Taxa de desconto	Taxa de crescimento de longo prazo	Perda por imparidade	Goodwill	
						2008	2007
Ásia	Prime Bank	Valor em uso	21.90%	4%	82	34	139
Ásia	Taitung Businness Bank Taiwan	Valor em uso	9.40%	3%	-	162	160
Clientes privados	Delbrueck Bethmann Maffei AG	Justo valor menos custos para vender	n/a	n/a	-	63	63

As premissas principais que afectam o montante recuperável baseado na metodologia do valor em uso são as taxas de crescimento, taxas de eficiência e rácios de capital. Os valores atribuídos a cada premissa principal reflecte a experiência anterior que foi modificada com base na expectativa da administração no futuro e são consistentes com fontes externas de informação.

A administração projectou fluxos de caixa relevantes num período de 5 anos. Para além deste quadro temporal, foi extrapolado no valor terminal com base no crescimento terminal e taxas de desconto, como indicado no quadro acima.

O justo valor menos custos para venda foi baseado nos múltiplos de mercados conformes para diferentes classes de activos sob gestão actual no Delbrueck Bethmann Maffei AG. O montante recuperável desta unidade geradora de caixa excede o seu valor contabilístico em EUR 17 milhões. Os títulos são a maior classe de activos sob gestão na unidade geradora de caixa e o respectivo múltiplo esperado por estes activos teriam que cair em 0,5 pontos de percentagem para fazer com que o montante recuperável desça abaixo do valor contabilístico.

Os principais eventos que levaram ao reconhecimento de perdas por imparidades foram impulsionados por taxas de crescimento inferiores à prevista, prémios de risco do mercado de acções mais elevado e elevadas taxas isentas de risco no Paquistão, o país de operações do Prime Bank.

A imparidade do software foi causa, principalmente, pela migração de várias plataformas para o ambiente RBS devido a actividades de reestruturação, bem como, alterações no programa de implantação de software.

22 Outros activos

	2008	2007
Activos derivados de não negociação	**6,222**	2,464
Investimentos unit-linked detidos por contas de tomadores de seguros	**3,898**	4,609
Activos de pensões	**71**	15
Activos diversos e outras contas a receber	**7,536**	5,681
Total	**17,727**	12,769

Os investimentos unit-linked detidos por contas de tomadores de seguros são designados a justo valor através dos resultados.
Os activos diversos e outras contas a receber incluem depósitos aumentos colocados em casas de compensação e de câmbio.

23 Dívidas a instituições de crédito

Este item é constituído por montantes devidos a instituições bancárias, incluindo bancos centrais e bancos de desenvolvimento multilaterais.

	2008	2007
Transacções profissionais de títulos	**26,650**	123,537
Contas-correntes	**24,909**	19,058
Depósitos a prazo	**42,423**	94,075
Outros	**638**	2,664
Total	**94,620**	239,334

24 Dívidas a clientes

Este item é composto por montante devidos a clientes não bancários.

	2008	2007
Contas-correntes particulares	**17,706**	20,343
Contas-correntes empresas	**60,531**	62,284
Contas poupança particulares	**64,429**	75,311
Conta depósito empresas	**58,248**	93,384
Transacções profissionais de títulos	**6,053**	74,556
Outros	**2,037**	4,474
Total	**209,004**	330,352

25 Títulos de dívida emitidos

	2008		2007	
	Taxa efectiva %		Taxa efectiva %	
Obrigações e notas emitidas	**5.1**	**75,198**	4.3	102,708
Certificados de depósito e papel comercial	**3.7**	**30,020**	5.6	43,396
Notas, certificados de poupança e certificados bancários	**4.6**	**1,222**	5.0	1,533
Subtotal		**106,440**		147,637
Papel comercial emitido por *multi-seller conduits*	**4.3**	**4,856**	5.5	27,358
Total		**111,296**		174,995

Obrigações e notas são emitidas nos mercados de capitais, com uma focalização no mercado do euro e são denominados principalmente em euros e dólares norte-americanos. Os programas de papel comercial são emitidos globalmente com a maioria emitida nos Estados Unidos e Europa.

	2008	2007
EUR	**64,857**	81,147
USD	**35,955**	70,715
Outra	**10,484**	23,133
Total	**111,296**	174,995

O saldo acima inclui vários passivos estruturados que foram designados ao justo valor através do resultado de EUR 36.856 milhões (2007: EUR 44.668 milhões).

Passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados

	Notas estruturas	
	2008	2007
Alteração acumulada no justo valor de notas estruturadas atribuíveis a alterações no risco de crédito	**715**	261
Alteração durante o ano em justo valor de notas estruturas atribuíveis a alterações ao risco de crédito	**352**	251
Diferença entre montante contratual no vencimento e o valor contabilístico	**502**	561

26 Provisões

	2008	2007
Responsabilidades do fundo de garantia	**2,461**	3,652
Provisões para contribuições de assistência médica pós-reforma	**10**	74
Provisão para encargos de pensões 27	**167**	321
Outras provisões para o pessoal	**374**	109
Provisão de reestruturação	**186**	124
Outras provisões	**946**	2,264
Total	**4,144**	6,544

As outras provisões a colaboradores referem-se especificamente à incapacidade ocupacional e outros benefícios, salvo benefícios de reforma antecipada a pagar a colaboradores não activos que estão incluídos em Provisão para compromissos de pensão. Outras provisões incluem provisões para reclamações e litígios. As responsabilidades do fundo de garantia incluem reservas actuariais e reservas de prémio e reservas de reclamações das companhias de seguros do Grupo.

Provisões dos fundos de garantia

Os movimentos das responsabilidades dos fundos de garantia são as seguintes:

	2008	2007
Saldo a 1 de Janeiro	**3,652**	4,080
Prémio transportado da demonstração de resultados	**372**	408
Reclamações pagas	**(295)**	(203)
Juro	**79**	86
Aquisições/alienações	**(1,091)**	(761)
Alterações em estimativas e outros movimentos	**(239)**	(19)
Diferenças de conversão cambial	**(17)**	61
Saldo a 31 de Dezembro	**2,461**	3,652

Os pressupostos que tiveram mais efeito no cálculo das reservas actuariais são futura mortalidade, morbidade, persistência e níveis de de despesas. As estimativas de mortalidade são baseadas em tabelas normalizadas da indústria e nacionais, ajustado onde apropriado para reflectir a própria experiência do Grupo. Outras métricas principais incluem juros (2008: 3,77%, 2007: 4,06%), crescimento da unidade (2008: 3,70%, 2007: 5,38%) e custo da inflação (2008: 2,00%, 2007: 3,00%). As alterações nos pressupostos durante o ano não são significativas para o lucro reconhecido. O montante e tempo do pagamento de reclamações são tipicamente resolvidos no prazo de um ano.

Não há opções e garantias relativas a contratos de seguro de vida que podem, globalmente, ter um efeito material no montante, tempo e incerteza dos futuros fluxos de caixa do Grupo. As responsabilidades dos seguros de vida de EUR 2,461 milhões incluem EUR 4 milhões relacionados com contratos de seguros *unit-linked*.

O Grupo está exposto ao risco de seguro, quer directamente através dos seus negócios quer por uso de seguros para reduzir outras exposições de risco. O risco de seguro é o risco de flutuações no tempo, frequência ou gravidade dos eventos seguros, relativamente às expectativas do Grupo no momento da subscrição. O Grupo usa tabelas de base de mortalidade normalizadas, apropriadas ao tipo de contrato a ser celebrado e o território em que a pessoa segura reside.

Se tivessem ocorrido alterações na variável de risco relevante que fossem razoavelmente possíveis à data do balanço, elas não teriam impacto significativo nos resultados e capital do Grupo.

Os movimentos em provisões são os seguintes:

	Outras provisões com pessoal	Reestruturação	Outras provisões
Saldo a 1 de Janeiro de 2008	109	124	2,264
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	6	–	(1,547)
	115	124	717
Movimentos:			
Adições	458	179	381
Utilizado	(131)	(82)	(153)
Aquisições/alienações	5	(4)	(21)
Diferenças de conversão cambial	1	(2)	(4)
Libertado	(112)	(29)	(143)
Outros	38	–	169
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	**374**	**186**	**94**
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	672	415	1,923
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	(425)	(60)	(243)
	247	**365**	**1,680**
Movimentos:			
Adições	34	33	1,321
Utilizado	(73)	(139)	(886)
Aquisições/alienações	(25)	5	(87)
Diferenças de conversão cambial	(1)	(5)	22
Libertado	(5)	(115)	(199)
Outros	(68)	(10)	413
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	**109**	**124**	**2,264**

27 Pensão e outros benefícios pós-reforma para colaboradores

Os membros do Grupo patrocinam um certo número de esquemas de pensões na Holanda e estrangeiro. Estes esquemas incluem contribuições definidas e planos de benefícios definidos. A maioria dos planos de benefícios definidos do Grupo proporciona pensões que são baseados no salário médio ou final com avaliação de preço anual dos direitos conferidos. Em geral, os colaboradores não fazem contribuições para pensões básicas, mas fazem contribuições voluntárias para garantirem benefícios adicionais. A maioria dos beneficiários dos planos de benefícios definidos está localizada na Holanda, Reino Unido e Suíça. Os planos em todos os países cumprem com os regulamentos locais aplicáveis no que respeita a níveis de investimento e financiamento.

No seguimento à alienação do LaSalle Bank em 2007 e Banco Real em 2008, o Grupo já não tem obrigações materiais relativos aos benefícios pós-reforma para além das pensões.

Montantes reconhecidos nos resultados

Os custos de pensões e contribuições para assistência médica de pós-reforma suportados pelo Grupo estão incluídos nas despesas de pessoal e são apresentados no seguinte quadro:

	2008	2007
Custos dos serviços actuais	**226**	279
Custo de juros	**540**	534
Retorno esperado dos activos do plano	**(580)**	(621)
Amortização líquida dos (ganhos)/perdas actuariais líquidas	**(15)**	(6)
Amortização líquida dos custos de serviço passados	**7**	–
(Ganho)/perda em reduções ou liquidações	**6**	(28)
Planos de benefícios definidos	**184**	158
Planos de contribuições definidos	**94**	181
Contribuições de assistência médica	**2**	4
Total	**280**	343

Reconciliação com o balanço

O Grupo faz contribuições para 33 (2007: 43) planos de benefícios definidos que proporcionam benefícios de pensão a colaboradores após a reforma. Os montantes reconhecidos no balanço são os seguintes:

	2008	2007
Valor actual de obrigações financiadas	**10,002**	9,651
Valor actual de obrigações não financiadas	**93**	91
Justo valor dos activos do plano	**(9,489)**	(9,969)
Valor actual de obrigações/(activos) líquidas	**606**	(227)
Custos dos serviços passados não reconhecidos	**(1)**	(6)
(Perdas)/ganhos actuariais não reconhecidos	**(508)**	542
Responsabilidade líquido para obrigações de benefícios definidos	**97**	309
Provisão para compromissos de pensões	**167**	322
Activos de pensões	**(70)**	(13)
Responsabilidade reconhecido líquido para obrigações de benefícios definidos	**97**	309

Explicação dos activos e passivos

Movimentos em obrigações de benefícios definidos são os seguintes:

	2008	2007
Saldo a 1 de Janeiro	**9,742**	12,301
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	**–**	(1,232)
	9,742	11,069
Custos dos serviços presentes	**226**	280
Custos de juros	**540**	535
Contribuições de colaboradores	**3**	3
(Ganhos)/perdas actuariais	**74**	(1,501)
Benefícios pagos	**(351)**	(343)
Aquisições/(alienações)	**(2)**	–
Liquidações e reduções reconhecidas	**(1)**	(34)
Diferenças de conversão cambial	**(179)**	(181)
Outros	**43**	(86)
Saldo em 31 de Dezembro	**10,095**	9,742

Os movimentos em justo valor dos activos dos planos são os seguintes:

	2008	2007
Saldo a 1 de Janeiro	**9,969**	11,149
Reclassificação relacionada com negócios detidos para venda/operações descontinuadas	**–**	(1,266)
	9,969	9,883
Retorno esperados de activos do plano	**579**	620
Ganhos/(perdas) actuariais	**(909)**	(288)
Contribuições de colaboradores	**370**	394
Contribuições/reembolsos de colaboradores	**3**	3
Benefícios pagos	**(333)**	(327)
Aquisições/(alienações)	**(2)**	–
Liquidações e reduções reconhecidas	**–**	1
Diferenças de conversão cambial	**(191)**	(180)
Outros	**3**	(137)
Saldo em 31 de Dezembro	**9,489**	9,969

Principais pressupostos actuariais

As médias ponderadas dos principais pressupostos actuariais usados para determinar o valor das provisões para obrigações de pensões e os custos de pensões em 31 de Dezembro foram as seguintes:

	2008	2007
Taxa de desconto	**5.4%**	5.5%
Taxa de inflação	**2.0%**	2.1%
Aumento esperado dos salários	**2.6%**	2.7%
Retorno esperado dos investimentos	**4.8%**	6.1%

O retorno esperado dos activos dos planos é ponderado na base do justo valor destes investimentos. Todos os outros pressupostos são ponderados na base das obrigações dos planos de benefícios de pensões. De acordo com o parágrafo 78 da IAS 19, a taxa de desconto é determinada com base no rendimento anual médio para obrigações emitidas por sociedades com rating AA com um prazo de 10 anos ou mais.

Para os planos de pensões, o retorno esperado das classes mais importantes dos activos dos planos é o seguinte:

	2008			2007		
	Valor em milhões de Euros	% total do justo valor de activos do esquema	Taxa esperada de retorno %	Valor em milhões de Euros	% total do justo valor de activos do esquema	Taxa esperada de retorno %
Categoria do activo do plano						
Títulos de capital próprio	**1,210**	**12.8%**	**7.6%**	4,774	47.9%	7.9%
Títulos de dívida emitidos	**7,609**	**80.2%**	**4.3%**	4,918	49.3%	4.7%
Imobiliário	**350**	**3.6%**	**6.3%**	38	0.4%	6.0%
Outros	**320**	**3.4%**	**4.9%**	239	2.4%	4.8%
Total	**9,489**			9,969		

Para 2008 e 2007, os esquemas não detêm investimentos em acções ordinárias, dívida emitida, imobiliário ocupado ou outros activos emitidos pelo Grupo.

Previsão dos pagamentos de benefícios de pensão

2009	330
2010	321
2011	312
2012	318
2013	333
Anos após 2013	1,866

A contribuição esperada do Grupo a ser paga aos esquemas de pensão definidos em 2009 eleva-se a EUR 423 milhões (2008: EUR 336 milhões).

Ganhos e perdas actuariais
Os ganhos e perdas actuariais resultam dos passivos e activos dos planos (só dos planos de prensões) são os seguintes:

	2008	2007	2006	2005	2004
Valor presente das obrigações	**(10,095)**	(9,742)	(12,301)	(12,403)	(10,715)
Justo valor dos activos dos planos	**9,489**	9,969	11,149	10,212	8,754
Excedente/(défice) líquido nos planos	**(606)**	227	(1,152)	(2,191)	(1,961)
(Perdas)/ganhos actuariais					
• resultante de obrigação do benefício	**(74)**	1,501	518	(925)	(962)
• resultante de obrigação do benefício (em % dos passivos dos planos)	**(0.7)**	15.4	4.2	(7.5)	(9.0)
(Perdas)/ganhos actuariais					
• resultante de activos dos planos	**(909)**	(288)	150	399	63
• resultante de activos dos planos (em % dos activos dos planos)	**(9.5)**	(2.9)	1.3	3.9	0.7
Ajustamentos de experiência em passivos dos planos	**81**	212	81	(925)	(962)
Ajustamentos de experiência em activos dos planos	**(909)**	(288)	150	399	63
Retorno real dos activos dos planos	**(330)**	332	782	984	629

Passivos contingentes
Não há passivos contingentes resultantes de obrigação pós-emprego.

28 Activos e passivos fiscais reconhecidos

Os componentes dos daldos fiscais são os seguintes:

	2008		2007	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos correntes	**583**	**450**	1,479	969
Impostos diferidos	**4,517**	**250**	3,396	1,122
Total	**5,100**	**700**	4,875	2,091

Os activos e passivos fiscais diferidos são atribuíveis aos seguintes itens. No quadro abaixo são apresentados os movimentos relacionados para operações continuadas.

	Activos		Passivos		Reconhecidos em encargos de impostos		Reconhecido em capital (benefícios)/encargos	
	2008	2007	**2008**	2007	**2008**	2007	**2008**	2007
Bens tangíveis	**(212)**	43	**10**	122	**(38)**	187	**–**	–
Bens intangíveis incluindo goodwill	**36**	236	**10**	–	**12**	(23)	**–**	–
Derivados	**388**	29	**54**	73	**62**	(8)	**(284)**	33
Títulos de investimento	**477**	190	**95**	58	**29**	87	**(358)**	66
Benefícios dos colaboradores	**21**	316	**2**	104	**(73)**	5	**–**	–
Direitos de serviços	**40**	1	**–**	–	**2**	–	**–**	–
Provisões para perdas de créditos	**124**	831	**27**	39	**17**	103	**–**	6
Leasing	**4**	2	**5**	212	**89**	(42)	**–**	(1)
Créditos fiscais	**23**	18	**–**	–	**23**	3	**–**	–
Outros	**206**	721	**47**	62	**454**	258	**8**	45
Valor fiscal para perdas transitadas reconhecidas	**3,410**	1,009	**–**	452	**2,401**	304	**–**	1
Total	**4,517**	3,396	**250**	1,122	**2,978**	874	**(634)**	150

Activos fiscais diferidos não reconhecidos

Activos por impostos diferidos que não foram reconhecidos referentes a perdas transitadas totalizam EUR 1.780 milhões (2007: EUR 695 milhões), onde não é provável que futuros lucros tributáveis estejam disponíveis para utilizar essas perdas.
O aumento em activos fiscais diferidos não reconhecidos em relação a perdas transitadas em 2008 relaciona-se com as perdas fiscais na Holanda e nos Estados Unidos.

Caducidade das perdas transitadas

Em 31 de Dezembro de 2008, as perdas transitadas caducam da seguinte forma:

2009	6
2010	4
2011	9
2012	22
2013	19
Anos após 2013	2,320
Sem caducidade	12,304
Total	14,684

Exposição a imposto a reservas distribuíveis

Na data de balanço, o montante acumulado das diferentes temporárias associadas com ganhos não distribuídos de subsidiárias para os quais os passivos fiscais diferidos não foram reconhecidos é aproximadamente de EUR 3,5 mil milhões (2007: EUR 600 milhões). Nenhum passivo foi reconhecido em relação a estas diferenças porque o Grupo está em posição para controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que essas diferenças não se reverterão num futuro previsível. Além disso, se estes ganhos forem distribuídos, nenhuns impostos terão que ser pagos. O impacto estimado do imposto de retenção estrangeiro é de EUR 103 milhões (2007: EUR 6 milhões).

29 Outros passivos

	2008	2007
Passivos de derivados não negociação	**7,144**	1,971
Responsabilidade para tomados de seguros *unit-linked*	**3,898**	4,609
Passivos diversos e outras contas a pagar	**3,970**	11,492
Total	**15,012**	18,072

30 Passivos subordinados

Os passivos emitidos são considerados dívidas subordinadas se as indemnizações aos accionistas estiverem subordinadas a todos os outros passivos correntes e futuros da ABN AMRO Holding N.V., ABN AMRO Bank N.V. e outras empresas do Grupo, respectivamente.

O quadro seguinte analisa os passivos subordinados por emitente:

	2008	2007
Acções de financiamento preferenciais ABN AMRO Holding N.V.	**–**	768
ABN AMRO Bank N.V.	**11,195**	12,616
Outras empresas do Grupo	**2,354**	2,232
Total	**13,549**	15,616

O quadro seguinte lista os passivos subordinados emitidos pelo ABN AMRO Bank N.V:

Por emissão:	2008	2007
EUR 113 milhões 7.50% subordinated notes 2008 (resgatada Janeiro 2008)	**–**	111
EUR 182 milhões 6.00% subordinated notes 2009	**176**	174
EUR 182 milhões 6.13% subordinated notes 2009	**172**	178
EUR 1,150 milhões 4.63% subordinated notes 2009	**1,148**	1,150
EUR 250 milhões 4.70% CMS linked subordinated notes 2019	**202**	176
EUR 800 milhões 6.25% subordinated notes 2010	**838**	825
EUR 100 milhões 5.13% flip flop Bermudan callable subordinated notes 2017 (callable Dezembro 2012)	**92**	101
EUR 500 milhões floating rate Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2018 (callable Maio 2013)	**498**	500
EUR 1,000 milhões floating rate Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2016 (callable Setembro 2011)	**997**	1,000
EUR 13 milhões zero coupon subordinated notes 2029 (callable Junho 2009)	**8**	3
EUR 82 milhões floating rate subordinated notes 2017	**82**	82
EUR 103 milhões floating rate subordinated lower tier 2 notes 2020	**103**	103
EUR 170 milhões floating rate sinkable subordinated notes 2041	**213**	248
EUR 15 milhões CMS linked floating rate subordinated lower tier 2 notes 2020	**10**	14
EUR 1,500 milhões floating rate Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2015 (callable Junho 2010)	**1,495**	1,494
EUR 5 milhões floating rate Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2015 (callable Outubro 2010)	**5**	5
EUR 65 milhões floating rate Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2015 (callable Outubro 2010)	**65**	65
EUR 26 milhões 7.42% subordinated notes 2016	**32**	30
EUR 7 milhões 7.38% subordinated notes 2016	**9**	8
EUR 256 milhões 5.25% subordinated notes 2008 (resgatada Julho 2008)	**–**	256

Por emissão:	**2008**	2007
EUR 13 milhões floating rate subordinated notes 2008 (resgatada Junho 2008)	**–**	13
EUR 1,000 milhões 4.31% perpetual Bermudan callable subordinated tier 1 notes (callable Março 2016)	**960**	925
USD 12 milhões floating rate subordinated notes 2008 (resgatada Junho 2008)	**–**	8
USD 12 milhões floating rate subordinated notes 2008 (resgatada Junho 2008)	**–**	8
USD 165 milhões 6.14% subordinated notes 2019	**158**	126
USD 72 milhões 5.98% subordinated notes 2019	**52**	10
USD 500 milhões 4.65% subordinated notes 2018	**411**	328
USD 500 milhões floating rate Bermudan callable subordinated notes 2013 (resgatada Setembro 2008)	**–**	314
USD 1,500 milhões floating rate Bermudan callable subordinated notes 2015 (callable Março 2010)	**1,036**	983
USD 100 milhões floating rate Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2015 (callable Outubro 2010)	**72**	68
USD 36 milhões floating rate Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2015 (callable Outubro 2010)	**26**	24
USD 1,000 milhões floating rate Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2017 (callable Janeiro 2012)	**714**	676
USD 250 milhões 7.75% subordinated notes 2023	**179**	170
USD 150 milhões 7.13% subordinated notes 2093	**107**	102
USD 250 milhões 7.00% subordinated notes 2008 (resgatada Abril 2008)	**–**	170
USD 68 milhões floating rate subordinated notes 2009 **1**	**–**	46
USD 12 milhões floating rate subordinated notes 2009 **1**	**–**	8
AUD 575 milhões 6.50% Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2018 (callable Maio 2013)	**311**	331
AUD 175 milhões floating rate Bermudan callable subordinated lower tier 2 notes 2018 (callable Maio 2013)	**86**	104
GBP 42 milhões subordinated notes 2010	**16**	26
GBP 25 milhões amortising MTN subordinated lower tier 2 notes 2011	**9**	20
GBP 750 milhões 5.0% Bermudan callable perpetual subordinated upper tier 2 notes issued for an indefinite period (callable 2016)	**829**	982
BRL 50 milhões floating rate subordinated notes 2013 **1**	**–**	19
BRL 250 milhões floating rate subordinated notes 2014 **1**	**–**	95
BRL 885 milhões floating rate subordinated notes 2014 **1**	**–**	338
BRL 300 milhões floating rate subordinated notes 2014 1	**–**	114
PKR 800 milhões floating rate subordinated notes 2012	**7**	9
MYR 200 milhões subordinated notes 2017	**42**	41
TRY 60 milhões floating rate callable subordinated notes 2017 (callable 2012)	**35**	35
Total	**11,195**	12,616

1 Transferido para o Banco Santander S.A em Julho 2008.

O quadro seguinte lista os passivos subordinados emitidos por outras empresas do Grupo:

	2008	2007
USD 1,285 milhões 5.90% Trust Preferred V	**921**	844
USD 200 milhões 6.25% Trust Preferred VI	**143**	132
USD 1,800 6.08% Trust Preferred VII	**1,290**	1,161
BRL 250 milhões floating rate subordinated notes 2013 [1]	**–**	95
Total	**2,354**	2,232

1 Transferido para o Banco Santander S.A em Julho 2008.

O total de passivos subordinados inclui EUR 3.317 milhões (2007: EUR 4.260 milhões) que se qualifica como tier 1 capital para fins de adequação de fundos próprios junto do Banco Central Holandês (DNB), quando se toma em conta os vencimentos restantes.

O perfil de vencimento dos passivos subordinados é o seguinte:

	2008	2007
Até um ano	**1,513**	700
Após um ano e até dois anos	**806**	2,161
Após dois anos e até três anos	**19**	810
Após três anos e até quatro anos	**43**	19
Após quatro anos e até cinco ano	**4**	118
Após cinco anos	**11,164**	11,808
Total	**13,549**	15,616

Alguns passivos subordinados são designados ao justo valor através dos resultados:

	Subordinated liabilities	
	2008	2007
Alterações acumuladas em justo valor dos passivos subordinados atribuíveis a alterações em risco de crédito próprio	**236**	98
Alteração durante o ano em justo valor dos passivos subordinados atribuíveis em alterações em risco crédito	**138**	98
Diferença entre o montante contratual no vencimento e o montante contabilístico	**–**	7

A alteração em justo valor das obrigações estruturadas designadas atribuíveis a alterações no risco de crédito próprio foi calculada por referência à alteração no spread de crédito implícito no valor de mercado das obrigações seniores do ABN AMRO.

Acções de financiamento preferenciais (incluindo as acções preferenciais anteriormente convertíveis)

Em 24 de Novembro de 2008, 1.369.815.864 acções de financiamento preferenciais, com um valor nominal de EUR 0,56 por acção, foram convertidas em acções ordinárias numa relação 1:1. Na mesma data, 44.988 acções preferenciais (anteriormente convertíveis), com um valor nominal de EUR 2,24 por acção, foram convertidas em acções ordinárias numa relação 4:1. Como resultado da conversão, o número de acções emitidas e totalmente pagas é de 3.306.843.332 (valor nominal EUR 1.851.832.266) em 24 de Novembro de 2008.

31 Capital Social

O quadro abaixo oferece uma discriminação das acções ordinárias emitidas e realizadas e acções próprias.

Acções ordinárias

	Número	Em milhões de euro
Emitidas e realizadas		
Em 1 de Janeiro de 2008	**1,936,847,516**	1,085
Conversão de acções preferenciais para acções ordinárias	**1,369,995,816**	767
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**3,306,843,332**	1,852
Emitidas e realizadas		
Em 1 de Janeiro de 2007	**1,936,847,516**	1,085
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	**1,936,847,516**	1,085
Emitidas e realizadas		
Em 1 de Janeiro de 2006	**1,909,738,427**	1,069
Opções e warrants exercidos	**27,109,089**	16
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	**1,936,847,516**	1,085

Não há acções ordinárias que não tenham sido realizadas. O valor par da acção é EUR 0,56.

Acções próprias

	Número	Em milhões de euro
Emitidas e realizadas		
Em 1 de Janeiro de 2008	**92,719,820**	2,640
Vendidas aos RFS Holdings B.V.	**(92,719,820)**	
Ganho na venda de acções próprias	**–**	1,068
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**–**	**–**
Emitidas e realizadas		
Em 1 de Janeiro de 2007	**83,060,725**	1,829
Usadas para opções exercidas e programas de entregas de acções	**(27,649,180)**	(624)
Recompra de acções	**55,512,333**	1,847
Dividendos pagos em acções	**(18,204,058)**	(412)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	**92,719,820**	2,640
Emitidas e realizadas		
Em 1 de Janeiro de 2006	**31,818,402**	600
Usadas para opções exercidas e programas de entregas de acções	**(8,454,965)**	(143)
Recompra de acções	**95,899,360**	2,204
Dividendos pagos em acções	**(36,202,072)**	(832)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	**83,060,725**	1,829

32 Transacções profissionais de títulos

As transacções profissionais de títulos incluem saldos referentes a operações de reporte, garantias em numerário sobre empréstimos de títulos e contas de liquidação. O Grupo minimiza o risco de crédito associado a estas actividades ao controlar diariamente a exposição de crédito da contraparte e os valores de garantia e solicitar garantias adicionais a serem depositadas ou remetidas junto do Grupo, quando se considerar necessário.

	2008		2007	
	Bancos	Clientes	Bancos	Clientes
Activos				
Adiantamento de dinheiro por empréstimos de títulos	**739**	**4,408**	5,058	46,540
Acordos de reporte	**32,716**	**7,236**	142,368	39,313
Transacções de títulos por liquidar	**5,998**	**1,549**	2,912	12,417
Total	**39,453**	**13,193**	150,338	98,270
Passivos				
Dinheiro recebido por transacções de créditos	**564**	**1,711**	356	3,132
Acordos de recompra	**24,555**	**2,525**	119,253	60,749
Transacções de títulos por liquidar	**1,531**	**1,817**	3,928	10,675
Total	**26,650**	**6,053**	123,537	74,556

Sob acordos de reporte, empréstimos de títulos e outros acordos colaterais, o Grupo obtém títulos em termos que lhe permitem voltar a penhorar ou revender os títulos a outros.

	2008	2007
Títulos recebidos sob acordos de reporte e/ou empréstimo de títulos que podem voltar a ser caucionados ou revendidos	**35,982**	291,126
Do valor anterior, o valor que foi sujeito a nova caução ou, de outro modo, transmitido a outros no âmbito das actividades de financiamento do Grupo ou para satisfazer os compromissos ao abrigo de transacções de venda a descoberto	**32,055**	284,908

Estas transacções são conduzidos sob termos que são usuais e habituais aos acordos de empréstimos de títulos e reporte normalizados.

O ABN AMRO tem uma obrigação em retornar EUR 3.458 milhões (2007: EUR 44.901 milhões) de empréstimos de títulos.

Consultar Nota 33 para um resumo dos activos caucionados para segurar os passivos do Grupo.

33 Activos dados em garantia

O Grupo negoceia em investimentos de dívida, investimentos de capital e derivados. Estas operações são conduzidas sob as condições habituais e normais para actividades de crédito normal e empréstimos de acções. Por conseguinte, o Grupo tem activos financeiros dados em garantias para passivos a terceiros.

Os activos financeiros dados em garantia de passivos são os seguintes:

	2008	2007
Caixa e saldos nos bancos centrais	**–**	34
Activos financeiros detidos para negociação	**74**	106
Títulos remunerados por juros disponíveis para venda	**400**	28,306
Investimentos de capital disponíveis para venda	**–**	2,296
Empréstimos concedidos e contas a receber – instituições de crédito	**–**	785
Empréstimos concedidos e contas a receber - clientes	**6,794**	5,576
Outros activos	**–**	–
Total	**7,268**	37,103

Estes activos foram dados em garantia em relação aos seguintes passivos e passivos contingentes:

	2008	2007
Passivos financeiros detidos para negociação	**–**	–
Devido a bancos	**4,298**	20,804
Títulos de dívida emitidos	**2,064**	14,699
Total	**6,362**	35,503

Estas transacções são conduzidas sob termos que são usuais e habituais a transacções garantidas incluindo, quando relevante, acordos de empréstimos de títulos e de recompra normais.

Consultar a Nota 32 para um resumo dos activos que voltaram a ser caucionados pelo Grupo para garantir passivos relativos a acordos de recompra e a Nota 40 para um resumo dos activos descritos como garantia para passivos relativos à titularização.

34 Compromissos e passivos contingentes

Instrumentos de crédito

Em qualquer momento, o Grupo tem compromissos pendentes para conceder crédito. Estes compromissos assumem a forma de empréstimos aprovados mas ainda não utilizados, facilidades de descoberto renováveis de tomada firme e limites de cartão de crédito. As novas ofertas de empréstimos têm um prazo de compromisso que não se prolonga para além do prazo normal de subscrição e liquidação.

Garantias e outros compromissos

O Grupo presta garantias financeiras e crédito documentário para garantir o cumprimento dos clientes face a terceiros. Estas transacções têm limites fixos e, geralmente, prolongam-se por um prazo até cinco anos. Os vencimentos não estão concentrados em nenhum prazo específico. O Grupo presta igualmente garantias ao intervir como um agente de liquidação em transacções de crédito e empréstimos de títulos. Além disso, o Grupo efectuou transacções para garantir vários passivos em relação ao seguro relacionados com transacções de financiamente de reserva regulamentares.

Os montantes contratuais dos compromissos e passivos contingentes são estabelecidos por categoria no seguinte quadro. Os montantes estabelecidos no quadro para os compromissos assumem que os montantes foram adiantados integralmente. Os montantes reflectidos no quadro para garantias e cartas de crédito representa a perda máxima contabilística que seria reconhecida no balanço se as relevantes partes dos contratos falhassem totalmente o desempenho contratado.

Em muitos dos passivos contingentes e compromissos espera-se que expirem sem serem adiantados no todo ou em parte. Isto significa que os montantes inscritos não representam futuros fluxos de caixa esperados. Além disso, as garantias e cartas de crédito são suportadas por vários níveis de garantias reais.

Para além dos itens acima mencionados, foram dadas garantias não quantificadas para as operações de custódia de títulos da ABN AMRO, para entidades e instituições interbancárias e para interesses de participação. Esquemas colectivos de garantia são aplicáveis às empresas do Grupo em vários países. Além disso, foram emitidas declarações de passivo para um certo número de empresas do Grupo, incluindo ABN AMRO Bank N.V.

As nossas facilidades de crédito, garantias e outros compromissos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são assim resumidos:

	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	1 – 3 anos	3 – 5 anos	Após 5 anos
2008					
Responsabilidades assumidas	63,436	14,231	27,336	17,616	4,253
Garantias e outros compromissos:					
Garantias concedidas	37,509	22,377	5,890	2,021	7,221
Cartas de crédito irrevogáveis	4,515	4,280	217	6	12
Riscos de recurso de letras descontadas	124	124	–	–	–
2007					
Responsabilidades assumidas	104,137	42,916	16,672	28,527	16,022
Garantias e outros compromissos:					
Garantias concedidas	49,337	31,381	5,030	1,841	11,085
Cartas de crédito irrevogáveis	5,797	5,412	172	48	165
Riscos de recurso de letras descontadas	6	6	–	–	–

Leasing

O Grupo é locatário através de leasings financeiros e operacionais, financiando activos aos seus clientes e locando activos para seu próprio uso. Além disso, os activos locados pelo Grupo podem ser subalugados a outras partes. È a seguinte a análise do impacto destas operações no balanço e demonstrações de resultados do Grupo:

Compromissos de leasings financeiros

O Grupo arrenda vários balcões, filiais e outras instalações segundo acordos de leasing operacional não canceláveis. Estes contratos de locação têm diferentes prazos, escalonamento e direitos de renovação. Não há rendas contingentes a pagar. O Grupo também arrenda equipamento através de acordos de leasing não canceláveis.

Quando o Grupo é o locatário, o pagamento de renda mínimo futuro segundos locações operacionais não canceláveis é o seguinte:

	Imóveis	
	2008	2007
Não mais de um ano	**165**	363
Mais de um ano mas não mais de cinco anos	**337**	606
Mais de cinco anos	**254**	442
Total	**756**	1,411

Transacções que envolvem a forma legal de um leasing

O Grupo celebrou acordos de externalização de TI que envolveram locações na forma, mas não na substância. A duração do acordo é de 5 anos durante 2010, enquanto o montante total dos activos subjacentes é de EUR 130 milhões.

Obrigações contratuais e contingentes

	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	1 – 3 anos	3 – 5 anos	Após 5 anos
2008					
Títulos de dívida emitidos	111,296	44,944	21,044	21,044	24,264
Passivos subordinadas	13,549	1,513	806	66	11,164
Obrigações de compra	44	44	-	-	-
Outras obrigações	495,711	477,317	5,863	5,864	6,667
2007					
Títulos de dívida emitidos	174,995	91,685	28,726	31,251	23,333
Passivos subordinadas	15,616	700	2,971	137	11,808
Obrigações de compra	127	116	11	–	–
Outras obrigações	725,162	695,006	11,639	4,865	13,652

Outras contingências

O ABN AMRO está envolvido num certo número de acções legais no decurso normal da nossa actividade num certo número de jurisdições. Ao apresentar as nossas demonstrações financeiras consolidadas, a gestão faz uma estimativa em relação às questões do resultado legal, regulamentar e de arbitragem e leva o encargo para os resultados quando há probabilidade de perdas em relação a esses assuntos. Não são estabelecidos encargos, para além daqueles periodicamente levados para custos de defesa, para assuntos em que as perdas não podem ser razoavelmente estimadas.

Com base na informação actualmente disponível, e tendo já obtido o parecer jurídico dos seus consultores legais, o Grupo é da opinião que o resultados destes processos dificilmente terão um efeito material negativo na posição financeira consolidada e no lucro consolidado do Grupo.

35 Demonstração dos fluxos de caixa

O quadro seguinte analisa a determinação da caixa e equivalentes de caixa em 31 de Dezembro:

	2008	2007 1	2006 1
Caixa e saldos em bancos centrais	**5,854**	12,469	7,151
Empréstimos concedidos e contar a receber – bancos	**4,237**	9,165	7,314
Dívidas a bancos	**(23,588)**	(14,376)	(12,726)
Caixa e equivalentes a caixa de operações continuadas	**(13,497)**	7,258	1,739
Empréstimos concedidos e contar a receber – bancos	**8**	43	203
Caixa e equivalentes a caixa de negócios detidos para venda	**8**	43	203
Caixa e saldos em bancos centrais	**37**	4,707	5,166
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**6**	788	1,947
Dívidas a bancos	**(1)**	(44)	(4,183)
Caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas	**42**	5,451	2,930
Total	**(13,447)**	12,752	4,872

O quadro seguinte apresenta os montantes de juros, impostos e dividendos incluídos no fluxo de caixa das actividades operacionais:

	2008	2007 1	2006 1
Juros recebidos	**31,067**	34,304	30,606
Juros pagos	**20,092**	24,960	21,750
Impostos pagos	**790**	1,544	1,286
Dividendos pagos	**121**	155	165

O quadro seguinte apresenta os movimentos em activos e passivos operacionais:

	2008	2007 1	2006 1
Movimento em activos operacionais			
Activos financeiros detidos para negociação	**27,065**	(37,865)	(2,670)
Empréstimos concedidos e contas a receber	**171,870**	(87,918)	(81,767)
(Aumento)/diminuição líquido em acréscimo de proveitos e custos antecipados	**4,015**	(4,121)	(2,292)
(Aumento)/diminuição em outros activos	**(2,993)**	(3,544)	9,316
Total do movimento em activos operacionais	**199,957**	(133,448)	(77,413)
Movimento em passivos operacionais:			
Passivos financeiros detidos para negociação	**37,222**	10,559	(4,907)
Dívidas a bancos	**(119,407)**	82,462	19,930
Dívidas a clientes	**(87,941)**	27,816	46,759
Títulos de dívida emitidos com vencimento inferior a 1 ano	**(42,235)**	(6,475)	13,048
Provisões	**700**	61	(53)
Aumento/(diminuição) líquido em acréscimo de custos e proveitos diferidos	**(1,970)**	2,981	3,154
(Aumento)/diminuição em outros passivos	**(32,683)**	(2,682)	(13,168)
Total do movimento em passivos operacionais	**(246,314)**	114,722	64,763

1 Os montantes foram reformulados para se conformarem com a apresentação deste ano.

36 Contabilidade de cobertura

O Grupo realiza diversas transacções com instrumentos derivados de forma a cobrir riscos sobre activos, passivos, investimentos líquidos e fluxos de caixa previstos. O tratamento contabilístico do item coberto e do derivado de cobertura depende do modo como a relação de cobertura se qualifica para contabilidade de cobertura. As coberturas elegíveis podem ser designadas tanto por justo valor como por coberturas de fluxos de caixas.

As coberturas não se qualificam para contabilidade de cobertura

As alterações de justo valor das transacções de derivados usados para cobrir as exposições a riscos económicos que não são elegíveis para contabilidade de cobertura, ou nas quais não há benefícios em termos de custo aplicar a contabilidade de cobertura, são reconhecidas directamente através dos resultados.

O Grupo entra em *credit default swaps* para gerir o risco de crédito da carteira. No entanto, estes não são, geralmente, incluídos nas relações de contabilidade de cobertura devido às dificuldades em demonstrar que a relação será altamente eficaz. Consequentemente, quaisquer alterações no justo valor nos *swaps* são registadas directamente nos proveitos, enquanto os ganhos e perdas nas posições de crédito cobertos são acrescidos aos juros e proveitos equiparados e juros e custos equiparados e em encargo de imparidade, se apropriado.

Derivados designados e contabilizados como instrumentos de cobertura

Coberturas de justo valor

As coberturas de justo valor do Grupo consistem principalmente em *swaps* de taxas de juro, opções de taxas de juro e *swaps* de taxas de juro em divisas cruzadas que são utilizadas para proteger contra as variações do justo valor dos activos de taxa fixa, especialmente títulos disponíveis para venda e passivos devidos a variações nas taxas de juro do mercado.

No que respeita às coberturas de justo valor elegíveis, todas as variações do justo valor do derivado e do justo valor do elemento coberto relativamente ao risco a cobrir são reconhecidas na demonstração de resultados.

Ganhos/(perdas) resultantes das cobertura de justo valor:

	2008	2007
Ganhos/(perdas) nos activos cobertos atribuíveis ao justo valor do risco coberto	**2,812**	(392)
Ganhos/(perdas) nos instrumentos de cobertura utilizados para os activos cobertos	**(2,812)**	381
Ganhos/(perdas) nos passivos cobertos atribuíveis ao justo valor do risco coberto	**(2,619)**	491
Ganhos/(perdas) nos instrumentos de cobertura utilizados para os passivos cobertos	**2,619**	(480)
Efeito líquido da cobertura de justo valor	**–**	–

Coberturas de fluxo de caixa

Contabilização de cobertura de fluxo de caixa para a Gestão de Activos e Passivos do Grupo

O ABN AMRO usa derivados, principalmente *swaps* de taxas de juros, para compensar exposições identificadas ao risco da taxa de juro no balanço projectado. Para fins da gestão do activo e passivo, os activos e passivos num *cluster* índice de taxa de juro similar num mês em particular são primeiro consideradas como uma compensação natural para cobertura económica. Pode efectuar-se uma operação de *swap* para gerir o risco da sensibilidade proveitos de juros restante. O montante nocional de um *swap* variável a pagar ou receber é designado para cobrir a revisão do preço da exposição do fluxo de caixa de uma parte designada dos activos correntes e previstos e dos passivos correntes e previstos, respectivamente, nos *clusters* acima descritos. A operação de *swap* é designada para fins de contabilidade de cobertura como uma cobertura de uma posição bruta que é um *cluster* de activos projectados ou um *cluster* de passivos projectados. Assim sendo, o *swap* apenas cobrirá uma porção identificada de um *cluster* de activos projectados ou passivos projectados. De igual modo, o *swap* apenas cobrirá a porção de taxa de swap variável aplicável do risco de revisão e reinvestimento do juro do *cluster.* A contabilidade de cobertura do fluxo de caixa operado pela Gestão de Activos e Passivos do Grupo relaciona-se com a contabilidade de cobertura do fluxo de caixa da carteira para as actividades de cobertura dos activos e passivos financeiros de não negociação do Grupo.

A Comissão de Activos e Passivos do Grupo é a entidade responsável pela gestão de risco da carteira bancária do Grupo e determina o nível de risco da taxa de juro, determina a mensuração e modelação do risco, incluindo pressupostos aplicáveis, estabelece limites e é responsável para a política de gestão de activos e passivos.

O ABN AMRO gere a sua exposição ao risco de taxa de juro por divisa nas carteiras de não negociação numa base a nível do Grupo. De modo a gerir a sensibilidade dos rendimentos de juros por divisa, o Grupo projecta os futuros rendimentos de juros sob diferentes cenários de crescimento e taxas de juro. Os sistemas estão disponíveis para acumular a informação crítica essencial através do Grupo acerca dos existentes activos financeiros, passivos financeiros e compromissos futuros, incluindo compromissos de empréstimos. Para as divisas mais importantes, estas posições são colocadas num projecto de balanço disponível para actividades de gestão activo e passivo. As principais posições sensíveis de juro no balanço provenientes da carteira de não negociação são: empréstimos concedidos e contas a receber, dívidas a bancos e clientes e títulos de dívida emitidos.

A informação recolhida nos sistemas da Gestão de Activos e Passivos do Grupo relaciona-se com os termos e condições contratuais, como montantes nominais, divisa, duração, base de juro, taxa de juro efectiva e data de reavaliação do juro. Paralelamente, outras informações como estimativas de pagamentos antecipados, taxa de crescimento e cenários de juros são usadas em modelos de sensibilidade de juros da Gestão de Activos e Passivos do Grupo. Estes pressupostos são determinados seguindo-se princípios acordados baseados, entre outros, em dados estatísticos do mercado e dados e uma previsão económica. Activos e passivos projectados são sobrepostos no final das posições correntes. Esta informação é usada para criar projectos de balanço que formam a base para a mensuração da sensibilidade da taxa de juro. Os novos activos e passivos e a futura reavaliação dos activos e passivos existentes são planeados a índices de taxas de juros específicos na curva de rendimento (i.e. um mês, dois meses, três meses, seis meses, um ano, etc.). Deste modo, um novo activo ou passivo que é, por exemplo, baseado, numa taxa de três meses, é planeado num índice de taxa a três meses específico. Para cada mês projectado no futuro, os activos e passivos são agrupados por índice de taxa de juro e divisa. A projecção de balanço que está incorporada na gestão de risco de taxa de juro do Grupo, não apenas permite que o Grupo estime os proveitos de juros futuros e execute análises de cenários, mas também proporciona a oportunidade para definir as transacções projectadas que são elegíveis como itens cobertos numa cobertura de fluxo de caixa. As posições cobertas são os *clusters* de activos e passivos mensais por divisa e por índice de taxa de juro. Estes *clusters* são homogéneos em relação ao risco da taxa de juro que está a ser coberto, pois eles são designados para:

- partilhar a exposição do risco da taxa de juro que está a ser coberto, e
- ser sensível às alterações das taxas de juros proporcionais à sensibilidade global para as alterações das taxas de juros no *cluster*

Quanto maior o prazo de cobertura, maior será o excesso de fluxos de caixa disponíveis dos activos ou passivos projectados nos *clusters*, dado que as projecções dos fluxos de caixa no futuro são inerentemente mais incertas. A disponibilidade de um excesso de fluxos de caixa nos *clusters* e o aumento do excesso ao longo do tempo são avaliados numa base mensal.

Paralelamente, é executado um *back testing* ao modelo de sensibilidade para fins de gestão do risco de juro. Este *back testing* também suporta a contabilidade de cobertura do fluxo de caixa. O *back testing* relaciona-se com os modelos de sensibilidade aplicados e os pressupostos utilizados no processo de recolha de informação para a projecção do balanço. Os dados históricos são utilizados para rever os pressupostos aplicados.

O programa dos balanços principais previstos em que se espera que os fluxos de caixa cobertos esperados tanam o seguinte impacto nos ganhos e perdas:

	≤ 3 meses	> 3 meses e ≤ 1 ano	> 1 ano e ≤ 5 anos	> 5 anos e ≤ 10 anos	> 10 anos	Total
Em 31 de Dezembro de 2008						
Entrada de caixa de activos cobertos	–	7,457	4,328	3,822	2,833	18,440
Saída de caixa de passivos cobertos	(10)	(8,791)	(9,331)	(4,399)	(4,733)	(27,264)
Saída de caixa líquida	(10)	(1,334)	(5,003)	(577)	(1,900)	(8,824)
Em 31 de Dezembro de 2007 [1]						
Entrada de caixa de activos cobertos	204	18,774	4,490	995	41	24,504
Saída de caixa de passivos cobertos	(346)	(17,130)	(15,392)	(3,113)	(4,665)	(40,646)
Entrada/(saída) de caixa líquida	(142)	1,644	(10,902)	(2,118)	(4,624)	(16,142)

1 Os números de comparação dos anos anteriores foram reformulados para se conformarem com a apresenção do ano corrente.

Os ganhos(perdas) em coberturas de fluxo de caixa transferido de capital para a demonstração de resultados são os seguintes:

	2008	2007
Juros e proveitos equiparados	**43**	2
Juros e custos equiparados	**(42)**	(89)
Outros proveitos de exploração	**–**	33
Impostos	**–**	16
Total	**1**	(38)

Coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro

Como explicado na nota 38, o Grupo limita a sua exposição a investimentos em operações no estrangeiro através da cobertura do seu investimento líquido nas suas operações estrangeiras com contratos cambiais *forwards* na divisa das operações estrangeiras ou numa divisa fortemente correlacionada para mitigar o risco cambial.

Para coberturas de investimento líquido, as alterações no justo valor do instrumento de cobertura derivado são registadas na reserva das diferenças da conta de conversão cambial em capital próprio. Não há ineficácia de cobertura registada em relação a coberturas de investimento líquido.

Resumo do justo valor dos derivados de coberturas

	2008		2007	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Elegível para contabilidade cobertura				
Coberturas de justo valor				
Juros				
Swaps	**737**	**2,146**	1,401	671
Opções e futuros	**–**	**–**	31	259
Moeda estrangeira				
Swaps	**1,072**	**1,540**	85	265
Forwards	**244**	**302**	–	203
Coberturas de fluxo de caixa				
Swaps de juros	**351**	**687**	471	309
Moeda estrangeira				
Swaps	**–**	**–**	206	74
Forwards	**2**	**14**	–	–
Cobertura de investimento	**119**	**40**	31	14
Total	**2,525**	**4,729**	2,225	1,795
Coberturas não elegíveis para contabilidade de cobertura	**3,697**	**2,414**	239	176

Montantes nocionais

	2008	2007
Risco de taxa de juro	**95,699**	125,468
Risco cambial	**13,115**	12,300
Cobertura do investimento líquido	**2,245**	3,148

37 Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes informadas e voluntárias, no quadro de uma operação normal de mercado. Os justos valores são determinados a partir de preços cotados em mercados activos para activos financeiros ou passivos financeiros idênticos quando disponíveis. Quando o mercado para um instrumento financeiro não estiver activo, o justo valor é estabelecido utilizando uma técnica de avaliação. As técnicas de avaliação envolvem um grau de estimativa, cuja extensão depende da complexidade do instrumento e a disponibilidade dos dados baseados no mercado.

Controlos internos sobre a valorização justa

O Grupo designou controlos e processos para determinação do justo valor de instrumentos financeiros. Foi designado um processo para garantir que há protocolos de revisão formalizados para análise independente e validação dos justos valores separados daqueles negócios que celebram as transacções. Isto inclui controlos específicos para garantir políticas e procedimentos consistentes de determinação de preços, incorporando uma verificação de preços disciplinada para negócios proprietários e de contrapartes.

O negócio que entra na transacção é responsável pela determinação inicial e registo do justo valor da transacção. Há controlos diários sobre o ganho ou perda registada pelo pessoal da negociação e do *front office* da tesouraria.

Um elemento principal no ambiente de controlo, segregado do registo da avaliação da transacção, é o processo independente de verificação de preços. As avaliações são calculadas em primeiro lugar pelo negócio. Essas avaliações podem ser preços directos ou podem ser derivadas, utilizando um modelo e dados de modelo variáveis. Estas avaliações são revistas e, se necessário, corrigidas pelo processo independente de verificação de preços. Este processo envolve uma equipa independente daqueles que negoceiam os instrumentos financeiros, e executa uma revisão das avaliações à luz das provas de formação de preços disponíveis. A verificação independente de preços é executada a uma frequência que iguale a disponibilidade dos dados independentes e a dimensão da exposição. Para instrumentos líquidos o processo é executado diariamente. A frequência mínima da revisão é mensal para posições de negociação e semestral para posição não ligada à negociação. O controlo independente de verificação de preços inclui um relato e escalada de quaisquer diferentes de avaliação em infracção dos limites definidos. Quando são usados modelos para avaliar produtos, estes modelos estão sujeitos a um processo de revisão de modelo. Este processo exige níveis diferentes de documentos, teste e revisão de modelo, dependendo da complexidade do modelo e da dimensão da exposição do Grupo ao modelo.

Técnicas de avaliação

O Grupo musa várias metodologias para determinar os justos valores de instrumentos financeiros onde não estão disponíveis preços em mercados activos para instrumentos idênticos. Estas técnicas incluem metodologias de valor relativo baseadas em preços observáveis para instrumentos similares, abordagens do valor presente em que os fluxos de caixa futuros do activo ou passivo são estimados e, a seguir, descontados utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco, opção do modelo de formação de preços, como o Black-Scholes ou modelos de formação de preços de opção binomial e modelos de simulação como o Monte-Carlo.

Os valores entre e para além dos pontos de dados disponíveis são obtidas por interpolação e extrapolação. Quando se utiliza técnicas de avaliação, o justo valor pode ser bastante afectado pela escolha do modelo de avaliação e pressupostos subjacentes assumidos no que respeita aos factores como os montantes e momento dos fluxos de caixa, taxas de desconto e risco de crédito. As principais contribuições para estas técnicas de avaliação são listadas a seguir.

- Preços das obrigações – geralmente, estão disponíveis as cotações para obrigações governamentais, certos títulos de empresas e alguns produtos relacionados com hipotecas.
- *Spreads* de crédito – quando disponíveis, são derivados dos preços dos *credit default swaps* (CDS) ou outros instrumentos baseados em crédito, como títulos de dívida. Para outros, os spreads de crédito são obtidos de serviços de preços.
- Taxas de juros – estas são, principalmente, as taxas de juro de referência, como as taxas interbancárias e taxas de juros cotadas em mercados de *swaps*, obrigações e futuros.
- Taxas de câmbio – há mercados observáveis tanto para contratos *spot* e *forward* e de futuros nas divisas mais importantes do mundo.
- Cotações de acções e índice de cotações de acções – os preços cotados estão, em geral, rapidamente disponíveis para acções de capital social cotadas nas maiores bolsas de valores do mundo e principais índices dessas acções.
- Preços das matérias-primas – muitas matérias-primas são activamente negociadas em contratos *spot* e *forward* e e de futuros nas bolsas de Londres, Nova Iorque e outras praças comerciais.
- Volatilidades e correlações dos preços – a volatilidade é a medida da tendência de um preço se alterar ao longo do tempo. A correlação mede o grau em que dois ou mais preços, ou outras variáveis, são observados a movimentar-se em conjunto. Se eles se movem na mesma direcção, há uma correlação positiva; se eles se movem em direcções opostas, há uma correlação negativa. A volatilidade é um dado essencial nas opções de valoração e a avaliação de certos produtos, como os derivados, com mais do que uma variável subjacente que dependem das correlações. Os valores da volatilidade e correlação são obtidos em cotações de corretores, serviços de preços ou derivados de preços de opção.
- Taxas de antecipação – o justo valor de um instrumento financeiro que pode ser pago antecipadamente pelo emitente ou mutuário difere do valor de um instrumento que não pode ser pago antecipadamente. Na avaliação de instrumentos pagáveis antecipadamente que não estão cotados em mercados activos, o Grupo considera o valor da opção de pagamento antecipado.
- *Spreads* de crédito da contraparte – são feitos ajustes nos preços (ou parâmetros) de mercado, quando a solvabilidade da contraparte difere do que a contraparte assumiu no preço (ou parâmetros) de mercado.

- Taxas de recuperação / perda dado o incumprimento – são utilizados como um dado dos modelos de avaliação e reservas para *asset-backed securities* e outros produtos de crédito, como um indicador da gravidade das perdas por incumprimento. As taxas de recuperação são principalmente retiradas de fornecedores de dados de mercado ou inferidas de *spreads* de crédito observáveis.

O Grupo melhora e modifica as suas técnicas de avaliação conforme os mercados e produtos se desenvolvem e conforme o preço de produtos individuais se torna mais ou menos disponível. Enquanto o Grupo acredita que as suas técnicas de avaliação são apropriada e consistentes com outros participantes de mercado, o uso de metodologias e pressupostos diferentes pode resultar em estimativas diferentes de justo valor na data de balanço.

De modo a determinar um justo valor fiável, quando apropriado, a gestão aplica ajustamentos de avaliação à informação de preços derivados das fontes acima. Estes ajustamentos reflectem a apreciação da gestão de factores que os participantes de mercado poderão considerar no estabelecimento de um preço, na medida em que estes factores ainda não tenham sido incluídos na informação proveniente das fontes acima mencionadas. Além disso, numa base contínua, a gestão avalia a adequação de qualquer modelo utilizado. Na medida em que o preço fornecido por modelos internos não represente o justo valor do instrumento, por exemplo, em condições de tensão no mercado, a gestão faz ajustamentos à avaliação do modelo para calibrar as outras fontes de formação de preços disponíveis. Quando são utilizados dados não observáveis, a gestão pode determinar uma gama de avaliação com base em diferentes cenários de tensão para determinar a sensibilidade associada com a avaliação. Como passo final, o Grupo considera a necessidade de posteriores ajustamentos ao preço modelado para reflectir como os participantes do mercado fariam o preço dos instrumentos. Esses ajustamentos incluem a qualidade de crédito da contraparte e ajustamentos para corrigir as avaliações do modelo para quaisquer limitações conhecidas. Além disso, o Grupo faz ajustamento para diferir os proveitos dos instrumentos financeiros avaliados no começo onde a avaliação desse instrumento financeiro dependa materialmente de um ou mais dados do modelo não observáveis.

Hierarquia da avaliação

O Grupo analisa os instrumentos financeiros detidos ao justo valor em três categorias, conforme a seguir delineado.

Os instrumentos financeiros de nível 1 são aqueles que são avaliados através de preços cotados sem ajustamento em mercados activos para instrumentos financeiros idênticos. Estes instrumentos financeiros consistem principalmente em acções de capital social líquidas cotadas, certos derivados negociados em bolsa e obrigações governamentais G10.

Os instrumentos financeiros de nível 2 são aqueles que são avaliados através de técnicas significativamente baseadas em dados de mercado observáveis. Os instrumentos nesta categoria são avaliados pelo uso de preços cotados para instrumentos similares ou idênticos em mercados que não são considerados como sendo activos; ou técnicas de avaliação onde todos os dados que têm um efeito significativo na avaliação são directa ou indirectamente baseados em dados do mercado observáveis. Os instrumentos financeiros incluídos são outros títulos de agências governamentais, obrigações de empresas de boa qualidade, acordos de recompra e acordos de reporte, menos acções cotadas menos líquidas, obrigações estaduais e municipais, certos títulos do mercado monetário e a maioria dos derivados OTC.

Os instrumentos financeiros de nível 3 são aqueles que são avaliados através de técnicas que incorporam informações para além dos dados do mercado observáveis. Os instrumentos desta categoria foram avaliados através de uma técnica de avaliação onde pelo menos um dado, que pode ter um efeito significativo na avaliação do instrumento, não se baseia em dados de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros incluídos são, primariamente, instrumentos de caixa que negoceiam com pouca frequência, acções de não cotadas, CDO tranches super sénior de elevado grau e *mezzanine* e outros títulos de dívida menos líquidos. Também incluídos, estão certos títulos de dívida emitidos estruturados, derivados OTC onde a avaliação depende de derivados exóticos e de crédito não observáveis, incluindo aqueles com ontrapartidas CDPC.

O quadro seguinte apresenta os métodos de avaliação utilizados na determinação dos justos valores de instrumentos financeiros escriturados no justo valor 1:

	2008			
	Preços de mercado cotados [Nível 1]	Técnicas de avaliação Dados de mercado observáveis [Nível 2]	Técnicas de avaliação Dados não observáveis [Nível 3]	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros detidos para negociação	14,091	193,458	5,104	**212,653**
Títulos remunerados por juros disponíveis para venda	4,923	60,621	20	**65,564**
Títulos disponíveis para venda	192	546	99	**837**
Participações de capital designadas ao justo valor através dos resultados	5	193	462	**660**
Derivados não detidos para negociação	–	6,222	–	**6,222**
Investimentos unit-linked	–	3,899	–	**3,899**
Outros activos	–	1,468	–	**1,468**
Total do activo ao justo valor	19,211	266,407	5,685	**291,303**
Passivos financeiros				
Passivos financeiros detidos para negociação	6,587	184,194	1,306	**192,088**
Dívidas a clientes	–	22	–	**22**
Títulos de dívida emitidos	–	33,133	3,723	**36,856**
Derivados não detidos para negociação	–	7,143	–	**7,143**
Passivos unit-linked	–	3,898	–	**3,898**
Passivos subordinados	–	722	–	**722**
Total do passivo ao justo valor	6,587	229,113	5,029	**240,729**

	2007			
	Preços de mercado cotados [Nível 1]	Técnicas de avaliação Dados de mercado observáveis [Nível 2]	Técnicas de avaliação Dados não observáveis [Nível 3]	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros detidos para negociação	74,063	165,756	2,458	**242,277**
Títulos remunerados por juros disponíveis para venda	40,188	49,932	329	**90,449**
Títulos disponíveis para venda	286	387	340	**1,013**
Participações de capital designadas ao justo valor através dos resultados	1,347	5	987	**2,339**
Derivados não detidos para negociação 2	–	2,464	–	**2,464**
Investimentos unit-linked	–	4,609	–	**4,609**
Outros activos	–	2,757	–	**2,757**
Total do activo ao justo valor	115,884	225,910	4,114	**345,908**
Passivos financeiros				
Passivos financeiros detidos para negociação	28,995	124,943	1,538	**155,476**
Dívidas a clientes	–	42	–	**42**
Títulos de dívida emitidos	–	39,223	5,445	**44,668**
Derivados não detidos para negociação 2	–	1,971	–	**1,971**
Passivos unit-linked	–	4,609	–	**4,609**
Passivos subordinados	–	726	–	**726**
Total do passivo ao justo valor	28,995	171,514	6,983	**207,492**

1 Os instrumentos financeiros registados em activos e passivos de negócios detidos para venda não estão incluídos neste quadro.
2 Para se conformar com a abordagem das classificações do ano corrente, os activos derivados de não negociação (EUR 1.396 milhões) e passivos derivados não negociação (EUR 1.298 milhões) de 2007 foram reclassificados do nível 3 para o nível 2.

Os activos financeiros detidos para negociação em nível 1 diminuíram devido principalmente à transferência de derivados para o RBS. Os títulos remunerados por juros e as acções diminuíram devido às vendas. As acções designadas ao justo valor através dos resultados incluem, principalmente, investimentos de *private equity* e diminuíram devido às transferências para o RBS, declínio do valor de mercado e alienações.

Os quadros abaixo apresentam os instrumentos financeiros de Nível 3 escriturados ao justo valor à data do balanço, a base de avaliação, os principais pressupostos e os dados não observáveis utilizados na avaliação destes instrumentos, para os quais os pressupostos alternativos razoavelmente possíveis teriam tido um impacto significativos no justo valor do instrumento.

	Técnica de avaliação	Pressupostos principais	Valor contabilístico	Pressupostos alternativos razoavelmente possíveis	
(Em milhões de euros)				Aumento no justo valor	Diminuição no justo valor
Activos financeiros					
Títulos de dívida:			1,059	117	151
CDOs	Modelo proprietário	Avaliação da garantia implícita, taxas de incumprimento, preços da habitação e correlação			
CLOs	Norma da indústria, modelo de simulação modelo de simulação	Spreads de crédito, taxa de recuperação, correlação, spreads de crédito			
Outros	Modelo proprietário	Spreads de crédito			
Derivados:			4,065	629	830
Crédito	Modelo proprietário CVA, modelos de opções da indústria, modelo de correlação	Risco de crédito de contraparte, correlação, volatilidade,			
Outros	Modelo proprietário	Correlação, volatilidade			
Acções de capital	*Private equity* – declarações de avaliação	Avaliações dos fundos	561	40	80
Saldo a 31 de Dezembro de 2008			**5,685**	**786**	**1,061**

	Técnica de avaliação	Pressupostos principais	Valor contabilístico	Pressupostos alternativos razoavelmente possíveis	
(Em milhões de euros)				Aumento no justo valor	Diminuição no justo valor
Passivos financeiros					
Derivados			1,30	175	199
Crédito	Modelo proprietário CVA, modelos de opções da indústria, modelo de correlação	Correlação, volatilidade, risco de contraparte			
Outros	Modelo proprietário	Correlação, volatilidade			
Dívida emitida	Modelo proprietário	Spreads de crédito	3723	151	166
Saldo a 31 de Dezembro de 2007			**5,029**	**326**	**365**

Para o ano de 2007, o efeito potencial de utilizar pressupostos razoavelmente possíveis como dados de entrada dos modelos de avaliação, baseando-se em dados observáveis não ligados ao mercado, foi aproximadamente EUR 261 milhões, utilizando pressupostos menos favoráveis e um aumento de aproximadamente EUR 275 milhões, utilizando pressupostos mais favoráveis.

A alteração estimada no justo valor, utilizando uma técnica de avaliação com dados não observáveis reconhecido na conta de resultados para o ano de 2008 é uma perda de EUR 662 milhões.

Para cada uma das categorias da carteira apresentadas no quadro acima, é feita a seguir uma descrição dos tipos de produtos que compõem a carteira e as técnicas de avaliação que são aplicadas para a determinação do justo valor, incluindo uma descrição dos modelos utilizados e dos dados de entrada desses modelos. Quando os pressupostos alternativos razoavelmente possíveis de dados não observáveis usados nos modelos mudarem significativamente o justo valor da carteira, os dados alternativos são indicados juntamente com o impacto que eles teriam no justo valor. Quando houver alterações significativas às técnicas de avaliação durante o ano, também é incluída a discussão das razões desse acontecimento.

Os activos financeiros detidos para negociação no nível 3, excluindo derivados, incluem principalmente *collateralised debt obligations* (CDO), *collateralised loan obligations* (CLOs) e certos créditos e outros derivados.

Collateralised debt obligations

Para *super senior* CDO que tenham sido originadas pelo Grupo não há disponíveis informações específicas de terceiros. A avaliação destas *super senior* CDO toma assim em consideração dados de um modelo proprietário, dados do mercado e ajustamentos de avaliação adequados.

O modelo proprietário do Grupo calcula os fluxos de caixa esperados das hipotecas subjacentes, utilizando pressupostos derivados de dados publicamente disponíveis sobre as condições macroeconómicas futuras (incluindo a apreciação e depreciação dos preços das habitações) sobre os incumprimentos e atrasos sobre estas hipotecas subjacentes. O modelo usado pelo Grupo inclui um modelo econométrico do nível de empréstimos que fornece os dados para um modelo normalizado da indústria de *asset-backed securities* (ABS), cujo resultados alimentam um modelo proprietário que gera os fluxos de caixa esperados que são descontados utilizando uma taxa de risco ajustada.

Devido à subjectividade dos dados de entrada para o modelo de formação de preço, são construídos pontos de avaliação alternativos para comparar o resultado do modelo. Estes pontos de avaliação incluem a determinação da avaliação da garantia implícita do índice ABS, que proporcione um ponto de dados de avaliação calibrado do mercado. Também é considerada uma metodologia do valor do activo líquido de garantia, que usa classificações de agentes do lado da compra, para determinar um limite superior para as avaliações das *super senior* CDO. Tanto a avaliação implícita do índice ABC como a metodologia do valor do activo líquido de garantia aplicam uma abordagem assumida de liquidação imediata.

A administração, usando todos os pontos de formação de preço disponíveis, pode fazer ajustamentos de avaliação necessários e apropriados à informação de formação de preços derivada do modelo proprietário. Estes ajustamentos reflectem a avaliação da administração dos factores que os participantes do mercado considerariam no momento de estabelecer um preço, na medida em que esses factores não tiverem já sido incluídos no modelo e possam incluir ajustes feitos para descontos de liquidez.

De modo a proporcionar divulgações sobre a avaliação das *super senior* CDO utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, a administração considerou condições macroeconómicas, incluindo a apreciação e depreciação dos preços das habitações. Os dados resultantes dos pressupostos alternativos foram comparados om preços inferidos de outros dados publicados. O Grupo acredita que os pressupostos alternativos razoavelmente possíveis podem reduzir ou aumentar as avaliações. Utilizando estes pressupostos alternativos reduziria ou aumentaria o justo valor das *super senior* CDO de nível 3 de EUR 670 milhões em EUR 107 milhões.

Collateralised loan obligations

Para determinar o justo valor das CLO compradas a terceiros, a administração usa cotações de um corretor terceiro ou *lead manager* como fonte primária de formação de preço. Estas cotações são comparadas com fontes de preço de consenso, quando elas estiverem disponíveis.

Nas CLOs originadas e ainda detidas pelo Grupo, o justo valor é determinado utilizando um modelo de correlação baseado num quadro de simulação Monte Carlo. Os dados de entrada principais do modelo são os *spreads* de crédito e taxas de recuperação dos activos subjacentes e suas correlações. Uma curva de crédito é atribuída a cada activo subjacente baseado em preços, de cotações de agentes terceiros, e perfis de fluxos de caixa, tendo como fonte um modelo normalizado da indústria. As perdas são calculados tomando em consideração os *attachment point* e *detachment point* da exposição. Como os dados de entrada da correlação para este modelo não são observáveis, as CLO são consideradas como nível 3.

Utilizando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, o justo valor das CLO de EUR 105 milhões seria mais elevado em EUR 2 milhões ou EUR 10 milhões mais baixo.

Outros títulos de dívida negociáveis

Outros títulos de dívida negociáveis de nível 3 incluem EUR 264 milhões de outros títulos de dívida. Quando os preços de mercados observáveis para um título de dívida específico não estão disponíveis, o justo valor será, tipicamente, determinado com referência a transacções de mercado observáveis em outros produtos relacionados, como títulos de dívida similares ou derivados de crédito. Os pressupostos foram feitos acerca das relações entre o título de dívida individual e os dados comparativos disponíveis. Quando um parecer significativos da administração tiverem sido aplicados na identificação do produto relacionados mais relevante ou na determinação da relação entre o produto relacionado o próprio instrumento, a avaliação é apresentada no nível 3. A utilização de pressupostos diferentes acerca desta relação resultaria em justos valores diferentes para estes activos e passivos. O pressuposto principal feito é o da solvabilidade relativa. Utilizando pressupostos de crédito alternativos razoavelmente possíveis, tomando em consideração a divisa subjacente, natureza e rating dos títulos de dívida dentro de cada carteira, reduziria o justo valor dos outros títulos de dívida até EUR 34 milhões ou aumentaria o justo valor até EUR 8 milhões.

Derivados

Os activos e passivos derivados de nível 3 são compostos por derivados de crédito e outros derivados.

Os preços dos derivados são encontrados utilizando preços cotados para instrumentos iguais e similares, quando estes estiverem disponíveis. No entanto, certos derivados são avaliados através de modelos de formação de preços. Os dados de entrada para estes modelos são habitualmente observados no mercado, ou derivados de preços observados. No entanto, nem sempre é possível observar ou corroborar todos os dados de entrada do modelo. São utilizados dados não observáveis com base em estimativas, tomando em consideração uma gama de informações disponíveis, incluindo análise histórica, níveis de negociação históricos, prática do mercado, comparação com outros dados observáveis comparáveis e dados de formação de preço de consenso.

Derivados de crédito

Os derivados de crédito do Grupo incluem tranches *vanilla* e *bespoke* de carteira. As tranches *bespoke* de carteira são tranches sintéticas referenciadas a uma carteira de nomes empresariais em que o Grupo compra protecção de crédito. Quando os dados de entrada na técnica de avaliação utilizada são observáveis no mercado, as tranches *bespoke* são consideradas como sendo activos de nível 2. Quando os dados de entrada não são observáveis, as tranches *bespoke* são consideradas como activos de nível 3. Todas as transacções executadas com uma contraparte CDPC são considerados de nível 3, conforme a avaliação de risco de crédito de contraparte seja um componente significativo destas avaliações.

Taxa de juro e outros derivados

As opções de títulos exóticos e de taxa de juros proporcionam um pagamento (ou séries de pagamentos) ligado do desempenho de um ou mais acções subjacentes ou taxas de juros. As opções exóticas não negoceiam em mercados activos com poucas excepções. Consequentemente, o Grupo usa modelos para determinar o justo valor. O Grupo usa uma variedade de modelos proprietários para avaliar os negócios exóticos.

Os dados de entrada de avaliação exótica incluem a correlação entre títulos e taxas de juro. As correlações para pares de títulos mais líquidos e pares de taxas são avaliados utilizando níveis de formação de preço de consenso obtidos de formas independentes. Quando não está disponível uma referência de formação de preços de consenso, estes instrumentos são categorizados como nível 3.

Pressupostos alternativos razoavelmente possíveis

Na determinação do efeito de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis para dados de entrada não observáveis para derivados detidos para negociação, o Grupo considerou negócios com CDPC separadamente de todos os outros derivados de nível 3 devido ao elemento significativo de subjectividade na determinação do risco de crédito de contraparte.

O justo valor dos negócios de derivados de crédito com CDPC a 31 de Dezembro de 2008 foi EUR 1.645 milhões. As exposições de derivados de crédito do Grupo às CDPC são avaliadas usando modelos de formação de preços com dados observados directamente no mercado. É feito um ajustamento ao modelo de avaliação se a solvabilidade das contrapartes CDPC diferir da do pressuposto de risco de crédito no modelo de avaliação. O ajustamento reflecte o custo estimado da cobertura do risco da contraparte resultante de cada negociação. Na ausência de *spreads* de crédito observáveis no mercado das CDPC, o custo de cobertura do risco de contraparte é estimado por uma análise dos negócios subjacentes e o custo de cobertura das perdas por incumprimento esperadas em excesso do capital disponível em cada veículo. Uma abordagem alternativa razoavelmente possível seria estimar o custo de cobertura do risco de contraparte a partir do *spreads* de crédito observáveis no mercado de entidades consideradas similares às CDPC (por exemplo, seguradores *monoline* com negócios similares ou entidades classificadas de modo similar). Estas abordagens alternativas razoavelmente possíveis reduziriam o justo valor dos derivados de crédito com as CDPC em EUR 371 milhões ou aumentariam o justo valor em EUR 208 milhões.

Para todos os outros derivados de nível 3, dados de entrada não observáveis são principalmente constituídas por correlações e volatilidades. Quando uma avaliação de derivados se baseia significativamente num dado não observável, a avaliação é apresentado no nível 3. É habitual para estas avaliações de derivados depender de vários dados de modelo observáveis, e um ou alguns não observáveis. Na determinação dos pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, foi considerado o impacto relativo a dados não observáveis comparados com aqueles que podem ser observados.

Utilizando os pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, o justo valor de todos os activos derivados de nível 3 (excluindo CDPC) de EUR 2,420 milhões seria reduzido até EUR 459 milhões ou aumentado até EUR 421 milhões. Usando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, o justo valor de todos outros passivos derivados de nível 3 de EUR 1,306 milhões seria reduzida até EUR 199 milhões ou aumentada até EUR 175 milhões.

Participações de capital designadas ao justo valor através dos resultados

As participações de capital designadas ao justo valor através dos resultados classificadas como nível 3 incluem, principalmente, investimentos de *private equity*. Em geral, os investimentos de *private equity* não podem ser avaliados directamente de preços de mercado cotados ou através de técnicas de avaliação suportadas por preços de mercado observáveis ou outros dados de mercado. O justo valor é determinado usando uma técnica de avaliação aplicada de acordo com as orientações da European Private Equity and Venture Capitalist Association (EVCA).

Títulos de dívida emitidos

Os títulos de dívida emitidos classificados como nível 3 são avaliados através de cotações independentes dos participantes do mercado para spreds de emissão de dívida acima das taxas interbancárias médias (numa gama de naturezas) que o mercado pediria quando comprasse novas emissões de dívida sénior ou subordinada do Grupo. Quando necessário, estas cotações são interpoladas utilizando uma forma de curva derivada dos preços CDS.

O uso de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis reduziria o justo valor dos títulos de dívida emitidos incluídos no nível 3 até EUR 166 milhões ou aumentaria o justo valor até EUR 151 milhões.

Day one profits

Quando os dados do modelo são considerados não observáveis e têm mais do que um impacto insignificante na avaliação, quaisquer ganhos no reconhecimento inicial são diferidos no balanço, como uma reserva de “Day 1 profit and loss”, e amortizados ao longo da vida dos instrumentos. O quadro abaixo apresenta o movimento na reserva:

	2008	2007
Saldo não amortizado a 1 de Janeiro	**191**	310
Diferimento de proveitos em novas transacções	**107**	170
Reconhecido na demonstração de resultado durante o período:		
Subsequente à observabilidade	**(3)**	(73)
Amortização	**(58)**	(94)
Vencimento ou término	**(83)**	(114)
Diferenças cambiais	**(30)**	(8)
Saldo não amortizado a 31 de Dezembro	**124**	191

Crédito próprio

Em certas circunstâncias o Grupo designa a própria dívida ao justo valor através dos resultados. A designação é efectuada quer por eliminação de uma discordância contabilística, por exemplo, quando a dívida financia as posições de negociação, ou porque a dívida é gerida e avaliada numa base de justo valor. Quando se avalia os passivos financeiros registados ao justo valor, o IFRS exige que uma entidade tome em consideração o impacto da solvabilidade do seu próprio crédito, que, em acumulado, pode ter um impacto significativo sobre a avaliação dos passivos. As categorias dos passivos financeiros em que os ajustamentos de *spread* do crédito próprio são feitas incluem os títulos de dívida, passivos subordinados e derivados. Um ajustamento de crédito próprio é aplicado a posições em que se acredita que as contrapartes considerarão a solvabilidade do Grupo quando formar os preços dos negócios.

Os sistemas de negociação do grupo descontam futuras saídas de caixa para passivos mensurados ao justo valor às taxas de oferta interbancárias. O ajustamento para os *spreads* do crédito próprio do Grupo representa a diferença entre a taxa interbancária de oferta e a taxa que inclui o risco próprio percebido pelo mercado do Grupo de incumprimento. Em geral, o Grupo antecipa que os ganhos e perdas resultantes das alterações no sprea de crédito próprio do Grupo reverterá ao longo da vida do instrumento, salvo se recomprado.

Para títulos de dívida emitidos, este ajustamento é baseado em cotações independente dos participantes do mercado para spreads de emissão de dívida acima das taxas interbancárias médias (numa gama de naturezas) que o mercado pediria quando comprasse novas emissões de dívida sénior e subordinada do Grupo. Quando necessário, estas cotações são interpoladas utilizando uma forma de curva derivada dos preços CDS. Para passivos subordinadas o ajustamento de crédito próprio é baseado nos justos valores estimados das obrigações sénior do ABN AMRO que são observáveis.

O Grupo também considera o impacto dos spreads de crédito próprio quando avalia os passivos derivados. Em geral, o impacto é significativo apenas para os passivos derivados que não estão garantidos. Nestas circunstâncias, o *spread* de crédito próprio é calculado utilizando *spread*s de crédito implicados pelas CDS.

O quadro seguinte apresenta os ajustes de *spread* de crédito próprio no passivo registado na demonstração de resultados do ano e e do de 2007.

	Passivos subordinados	Títulos de dívida emitidos	Subtotal	Derivados	Total 2008	Total 2007
Acumulado a 1 de Janeiro	98	261	359	–	**359**	10
Efeito das alterações aos spreads de crédito	138	352	490	75	**565**	349
Efeito de moeda estrangeira	–	102	102	–	**102**	–
Em 31 de Dezembro de 2008	236	715	951	75	**1,026**	359

Activos e passivos financeiros não contabilizados ao justo valor

Foram aplicados os seguintes métodos e pressupostos significativos para estimar os justos valores dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo:

- O justo valor dos instrumentos financeiros de taxa variável e daqueles de uma natureza de taxa fixa que vencem num prazo até 6 meses da data do balanço são assumidos como aproximados dos seus valores contabilísticos. No caso desses empréstimos, a estimativa do justo valor não reflecte as alterações na qualidade crédito, pois o impacto principal do risco de crédito já está reconhecido através da dedução das provisões para perdas de créditos dos montantes contabilísticos.
- O justo valor dos empréstimos e hipotecas de taxa fixa escriturados ao custo amortizado é estimado por comparação com as taxas de juro dos mercados quando os empréstimos forem concedidos as taxas de mercado actuais oferecidas em empréstimos semelhantes.
- As alterações na qualidade de crédito específicas dos empréstimos da carteira não são tomados em consideração na determinação dos justos valores, pois os principais impactos do risco de crédito específico já está reconhecido separadamente através da dedução das provisões por perdas de crédito dos montantes contabilísticos.
- O justo valor dos depósitos à vista e contas poupança (incluídos em dívidas a clientes) sem vencimento esperado é assumido como sendo o montante pagável à vista na data do balanço. O justo valor dos outros empréstimos a clientes e empréstimos a bancos é estimado pela comparação das taxas de juro do mercado quando os empréstimos foram concedidos com as taxas de juro correntes oferecidos em empréstimos similares.
- O justo valor dos títulos de dívida emitidos é baseado no justo valor de cotações independentes dos participantes do mercado para *spreads* da emissão de dívida acima das taxas interbancárias médias (a uma gama de naturezas) que o mercado pediria quando comprasse emissões novas de dívida sénior ou subordinada do Grupo. Quando necessários, estas cotações são interpoladas utilizando uma forma de curva derivada dos preços CDS.
- O justo valor dos passivos subordinados é baseado nos justos valores estimados das obrigações sénior do ABN AMRO.

	2008			2007		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Caixa e saldos em bancos centrais	**5,854**	**5,854**	**–**	16,750	16,750	–
Títulos remunerados a juros detidos até o vencimento	**–**	**–**	**–**	2,634	2,599	(35)
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**75,566**	**75,322**	**(244)**	175,696	175,680	(16)
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	**270,119**	**267,258**		396,762	393,574	
Total	**351,539**	**348,434**	**(3,105)**	591,842	588,603	(3,239)
Passivos financeiros						
Dívidas a bancos	**94,620**	**94,627**	**(7)**	239,334	239,334	–
Dívidas a clientes	**208,984**	**210,392**	**(1,408)**	330,310	330,228	82
Títulos de dívida emitidos	**74,440**	**72,030**	**2,410**	130,327	129,636	691
Passivos subordinados	**12,837**	**8,183**	**4,654**	14,890	13,695	1,195
Total	**390,881**	**385,232**	**5,649**	714,861	712,893	1,968

1 Valores negativos representam uma redução de activos líquidis. Valores positivos representam um aumento de activos líquidos.

38 Gestão de risco financeiro e uso de derivados

Divulgações do risco de instrumentos financeiros

Esta secção apresenta informações sobre a exposição do Grupo ao risco resultante dos instrumentos financeiros e o modo como o Grupo gere estes riscos. Além disso, esta nota inclui ainda um texto explicativo sobre a utilização dos instrumentos financeiros, os riscos associados e o objectivo comercial a que se propõe.

Os mais importantes tipos de riscos associados com instrumentos financeiros a que o Grupo está exposto são:

- Risco de crédito e risco de evento no país;
- Risco de liquidez;
- Risco da taxa de juro (posições da carteira bancária); e
- Risco de mercado (carteira de negociação) incluindo o risco de liquidez, risco cambial, risco de taxa de juro, risco de preço das acções e risco de matérias-primas da carteira de negociação.

A seguir, faz-se uma breve descrição dos riscos de crédito, liquidez, taxa de juro e de mercado na carteira de instrumentos financeiros do Grupo e o o seu impacto na posição execução na posição financeira do Grupo é apresentada nos quadros quantitativos.

Uma explicação detalhada destes riscos é ainda fornecida na Secção 3 Gestão de Risco e Capital.

Risco de crédito

Mensuração e controlo

O grupo está sujeito ao risco de crédito através das suas actividades de concessão de créditos, de negociação, de cobertura e de investimento, bem como, nos casos em que intervém como intermediário em nome de clientes ou terceiros, ou sempre que emita garantias.

A gestão de topo do Grupo é responsável pelo estabelecimento das políticas de crédito e, ainda, dos mecanismos, organização e procedimentos necessários para analisar, gerir e controlar o risco de crédito. A este propósito, os limites das contrapartes são definidos e é aplicado um sistema interno de notações de crédito.

A exposição primária do Grupo a riscos de crédito resulta dos seus empréstimos, facilidades de créditos e garantias emitidas, activos financeiros detidos para negociação (títulos remunerados por juros e derivados) e derivados utilizados para cobertura.

O risco de as contrapartes não cumprirem as suas obrigações é regularmente monitorizado. Para cada transacção efectuada, o Grupo avalia se é necessário prestar uma garantia real ou celebrar um acordo-quadro de compensação para atenuar o risco de crédito.

Exposição máxima ao risco de crédito

Os montantes inscritos no quadro representam a perda contabilística máxima que seria reconhecida na data do balanço se as contrapartes falhassem completamente o cumprimento do contratado e se qualquer garantia real ou título se comprovasse não ter qualquer valor. Consequentemente, os montantes excedem significativamente as perdas esperadas no caso de incumprimento da contraparte.

	2008	2007
Activos derivados detidos para negociação	**178,896**	123,466
Títulos remunerados por juros	**65,564**	93,083
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**36,113**	25,360
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	**252,050**	270,604
Transacções profissionais de títulos	**52,646**	248,608
Multi-seller conduits	**5,264**	29,457
Facilidades de crédito autorizadas	**63,436**	104,137
Passivos contingentes relacionados com crédito	**42,148**	55,140
Total	**696,117**	949,55

A exposição de risco de crédito máxima em activos derivados detidos para negociação é mensurada como o justo valor de positivo actual. Para títulos remunerados por títulos, o custo amortizado já está incluído de forma a reflectir a exposição ao risco de crédito.

A exposição de crédito máximo para qualquer cliente ou contraparte individual não relacionado a 31 de Dezembro de 2008 era EUR 2.584 milhões (2007: EUR 8.136 milhões) antes de tomar em conta a garantia real ou outros melhoramento de qualidade de crédito.

Para uma discriminação das contrapartes dos títulos remunerados por juros na carteira disponível para venda e detida até ao vencimento, ver nota 15. De acordo com os requisitos do DNB, o Grupo não tem uma exposição individualmente significativa a qualquer contraparte isolada na categoria de empréstimos concedidos e contas a receber.

Concentrações de risco de crédito

Concentrações de riscos de crédito (quer se encontrem ou não no balanço) que partilham características semelhantes tais que a sua capacidade em cumprir as obrigações contratuais é, provavelmente, afectada de forma similar devido a alterações económicas ou outras. No âmbito da gestão do risco de concentração, o risco do país em mercados emergentes e o risco de sector são geridos numa base de carteira. Ver os quadros seguintes para mais informações sobre as concentrações do risco de crédito na carteira de clientes.

Concentrações de risco de crédito por zona geográfica e sector

	2008		2007	
	Pendente	% 1	Pendente	% 1
Holanda				
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**15,041**	**19**	11,309	6
Empréstimos concedidos e contas a receber – sector público	**1,590**	**18**	1,547	27
Empréstimos concedidos e contas a receber – comercial	**66,043**	**48**	60,189	42
Empréstimos concedidos e contas a receber – particulares	**102,727**	**94**	102,378	83
Total	**185,401**		175,423	
Europa (excluindo Holanda)				
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**56,815**	**75**	147,223	84
Empréstimos concedidos e contas a receber – sector público	**544**	**6**	1,003	17
Empréstimos concedidos e contas a receber – comercial	**45,477**	**33**	42,416	29
Empréstimos concedidos e contas a receber – particulares	**2,384**	**2**	3,863	3
Total	**105,220**		194,505	
América do Norte				
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**902**	**1**	1,326	1
Empréstimos concedidos e contas a receber – sector público	**105**	**1**	77	1
Empréstimos concedidos e contas a receber – comercial	**9,206**	**7**	9,542	7
Empréstimos concedidos e contas a receber – particulares	**–**		–	
Total	**10,213**		10,945	
América Latina				
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**156**	**–**	4,430	3
Empréstimos concedidos e contas a receber – sector público	**–**		350	6
Empréstimos concedidos e contas a receber – comercial	**531**	**–**	14,085	10
Empréstimos concedidos e contas a receber – particulares	**4**	**–**	12,601	10
Total	**691**		31,466	

1 Calculado como percentagem dos totais do Grupo para os sectores de bancos, público, comercial e particulares, respectivamente.
2 Inclui transacções profissionais de títulos que se eleva a EUR 39.453 milhões (2007: EUR 150.338 milhões).

Concentrações de risco de crédito de facilidades de crédito e garantias emitidas por zona geográfica:

	2008		2007	
	Pendente	% 1	Pendente	% 1
Holanda				
Garantias e outros compromissos	**4,228**	**10**	5,331	10
Facilidades de crédito autorizadas	**17,552**	**28**	21,729	21
Total	**21,780**		27,060	
Europa (excluindo Holanda)				
Garantias e outros compromissos	**25,083**	**59**	32,748	59
Facilidades de crédito autorizadas	**23,351**	**36**	36,846	36
Total	**48,434**		69,594	
América do Norte				
Garantias e outros compromissos	**6,884**	**16**	8,539	15
Facilidades de crédito autorizadas	**18,220**	**29**	31,291	30
Total	**26,104**		39,830	
América Latina				
Garantias e outros compromissos	**230**	**1**	2,630	5
Facilidades de crédito autorizadas	**320**	**1**	8,673	8
Total	**550**		11,303	
Ásia Pacífico				
Garantias e outros compromissos	**5,723**	**14**	5,892	11
Facilidades de crédito autorizadas	**3,993**	**6**	5,598	5
Total	**9,716**		11,490	
Total do Grupo				
Garantias e outros compromissos	**42,148**		55,140	
Facilidades de crédito autorizadas	**63,436**		104,137	
Total	**105,584**		159,277	

1 Calculado como percentagem dos totais do Grupo para passivos contingentes relacionados com crédito e facilidades de crédito autorizadas, respectivamente.

Em 2008, o ABN AMRO alterou a sua discriminação por actividade de modo a alinhar com o relato do RBS Group, baseado no Standard Industry Codes ('SIC').

O total de empréstimos concedidos e contas a receber – comercial por actividade é apresentado no quadro seguinte:

	2008		2007	
	Pendente	% 1	Pendente	% 1
Governo central e local	**523**	**–**	–	–
Indústria	**30,980**	**22**	28,375	19
Construção	**1,967**	**1**	2,386	2
Sector financeiro	**33,996**	**25**	36,578	25
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**56,353**	**41**	57,857	40
Agricultura, exploração florestal e pescas	**5,099**	**4**	8,220	6
Imobiliário e hipotecas	**9,566**	**7**	11,197	8
Total	**138,484**		144,613	

Total de empréstimos concedidos e contas a receber a particulares por tipo de produto é apresentado no quadro abaixo:

	2008		2007	
	Pendente	%	Pendente	%
Hipotecas	**94,147**	**86**	95,561	77
Crédito pessoal	**1,667**	**2**	12,213	10
Cartão de crédito	**1,394**	**1**	2,374	2
Outros créditos ao consumo	**12,090**	**11**	13,105	11
Total	**109,298**		123,253	

Garantias

É política da ABN AMRO reduzir ou mitigar o risco de crédito em facilidades de crédito ou exposição, tanto quanto possível num dado ambiente comercial, cobrindo as facilidades de crédito ou exposição com uma garantia. Para avaliar correctamente em que medida a garantia mitiga o risco de crédito, a garantia deve ser avaliada de acordo com um método de avaliação especificado e adequadamente documentado e monitorizado.

As garantias reais são obtidas se e quando exigido antes da disponibilização dos créditos aprovados. As garantias e cartas de crédito também são sujeitas a avaliações de crédito rigorosas antes de serem concedidas. A amplitude da garantia real detida para garantias e cartas de crédito é, em média, 16% (2007: 18%).

Durante 2008, o ABN AMRO tomou posse de imobiliário, equipamento e outros activos com um valor estimado de EUR 7,6 milhões (2007: EUR 42 milhões). É política do ABN AMRO alienar os imóveis de que voltou a tomar a posse. Os proveitos são utilizados para reduzir ou pagar o crédito pendente. Em geral, estes imóveis retomados não são ocupados para uso comercial. O ABN AMRO não divulga o justo valor da garantia real detida como garantia ou outros melhoramentos da qualidade de crédito em empréstimos e adiantamento já devidos mas que ainda não estão em imparidade ou em empréstimos e adiantamentos individualmente avaliados em imparidade, pois não é pratico fazer tal.

O quadro seguinte apresenta os empréstimos concedidos e contas a pagar de clientes comerciais e particulares por tipo de garantia obtida:

	2008	2007
Clientes comerciais		
Garantias de autoridades públicas	**5,712**	5,341
Hipotecas	**5,687**	11,059
Títulos	**2,291**	2,606
Garantias bancárias	**5,082**	9,180
Outros tipos de garantias	**48,289**	38,772
Sem garantias	**71,423**	77,655
Total	**138,484**	144,613

	2008	2007
Clientes particulares		
Garantias de autoridades públicas	**187**	141
Hipotecas	**94,146**	95,472
Títulos	**804**	1,120
Garantias bancárias	**19**	14
Outros tipos de garantias	**4,861**	10,274
Sem garantias	**9,281**	16,232
Total	**109,298**	123,253

Qualidade de crédito dos activos financeiros que não estão vencidos nem em imparidade a 31 de Dezembro de 2008

A qualidade de crédito da carteira de activos financeiros pode ser avaliado com referência ao sistema de rating de crédito interno do ABN AMRO, que reflecte a probabilidade de incumprimento de um devedor, isto é, a probabilidade de uma contraparte falhar o pagamento dos juros ou do capital e/ou de outras obrigações financeiras ao banco.

Os ratings internos da contraparte do ABN AMRO são uma ferramenta essencial para a gestão e monitorização do risco de crédito do banco, quer ao nível de contraparte quer ao nível de carteira. O rating da contraparte baseia-se em muitos aspectos, incluindo uma análise financeira e não financeira da contraparte.

A cada contraparte a quem o ABN AMRO concede qualquer tipo de facilidade de crédito ou que tem uma exposição é atribuído um Uniform Counterparty Rating (UCR) numa escala de 1 a 8, em que UCR 1 é de excelente qualidade e UCR 8 está, por definição, "em incumprimento", de acordo com a definição de incumprimento do ABN AMRO.

O quadro abaixo mostra uma análise da relação entre os ratings internos do ABN AMRO (UCR), a probabilidade de incumprimento da contraparte e uma indicação de como os ratings internos do ABN AMRO se comparam com as agências de rating externas Standards & Poor's, Fitch and Moody's.

	1	2+ till 2–	3+ till 3–	4+ till 4–	5+ till 5–	6+	6-8
UCR							
Taxas de incumprimento esperadas (%) 2008	0-0.03	0.04-0.10	0.19-0.42	0.68-1.96	3.54-12.92	26.18	100
Taxas de incumprimento esperadas (%) 2007	0-0.03	0.04-0.10	0.20-0.40	0.63-1.82	3.37-13.71	30.11	100
Standards & Poor's / Fitch	AAA/AA-	A+/A-	BBB+/BBB-	BB+/BB-	B+/B-	CCC+/C	–
Moody's	AAA/Aa3	A1/A3	Baa1/Baa3	Ba1/-Ba3	B1-B3	Caa1/C	–

Os quadros seguintes mostram a qualidade de crédito dos activos financeiros que nem estão vencidos nem em imparidade em, respectivamente, 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

Nem vencido nem em imparidade a 31 de Dezembro de 2008 [1]:

	1	2+ till 2–	3+ till 3–	4+ till 4–	5+ till 5–	6+	Not rated	**Total 2008**
UCR								
Títulos remunerados por juros na carteira bancária	53,518	4,103	874	1,710	42	388	4,930	**65,565**
Empréstimos concedidos e contas a pagar – Bancos	54,495	10,402	2,499	1,416	247	879	5,626	**75,564**
Empréstimos concedidos e contas a pagar – Sector público	7,562	236	175	462	196	29	125	**8,785**
Empréstimos concedidos e contas a pagar – Comercial	8,934	15,872	34,947	43,852	11,710	6,692	11,204	**133,211**
Derivados	117,976	31,868	6,011	7,895	1,014	3,440	16,914	**185,118**
Instrumentos extrapatrimoniais	7,841	17,576	19,058	4,497	1,235	8,132	5,097	**63,436**
Total	250,326	80,057	63,564	59,832	14,444	19,560	43,896	**531,679**

1 Excluindo operações descontinuadas

Nem vencido nem em imparidade a 31 de Dezembro de 2007 1:

	1	2+ till 2–	3+ till 3–	4+ till 4–	5+ till 5–	6+	Not rated	Total 2007
UCR								
Títulos remunerados por juros na carteira bancária	61,210	9,702	6,652	661	380	3,458	11,019	**93,082**
Empréstimos concedidos e contas a pagar – Bancos	114,053	43,107	10,330	5,633	218	625	1,731	**175,697**
Empréstimos concedidos e contas a pagar – Sector público	3,839	402	419	446	232	342	59	**5,739**
Empréstimos concedidos e contas a pagar – Comercial	4,621	16,942	41,494	49,380	16,910	2,115	8,918	**140,380**
Derivados	75,852	32,088	6,757	3,412	348	207	7,265	**125,929**
Instrumentos extrapatrimoniais	16,745	29,286	24,619	12,302	2,356	727	18,103	**104,138**
Total	276,320	131,527	90,271	71,834	20,444	7,474	47,095	**644,965**

1 Excluindo operações descontinuadas

Qualidade de crédito dos créditos ao consumo

Os empréstimos concedidos e as contas a receber – particulares de EUR 106.457 milhões (2007: EUR 119.223 milhões) não têm rating. Uma indicação da qualidade de crédito destes empréstimos e contas a receber podem ser derivados do quadro abaixo e a garantia real obtida para os empréstimos e contas a receber, bem como a discriminação geográfica dos produtos subjacentes da carteira, como incluído num quadro anterior desta nota.

A qualidade de crédito de activos financeiros que estão vencidos mas não em imparidade

Os quadros seguintes mostram a análise dos activos financeiros que estão vencidos mas não em imparidade:

	Vencido ≤ 30 dias -	Vencido > 30 dias – ≤ 90 dias	Vencido > 90 dias – ≤ 180 dias	Vencido > 180 dias – ≤ 1 ano	Vencido > 1 ano	Total
31 de Dezembro de 2008						
Empréstimos concedidos e contas a receber – comercial	191	229	66	9	6	**501**
Empréstimos concedidos e contas a receber – particulares	1,554	912	28	5	4	**2,503**

	Vencido ≤ 30 dias -	Vencido > 30 dias – ≤ 90 dias	Vencido > 90 dias – ≤ 180 dias	Vencido > 180 dias – ≤ 1 ano	Vencido > 1 ano	Total
31 de Dezembro de 2007						
Empréstimos concedidos e contas a receber – comercial	1,654	186	15	18	41	1,914
Empréstimos concedidos e contas a receber – particulares	1,795	1,863	77	2	–	3,737

O ABN AMRO não divulga o justo valor da garantia real detida como garantia ou outros melhoramentos da qualidade de crédito em empréstimos e adiantamentos já devidos mas que ainda não estão em imparidade ou em empréstimos e adiantamentos individualmente avaliados em imparidade, pois não é pratico fazer tal.

Activos financeiros renegociados

Os montantes contabilísticos para activos financeiros renegociados, por classe, são os seguintes:

	2008	2007
Empréstimos e adiantamentos – clientes		
Comercial	**317**	603
Particulares	**–**	414
Total de activos financeiros renegociados	**317**	1,017

Estruturação de crédito

O Grupo estrutura investimentos para dar perfis de riscos específicos a investidores. Isto pode envolver a venda de exposições de crédito, frequentemente por meio de derivados de crédito, a uma entidade que subsequentemente financia as exposições de crédito com a emissão de títulos. Estes títulos podem inicialmente ser detidos pelo Grupo, antes da venda para o exterior do Grupo.

Realizações de activos

Ocasionalmente, o Grupo estabelece entidades para finalidades especiais para facilitar a recuperação de empréstimos em circunstâncias em que o mutuário sofreu perdas financeiras.

Risco de liquidez

Mensuração e controlo

O risco de liquidez emerge, em todos os bancos, no financiamento geral das suas actividades. Por exemplo, um banco pode ser incapaz de financiar a sua carteira de activos nos vencimentos e taxas apropriados, ou pode encontrar-se incapaz de liquidar uma posição de um modo atempado a um preço razoável. O Grupo detém capital para absorver perdas inesperadas e gere a liquidez para garantir que estão disponíveis fundos suficientes para satisfazer não apenas os requisito de financiamento em dinheiro conhecidos, mas também aqueles que não eram esperados e que podem aparecer. O Grupo mantém sempre o que nós acreditamos ser níveis adequados de liquidez numa base a nível de Grupo, para satisfazer os levantamentos de depósitos, reembolsar créditos e financiar novos empréstimos, mesmo sob condições de tensão.

O Grupo gere a liquidez numa base diária em todos os países em que o Grupo opera. Cada mercado nacional é único em termos de âmbito e profundidade dos seus mercados financeiros, ambiente concorrencial, produtos e perfil de clientes. Por conseguinte, os executivos gerais são responsáveis por gerir os nossos requisitos de liquidez geral sob supervisão da Gestão de Activos e Passivos do Grupo, por conta da Comissão de Activo e Passivo do Grupo.

Numa base diária a gestão de liquidez do Grupo depende, entre outras coisas, do funcionamento eficaz dos mercados financeiros locais e internacionais. Como isto não é sempre o caso, há planos de financiamento de contingência implantados a nível do Grupo. Estes planos entram em vigor no caso de uma alteração dramática nas actividades de negócio normais ou na estabilidade dos mercados financeiros locais ou internacionais. Como parte deste planeamento de contingência de gestão de liquidez, o Grupo avalia continuamente as potenciais tendências, pedidos, compromissos, eventos e incertezas que possam resultar razoavelmente em aumentos ou diminuições da nossa liquidez. Mais especificamente, o Grupo considera o impacto destas alterações potenciais nas fontes do Grupo de financiamento de curto prazo e planeamento de liquidez de longo prazo.

Conforme o ABN AMRO celebra facilidades de crédito autorizadas, o processo de gestão da liquidez também envolve a avaliação do efeito potencial das contingências inerentes nestes tipos de transacções nas fontes normais de liquidez e financiamento.

Em 2007 e 2008, a perturbação financeira influenciou a gestão e posição da liquidez do ABN AMRO. Um dos impactos mais notáveis foi nos *conduits* de papel comercial garantido por activos (ABCP) geridos pelo ABN AMRO, que são diversificados em termos de cobertura geográfica e activos e os vencimentos dos ABCP estão bem espalhados ao longo do tempo. No final de 2008, a maioria dos *multi-seller conduits* do ABN AMRO e a respectiva emissão e papel de patrocínio foram transferidos para o RBS. Os ABCP remanescentes ABCP em 31 de Dezembro de 2008 eram EUR 17,8 mil milhões (2007: EUR 50,9 mil milhões), dos quais EUR 4,8 mil milhões (2007: EUR 29,3 mil milhões) se relacionam com *multi-seller conduits*. Em 2008, todas as obrigações detidas por *securities arbitrage conduit* do Grupo foram transferidas para o RBS. Em geral, os outros *conduits* importantes foram refinanciados no mercado com o ABN AMRO, em alguns casos, a ser obrigado a depositar os ABCP.

Análise de vencimento dos activos e passivos

O quadro seguinte faz um resumo que classifica o balanço do Grupo nos agrupamentos de vencimentos relevantes, com base nos períodos contratuais remanescentes para o pagamento. Isto não é consistente com o que o Grupo olha para a liquidez, pois os modelos usados também tomam em conta o comportamento esperado dos clientes e outros factores.

Vencimento para o ano terminado a 31 de Dezembro de 2008:

	A pedido	≤ 1 ano	≤ 1 ano ≤ 5 anos	> 5 anos	Vencimento não aplicado	Total
Caixa e saldos em bancos centrais	5,400	418	–	36	–	**5,854**
Activos financeiros detidos para negociação	11,668	26,534	78,563	83,458	12,430	**212,653**
Investimentos financeiros	–	7,790	14,986	42,788	1,497	**67,061**
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	4,237	67,814	2,626	889	–	**75,566**
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	33,976	71,587	44,732	120,212	–	**270,507**
Outros activos	21	2,453	193	482	32,027	**35,176**
Total	55,302	176,596	141,100	247,865	45,954	**666,817**
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	9,385	26,992	78,412	77,298	–	**192,087**
Dívidas a bancos	25,309	64,083	4,266	962	–	**94,620**
Dívidas a clientes	79,226	116,612	7,461	5,705	–	**209,004**
Títulos de dívida emitidos	608	44,336	42,088	24,264	–	**111,296**
Passivos subordinados	–	1,513	872	11,164	–	**13,549**
Outros passivos	3,757	2,231	433	1,829	20,888	**29,138**
Total	118,285	255,767	133,532	121,222	20,888	**649,694**
Derivados usados para cobertura (não descontados)						
Activos	–	1,225	746	1,183	–	**3,154**
Passivos	–	1,247	1,336	4,045	–	**6,628**
Passivos extrapatrimoniais						
Passivos extrapatrimoniais						
Garantias						**37,509**
Facilidades irrevogáveis						**4,639**
Facilidades autorizadas						**63,436**

Vencimento para o ano terminado a 31 de Dezembro de 2007

	A pedido	≤ 1 ano	≤ 1 ano ≤ 5 anos	> 5 anos	Vencimento não aplicado	Total
Activos						
Caixa e saldos em bancos centrais	16,750	–	–	–	–	16,750
Activos financeiros detidos para negociação	9,560	33,628	95,404	57,738	45,947	242,277
Investimentos financeiros	–	23,822	28,630	40,631	3,352	96,435
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	9,300	125,334	26,693	14,369	–	175,696
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	18,038	173,816	83,967	122,510	–	398,331
Outros activos	–	1,754	338	478	95,154	95,724
Total	53,648	358,354	235,032	235,726	142,453	1,025,213
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	2,443	18,455	68,160	66,418	–	155,476
Dívidas a bancos	19,058	214,886	3,590	1,800	–	239,334
Dívidas a clientes	82,627	222,959	12,914	11,852	–	330,352
Títulos de dívida emitidos	–	91,685	59,977	23,333	–	174,995
Passivos subordinados	–	700	3,108	11,808	–	15,616
Outros passivos	4,610	1,709	184	42	72,186	78,731
Total	108,738	550,394	147,933	115,253	72,186	994,504
Derivados usados para cobertura (não descontados)						
Activos	–	1,635	349	494		2,478
Passivos	–	585	751	610		1,946
Passivos extrapatrimoniais						
Garantias						49,337
Facilidades irrevogáveis						5,803
Facilidades autorizadas						104,137

Risco de taxa de juro (carteira bancária)

Sensibilidade da taxa de juro das posições da carteira bancária

O quadro *Earnings Risk* a seguir analisa a sensibilidade acumulada da margem financeira e capital ao longo de um horizonte temporal de 12 e 24 meses, de acordo com os cenários "subida das taxas" e "queda das taxas". A sensibilidade é definida como a alteração da percentagem em margem financeira relativamente a um cenário de caso de base. Este cenário assume a continuação do ambiente da presente curva de rendimentos. Os cenários de "subida das taxas" e "queda das taxas" assumem uma variação paralela gradual da curva de rendimentos durante 12 meses, após o que a curva se mantém inalterada. A análise de sensibilidade é limitada ao Euro e esta é a divisa principal em que o grupo tem os seus ganhos. Os cenários de aumento e descida das taxas são 200 pontos base para ambos os anos apresentados.

O seguinte quadro mostra a possível variação de percentagem acumulada nos proceitos durante o horizonte temporal relevante:

Earnings risk	Horizonte	**Dezembro 2008**	Dezembro 2007
Subida de taxas	Um ano	**(4.1%)**	(3,3%)
	Dois anos	**(5.0%)**	(3,3%)
Queda de taxas	Um ano	**2.4%**	2.5%
	Dois anos	**0.5%**	0.8%

O quadro *Earnings Risk* abaixo dá a alteração acumulada de 2008 em margem financeiro sobre o horizonte temporal relevante em números absolutos.

Earnings Risk (em milhões de euros)	Horizonte	**Dezembro 2008**	Dezembro 2007
Subida de taxas	Um ano	**(105)**	(126)
	Dois anos	**(271)**	(263)
Queda de taxas	Um ano	**62**	94
	Dois anos	**26**	65

O quadro do Risco do valor de mercado mostra a sensibilidade do valor de mercado do capital próprio às variações das taxas de juro para o Euro. O valor de mercado do capital próprio é definido como o valor descontado dos activos, menos o valor descontado dos passivos, mais o valor de mercado dos derivados e outros itens de juros sensíveis na carteira bancária. A sensibilidade é medida como a variação percentual do valor devido um choque *overnight* de alteração da taxa de câmbio. A dimensão do choque é baseada em alterações observadas da curva num mês e um nível de confiança de 99%. O choque da alteração da taxa para Euro foi de 50 pontos base para ambos os anos. Devido à separação do grupo e transferências relacionadas de algumas carteiras após a aquisição pelo Consórcio . ambos os anos não são completamente comparáveis.

Risco do valor de Mercado	**Dezembro 2008**	Dezembro 2007
Subida das taxas	**(3.8%)**	(2.3%)
Descida das taxas	**3.3%**	1.6%

A análise de sensibilidade, que é baseada na nossa modelação de risco da taxa de juros dos activos e passivos, é usada, apenas, para fins de gestão de risco. O modelo acima assume que durante o decurso do ano nenhumas outras alterações são feitas na respectiva carteira. O *Earnings-at-Risk* mostra uma predição possível baseada no modelo e as variações reais na margem financeira diferirão do modelo.

Exposições

Todas as carteiras de negociação estão sujeitas ao risco do mercado. As principais fontes de risco de mercado são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio, preço das acções, preço de matérias-primas, *spread* de crédito, volatilidade e correlação. O ABN AMRO define risco de mercado como o risco que altera os preços no mercado financeiro e que diminui o valor das carteiras de negociação. Os instrumentos nas nossas carteiras de negociação são reconhecidos pelo justo valo e as alterações nas condições do mercado afectam directamente os resultados em operações financeiras.

Mensuração e controlo

O Grupo aplica uma metodologia de Valor em risco (VaR) para estimar o risco de mercado das suas carteiras de negociação. O Grupo usa o VaR como a sua ferramenta principal para a monitorização quotidiana dos riscos de mercado. A Comissão de Activo e Passivo do Grupo estabelece limites no nível máximo do VaR num alto nível agregado para o Grupo. Os comités de risco podem estabelecer vários limites VaR em níveis agregados mais baixos.
Outras medidas de controlo usadas no processo de gestão de risco do mercado incluem cenários históricos e de stress, limites em posições líquidas abertas, sensibilidade à taxa de juro por pontos base, sensibilidades de *spreads*, parâmetros de opções, concentrações de posições e idade da posição.

Valor em risco (*Value-at-Risk*)

O VaR é uma metodologia para avaliar a exposição ao risco de mercado num número único. O VaR é uma mensuração estatística que estima as perdas potenciais e é definido como a perda previsível que pode ser causada por alteração nos factores de risco sob circunstância normais, ao longo de um período de tempo especificado e com um nível de confiança estatística especificado. O Grupo utiliza um modelo VaR proprietário que foi aprovado pelo DNB.

A metodologia VaR em risco adoptada pelo Grupo para o seu cálculo VaR é a simulação histórica, usando aproximadamente 1,5 anos de dados históricos ponderados (método de decaimento exponencial). O VaR em risco é calculado num nível de confiança de 99% para um período de detenção de um dia, usando variações absolutas em taxas e preços históricos para factores relacionados com taxas de juros e todos os riscos de volatilidade implícita e variações relativas em taxas e preços históricos para outros factores de risco. As posições detectadas pelos cálculos VaR do Grupo incluem posições de derivados e de caixa que são reportados como activos e passivos detidos para negociação. O VaR é reportado diariamente por carteira de negociação, por linha de produtos e para o Grupo, como um todo. É reportado diariamente à gestão de topo das UN, Gestão de Risco do Grupo e membros responsáveis do Conselho de Administração.

O quadro seguinte dá o Valor em Risco por categoria (nível de confiança 99%, período de detenção 1 dia) para 2008 e 2007):

(em milhões de euros)	**Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2008**				Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2007			
	Mínimo	Máximo	Médio	Fim do ano	Mínimo	Máximo	Médio	Fim do ano
Risco de taxa de juro	**28.5**	**93.8**	**49.6**	**68.8**	9.5	59.7	27.4	44.8
Risco de preço de acções	**12.6**	**79.9**	**29.7**	**19.4**	14.8	65.2	35.3	37.0
Risco cambial	**2.7**	**19.6**	**8.5**	**13.9**	2.1	13.6	4.6	4.4
Risco de preço de matérias-primas	**0.4**	**12.7**	**2.2**	**2.0**	0.2	6.0	1.4	1.2
Efeito de diversificação	**–**	**–**	**–**	**(33.4)**	–	–	–	
VaR agregado 1	**30.7**	**113.5**	**57.4**	**70.7**	18.4	68.3	40.2	52.2

1 *O máximo (e mínimo) para cada categoria ocorrido em diferentes dias e, por conseguinte, não têm relação directa com o máximo (e mínimo) do Valor em risco agregado. O Valor em risco agregado inclui o efeito de diversificação de correlações imperfeitas ou negativas entre certos tipos de risco. Por conseguinte, o Valor em risco agregado pode ser inferior à soma dos tipos de riscos individuais no mesmo dia (p. ex., fim do ano)*

O *back-testing* é efectuado sobre os lucros e perdas reais e hipotéticos e os resultados são relatados ao DNB numa periodicidade trimestral. Com um nível de confiança de 99%, a expectativa estatística é que em um de cada 100 dias de negócio ocorra uma perda que exceda o VaR. O *back-testing* é um instrumento essencial para validação ex-post do nosso modelo interno de VaR.

Teste de stress

As limitações do modelo VaR significa que o ABN AMRO deve complementá-lo com outros testes estatísticos. Estes incluem uma série de testes de stress, cenários e testes de sensibilidade de stress que fazem luz sobre o hipotético comportamento da nossa carteira e o impacto de movimentos extremos de mercado nos resultados financeiros do Grupo. Os testes de sensibilidade de stress e os cenários de stress foram desenvolvidos internamente para reflectir características específicas das carteiras do Grupo e são executados diariamente para cada carteira de negociação e com vários níveis de agregação. Eles aplicam aumentos e diminuições paralelas num certo número de elementos de risco ou num elemento de risco, cenários históricos reais (movimentos não paralelos num certo número de elementos de risco) ou choques futuros considerados plausíveis.

Cobertura de capital

Os rácios de capital são cobertos para evitar variações materiais na taxa de câmbio EUR/USD. O enfoque principal é proteger o rácio de core tier 1 contra movimentos prejudiciais da taxa de câmbio.
Os investimentos do ABN AMRO em unidades operacionais estrangeiras em divisas diferentes do USD são cobertas numa base selectiva. O ABN AMRO considera o uso de cobertura em casos onde a perda cambial esperada é superior ao diferencial da taxa de juro entre as duas divisas que representam o custo da cobertura.

O quadro analisa a sensibilidade do capital social do ABN AMRO a uma apreciação de 10% e uma depreciação de 10%, respectivamente, no euro contra todas as moedas estrangeiras.

(em milhões de euros)	**2008**	2007
Euro aprecia-se em 10%	**312**	(813)
Euro deprecia-se em 10%	**(312)**	813

Uso de derivados

Instrumentos derivados

O Grupo usa instrumentos derivados para fornecer soluções de gestão de risco aos seus clientes, para gerir a própria exposição do Grupo a vários riscos (incluindo riscos de juro, cambial e de crédito) e para negociação por conta própria. Um derivado é um instrumento financeiro que é liquidado numa data futura e exige pouco ou nenhum investimento líquido inicial e cujo valor varia em resposta às alterações no preço de um outro instrumento financeiro, um índice ou qualquer outra variável.

A maioria dos contratos de derivados são acordados num montante ("nocional"), duração e preço directamente com a contraparte (fora de bolsa). Os restantes são normalizados em termos dos seus montantes e datas de liquidação e são comprados e vendidos em mercados organizados (negociado em bolsa).

O montante nocional, ou contratual, de um derivado representa a quantidade de referência do instrumento financeiro subjacente em que o contrato de derivados está baseado. O valor do contrato de derivado é tipicamente determinado pela aplicação de um preço calculado a este montante nocional e é a base sobre a qual são mensuradas as alterações no valor do contrato. O montante nocional proporciona uma indicação sobre o volume subjacente do negócio transaccionado pelo Grupo, mas não proporciona qualquer mensuração do risco e não é incluído no balanço

Justos valores positivos e negativos nas diferentes transacções apenas são compensados se as transacções forem com a mesma contraparte e os fluxos de caixa serão saldados numa base líquida e o Grupo tem o direito legal de compensar em separado as transacções com essa contraparte.

Tipos de instrumentos derivados

Os tipos mais comuns de derivados utilizados são os seguintes:

Forwards são contratos vinculativos de compra ou venda de instrumentos financeiros, na sua maioria, tipicamente, divisas, numa data futura por um preço especificado. Os contratos de forwards são acordos feitos à medida, que são transaccionados entre contrapartes no mercado fora da bolsa (OTC).

Futuros são acordos negociados na bolsa para compra e venda de uma quantidade standard de grau especificado ou tipo de instrumento financeiro, divisa ou matéria-prima, numa data futura especificada.

Derivados de matérias-primas são contratos de compra ou venda de um artigo não financeiro. Podem ser negociados na bolsa ou OTC.

Swaps são acordos entre duas partes para permuta de fluxos monetários num montante nocional especificado por um período predeterminado. A maioria dos *swaps* é negociada OTC. Os principais tipos de transacções de swaps realizados pelo Grupo são os seguintes:

- Contratos de *swaps* de taxa de juro – tipicamente, a troca contratual de pagamentos juros a taxa fixa ou variável, numa única moeda, baseada num montante nocional e numa taxa de juro de referência, sendo a LIBOR a mais corrente.
- Swaps cambiais – a troca de pagamentos de juros, baseada em dois montantes em capital em duas divisas diferentes e taxas de juros de referência diferentes e, habitualmente, a troca dos montantes em capital no início e no fim do contrato.
- Credit default swaps (CDS) – acordos bilaterais sob os quais uma parte (comprador de protecção) faz um ou mais pagamentos à outra parte (vendedor de protecção) em troca de um compromisso pelo vendedor de fazer um pagamento ao comprador, no seguimento de um evento de crédito específico. Os CDS podem ser num único nome (contraparte) ou em vários (ou série de) nomes (contrapartes). A liquidação a seguir um evento de crédito pode ser um montante em dinheiro ou dinheiro em retorno da entrega física de uma ou mais obrigações da entidade de crédito e é feita independentemente de o comprador de protecção sofrido ou não, realmente, uma perda.
- *Swaps* de fluxo de crédito (TRS) – dá ao comprador do crédito exposição a todos os fluxos monetários e benefícios e riscos económicos de um activo subjacente, sem ter que possuir o activo, em troca de uma série de pagamentos, frequentemente baseados numa taxa de juro de referência, como a LIBOR. O vendedor do crédito tem uma posição igual e oposta. Um tipo específico de *swaps* de fluxo de crédito é um *equity swap*.

As opções são acordos contratuais, sob os quais, tipicamente, o vendedor (*write*r) concede ao comprador o direito, mas não a obrigação de comprar (*call option*) ou vender (*put option*) até ou numa data fixa uma quantidade especificada de um instrumento financeiro ou matéria-prima a um preço predeterminado. O comprador paga um prémio ao vendedor por este direito. As opções podem ser negociadas OTC ou num mercado regulado e podem ser negociadas na forma de um título (*warrant*).

Derivados transaccionados com objectivos de negociação

A maioria das transacções de derivados do Grupo relaciona-se com actividades de vendas e negociação. As actividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir os riscos reais ou esperados.

As actividades de negociação são realizadas, principalmente, com o fim de gerar lucros de flutuações de curto prazo no preço ou na margem, e inclui actividades de criação de mercado, posicionamento e arbitragem:

- A criação de mercado envolve cotar os preços de compra e venda para outros participantes do mercado, com a intenção de gerar um rendimento baseado no spread e no volume.
- O posicionamento significa gerir posições de risco de mercado com a expectativa de lucrar com movimentos favoráveis nos preços, taxas ou índices.
- As actividades de arbitragem envolvem a identificar e lucrar com diferenciais de preço entre mercados e produtos.

Derivados transaccionados por objectivos de cobertura

O Grupo realiza transacções de derivados com o objectivo de cobertura de activos, passivos, transacções de previsões, fluxos de caixa e exposições de crédito. O tratamento contabilístico das transacções de cobertura varia de acordo com a natureza do instrumento coberto e se a cobertura é elegível para fins contabilísticos (ver políticas contabilísticas).

O Grupo também realiza transacções de derivados que fornecem coberturas económicas para as exposições de risco de crédito, mas não satisfazem os requisitos para tratamento contabilístico de cobertura; por exemplo, o Grupo usa CDS como coberturas económicas para exposições a risco de crédito em carteiras de empréstimos e produtos negociados, mas nem sempre pode aplicar a contabilidade de cobertura a essas posições.

Riscos de instrumentos derivados

Os instrumentos derivados são transaccionados em muitas carteiras de negociação, geralmente, incluem vários tipos de instrumentos, e não apenas derivados. O risco de mercado dos derivados é gerido e controlado como parte integrante do risco do mercado destas carteiras. A abordagem do Grupo ao risco de mercado é descrita na secção risco do mercado.

Os instrumentos de derivados são transaccionados com muitas contrapartes diferentes. O risco de crédito do derivados é gerido e controlado no contexto da exposição ao crédito geral do Grupo relativamente a cada contraparte. A abordagem do Grupo ao risco de crédito é descrita na secção do risco de crédito financeiro destas notas. Deve ser notado que, embora os valores mostrados no balanço possam ser um componente importante da exposição ao crédito do Grupo, os justos valores positivos para qualquer contraparte raramente são um reflexo adequado da exposição ao crédito do Grupo sobre os seus negócios de derivados com essa contraparte. Isto acontece, por um lado, porque os justos valores podem aumentar ao longo do tempo (“exposição futura potencial”), ao passo que, por outro lado, a exposição pode ser mitigada pela celebração de acordos-quadros de compensação e acordos bilaterais com garantia real com contrapartes.

39 Adequação dos fundos próprios

Na sequência da sua aquisição pela RFS Holdings, o ABN AMRO recebeu aprovação para um período de transição, por parte do DNB e da FSA, relativamente ao cumprimento das regras de fundos próprios de Basileia II. O ABN AMRO acordou com estes reguladores continuar a reportar os números com base em Basileia I até Dezembro 2009. Em conformidade com isto, foram estabelecidos requisitos mínimos específicos para os rácios de capital de Tier 1 e Total, incluindo o requisito para tratar as deduções de capital da mesma maneira exigida por Basileia II.

Estes rácios medem a adequação dos fundos próprios comparando o capital elegível do Grupo com os activos do seu balanço, compromissos extrapatrimoniais e mercado e outras posições de riscos em montante ponderados, para reflectir o seu risco relativo. A abordagem ao risco de mercado cobre o risco de mercado geral e o risco de posições abertas em divisas e títulos de dívida e de capital.

O nível de adequação dos fundos próprios do Grupo era o seguinte:

	Balanço / montante não ponderado		Montante ponderado de risco, incluindo efeito de acordo-quadro de compensação	
	2008	2007	**2008**	2007
***Activo do balanço** (líquido de provisões)*				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	**5,854**	16,750	**485**	271
Activos financeiros detidos para negociação	**212,653**	242,277	**–**	–
Investimentos financeiros	**67,061**	96,435	**4,961**	7,591
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**75,566**	175,696	**4,210**	6,182
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	**270,507**	398,331	**101,909**	107,724
Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	**796**	871	**138**	268
Activos tangíveis	**2,035**	2,747	**2,002**	2,518
Goodwill e outros activos intangíveis	**924**	1,424	**583**	871
Activos de negócios detidos para venda	**1,583**	60,458	**1,205**	39,631
Adiantamentos e proveitos acrescidos	**7,011**	12,580	**2,003**	4,126
Activos fiscais	**5,100**	4,875	**–**	–
Outros activos	**17,727**	12,769	**2,171**	2,877
Subtotal	**666,817**	1,025,213	**119,667**	172,059
Posições e derivados extrapatrimoniais				
Compromissos e contingências relacionados com crédito	**105,584**	159,277	**28,053**	38,607
Equivalentes de crédito de derivados			**14,814**	14,472
Companhias de seguros e outros			**425**	532
Subtotal			**43,292**	53,611
Total de riscos de crédito			**162,959**	225,670
Requisitos de risco de mercado			**13,069**	6,642
Total de activos ponderados em função do risco			**176,028**	232,312

O capital de Tier 1 consiste nas participações dos accionistas e passivos subordinados elegíveis, menos o goodwill e alguns activos intangíveis. O capital de Tier 2 representa os passivos subordinados elegíveis adicionais, tomando em conta os restantes vencimentos. O capital de Core Tier 1 é o capital que exclui os passivos subordinados elegíveis.

O seguinte quadro analisa o capital efectivo e o padrão mínimo de modo a cumprir com os requisitos da supervisão:

	2008		2007	
	Exigido	Efectivo	Exigido	Efectivo
Capital total	**22,004**	**25,405**	18,584	33,938
Rácio de capital total	**12.50%**	**14.43%**	8.00%	14.61%
Capital de Tier 1	**15,843**	**19,152**	9,292	28,850
Rácio de capital de Tier 1	**9.00%**	**10.88%**	4.00%	12.42%
Core Tier 1		**17,778**		24,597
Rácio Core Tier 1		**10.10%**		10.59%

Na determinação do cumprimento do requisito de adequação de fundos próprios, são considerados tanto os riscos de crédito existentes como futuros. Para o efeito, as potenciais perdas actuais nos derivados, que correspondem ao justo valor baseado nas condições do mercado à data do balanço, são aumentadas numa percentagem dos montantes nocionais relevantes, dependendo da natureza e do prazo remanescente do contrato. Este método considera a possível evolução adversa do justo valor durante o prazo remanescente do contrato. A análise apresentada a seguir mostra o equivalente de crédito resultante,

não ponderado e ponderado relativamente ao risco de contraparte (essencialmente bancos). Os valores permitem ver o impacto das transacções de *netting* e outras garantias reais. Durante 2008, o ABN AMRO cumpriu com os requisitos de fundos próprios da supervisão aos quais está sujeito.

Equivalente de crédito de contratos derivados

	2008	2007
Contratos de taxa de juro	**86.5**	97.2
Contratos de divisas	**48.1**	41.6
Outros contratos	**90.0**	115.5
	224.6	254.3
Efeito de netting contratual	**163.1**	188.0
Equivalente de crédito não ponderado	**61.5**	66.3
Equivalente de crédito ponderado	**14.8**	14.5

40 Titularizações

Como parte das actividades de financiamento e mitigação do risco de crédito do Grupo, os fluxos de caixa dos activos financeiros seleccionados são transferidos para terceiros para fins de financiamento. Substancialmente, todos os activos financeiros incluídos nestas transacções são carteiras de hipotecas e de outros empréstimos. A extensão do contínuo envolvimento do Grupo nestes activos financeiros varia por transacção.

O Grupo participa em operações de venda em que os fluxos de caixa relativos aos vários activos financeiros são transferidos para uma entidade de finalidades especiais (SPE) consolidada. Quando nestas transacções nem todos os riscos e recompensas nem o controlo sobre os activos financeiros tenham sido, substancialmente, transferidos, todo o activo continua a ser reconhecido no balanço consolidado. No caso das operações de venda envolvendo uma SPE consolidada, os riscos e recompensas retidos são usualmente um spread relacionado com um juro e/ou uma exposição nas perdas do primeiro crédito. Os montantes escriturados dos activos e passivos associados são de cerca de EUR 4.609 milhões, EUR 5.437 milhões e EUR 5.554 milhões em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

Reconhecimento total e envolvimento contínuo

Adicionalmente, o Grupo participa em várias operações relacionadas com hipotecas na Holanda que foram conduzidas sem o envolvimento de uma SPE. Nestas operações, os critérios de desreconhecimento não são completamente satisfeitos e todo o activo continua a ser reconhecido no balanço consolidado. O Grupo também mantém exposição a certos riscos da taxa de juro. Os montantes escriturados destes activos com hipoteca e passivos associados aproximam-se a EUR 151 milhões, EUR 203 milhões e EUR 272 milhões em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

O Grupo não participou em qualquer transacção onde tenha ocorrido um desreconhecimento parcial de porções especificadas de um activo financeiro inteiro.

Transacções sintéticas

Ademais, o Grupo tem titularizações sintéticas por um montante de EUR 110.764 milhões (2007: EUR 119.115 milhões). Através de uma titularização sintética, o Grupo é capaz de comprar protecção sem uma real transferência de quaisquer activos para uma SPE, visto que as SPE cobriram a sua exposição através da emissão de títulos de dívida indexado a crédito ou papel comercial. Como resultado, o Grupo, como proprietário dos activos, compra protecção para transferir o risco de crédito numa carteira de activos para uma outra entidade que vende a protecção. Embora uma parte substancial do risco de crédito relacionado com estas carteiras de
de empréstimos seja transferida, a propriedade real da carteira dos activos mantém-se no Grupo. Em geral, os investidores terceiros nos valores mobiliários emitidos pelas SPE apenas têm recurso aos activos da SPE, não os do Grupo.

Credit default swaps

Para além das operações acima mencionadas, o Grupo também usa *credit default swaps* em programas de titularizações sintéticas para reduzir o risco de crédito das partes da carteira de empréstimos, ao vender estes riscos directamente nos mercados de capitais. Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo comprou protecção de crédito por um montante de 23.413 milhões (2007: EUR 54.816 milhões). De modo a mitigar a volatilidade da demonstração de resultados associadas com os justos valores destes *credit default swaps* e de acordo com o apetite pelo risco do Grupo e estratégia de cobertura, as coberturas destes *credit default swaps* são realizadas com base em índices de risco de crédito. A correlação destes com os *credit default swaps* é monitorizada e a estratégia é adaptada quando necessário.

41 Investimentos de *private equity*

Os investimentos em *private equity* são consolidados ou detidos de acordo com o seu justo valor através dos resultados.

Participações de *private equity* consolidadas

Os investimentos com carácter de *private equity* controlados pelo Grupo são consolidados. Estas participações representam uma ampla gama de actividades não bancárias. Os custos com pessoal e outros custos associados às actividades de produção e fabrico são apresentados no âmbito das despesas com material. O impacto da consolidação destes investimentos nas demonstrações de resultados é apresentado no quadro que se segue:

	2008	2007	2006
Proveitos das participações de *private equity* consolidadas	**1,726**	3,836	5,313
Outros proveitos incluídos nos proveitos de exploração	**(45)**	(226)	(340)
Total de proveitos de exploração de participações de *private equity* consolidadas	**1,681**	3,610	4,973
Custos de bens e materiais de participações de *private equity* consolidadas	**1,278**	2,744	3,684
Incluído em custos com pessoal	**176**	390	577
Incluído em custos administrativos	**136**	332	466
Incluído em depreciação e amortização	**45**	168	212
Total de despesas de exploração	**1,635**	3,634	4,939
Lucro líquido de exploração antes de impostos das participações de *private equity* consolidadas	**46**	(24)	34

Os custos de bens e materiais incluem custos com pessoal relacionado com actividades de fabrico e produção.

Os activos e passivos destas participações consolidadas são incluídos no balanço do Grupo como activos e passivos dos negócios detidos para venda, pois o ABN AMRO tem um plano para vender os investimentos de *private equity*. O total de activos destas entidades consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 era de EUR 435 milhões (2007: EUR 1,698 milhões), excluindo goodwill.

Investimentos de *private equity* não consolidados

Os investimentos de *private equity* em que o Grupo não tem o controlo são contabilizados pelo justo valor com alteração através dos resultados. Embora o controlo não esteja no Grupo, em muitos casos o Grupo tem uma influência significativa, normalmente evidenciada por uma participação social entre 20% e 50%. A influência significativa é detida em aproximadamente 29 (2006: 74) investimentos com um justo valor positivo material. O total do justo valor destes investimento é de EUR 271 milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007: EUR 439 milhões), operando em vários sectores, incluindo as tecnologias das Informações, ciências da vida, meios de comunicação social e telecomunicações.

42 *Joint ventures*

As actividades do Grupo conduzidas através de *joint ventures* incluem transferências de dinheiro, seguros, financiamentos, leasing, custódia global e operações de mercados de capitais de participações sociais. As demonstrações financeiras consolidadas das *joint ventures* incluem os seguintes activos e passivos, proveitos e custos, representam a parte proporcional do Grupo:

	2008	2007
Activos		
Activos financeiros detidos para negociação	**203**	1,049
Investimentos financeiros	**1,946**	2,193
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos e clientes	**34**	246
Bens tangíveis	**17**	18
Acréscimo de proveitos e despesas e custos antecipados	**56**	55
Outros activos	**2,391**	2,827
Total	**4,647**	6,388
Passivos		
Passivos financeiros detidos para negociação	**4**	3
Dívidas a bancos e clientes	**32**	129
Títulos de dívida emitidos	**–**	27
Provisões	**2,142**	3,156
Outros passivos	**2,391**	2,865
Total	**4,569**	6,180
Total de proveitos de exploração	**56**	185
Despesas de exploração	**30**	74
Resultado operacional	**26**	111
Custos de imposto	**9**	31
Lucro líquido	**17**	80

Joint ventures mais significativas:

	Interesse detido (%)	Actividades principais
Neuflize Vie	60	Insurance

43 Remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal como descrita e quantificada abaixo apenas é aplicável aos membros do Conselho de Administração que foram nomeados antes da aquisição do Grupo pelo Consórcio do RBS, Fortis e Santander ou que foram nomeados após a aquisição, mas que já tinham contrato com ABN AMRO antes da aquisição. Para os outros membros dos Conselhos, nomeados após a aquisição, em nome dos membros do consórcio, este pacote remuneratório não é aplicável. As suas remunerações são pagas pelos respectivos membros do consórcio e, em conformidade com isso, não estão incluídos nos quadros abaixo. Adicionalmente, o Conselho de Administração é composto pelos administradores estatutários do ABN AMRO Holding N.V.

Remuneração do Conselho de Administração

A estrutura do pacote remuneratório do Conselho de Administração está em vigor desde 2001 e foi ajustado em 2005 e 2006. A remuneração do Conselho de Administração tem vários componentes que, como pacote, tornam-na comparável com a remuneração oferecida pelos seus homólogos no mercado. Os homólogos são definidos como as outras grandes empresas holandesas e outros bancos europeus equiparáveis. A Comissão de Nomeações e Remunerações reviu o Pacote do Conselho de Administração pela última vez em 2006 e em 2007 fez algumas alterações nos então aplicáveis planos de Incentivos de Longo Prazo (LTIP). Com eficácia a partir de 2008, ocorreu ainda uma outra alteração nos planos de Incentivos de Longo prazo.

O pacote remuneratório do Conselho de Administração tem os seguintes componentes:

- Salário base
- Bónus de desempenho
- Incentivos de longo prazo (LTIP) – Performance Share Plan e Share Investment & Matching Plan.
- Outros benefícios

Salário base

Todos os membros do Conselho de Administração recebem um salário base comum. Os salários são revistos anualmente com ajustes que entram em vigor a 1 de Janeiro, Em 2008, os salários bases do Conselho de Administração foram ajustados para cima em 2,5% para reflectir a inflação, elevando o salário de 2007 de EUR 666.500 para um montante arredondado para baixo de EUR 683.000 em 2008.

Bónus de desempenho

O bónus de desempenho anual para os membros do Conselho de Administração era baseado em objectivos quantitativos do ABN AMRO ao nível do empresa e objectivos de desempenho qualitativo tanto a nível de empresa como das UN. Os objectivos são estabelecidos anualmente pela Comissão de Nomeações e Remunerações e aprovados pelo Conselho Fiscal. O bónus em dinheiro era expresso como percentagem do salário base com um resultado entre 0 e 200%. Um desempenho que alcance o objectivo resultava num bónus de 150% do salário base. Após um bónus de percentagem ter sido estabelecido na avaliação dos objectivos quantitativos, a Comissão de Nomeações e Remunerações pode usar da sua discrição para ajustar o resultado do bónus num intervalo de mais ou menos 20%% do salário bruto anual, com base na avaliação dos critérios qualitativos estabelecidos.

A Comissão de Nomeações e Remunerações decidiu que para o ano de 2008 não serão concedidos bónus aos membros do Conselho de Administração, tendo em consideração a mudança de contexto em que as instituições financeiras operam actualmente e, também, considerando os interesses colectivos e individuais das partes interessadas do ABN AMRO neste ano de exercício. O Conselho Fiscal aprovou esta decisão.

Liquidação em dinheiro dos prémios pendentes do plano de Incentivos de Longo Prazo (LTIP) como acima descrito

No ano de exercício de 2007, foram dados prémios, pela última vez, de acordo com os LTIP do ABN AMRO, o Performance Share Plan (PSP) e o Share Investment & Matching Plan ('SIMP'). Em 2007, os Conselhos Fiscal e de Administração do ABN AMRO resolveram, de acordo com a sua discrição sob as regras dos LTIP do Grupo, que todos os prémios e opções pendentes de acordo com estes LTIP, incluindo os prémios concedidos em 2007, devem ser liquidados em dinheiro, como consequência da aquisição do ABN AMRO pelo Consórcio da Fortis, RBS e Santander.

Em 17 de Outubro de 2007, a data para a liquidação das acções no âmbito da proposta do Consórcio, foi a data para liquidação em dinheiro dos prémios segundo os LTIP. Em relação ao cálculo do montante da liquidação em dinheiro, o valor de uma acção ABN AMRO foi o valor de uma acção na proposta na data de liquidação. Este valor resultou em EUR 35,60, mais EUR 2,28 representando o valor de 0,296 da acção RBS contra o preço de fecho da acção RBS em 17 de Outubro de 2007. O valor (a seguir referido como Preço de Liquidação) por acção do ABN AMRO Holding N.V. (uma 'Acção'), elevando-se assim a EUR 37,88.

Dada a aquisição do ABN AMRO pelo Consórcio, já não havia um mercado verdadeiro para as acções do ABN AMRO. Por conseguinte, estes planos deixaram de estar disponíveis. No entanto, os membros do consórcio reconheceram a contribuição essencial que os membros do Conselho de Administração e outros Executivos de Topo fazem para o negócio e decidiram desenvolver uma acordo alternativo.

Este acordo resultou num prémio de incentivo de longo prazo alinhado com o plano do respectivo Membro do Consórcio em que o Executivo de Topo e membros do Conselho de Administração individuais trabalharão após a separação, se aplicável. Por isso, um dos membros do Conselho de Administração originário do ABN AMRO recebeu um prémio de acordo com o Phantom Equity Plan do Fortis Bank (Nederland) para 2008 e um outro membro do Conselho de Administração recebeu um prédio de acordo com o Restricted Share Plan do Royal Bank of Scotland Group.

Como consequência da compra da participação do Fortis no ABN AMRO, detida através da participação no RFS Holdings pelo Estado Holandês, as condições de prémios para uma transferência do prémio Fortis para um prémio em dinheiro diferido com base no Deferred Cash Plan do ABN AMRO de 2008 foi aplicável aos membros de Executivo de Topo que não foram alocados a um dos Membros do Consórcio.

O valor subjacente dos prémios dos membros do Conselho de Administração foi de EUR 770.000 e de EUR 390.000 para os Vice-presidentes Principais Executivos e o prémio será conferido na data de atribuição (31 de Dezembro de 2010) ou antes desta data no caso de uma redundância antecipada por via de um rateio do prémio original.

Pensão

O salário pensionável do Conselho é 100% do salário base anual. Desde 1 de Janeiro de 2006, a idade normal de reforma dos membros do Conselho de administração é aos 65 anos, com base no rendimento médio (2,15% por ano). É possível reformar-se mais cedo. O Fundo de pensões do ABN AMRO gere o plano de pensões.

Outros benefícios

- O pacote remuneratório do Conselho de Administração também inclui:
- O uso de um automóvel da sociedade em leasing com condutor.
- Reembolso do custo das medidas de segurança adequadas para a sua residência particular principal.
- Uma apólice de seguro de acidentes pessoais 24 horas com um montante fixo coberto de EUR 1,8 milhões para os vogais e EUR 2,5 milhões para o Presidente.
- Contribuições para seguro de saúde privada, de acordo com as políticas aplicáveis a todos os outros colaboradores do ABN AMRO na Holanda.
- Taxas preferenciais em produtos bancários, tais como hipotecas e empréstimos, de acordo com as mesmas políticas que
- se aplicam a todo o restante pessoal do ABN AMRO na Holanda.

O quadro seguinte resume os prémios totais, as opções e acções do ABN AMRO, e os empréstimos pendentes dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

(em milhões de euros)	Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	2008	2007	**2008**	2007
Salários e outros benefícios de curto prazo	**2,028**	4,901	**725**	1,471
Pensões	**353**	1,423	**–**	–
Benefícios de rescisão	**19,790**	4,881	**–**	–
Pagamentos de partilha de lucros e de bónus	**–**	6,400	**–**	–
Pagamentos com base em acções	**83**	40,057	**–**	–
Empréstimos (pendentes)	**2,868**	6,226	**–**	–

O seguinte quadro resume os salários, outros prémios e bónus de membros individuais do Conselho Fiscal, desde que estas prémios estejam incluídos na demonstração de resultados.

	2008					2007				
	Salário Base	Outros pagamentos 1	Bónus	Pagamentos com base em acções 2	Custos de pensão 3	Salário Base	Outros pagamentos 1	Bónus	Pagamentos com base em acções 2	Custos de pensão 3
W.G. Jiskoot 4	**285**	**4,490**	**–**	**–**	**90**	667	–	1,000	5,501	239
J.Ch.L. Kuiper 5	**114**	**–**	**–**	**–**	**52**	667	–	1,000	5,501	336
H.G. Boumeester 6	**114**	**3,800**	**–**	**–**	**24**	667	–	1,000	4,821	203
P.S. Overmars 7	**–**	**3,500**	**–**	**–**	**–**	667	–	1,000	4,821	115
R. Teerlink 8	**171**	**–**	**–**	**–**	**25**	667	–	1,000	4,821	119
J.P. Schmittmann 9	**678**	**8,248**	**–**	**–**	**108**	111	–	–	–	18
M.G.J. de Jong 10	**418**	**–**	**–**	**83**	**54**	–	–	–	800	–
R.W.J. Groenink 11	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	778	4,881	1,400	7,701	275
H.Y. Scott-Barrett 12	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	389	288	–	5,259	118

1 Outros pagamentos incluem pagamentos por cessação de contrato, pagamentos de dinheiro diferidos e subsídios de deslocação ao estrangeiro.
2 Os pagamentos com base em acções são calculados de acordo com IFRS 2 ao reconhecer o justo valor das acções ou opções liquidadas com base em acções no período de concessão, considerando a aquisição acelerada em 2007. Para operações originalmente liquidadas em dinheiro, estes custos são medidos pelo justo valor na data de liquidação.
3 Os custos com pensões incluem exclusivamente o custo do serviço de pensões para o ano calculado, com base no IAS 19.
4 W.G. Jiskoot resignou em 31 de Maio de 2008 e recebeu EUR 4,5 milhões de pagamento de rescisão (incl. custos de pensão).
5 J.Ch.L. Kuiper reformou-se em 1 de Março de 2008.
6 H.G. Boumeester resignou em 29 de Fevereiro de 2008 e recebeu EUR 3,8 milhões de pagamento de rescisão.
7 P.S. Overmars resignou em 31 de Dezembro de 2007 e recebeu EUR 3,5 milhões de pagamento de rescisão.
8 R. Teerlink resignou em 31 de Março de 2008.
9 J.P. Schmittmann resignou em 30 de Dezembro de 2008 e recebeu EUR 8,0 milhões de pagamento de rescisão, EUR 192 000 de prémio de dinheiro diferido e EUR 56 000 de gratificação de jubilação.
10 M.G.J. de Jong entrou no conselho em 1 de Janeiro de 2008. EUR 83 0000 de prémio de pagamento com base em acções relacionado com o Group Restricted Share Plan do RBS Group.
11 R.W.J. Groenink resignou em 1 de Setembro de 2007 e recebeu um pagamento de rescisão de (incl. custos de pensão) de EUR 4,881 milhares.
12 H.Y. Scott-Barrett recebeu um subsídio de deslocação ao estyrangeiro EUR 277.000, uma concessão fiscal de EUR 11.000 e resignou em 1 de Agosto de 2007.
12 *H.Y. Scott-Barrett received a foreigner allowance of EUR 277 thousand, a tax allowance of EUR 11 thousand and stepped down on 1 August 2007.*

Empréstimos do ABN AMRO a membros do Conselho de Administração

(in thousands of euros)	2008		2007	
	Pendente em 31 de Dezembro	Taxa de juro %	Pendente em 31 de Dezembro	Taxa de juro %
M.G.J. de Jong 1	**2,868**	**3.63**	**–**	**–**
W.G. Jiskoot 2	**–**	**–**	1,674	3.38
J.Ch.L. Kuiper 2	**–**	**–**	655	3.87
H.G. Boumeester 2	**–**	**–**	1,633	3.26
P.S. Overmars 2	**–**	**–**	1,163	4.00
R. Teerlink 2	**–**	**–**	–	–
J.P. Schmittmann 2	**–**	**–**	1,101	3.77

1 M.G.J. de Jong foi nomeado em 1 de Janeiro de 2008.
2 Resignaram todos durante 2008.

Remuneração do Conselho Fiscal

O quadro seguinte proporciona informação sobre a remuneração dos membros individuais do Conselho Fiscal. Em 1 de Maio de 2006, a remuneração foi ajustada. Os membros do Conselho Fiscal recebem uma remuneração igual a EUR 60.000 por ano. Para o vice-presidente, esta remuneração é de EUR 70.000 e para o presidente é EUR 85.000 por ano. Para os membros da comissão de auditoria, há um subsídio adicional de EUR 15.000, aplicado numa base anual. O subsídio anual para os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações e Comissão da Supervisão da Cumprimento é de EUR 10.000. O subsídio anual para o presidente da Comissão de Auditoria é EUR 20.000 e para os Presidentes das duas outras comissões é de EUR 15.000 por ano. Os subsídios para despesas gerais foram abolidos e as despesas empresariais reais podem ser declaradas e são elegíveis para reembolso. Os membros do Conselho Fiscal não residentes na Holanda têm direito a subsídios gerais para cada reunião do Conselho Fiscal em que possam estar presentes, nomeadamente, EUR 7.500 para membros que vivem fora da Europa e EUR 5.000 para os que vivem na Europa. Este subsídio aplica-se a reuniões quer do Conselho Fiscal, quer das várias comissões e é pago apenas uma vez as reuniões realizadas, no mesmo dia ou nos dias seguintes e só é pago quando os membros estão fisicamente presentes nas reuniões.

Todos os montantes são baseados num ano completo, mas os pagamentos reais dependem do período de pertença durante o ano. Os membros do Conselho Fiscal não têm direitos a emolumentos sob a forma de acções ABN AMRO ou opções sobre acções ABN AMRO.

Remuneração do Conselho Fiscal conforme imputável ao ABN AMRO[1]

(em milhares de euros)	**2008**	2007
A.C. Martinez	125	130
A.A. Olijslager	90	85
D.R.J. Baron de Rothschild [2]	–	60
Mrs. T.A. Maas-de Brouwer	85	80
M.V. Pratini de Moraes [2]	–	75
P. Scaroni [2]	–	60
Lord Sharman of Redlynch [2]	–	80
R.F. van den Bergh	70	70
A. Ruys	70	70
G.J. Kramer	75	60
H.G. Randa [2]	–	60
Mrs. Llopis Rivas	75	55
M. Enthoven [4]	7	–
Mrs. L.S. Groenman [3]	–	33

1 A remuneração exclui a senha de presença.
2 Resignou em 1 de Novembro de 2007.
3 Resignou em 26 de Abril de 2007.
4 Nomeado em 21 de Novembro de 2008.

Empréstimos do ABN AMRO a membros do Conselho Fiscal

Não há empréstimos do ABN AMRO a membros do Conselho Fiscal.

Remuneração dos Vice-presidentes Principais Executivos (SEVP) em 2008

O pacote remuneratório dos SEVP do ABN AMRO, o segundo nível de Executivos de Topo, foi também introduzido em 2001. No decurso de 2008 o número de SEVP diminui de 18 no início de 2008 para 7 no final de 2008.

A remuneração dos SEVP do ABN AMRO consiste nos seguintes elementos nucleares:

- Salário base. Os salários base são comparados em relação com os mercados locais relevantes.

- Bónus de desempenho. O desempenho anual está ligado aos respectivos mercados nos vários países em que a ABN AMRO opera. Normalmente, os bónus para os SEVP individuais variam muito, reflectindo, uma vez mais, o mercado e o locais. Não foi definido qualquer nível máximo absoluto de bónus para os SEVP.
- Os incentivos de longo prazo (LTIP) tal como o Performance Share Plan e o Share Investment & Matching Plan. Os incentivos de longo prazo são estabelecidos a um nível inferior às concessões anuais aplicáveis aos membros do Conselho de Administração. Os SEVP receberam um prédio de acordo com o Top Executive Performance Share Plan e são elegíveis para participar numa base voluntária no Share Investment & Matching Plan. Todos os SEVP recebem subvenções idênticas. Em 2008, os SEVP que estão destinados a juntar-se a um dos Membros do Consórcio receberam um substituto de prémio de incentivo de longo prazo, de acordo com o prémio que foi concedido aos membros do Conselho de Administração, conforme descrito anteriormente nesta nota.

Além disso, um certo número de benefícios aplica-se em relação aos mercados e países de residência respectivos.

O encargo total na demonstração de resultados dos SEVP para 2008 eleva-se a EUR 57 milhões (2007: EUR 119 milhões).

	2008	2007
Salários e outros benefícios de curto prazo	**8**	10
Custos de pensão	**1**	2
Benefícios de rescisão	**41**	2
Pagamentos de partilhas de lucros e de bónus	**7**	51
Pagamentos com base em acções	**–**	54
Total	**57**	119

44 Planos de pagamentos com base de acções

Antes da aquisição do ABN AMRO pelo consórcio do RBS, Fortis e Santander, o ABN AMRO concedeu prémios de incentivos de longo prazo com base em acções aos membros do Conselho de Administração e outros executivos de topo e pessoal essencial, segundo um certo número de planos.

Os planos para o Conselho de Administração consistiam num Performance Share Plan (PSP) e Share Investment & Matching Plan (SIMP). Num nível inferior, o PSP foi também aplicável à segunda linha de executivos de topo, os SEVP. Tanto os SEVP como a terceira linha de executivos de topo, os Corporate EVP podem diferir uma parte dos seus bónus em acções do Banco com base no SIMP. Além disso, há um Restricted Share Plan (RSP) aplicável aos Corporate EVP/MD e Pessoal essencial. Até 2007, todos estes planos eram baseados em acções, mas no exercício de 2007 os prémios tomaram a forma de acções fantasmas. Os últimos prémios segundo os planos PSP e RSP foram concedidos no exercício de 2007 e, de igual modo, a participação no SIMP também se realizou pela última vez em 2007.

Próximo dos planos acima descritos, também há um PSP pago em dinheiro para os Corporate EVP para o ciclo de desempenho de 2005-2008.

Com efeito a partir de 2005, as opções sobre acções deixaram de ser concedidas através do Top Executives Plan e a partir de 2006, as opções sobre acções deixaram de ser concedidas ao pessoal essencall. As opções foram substituídas por acções limitadas de acordo com as alterações para executivos de topo em 2005.

Como descrito na Nota 43, todos os prémios e opções pendentes segundos os LTIP do banco foram pagos em dinheiro em 17 de Outubro de 2007, como consequência da aquisição do ABN AMRO pelo Consórcio. A liquidação total cifrou-se em EUR 1.013 milhões, dos quais EUR 442 milhões diziam respeito a opções de acções, EUR 301 milhões para planos de acções originalmente liquidadas com capital e EUR 270 milhões para acções fantasmas. Em relação ao cálculo do montante de liquidação em dinheiro, o valor de uma acção ABN AMRO foi o valor de uma acção adjudicada na data de liquidação, 17 de Outubro de 2007. Este valor resultou em EUR 35,60 mais EUR 2,28, representando o valor da

acção 0,296 RBS contra o preço de fecho da acção RBS em 17 de Outubro de 2007. O valor (adiante referido como Preço de liquidação) por acção (uma "acção") ABN AMRO Holding N.V. resultou, assim, em EUR 37,88.

45 Operações descontinuadas e activos e passivos detidos para venda

Os quadros seguintes proporcionam uma análise complementar dos resultados reportados na rubrica Resultados de operações descontinuadas líquidas de imposto.

Banca Antonveneta, o negócio de Gestão de Activos e os negócios adquiridos pelo Santander foram vendidos durante este período e são reportados como operações descontinuadas. *Private Equity* é apresentada como detida para venda, mas não é uma operações descontinuada, pois a *Private Equity* não é considerada como sendo uma linha importante de negócio. Os lucros das operações descontinuadas incluem os resultados de exploração relacionados e, quando vendidos, o ganho aplicável na venda.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas:

(em milhares)	**2008**	2007	2006
Proveitos de exploração	**3,960**	10,285	10,945
Despesas de exploração	**2,330**	6,077	6,517
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	**902**	1,513	1,206
Lucro líquido antes de impostos	**728**	2,695	3,222
Mais-valia na alienação	**16,075**	7,312	327
Lucro antes de impostos	**16,803**	10,007	3,549
Impostos sobre lucros de exploração	**314**	930	827
Impostos resultantes da alienação	**–**	56	(11)
Lucro de operações descontinuadas líquido de impostos	**16,489**	9,021	2,733

Os quadros abaixo proporcionam uma discriminação complementar os lucros de exploração e a mais-valia na alienação das operações descontinuadas em 2008 por linhas mais importantes de negócios.

	2008	2007	2006
Gestão de activos			
Proveitos de exploração	**179**	891	828
Despesas de exploração	**157**	629	528
Lucros de exploração antes de impostos	**22**	262	300
Mais-valia na alienação	**3,073**	–	–
Lucro antes de impostos	**3,095**	262	300
Impostos sobre lucros de exploração	**8**	91	65
Lucro de operações descontinuadas líquido de impostos	**3,087**	171	235

A Gestão de Activos foi vendida em Abril 2008 e, por conseguinte, apenas inclui os resultados das operações para os primeiros três meses do ano.

	2008	2007	2006
Banca Antonveneta, Banco Real e outros negócios adquiridos pelo Santander (incluindo Interbanca)			
Proveitos de exploração	**3,781**	6,917	5,942
Despesas de exploração	**2,173**	4,156	3,599
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	**902**	1,444	1,125
Lucros de exploração antes de impostos	**706**	1,317	1,218
Mais-valia na alienação	**13,004**	–	–
Lucro antes de impostos	**13,710**	1,317	1,218
Impostos sobre lucros de exploração	**306**	569	348
Lucro de operações descontinuadas líquido de impostos	**13,404**	748	870

Os proveitos de exploração e o lucro após impostos do Banco Real em 2007 cifraram-se, respectivamente, em EUR 4.874 milhões e EUR 807 milhões.

A venda do Banca Antonveneta ao Banca Monte dei Paschi di Siena foi concluída em Maio 2008. A transferência dos restantes negócios adquiridos pelo Santander foi concluída em Julho 2008.

	2008	2007	2006
ABN AMRO North America Holdings e ABN AMRO Mortgage Group Inc			
Proveitos de exploração	–		
Despesas de exploração	–	1,344	2,117
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	–	69	62
Lucros de exploração antes de impostos	–	1,064	1,462
Mais-valia/(menos-valia) na alienação		7,312	–
Lucro/(perda) de operações descontinuadas antes de impostos	**(2)**	8,376	1,462
Impostos sobre lucros de exploração	–	270	339
Imposto sobre a alienação	–	56	–
Lucro/(perda) de operações descontinuadas líquido de impostos	**(2)**	8,050	1,123

	2008	2007	2006
Negócio não hipotecário Bouwfonds			
Proveitos de exploração	–	–	
Despesas de exploração	–	(52)	273
Provisões para imparidade de crédito concedido e outros riscos de crédito	–	–	19
Lucros de exploração antes de impostos	–	52	242
Mais-valia na alienação	–	–	327
Lucro de operações descontinuadas antes de impostos	–	52	569
Impostos sobre lucros de exploração	–	–	75
Imposto sobre a alienação	–	–	(11)
Lucro/(perda) de operações descontinuadas líquido de impostos	–	52	505

As classes mais importantes de activos e passivos classificadas como detidas para venda em 31 de Dezembro são as seguintes:

	2008	2007
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	**37**	427
Activos financeiros detidos para negociação	**–**	1,071
Investimentos financeiros	**566**	3,230
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	**79**	6,249
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	**255**	37,336
Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	**–**	24
Activos tangíveis	**72**	1,054
Goodwill e outros activos intangíveis	**–**	6,124
Acréscimos de proveitos e custos antecipados	**17**	386
Outros activos	**557**	4,557
Activos de negócios detidos para negociação	**1,583**	60,458
Passivo		
Activos financeiros detidos para negociação	**–**	379
Dívidas a bancos	**8**	4,280
Dívidas a clientes	**378**	19,937
Títulos de dívida emitidos	**220**	8,177
Provisões	**12**	1,429
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	**13**	495
Outros passivos	**233**	3,993
Passivos subordinados	**–**	1,090
Passivo de negócios detidos para venda	**864**	39,780
Activos líquidos directamente associados com a alienação de negócios	**719**	**20,678**

Os activos líquidos directamente associados com a alienação de negócios representam o saldo do activos líquidos e o financiamento líquido intercompanhia.

Em 31 de Dezembro de 2008, estes saldos consistiam principalmente em negócios de Private Equity e alguns negócios mais pequenos adquiridos pelo Santander na América Latina. A 31 de Dezembro de 2007, os activos e passivos dos negócios detidos para venda representam os saldos de Banca Antonveneta, UN Gestão de Activos e Private Equity.

Fluxos de caixa atribuídos às operações descontinuadas:

	2008	2007	2006
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	**(2,547)**	4,409	4,806
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	**(2,446)**	(202)	(3,975)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	**(416)**	(1,686)	(1,070)

1 Os montantes comparativos foram reformulados para se conformarem com a apresentação actual.

46 Partes relacionadas

O grupo tem uma relação de parte relacionada com associadas, *joint ventures*, administração-chave e accionistas da sua empresa-mãe, RFS Holdings B.V. Os accionistas da RFS Holdings B.V. são o RBS Group, Santander e o Estado Holandês. A derradeira sociedade de controlo consolidante do ABN AMRO, RBS Group e´controlado pelo governo do Reino Unido. Tanto o governo do Reino Unido como o Estado Holandês são partes relacionadas.

As partes são consideradas relacionadas se uma parte tem a capacidade de controlar ou exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. O Grupo realiza em algumas transacções bancárias com partes relacionadas no curso normal dos negócios. Estas operações, que incluem empréstimos, depósitos e transacções de divisas, realizaram-se numa base de condições normais de mercado. Elas foram feitas em termos comerciais e às taxas de mercado. Aos colaboradores foram oferecidas condições preferenciais para certos produtos bancários. Nenhumas provisões para perdas de empréstimos foram reconhecidas em relação a empréstimos a partes relacionadas em 2008 e 2007.

As participações sociais do Estado Holandês e Governo do Reino Unido são reflectidas nos balanços da RFS Holdings B.V. e RBS Group plc respectivamente. As transacções conduzidas directamente com o Estado Holandês e o Governo do Reino Unido estão limitadas às transacções bancárias normais, tributação e outras relações administrativas. Além disso, o Grupo participa no mercado dos títulos de tesouro do Estado Holandês e utiliza o suporte de liquidez disponibilizado a todos os bancos regulados pelo DBN.

Pode haver outras transacções significativas entre entidades sob controlo comum ou sujeito a influência significativa do governo do Reino Unido. Estas incluirão, entre outras, empréstimos, depósitos, garantias, relações baseadas em honorários ou títulos de participação. É feita a divulgação de quaisquer transacções significativas com estas entidades.

Saldos com *joint ventures* e associadas

	2008		2007	
	Joint ventures	Associadas	*Joint ventures*	Associadas
Contas a receber	**143**	**201**	222	161
Passivo	**–**	**139**	83	776
Garantidas concedidas	**–**	**332**	–	448
Facilidade irrevogáveis	**–**	**8**	–	–
Proveitos recebidos	**40**	**68**	43	74
Despesas pagas	**37**	**2**	64	5
Total	**220**	**750**	412	1,464

Saldos com Membros do Consórcio

	2008		2007	
	RBS	Santander	RBS	Santander
Activos financeiros detidos para negociação	**56,529**	**1,525**	2,821	578
Empréstimos concedidos e contas a receber	**7,144**	**7,900**	10,103	112
Outros activos	**211**	**–**	488	469
Passivos financeiros detidos para negociação	**59,436**	**1,519**	3,066	362
Dívidas a bancos	**8,026**	**2**	5,359	211
Outros passivos	**838**	**–**	97	–
Garantias concedidas	**23**	**–**	100	9
Facilidades irrevogáveis	**–**	**–**	1,343	1
Facilidades recuperáveis	**–**	**10**	–	–
Compromissos de pagamento	**2,181**	**–**	–	–

As posições de activos e passivos financeiros detidos para negociação com o RBS incluem posições em que os riscos foram transferidos para o RBS em 2008. Os activos e passivos não podem ser compensados segundo as IFRS, no entanto, estão implantados acordos-quadro de compensação que reduzem o risco de crédito nos activos. Como o Fortis Bank Nederland N.V. deixou o Consórcio, nenhum saldo foi incluído em 2008 e os saldos comparativos não foram incluídos para se conformarem com a apresente do ano actual.

Saldos com o Estado Holandês

	2008
Activos	
Saldos em bancos centrais	**1,225**
Activos financeiros detidos para negociação	**203**
Investimentos financeiros – disponíveis para venda	**3,866**
Passivos	
Depósitos por bancos	**2,320**

Saldos fiscais	
Activo fiscal corrente	**394**
Passivo fiscal corrente	**–**
Activo fiscal diferido	**719**
Passivo fiscal diferido	**–**
Imposto sobre o lucro	**(21)**
Receitas provenientes de autoridades fiscais	**42**

Saldos com o governo do Reino Unido e suas partes relacionadas

	2008			
	Banco de Inglaterra	Bancos	Empresas financeiras	Total
Activo				
Saldos em bancos centrais	30	–	–	**30**
Títulos de dívida	20	11	–	**31**
Empréstimos concedidos e adiantamentos a bancos	–	30	–	**30**
Derivados	–	–	4	**4**
Passivo				
Depósitos por bancos	–	30	–	**30**
Derivados	–	–	3	**3**

Governo central e local do Reino unido	2008
Bilhetes do Tesouro detidos para negociação	9
Saldos fiscais	
Activo fiscal corrente	**28**
Passivo fiscal corrente	**–**
Activo fiscal diferido	**3,320**
Passivo fiscal diferido	**–**
Imposto sobre o lucro	**(2,892)**
Receitas provenientes de autoridades fiscais	**5**

47 Acontecimentos subsequentes

Em 19 de Fevereiro de 2009, Gerrit Zalm, Presidente do Conselho de Administração do ABN AMRO, anunciou a composição da equipa de Transição que vai liderar o planeamento para o futuro novo banco, incluindo os negócios adquiridos ao ABN AMRO e Fortis Bank Nederland pelo Estado Holandês. Também se pretende que os membros desta equipa formem o Conselho de Administração do novo banco, que será presidido por Gerrit Zalm.

Em 26 de Fevereiro de 2009, como parte dos seus Resultados Anuais 2008, o RBS anunciou um plano de reestruturação que visa restabelecer uma força autónoma. Activos, linhas de negócios e algumas zonas geográficas que não são essenciais serão transferidas para uma divisão não essencial para alienação/eliminação num período de três a cinco anos. Isto incluirá os negócios de retalho e comercial do ABN AMRO na Ásia adquiridos pelo RBS

Em 27 de Fevereiro de 2009, Mark Fisher resignou da sua função de Presidente do Conselho de Administração do ABN AMRO. Foi substituído por Gerrit Zalm. Ao mesmo tempo, foram anunciados várias novas nomeações para o Conselho de Administração do ABN AMRO. Este Relatório Anual reflecte estas nomeações.

Não houve outros eventos significativos entre o fim do ano e a data de aprovação destas contas que exijam uma alteração da nossa divulgação sobre as contas.

48 Principais subsidiárias e interesses de participação

Salvo se o contrário for indicado, a participação do Grupo é de 100% ou quase 100%, a 20 de Março de 2009. As principais subsidiárias e interesses de participação que não estejam consolidados a 100% mas que são contabilizados ao abrigo do método de equivalência patrimonial (a) ou consolidados proporcionalmente (b) encontram-se indicados em separado.

ABN AMRO Bank N.V., Amesterdão

Holanda
AA Interfinance B.V., Amesterdão
ABN AMRO Arbo Services B.V., Amesterdão
ABN AMRO Effecten Compagnie B.V., Amesterdão
ABN AMRO Hypotheken Groep B.V., Amersfoort
ABN AMRO Jonge Bedrijven Fonds B.V., Amesterdão
ABN AMRO Participaties B.V., Amesterdão
ABN AMRO Ventures B.V., Amesterdão
Altajo B.V., Amesterdão (50%) (b)
Amstel Lease Maatschappij N.V., Utreque
Delta Lloyd ABN AMRO Verzekeringen Holding B.V., Zwolle (49%) (a)
Hollandsche Bank-Unie N.V., Roterdão
IFN Group B.V., Roterdão
New HBU II N.V., Amstelveen
Solveon Incasso B.V., Utreque
Stater N.V., Hoevelaken

Europa (fora da Holanda)
ABN AMRO Bank (Luxembourg) S.A., Luxemburgo
ABN AMRO Bank (Polska) S.A., Varsóvia
RBS Bank (Romania) S.A., Bucareste
ABN AMRO Bank (Schweiz) A.G., Zurique
The Royal Bank of Scotland ZAO, Moscovo
RBS Corporate Finance Limited, Londres
Banque Neuflize OBC SA, Paris (99,84%)
CM Capital Markets Holding S.A., Madrid (45,20%) (a)
Delbrück Bethmann Maffei AG, Frankfurt am Main
RBS Hoare Govett Limited, Londres

América do Norte
ABN AMRO Capital Markets Canada Ltd., Toronto
The Royal Bank of Scotland Mexico S.A. Institucion de Banca Multiple, Cidade do México
ABN AMRO WCS Holding Company, Nova Iorque
ABN AMRO Capital (USA) Inc., Chicago
ABN AMRO Incorporated, Chicago

América Latina
The Royal Bank of Scotland (Chile) S.A., Santiago de Chile
The Royal Bank of Scotland (Colombia) S.A., Bogotá
ABN AMRO Securities (Venezuela) C.A., Caracas
RBS Finance (Chile) S.A., Santiago de Chile
RBS Securitizadora S.A., Santiago de Chile

Resto do mundo
ABN AMRO Asia Ltd., Hong Kong
RBS Asia Corporate Finance Ltd., Hong Kong
The Royal Bank of Scotland Berhad, Kuala Lumpur
ABN AMRO Bank (China) Co. Ltd., Xangai
ABN AMRO Leasing (China) Co. Ltd., Pequim
JSC SB RBS (Kazakhstan) Ltd., Almaty (80%)
Royal Bank of Scotland Uzbekistan MB, Tashkent (58,82%)
The Royal Bank of Scotland Limited, Carachi (99,22%)
The Royal Bank of Scotland (Philippines) Inc., Manila
ABN AMRO Central Enterprise Services Private Ltd., Mumbai
ABN AMRO Securities (India) Private Ltd., Mumbai
The Royal Bank of Scotland Securities (Kazakhstan) JSC, Almaty
PT RBS Finance Indonesia, Jacarta
ABN AMRO Australia Pty Ltd., Sydney
ABN AMRO Asset Securitisation Australia Pty Ltd., Sydney
ABN AMRO Corporate Finance Australia Ltd., Sydney
ABNED Nominees Pty Ltd., Sydney
ABN AMRO Equities Australia Ltd., Sydney
ABN AMRO Equity Capital Markets Australia Ltd., Sydney
ABN AMRO Capital Management (Australia) Pty Limited, Sydney
ABN AMRO Investments Australia Ltd., Sydney
ABN AMRO Equity Derivatives New Zealand Limited, Auckland
ABN AMRO New Zealand Ltd., Auckland
ABN AMRO Securities NZ Ltd., Auckland
Saudi Hollandi Bank, Riade (40%) (a)

A lista de interesses de participação ao abrigo dos quais foram emitidas declarações de dívida foi registada na Câmara de Comércio de Amesterdão.

A maioria das subsidiárias e investimentos de participação são entidades reguladas e, por conseguinte, a sua capacidade em transferir fundos para o Grupo está sujeita a aprovação dos reguladores.

49 Demonstrações financeiras consolidadas sintéticas suplementares

O ABN AMRO Bank N.V. é uma subsidiária controlada a 100% pelo ABN AMRO Group e é capaz de oferecer e vender certos títulos nos Estados Unidos ocasionalmente, de acordo com a declaração de registo no Formulário F-3 apresentado na SEC. O Grupo garantiu total e incondicionalmente as obrigações do ABN AMRO Bank N.V. em que este tenha incorrido; esta garantia inclui todos os títulos emitidos pelo ABN AMRO Bank N.V.

O ABN AMRO Bank N.V. utiliza uma excepção na Regra 3-10 do Regulamento S-X e, por conseguinte, não apresenta as suas demonstrações financeiras na SEC. De acordo com o requisito para se qualificar para a excepção, apresenta-se abaixo a informação financeira consolidada sintética para (i) ABN AMRO Holding N.V., numa base isolada como garante (Empresa-mãe); (ii) ABN AMRO Bank N.V. numa base isolada (Entidade bancária); (iii) outros subsidiárias do Grupo numa base combinada (Subsidiárias); (iv) ajustamentos de consolidação (Eliminar e reclassificar); e montantes consolidados totais (ABN AMRO consolidado).

A informação financeira consolidado condensado é preparado de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS), conforme adoptadas pela UE e IFRS como emitido pela IASB, onde o Grupo aplicou a Regra 3-10 do Regulamento S-X que exige que uma empresa contabilize os seus investimentos em subsidiárias utilizando o método de equivalência patrimonial, diferindo da IAS 27 que exige que o Grupo contabilize os investimento nas suas subsidiárias ao custo sujeito a imparidade.

A seguinte informação consolidada apresenta balanços sintéticos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e demonstrações de resultados e de fluxos de caixa sintéticos para os anos findos a 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006 da Empresa-mãe, Entidade bancária e suas subsidiárias.

Os balanços sintéticos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são apresentados nos seguintes quadros:

alanço consolidado sintético suplementar a 31 de Dezembro de 2008

	Empresa-mãe	Entidade bancária	Subsidiárias	Eliminar e reclassificar	ABN AMRO consolidado
Caixa e saldos em bancos centrais	–	4,184	1,670	–	5,854
Activos financeiros detidos para negociação	–	208,132	5,199	(678)	212,653
Investimentos financeiros	–	94,144	6,593	(33,676)	67,061
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	–	163,197	113,983	(201,614)	75,566
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	–	193,527	94,339	(17,359)	270,507
Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	17,130	10,097	587	(27,018)	796
Activos tangíveis	–	1,319	716	–	2,035
Goodwill e outros activos intangíveis	–	674	250	–	924
Activos dos negócios detidos para venda	–	418	1,165	–	1,583
Acréscimo de proveitos e custos antecipados	–	5,499	1,512	–	7,011
Activos fiscais	–	4,653	447	–	5,100
Outros activos	–	11,498	6,229	–	17,727
Total de activos	17,130	697,342	232,690	(280,345)	666,817
Passivos financeiros detidos para negociação	–	189,886	2,201	–	192,087
Dívidas a bancos	8	154,423	111,344	(171,155)	94,620
Dívidas a clientes	–	232,367	24,456	(47,819)	209,004
Títulos de dívida emitidos	–	74,674	70,976	(34,354)	111,296
Provisões	–	1,113	3,031	–	4,144
Passivos de negócios detidos para venda	–	484	380	–	864
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	–	6,880	1,538	–	8,418
Passivos financeiros	45	278	377	–	700
Outros passivos	–	8,964	6,048	–	15,012
Passivos subordinados	–	11,147	2,402	–	13,549
Capital próprio atribuível a accionistas da empresa-mãe	17,077	17,130	9,887	(27,017)	17,077
Interesses minoritários	–		50	–	46
Total do passivo e capital	17,130	697,342	232,690	(280,345)	666,817

Supplemental condensed consolidating balance sheet as at 31 December 2007

	Holding company	Bank company	Subsidiaries	Eliminate and reclassify	ABN AMRO consolidated
Caixa e saldos em bancos centrais	–	11,094	5,656	–	16,750
Activos financeiros detidos para negociação	–	228,929	16,450	(3,102)	242,277
Investimentos financeiros	–	95,344	25,572	(24,481)	96,435
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos	–	233,217	98,185	(155,706)	175,696
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	–	275,887	157,705	(35,261)	398,331
Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	31,301	24,116	615	(55,161)	871
Activos tangíveis	–	1,462	1,547	(262)	2,747
Goodwill e outros activos intangíveis	–	883	1,136	(595)	1,424
Activos dos negócios detidos para venda	–	4,399	52,680	3,379	60,458
Acréscimo de proveitos e custos antecipados	–	8,818	3,776	(14)	12,580
Activos fiscais	–	2,971	2,055	(151)	4,875
Outros activos	–	5,059	8,320		12,769
Total de activos	31,301	892,179	373,697	(271,964)	1,025,213
Passivos financeiros detidos para negociação	–	148,215	7,262	(1)	155,476
Dívidas a bancos	906	260,632	122,699	(144,903)	239,334
Dívidas a clientes	–	318,204	57,944	(45,796)	330,352
Títulos de dívida emitidos	–	104,882	97,272	(27,159)	174,995
Provisões	–	685	5,984	(125)	6,544
Passivos de negócios detidos para venda	–	–	38,062	1,718	39,780
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	–	7,793	4,506	(55)	12,244
Passivos financeiros	–	957	703	431	2,091
Outros passivos	52	7,683	11,252	(915)	18,072
Passivos subordinados	768	11,849	2,998	1	15,616
Capital próprio atribuível a accionistas da empresa-mãe	29,575	31,301	23,859	(55,160)	29,575
Interesses minoritários	–	(22)	1,156	–	1,134
Total do passivo e capital	31,301	892,179	373,697	(271,964)	1,025,213

As demonstrações de resultados sintéticas para 2008, 2007 e 2006 são apresentadas nos seguintes quadros:

Demonstração de resultados consolidada sintética suplementar 2008

	Empresa-mãe	Entidade bancária	Subsidiárias	Eliminar e reclassificar	ABN AMRO consolidado
Margem financeira	178	4,382	1,223	–	5,783
Resultados de subsidiárias consolidadas	(13,041)	(509)	–	13,550	–
Comissões líquidas	–	1,546	1,083	–	2,629
Proveitos de negociação	–	(9,765)	441	–	(9,324)
Resultados de transacções financeiras	–	(565)	(1,119)	–	(1,684)
Outros proveitos de exploração	–	170	–		
Total de proveitos de exploração	**(12,863)**	**(4,741)**	**3,596**	**13,550**	**(458)**
Despesas de exploração	1	7,888	3,740	–	11,629
Provisão por perdas de crédito	–	3,169	218	–	3,387
Lucro de exploração antes de impostos	(12,864)	(15,798)	(362)	13,550	(15,474)
Impostos	45	(2,757)	132	–	(2,580)
Operações descontinuadas	16,489	6,940	319		16,489
Resultado do exercício	**3,580**	**(6,101)**	**(175)**	**6,291**	**3,595**
Interesses minoritários	–	–	15	–	15
Lucro líquido atribuível a accionistas da empresa-mãe	**3,580**	**(6,101)**	**(190)**	**6,291**	**3,580**

Demonstração de resultados consolidada sintética suplementar 2007

	Empresa-mãe	Entidade bancária	Subsidiárias	Eliminar e reclassificar	ABN AMRO consolidado
Margem financeira	26	3,545	1,024	–	4,595
Resultados de subsidiárias consolidadas	818	2,151	–	(2,969)	–
Comissões líquidas	–	2,454	1,398	–	3,852
Proveitos de negociação	–	717	402	–	1,119
Resultados de transacções financeiras	–	446	688	–	1,134
Outros proveitos de exploração	–	293		–	
Total de proveitos de exploração	**844**	**9,606**	**8,517**	**(2,969)**	**15,998**
Despesas de exploração	2	8,805	5,978	–	14,785
Provisão por perdas de crédito	–	632	85	–	717
Lucro de exploração antes de impostos	842	169	2,454	(2,969)	496
Impostos	15	(649)	176	–	
Operações descontinuadas	9,021	9,021	1,812		9,021
Resultado do exercício	**9,848**	**9,839**	**4,090**	**(13,802)**	**9,975**
Interesses minoritários	–	–	127	–	127
Lucro líquido atribuível a accionistas da empresa-mãe	**9,848**	**9,839**	**3,963**	**(13,802)**	**9,848**

Demonstração de resultados consolidada sintética suplementar 2006

	Empresa-mãe	Entidade bancária	Subsidiárias	Eliminar e reclassificar	ABN AMRO consolidado
Margem financeira	66	3,486	671	–	4,223
Resultados de subsidiárias consolidadas	1,948	1,085	–	(3,033)	–
Comissões líquidas	–	2,270	1,371	–	3,641
Proveitos de negociação	–	2,342	285	–	2,627
Resultados de transacções financeiras	–	243	524	–	767
Outros proveitos de exploração	–	478	5,894	–	6,372
Total de proveitos de exploração	**2,014**	**9,904**	**8,745**	**(3,033)**	**17,630**
Despesas de exploração	2	7,318	7,382	–	14,702
Provisão por perdas de crédito	–	500	168	–	668
Lucro de exploração antes de impostos	2,012	2,086	1,195	(3,033)	2,260
Impostos	30	138	45	–	213
Operações descontinuadas	2,733	2,733	2,380	(5,113)	2,733
Resultado do exercício	**4,715**	**4,681**	**3,530**	**(8,146)**	**4,780**
Interesses minoritários	–	–	65	–	65
Lucro líquido atribuível a accionistas da empresa-mãe	**4,715**	**4,681**	**3,465**	**(8,146)**	**4,715**

As demonstrações de fluxos de caixa consolidadas sintéticas de 2008, 2007 e 2006 são apresentadas nos quadros seguintes:

Demonstração dos fluxos de caixa consolidade sintética suplementar 2008

	Empresa-mãe	Entidade bancária	Subsidiárias	Eliminar e reclassificar	ABN AMRO consolidado
Total fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	**16,403**	**(12,469)**	**(39,722)**	**(1,627)**	**(37,415)**
Saída líquida de caixa de investimentos/venda de carteiras de investimento de títulos	–	9,178	9,101	–	18,279
Saída líquida de caixa de investimentos/venda de interesses de participação	–	3	23,859	–	23,862
Saída líquida de caixa de investimento/venda de activos tangíveis	–	(116)	(226)	–	(342)
Saída líquida de caixa de investimento de intangíveis	–	(201)	(78)	–	(279)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	–	**8,864**	**32,656**	–	**41,520**
Aumento (diminuição) líquido de passivos subordinados	–	(881)	471	–	(410)
Aumento (diminuição) líquido de financiamento de longo prazo	–	(19,706)	1,335	–	(18,371)
Aumento (diminuição) líquida de acções (próprias)	3,708	–	–	–	3,708
Outras alterações no capital próprio	–	–	7	-	7
Dividendos em dinheiro pagos	(19,213)	–	(1,627)	1,627	(19,213)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	**(15,505)**	**(20,587)**	**186**	**1,627**	**(34,279)**
Diferenças de conversão de divisa em caixa e equivalentes de caixa	–	3,855	120	–	3,975
Fluxos de caixa	**898**	**(20,337)**	**(6,760)**	–	**898**

Demonstração dos fluxos de caixa consolidade sintética suplementar 2007

	Empresa-mãe	Entidade bancária	Subsidiárias	Eliminar e reclassificar	ABN AMRO consolidado
Total fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	**113**	**9,541**	**(13,928)**	**(609)**	**(4,883)**
Saída líquida de caixa de investimentos/venda de carteiras de investimento de títulos	–	148	(4,106)	–	(3,958)
Saída líquida de caixa de investimentos/venda de interesses de participação	–	(27)	15,262	–	15,235
Saída líquida de caixa de investimento/venda de activos tangíveis	–	(114)	(100)	–	(214)
Saída líquida de caixa de investimento de intangíveis	–			–	
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	–	**(273)**	**10,811**	–	**10,538**
Aumento (diminuição) líquido de passivos subordinados	–	(668)	966	–	(298)
Aumento (diminuição) líquido de financiamento de longo prazo	–	(2,988)	9,339	–	6,351
Aumento (diminuição) líquida de acções (próprias)	(1,223)	–	–	–	(1,223)
Outras alterações no capital próprio	(743)	–	(980)	–	(1,723)
Dividendos em dinheiro pagos		–		609	
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	**(3,506)**	**(3,656)**	**8,716**	**609**	**2,163**
Diferenças de conversão de divisa em caixa e equivalentes de caixa	–	137	–	62	–
Fluxos de caixa	**(3,393)**	**5,537**	**5,736**	–	**7,880**

Demonstração dos fluxos de caixa consolidada sintética suplementar 2006

	Empresa-mãe	Entidade bancária	Subsidiárias	Eliminar e reclassificar	ABN AMRO consolidado
Total fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	**1,537**	**(265)**	**(2,515)**	**(3,316)**	**(4,559)**
Saída líquida de caixa de investimentos/venda de carteiras de investimento de títulos	–	(7,006)	(768)	–	(7,774)
Saída líquida de caixa de investimentos/venda de interesses de participação	–	19	(5,665)	–	(5,646)
Saída líquida de caixa de investimento/venda de activos tangíveis	–	(125)	(764)	–	(889)
Saída líquida de caixa de investimento de intangíveis	–			–	
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento	–	**(7,373)**	**(7,725)**	–	**(15,098)**
Aumento (diminuição) líquido de passivos subordinados	–	(1,017)	649	–	(368)
Aumento (diminuição) líquido de financiamento de longo prazo	–	8,943	12,302	–	21,245
Aumento (diminuição) líquida de acções (próprias)	(2,061)	–	–	–	(2,061)
Outras alterações no capital próprio	133	–	80	–	213
Dividendos em dinheiro pagos	(807)	(1,521)	(1,795)	3,316	(807)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	**(2,735)**	**6,405**	**11,236**	**3,316**	**18,222**
Diferenças de conversão de divisa em caixa e equivalentes de caixa	–	71	193	–	264
Fluxos de caixa	**(1,198)**	**(1,162)**	**1,189**	–	**(1,171)**

Outras informações

As demonstrações financeiras da empresa-mãe estão incluídas nesta nota consolidada sintética. O número de acções ordinárias em emissão a 31 de Dezembro de 2008 era de 3.306.843.332 (2007: 1.936.847.516, 2006: 1.936.847.516). O número total de acções ordinárias autorizadas eleva-se a 8.400.000.400.

A proposta de distribuição de lucros do ABN AMRO Holding N.V., de acordo com o artigo 37.2 e 37.3 dos estatutos, é a seguinte:

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
(Libertado de) / adicional para reservas	**(15,633)**	8,777	2,562
Dividendos em acções ordinárias	**19,213**	1,071	2,153
	3,580	9,848	4,715
Dividendos em acções preferenciais	–	36	36

Demonstrações financeiras da sociedade ABN AMRO Holding N.V. (Empresa-mãe) 2008

Políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do ABN AMRO Holding N.V. foram elaboradas de acordo com as exigências do Título 9 Livro 2 do Código Civil holandês. O Grupo elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS), conforme adoptadas pela UE e IFRS e como publicadas pelo IASB. As políticas contabilísticas aplicadas nas demonstrações financeiras da sociedade são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas. O ABN AMRO Holding N.V. aplica a isenção conforme incluída no artigo 2:362 parágrafo 8. As participações sociais em sociedades do Grupo são avaliadas pelo valor líquido do activo determinado com base nas IFRS conforme publicadas pelo IASB. Faz-se referência à secção de políticas contabilísticas nas declarações financeiras consolidadas.

Interesses de participação em empresas do Grupo

O ABN AMRO Holding N.V. tem uma participação e é o único accionista do ABN AMRO Bank N.V., Amesterdão. O ABN AMRO Holding N.V. garante todos os activos e passivos do ABN AMRO Bank N.V.

Bases de elaboração

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, que é a divisa de apresentação da sociedade, arredondada ao milhão mais próximo (excepto se afirmado o contrário). A demonstração de resultados foi redigida de acordo com o artigo 402, Livro 2 do Código Civil holandês.

Demonstração de resultados da sociedade para o ano findo a 31 de Dezembro

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Lucros de interesses de participação após impostos	**(6,101)**	9,839	4,681
Outros lucros após impostos	**9,681**	9	34
Lucro líquido	**3,580**	9,848	4,715

Balanço da sociedade a 31 de Dezembro

Antes da distribuição de resultados

(em milhões de euros)	**2008**	2007
Activo		
Investimentos financeiros *a*	**–**	–
Interesses de participação em empresas do grupo *b*	**17,130**	31,301
Total de activos	**17,130**	31,301
Passivo		
Dívidas a bancos	**8**	906
Outros passivos *c*	**45**	52
Total do passivo (excluindo passivos subordinados)	53	958
Passivos subordinados *f*	**–**	768
Total do passivo	**53**	1,726
Capital próprio e		
Capital social	**1,852**	1,085
Prémio de emissão	**5,343**	5,332
Acções próprias	**–**	(2,640)
Resultados transitados	**11,096**	25,650
Ganhos / (perdas) líquidos não reconhecidos na demonstração de resultados	**(1,214)**	148
Situação líquida	**17,077**	29,575
Total passivo e capital próprio	**17,130**	31,301

As letras à frente das rubricas referem-se às notas. As notas ao balanço da sociedade são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração das alterações de capital próprio da sociedade no ano findo a 31 de Dezembro

(em milhões de euros)	**2008**	2007	2006
Capital emitido e realizado			
Saldo a 1 de Janeiro	**1,085**	1,085	1,069
Conversão de acções preferenciais em acções ordinárias	**767**	–	–
Opções e warrants exercidos	**–**	–	16
Saldo a 31 de Dezembro	**1,852**	**1,085**	**1,085**
Prémio de emissão			
Saldo a 1 de Janeiro	**5,332**	5,245	5,269
Pagamentos com base em acções	**10**	145	111
Conversão de acções preferenciais em acções ordinárias	**1**	–	–
Dividendos pagos em acções	**–**	(58)	(135)
Saldo a 31 de Dezembro	**5,343**	5,332	5,245
Acções próprias			
Saldo a 1 de Janeiro	**(2,640)**	(1,829)	(600)
Recompra de acções	**–**	(1,847)	(2,204)
Utilizadas para dividendos pagos em acções	**–**	412	832
Utilizadas para o exercício de opções e programas de entrega de acções	**–**	624	143
Venda de acções próprias	**3,708**	–	–
Mais-valia na venda das acções próprias		–	–
Resultados transitados			
Saldo a 1 de Janeiro	**25,650**	18,599	15,237
Lucro atribuível a accionistas da empresa-mãe	**3,580**	9,848	4,715
Dividendos pagos a accionistas da empresa-mãe	**(19,213)**	(1,540)	(807)
Dividendo pago em acções aos accionistas da empresa-mãe	**–**	(586)	(656)
Mais-valia na venda das acções próprias	**1,068**	–	–
Liquidação das opções de acções e prémios em dinheiro 44	**–**	(743)	–
Outros	**11**	72	110
Saldo a 31 de Dezembro	**11,096**	25,650	18,599
Mais-valias / (menos-valias) não reconhecidas na demonstração de resultados			
Conta de conversão de divisa			
Saldo a 1 de Janeiro	**597**	408	842
Transferência para a demonstração de resultados relacionada com alienações	**(903)**	293	(7)
Diferenças de conversão de divisa	**823**	(104)	(427)
Subtotal – Saldo a 31 de Dezembro	**517**	597	408
Mais-valias/(menos-valias) líquidas não realizadas em activos disponíveis para venda			
Saldo a 1 de Janeiro	**(543)**	364	1,199
Mais-valias/(menos-valias) líquidas não realizadas em activos disponíveis para venda	**(2,038)**	(392)	(233)
Reclassificação para a demonstração de resultados	**1,716**	(515)	(602)
Subtotal – Saldo a 31 de Dezembro	**(865)**	(543)	364
Reserva de cobertura de fluxos de caixa			
Saldo a 1 de Janeiro	**94**	(275)	(795)
Mais-valias/(menos-valias) líquidas não realizadas em coberturas de fluxos de caixa	**(959)**	315	735
Mais-valias realizadas reclassificadas na demonstração de resultados	**(1)**	54	(215)
Subtotal – Saldo a 31 de Dezembro	**(866)**	94	(275)
Mais-valias/(menos-valias) líquidas não reconhecidas na demonstração de resultados	**(1,214)**	148	497
Capital próprio atribuível a accionistas da empresa-mãe a 31 de Dezembro	**17,077**	29,575	23,597

As motas à demonstração das alterações de capital próprio da sociedade são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas às demonstrações financeiras da sociedade

(todos os montantes estão em milhões de euros)

a Investimentos financeiros

O montante incluído nesta rubrica representa o papel comercial.

(em milhões de euros)	**2008**	2007
Saldo a 1 de Janeiro	–	20
Compras	–	89
Vendas	–	
Saldo a 31 de Dezembro	–	–

b Interesses de participação em sociedades do Grupo

(em milhões de euros)	**2008**	2007
Saldo a 1 de Janeiro	**31,301**	21,939
Resultado líquido do exercício	**(6,101)**	9,839
Dividendos recebidos	**(1,044)**	(58)
Vendas	**(5,674)**	–
Componente especial de capital próprio	**(1,283)**	–
Diferenças de conversão de divisa	**(80)**	189
Outros movimentos	**11**	
Saldo a 31 de Dezembro	**17,130**	31,301

Os dividendos recebidos do ABN AMRO Bank N.V. para o ABN AMRO Holding N.V. elevaram-se a EUR 1.044 milhões (2007: EUR 58 milhões).

c Outros passivos

Esta rubrica inclui, entre outros, os impostos a pagar.

d Passivos subordinados

Em 24 de Novembro de 2008, 1.369.815.864 acções preferenciais de financiamento com um valor nominal unitário de EUR 0,56 foram convertidas em acções ordinárias numa relação 1:1. Ao mesmo tempo 44.988 acções preferenciais (anteriormente convertíveis) com um valor nominal unitário de EUR 2,24 foram convertidas em acções ordinárias numa relação 4:1. Como resultado da conversão, o número de acções emitidas e realizadas é de 3.306.843.332 (valor nominal EUR 1.851.832.266) a 24 de Novembro de 2008.

e Situação líquida

Situação líquida

(em milhões de euros)	**2008**	2007
Capital social	**1,852**	1,085
Reservas	**15,225**	28,490
Total	**17,077**	29,575

Capital social

	2008	2007
Movimentos em número de acções ordinárias		
Saldo a 1 de Janeiro	**1,936,847,516**	1,936,847,516
Conversão de acções preferenciais em acções ordinárias	**1,369,995,816**	–
Saldo a 31 de Dezembro	**3,306,843,332**	**1,936,847,516**

	2008	2007
Movimentos em número de acções próprias		
Saldo a 1 de Janeiro	**92,719,820**	83,060,725
Utilizadas para o exercício de opções e programas de entrega de acções	**–**	(27,649,180)
Recompra de acções	**–**	55,512,333
Dividendos pagos em acções		(18,204,058)
Venda à RFS Holdings B.V.	**(92,719,820)**	–
Saldo a 31 de Dezembro	**–**	92,719,820

Reservas

(em milhões de euros)	**2008**	2007
Conta de prémio de emissão	**5,343**	5,332
Acções de reserva não distribuíveis	**11**	10
Participações nos lucros não distribuíveis	**550**	468
Diferenças de conversão cambial	**517**	597
Reserva de cobertura de fluxos de caixa	**(866)**	94
Reserva de activos disponíveis para venda	**(865)**	(543)
Mais-valias não realizadas em instrumentos financeiros escolhidos pelo justo valor	**–**	–
Outras reservas	**10,535**	22,532
Total de reservas	**15,225**	28,490

A conta de prémio de emissão é sobretudo considerada como capital realizados para fins fiscais.
Do total de reservas, EUR 2.232 milhões (2007: EUR 2.425 milhões) não são distribuíveis.

Garantias

A AABN AMRO Holding N.V. garante todas as responsabilidades do ABN AMRO Bank N.V.

Amesterdão, 24 de Março de 2009

Conselho Fiscal

Arthur Martinez
André Olijslager
Trude Maas–de Brouwer
Rob van den Bergh
Anthony Ruys
Gert-Jan Kramer
Ana Maria Llopis Rivas
Juan Rodriguez-Inciarte
Michael Enthoven
Miller McLean

Conselho de Administração

Gerrit Zalm
Ron Teerlink
David Cole
Johan van Hall
Chris Vogelzang
Donald Workman
Brad Kopp
Michiel de Jong
Javier Maldonado

Carlos 227

50 Referências cruzadas SEC FORM 20-F e outras informações

Referências cruzadas SEC Form 20-F e outras informações
Nova divulgação para o relatório combinado AR-20-F

1	**Identidade dos administradores, gestão de topo e consultores**	NA
2	**Oferta – estatísticas e agenda prevista**	NA
3	**Informações essenciais**	
	Dados financeiros seleccionados	7
	Capitalização e dívida	NA
	Motivos da oferta e uso dos proveitos obtidos	NA
	Factores de risco	78
4	**Informação sobre a Sociedade**	
	História e desenvolvimento da Sociedade	10
	Perspectiva do negócio	29
	Estrutura organizacional	10
	Activos imobilizado	144
4A	**Comentários de pessoal não resolvidos**	NA
5	**Análise e prospectos operacionais e financeiros**	
	Resultados operacionais	12
	Liquidez e recursos de capital	26
	Informação estatística seleccionada	250
	Investigação e desenvolvimento, Patentes e licenças, etc.	NA
	Informação sobre tendências	284
	Acordos extrapatrimoniais	284
	Agendas das obrigações contratuais	163
6	**Administradores, gestores de topo e trabalhadores**	
	Administradores e gestores de topo	86
	Remuneração	196
	Práticas do Conselho de Administração	86
	Trabalhadores	97
	Participação accionista	282
7	**Principais accionistas e transacções com partes relacionadas**	
	Principais accionistas	282
	Transacções com partes relacionadas	205
	Participação de peritos e advogado	NA
8	**Informações financeiras**	
	Demonstrações consolidadas e outras informações financeiras	98
	Alterações significativas	208
9	**Oferta e registo em bolsa**	NA
10	**Informações adicionais**	
	Capital social	159/283
	Estatutos e Pacto Social	283
	Contratos relevantes	NA
	Controlos cambiais	NA
	Impostos	NA
	Dividendos e agentes de pagamento	NA
	Declarações de peritos	NA
	Apresentação de documentos	290
	Informação subsidiária	NA
11	**Divulgações quantitativas e qualitativas sobre o risco de mercado**	57
12	**Descrição dos valores mobiliários, excepto acções**	NA
13	**Incumprimentos, dividendos atrasos e mora**	NA
14	**Alterações significativas nos direitos dos detentores de valores mobiliários e uso dos proveitos obtidos**	NA
15	**Controlos e procedimentos**	228
16A	**Perito financeiro da Comissão de Auditoria**	89
16B	**Código de Ética**	285
16C	**Honorários e serviços dos contabilistas principais**	135
16D	**Isenções das normas de listagem para comissões de auditoria**	NA
16E	**Compras de acções pelo emitente e compradores afiliados**	168
17	**Demonstrações financeiras**	NA
18	**Demonstrações financeiras**	98
19	**Anexos**	NA

Outras informações

Relatórios da administração	227
Relatórios do auditor	230
Disposições estatutárias relativas à distribuição de lucros	234
Distribuição de lucros proposta	234
Disposições estatutárias da Holding relativamente às acções e direitos de voto	235

Relatório da administração acerca do controlo sobre o relato financeiro segundo o Código holandês

Segundo a cláusula de boas práticas II.1.5 do Código do Governo das Sociedades holandês, é pedido ao Conselho de Administração do ABN AMRO que substancie a operação da gestão do risco e sistema de controlo internos durante o ano em análise e que afirme a sua adequação e eficácia. Ao fazer isso, ele deve descrever quaisquer alterações significativas que foram feitas e quaisquer melhoramentos importantes que estiverem planeados, e de deve confirmar que eles foram discutidos com a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal.

A gestão de risco e sistema de controlo internos do ABN AMRO é um processo, realizado pelo Conselho de Administração, gestão e outros colaboradores, que foi concebido para dar uma garantia razoável em relação à capacidade de atingir os objectivos nas seguintes categorias: (i) eficácia e eficiência das operações; (ii) fiabilidade do relato financeiro; e (iii) cumprimento de leis e regulamentos. Foi ajustado e melhorado durante o ano em análise, para as alterações resultantes da transição do ABN AMRO e seus negócios para os Membros do Consórcio.

Diferentes secções deste Relatório Anual, incluindo a Secção 3: “Gestão de riscos e fundos próprios”, que se inicia na página 56, discute os riscos identificados do ABN AMRO, como o risco de crédito, o risco de liquidez de financiamento, o risco de mercado, o risco de relato financeiro, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional, o risco de cumprimento e regulamentar, o risco jurídico, o risco de relato financeiro e outros riscos.

Devido às suas inerentes limitações, a gestão de risco e sistema de controlo internos do ABN AMRO não dá certezas sobre a realização de objectivos operacionais e financeiros dos negócios ou de que estes sistemas podem, sempre, prevenir declarações erradas, inexactidões, erros, fraudes e não cumprimentos das regras e regulamentos.

A avaliação da gestão de risco e sistema de controlos internos do ABN AMRO baseia-se nos critérios estabelecidos pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) em *Internal Control-Integrated Framework*. A avaliação da adequação e eficácia das alterações e melhoramentos na gestão de risco e sistema de controlo internos durante o ano em análise foram discutidas com o Conselho Fiscal e a sua Comissão de Auditoria.

Com base na avaliação da adequação e eficácia da gestão de risco e sistema de controlo internos, o Conselho de Administração acredita que a cláusula de boas práticas II.1.5 do Código de Governo das Sociedades holandês, tomando em consideração as recomendações da Comissão de Monitorização do Código de Governo das Sociedades, foi cumprida.

Amesterdão, 24 de Março de 2009

Gerrit Zalm
Presidente do Conselho de Administração

David Cole
Chief Financial Officer

Relatório da Administração sobre o Relatório Anual

O Conselho de Administração certifica que, até onde pode saber:

I) as demonstrações financeiras dão uma visão verdadeira e justa, em todos os aspectos materais, do activo, passivo, posição financeira e resultados da ABN AMRO Holding N.V. e suas entidades consolidadas;

II) o relatório annual dá uma visão verdadeira e justa, em todos os aspectos materiais, da ABN AMRO Holding N.V. e suas entidades relacionadas a 31 de Dezembro de 2008 e o seu estado de negócios durante 2008; e

III) o relatório annual descreve os riscos materiais que o ABN AMRO enfrenta.

Amesterdão, 24 de Março de 2009

Gerrit Zalm
Presidente do Conselho de Administração

David Cole
Chief Financial Officer

Relatório da Administração acercado do controlo interno do relato financeiro segundo a secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley

Segundo a Secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, o ABN AMRO é obrigado a avaliar a eficácia do seu controlo interno sobre o relato financeiro a 31 de Dezembro de 2008 e informar, com base nessa avaliação, se os controlos internos do ABN AMRO sobre o relato financeiro são eficazes.

A administração do ABN AMRO é responsável pelo estabelecimento e conservação de um controlo interno adequado sobre o relato financeiro do ABN AMRO, como definido na Regra 13(a) – 15 (f) segundo o Securities Exchange Act de 1934 e suas emendas.

O controlo interno do ABN AMRO sobre o relato financeiro é um processo concebido para dar uma garantia razoável em relação à fiabilidade do relato financeiro e a elaboração de demonstrações financeiras para finalidades externas, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Para o ABN AMRO, os princípios de contabilidade geralmente aceites referem-se às International Financial Reporting Standards, conforme adoptadas pela UE e IFRS conforme publicadas pelo IASB.

O controlo interno do ABN AMRO sobre o relato financeiro inclui as politicas e procedimentos que: (i) sejam pertinentes para a conservação de registos que em detalhe razoável reflictam com precisão e justeza as transacções e alienações dos activos do ABN AMRO e suas entidades consolidadas; (ii) dêem garantia razoável que as transacções são registadas como o necessário para permitir a redacção de demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, e que as receitas e despesas do ABN AMRO estão a ser feitas, apenas, de acordo com as autorizações da administração e administradores do ABN AMRO; e (iii) dêem garantia razoável em relação à prevenção ou detecção atempada de aquisições, utilizações ou alienações não autorizadas de activos do ABN AMRO que possam ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

Devido às suas inerentes limitações, o controlo interno sobre o relato financeiro pode não prevenir ou detectar declarações erradas. De igual modo, as projecções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos possa deteriorar-se.

A administração do ABN AMRO avaliou a eficácia do controlo interno sobre o relato financeiro do ABN AMRO a 31 de Dezembro de 2008. Ao fazer esta avaliação, o ABN AMRO utilizou os critérios estabelecidos pelo Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission (COSO) em Internal Control-Integrated Framework. A avaliação do ABN AMRO incluiu documentação, apreciação e teste da concepção e eficácia operacional do seu controlo interno sobre o relato financeiro. A administração do ABN AMRO reviu os resultados da sua avaliação com o Conselho Fiscal e a sua Comissão de Auditoria. A transição em curso do ABN AMRO para os seus novos Membros do Consórcio pode ter impacto sobre o ambiente de controlo em 2009. Tal está incorporado e monitorizado como parte da gestão de transição.

Com base nesta avaliação, a administração concluiu que, a 31 de Dezembro de 2008, o controlo interno sobre o relato financeiro do ABN AMRO era eficaz. A eficácia do controlo interno sobre o relato financeiro do ABN AMRO a 31 de Dezembro de 2008 foi auditada pela Deloitte Accountants B.V., uma sociedade revisora oficial de contas independente, conforme declarado no seu relatório que aparece na página 233.

Amesterdão, 24 de Março de 2009

Gerrit Zalm
Presidente do Conselho de Administração

David Cole
Chief Financial Officer

Aos Accionistas, Conselho Fiscal e Conselho de Administração da ABN AMRO Holding N.V.

Relatório do auditor

Relatório sobre as demonstrações financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de 2008 da ABN AMRO Holding N.V., Amesterdão. As demonstrações financeiras consistem nas demonstrações financeiras consolidadas e nas demonstrações financeiras da sociedade. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, a demonstração de resultados, demonstração das alterações no capital próprio e demonstração dos fluxos de caixa para o exercício então findo, e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas. As demonstrações financeiras da sociedade incluem o balanço da sociedade em 31 de Dezembro de 2007, a demonstração de resultados da sociedade do exercício então findo e a notas as demonstrações financeiras da sociedade.

Responsabilidade da administração

A administração da sociedade é responsável pela preparação e justa apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as International Financial Reporting Standards, conforme adoptadas pela União Europeia, e com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês, e pela preparação da informação conforme definida em 2:391 do Código Civil holandês. Esta responsabilidade inclui; concepção, implementação e manutenção dos controlos internos relevantes para a preparação e a justa apresentação de demonstrações financeiras isentas de inexactidões materiais, quer devido a fraude ou erro; selecção e aplicação das políticas contabilísticas apropriadas; e fazer estimativas contabilísticas que sejam razoáveis para as circunstâncias.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar um parecer sobre as demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com a lei holandesa. Esta lei exige que cumpramos os requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter uma garantia razoável que as demonstrações financeiras estão isentas de inexactidão materiais.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter provas de auditoria acerca dos montantes e divulgações nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem de julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de inexactidões materiais nas demonstrações financeiras, quer devido a fraude ou erro. Ao fazer estas avaliações de risco, o auditor considera os relevantes controlos interno na preparação e justa apresentação da entidade das suas demonstrações financeiras, de modo a conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados em todas as circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela gestão, bem como a avaliação da apresentação geral das demonstrações financeiras,

Acreditamos que os indícios de auditoria que obtivemos são suficientes e adequados para proporcionar uma base para o nosso parecer de auditoria.

Parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas proporcionam uma visão verdadeira e justa da posição financeira da ABN AMRO Holding N.V. em 31 de Dezembro de 2008, e dos seus resultados e fluxos de caixa para o exercício então findo, de acordo com as International Financial Reporting Standards conforme adoptadas pela União Europeia e Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês.

Parecer sobre as demonstrações financeiras da sociedade

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras da sociedade proporcionam uma visão verdadeira e justa da posição financeira da ABN AMRO Holding N.V. em 31 de Dezembro de 2008, e dos seus resultados para o exercício então findo, de acordo com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil holandês.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

De acordo com o requisito legal segundo o 2:393 sub 5 parte f do Código Civil holandês, informamos, na medida da nossa competência, que a informação conforme definida em 2:391 do Código Civil holandês conforme incluída no Relatório Anual 2008 é consistente com as demonstrações financeiras, conforme exigido pelo 2:391 sub 4 do Código Civil holandês.

Deloitte Accountants B.V.
Assinado por J.G.C.M. Buné
Amesterdão, 24 de Março de 2009

Aos Accionistas, Conselho Fiscal e Conselho de Administração da ABN AMRO Holding N.V.

Relatório da Sociedade Revisora Oficial de Contas Independente

Auditámos o balanço consolidado anexo da ABN AMRO Holding N.V. e subsidiárias (a "Sociedade") em 31 de Dezembro de 2008, e demonstrações consolidadas de resultados, alterações no capital próprio e fluxos de caixa relacionados para o exercício então findo. Estas demonstrações financeiras são responsabilidade da administração da Sociedade. A nossa responsabilidade é dar um parecer sobre estas demonstrações financeiras baseado na nossa auditoria. As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, antes dos efeitos dos ajustamentos retrospectivos para (1) as operações descontinuadas em 2008 conforme discutido nas políticas contabilísticas, (2) as divulgações para alterações na composição dos segmentos comunicáveis em 2008 conforme discutido na Nota 1 para as demonstrações financeiras consolidadas, e (3) a apresentação de operações descontinuadas na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram auditadas por outros auditores cujos relatórios, datados de 25 de Março de 2008, expressaram uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações.

Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos). Estas normas exigem que planeemos e executemos uma auditoria para obter uma garantia razoável sobre se estas demonstrações financeiras estão isentas de inexactidões materiais. Uma auditoria inclui a examinação, numa base de teste, das provas que suportam os montantes e divulgações das demonstrações financeiras. Uma auditoria também inclui a avaliação dos princípios contabilísticos utilizados e as estimativas significativas feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação da demonstração financeira geral. Acreditamos que a nossa auditoria providencia uma base razoável para o nosso parecer.

No nosso parecer, estas demonstrações financeiras consolidadas de 2008 apresentam com justeza, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da ABN AMRO Holding N.V. e subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, e o resultado das suas operações e fluxos de caixa para o exercício então findo, em conformidade com as International Financial Reporting Standards, como publicadas pelo International Accounting Standards Board.

Também auditámos os ajustamentos retrospectivos às demonstrações financeiras consolidadas de 2007 e 2006 para (1) as operações descontinuadas em 2008 conforme discutido nas Políticas Contabilísticas e (2) as divulgações para alterações na composição dos segmentos comunicáveis em 2008 conforme discutido na Nota 1 para as demonstrações financeiras consolidadas, e (3) a demonstração consolidada de fluxos de caixa reformulados para a apresentação das operações descontinuadas, como discutido nas Políticas Contabilísticas. Os nossos procedimento incluídos (1) obtendo a análise de contabilidade subjacente da Sociedade preparada pela administração dos ajustamentos retrospectivos para operações descontinuadas, segmentos comunicáveis e fluxos de caixa e comparação com montantes ajustados retrospectivamente com as demonstrações financeiras consolidadas, (2) testando a exactidão matemática da análise de contabilidade, e (3) numa base de teste, obtendo a documentação de suporte da Sociedade para esses ajustamentos. Na nossa opinião, esses ajustamentos retrospectivos foram apropriados e foram adequadamente aplicados. No entanto, não nos foi pedido para auditar, rever ou aplicar quaisquer procedimento às demonstrações financeiras consolidadas de 2007 ou 2006 da Sociedade, para além do respeitante aos ajustamentos retrospectivos e, consequentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de garantia sobre as demonstrações financeiras consolidadas de 2007 e 2006 tomadas como um todo.

Também auditámos, de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos), o controlo interno da Sociedade sobre o relato financeiro em 31 de Dezembro de 2008, baseada em critérios estabelecidos em Internal Control —Integrated Framework publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission e o nosso relatório, datado de 24 de Março de 2009, expressou um parecer sem reservas sobre o controlo interno da Sociedade sobre o relato financeiro.

Deloitte Accountants B.V.
Assinado por J.G.C.M. Buné
Amesterdão, 24 de Março de 2009

Aos Accionistas, Conselho Fiscal e Conselho de Administração da ABN AMRO Holding N.V.

Relatório da Sociedade Revisora Oficial de Contas Independente

Auditámos o controlo interno sobre o relato financeiro da ABN AMRO Holding N.V. e subsidiárias (a "Sociedade") em 31 de Dezembro de 2008, com base nos critérios estabelecidos em Internal Control — Integrated Framework, publicado pela Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission (os critérios COSO). A administração da Sociedade é responsável pela manutenção de um controlo interno eficácia sobre o relato financeiro e para a sua avaliação da eficácia do controlo interno sobre relato financeiro, incluído no Relatório da Administração acerca do Controlo Interno sobre o Relato Financeiro anexo na página 228. A nossa responsabilidade é expressar um parecer sobre o controlo interno sobre o relato financeiro da Sociedade com base na nossa auditoria.

Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos). Estas normas exigem que planeemos e executemos uma auditoria para obter uma garantia razoável de que foi mantido um controlo interno eficaz sobre o relato financeiro em todos os aspectos materiais. A nossa auditoria incluiu a obtenção de uma compreensão do controlo interno sobre relato financeiro, avaliando o risco de existência de uma fraqueza material, teste e avaliação da concepção e eficácia operacional do controlo interno com base no risco avaliado e a execução de outros procedimentos que consideremos necessários segundo as circunstâncias. Acreditamos que a nossa auditoria providencia uma base razoável para o nosso parecer.

Um controlo interno sobre o relato financeiro da sociedade é um processo concebido, ou sob a supervisão, do executivo principal da sociedade e dos principais directores financeiros, ou pessoas que exercem funções similares, e efectuado pelo conselho de administração da sociedade, gerência, e outras pessoas para dar uma garantia razoável em relação à fiabilidade do relato financeiro e a preparação das demonstrações financeiras para finalidades externas, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Um controlo interno sobre o relato financeiro da sociedade inclui políticas e procedimentos que (1) sejam pertinentes para a conservação de registos que em detalhe razoável reflictam com precisão e justeza as transacções e alienações dos activos da sociedade; (2) dêem garantia razoável que as transacções são registadas como o necessário para permitir a redacção de demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, e que as receitas e despesas da sociedade estão a ser feitas, apenas, de acordo com as autorizações da administração e administradores da sociedade, e (3) dêem garantia razoável em relação à prevenção ou detecção atempada de aquisições, utilizações ou alienações não autorizadas de activos da sociedade que possam ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

Devido às inerentes limitações do controlo interno sobre relato financeiro, incluindo a possibilidade de conluio ou gestão imprópria ultrapassar os controlos, inexactidões materiais devido a erro ou fraude podem não ser prevenidas ou detectadas em tempo útil.

De igual modo, as projecções de qualquer avaliação de eficácia do controlo interno sobre relato financeiro para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos possa deteriorar-se.

Na nossa opinião, a Sociedade manteve, em todos os aspectos materiais, a eficácia do controlo interno sobre relato financeiro em 31 de Dezembro de 2008, com base nos critérios COSO.

Também auditámos, de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos), as demonstrações financeiras consolidadas anexas em e para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2008 da Sociedade e o nosso relatório, datado de 24 de Março de 2009, expressou um parecer sem reservas sobre essas demonstrações financeiras e inclui um parágrafo explicaitvo em relação aos ajustamentos retrospectivos às demonstrações financeiras consolidadas de 2007 e 2006.

Deloitte Accountants B.V.
Assinado por J.G.C.M. Buné
Amesterdão, 24 de Março de 2009

Disposições estatutárias em relação à distribuição de lucros

Os Estatutos do ABN AMRO Holding N.V. foram alterados por uma escritura de alteração datadas de 24 de Novembro de 2008.

O lucro é distribuído de acordo com o artigo 37 dos estatutos. As principais disposições em relação às classes e séries de acções correntemente em emissão são os seguintes:

O Conselho de Administração pode decidir fazer dotações para as reservas, sujeitas à aprovação do Conselho Fiscal (artigo 37.2.a.).

A alocação do montante restante após estas dotações será determinada pela Assembleia-Geral de Accionistas. O Conselho de Administração, sujeito a aprovação do Conselho Fiscal, deverá fazer a proposta para tal efeito. A proposta em pagar um dividendo deverá ser tratada num ponto da ordem de trabalhos separado na Assembleia-Geral de Accionistas (artigo 37.2.a.).

A política do ABN AMRO Holding N.V. sobre reservas e dividendos deverá ser determinado e pode ser alterada pelo Conselho Fiscal, por proposta do Conselho de Administração. A adopção de cada subsequente alteração à política de reservas e dividendos deverá ser discutida e explicada na Assembleia-Geral de Accionistas num ponto da ordem de trabalhos separado (artigo 37.2.b.).

Sujeito a aprovação pelo Conselho Fiscal, o Conselho de Administração pode fazer com que o dividendo ou dividendo intercalar em acções seja pagável, à discrição dos detentores, quer em dinheiro quer, desde que autorizado a emitir acções, no todo ou em parte em acções do capital da Sociedade ou numa combinação de ambos, sendo essa combinação determinada pelo Conselho de Administração (artigo 37.3.).

Sujeito a aprovação pelo Conselho Fiscal, o Conselho de Administração será autorizado, desde que tal seja permitido pelo lucro conforme evidenciado pelo balanço intercalar elaborado com a devida observância das disposições da Secção 105, Subsecção 4 do Livro 2 do Código Civil holandês, a pagar um dividendo intercalar sobre acções uma vez, ou mais frequentemente, no decurso de qualquer ano financeiro e antes da aprovação das Contas Anuais pela Assembleia-Geral de Accionistas (artigo 37.4.).

Sujeito a aprovação pelo Conselho Fiscal, o Conselho de Administração pode decidir sobre numa distribuição contra reservas em dinheiro ou, se o Conselho estiver autorizado para emitir acções, na forma de acções (artigos 37.5.).

Distribuição dos lucros proposta

Distribuição do lucro líquido de acordo com os artigos 37.2 e 37.3 dos estatutos

(em milhões de euros)	**2008**	2007
(Libertação de) / adição às reservas	**(15,633)**	8,777
Dividendos em acções ordinárias	**19,213**	1,071
	3,580	9,848
Dividendos em acções preferências	**–**	36

Estipulações dos estatutos sobre a Holding em relação às acções e direitos de voto

Cada acção ordináris tem um valor facial de EUR 0,56 no capital do ABN AMRO Holding N.V. dá o direito ao possuidor a um voto. Sujeito a certas excepções dispostas pela lei ou estatutos, as resoluções são aprovadas por maioria absoluta dos votos expressos.

Quando as acções são emitidas, cada accionista terá um direito de preferência, em proporção com o montante total das suas acções, excepto no caso de uma emissão de acções por contrapartidas que não consistam em dinheiro ou uma emissão de acções para colaboradores da Sociedade ou de uma sociedade do grupo.

No caso de dissolução ou liquidação do ABN AMRO Holding N.V., os activos restantes após pagamento de todos ás dívidas serão distribuídos aos detentores de acções numa base proporcional.

Informação adicional

Taxas de câmbio	237
Indicadores principais do ABN AMRO	238
Conselho Fiscal	240
Conselho de Administração	244
Informação estatística seleccionada	250
Principais accionistas e propriedade	282
Estatutos	283
Informação de tendências	284
Elementos extrapatrimoniais	284
Código de Ética	285
Comissão Central de Trabalhadores	286
Abreviações	288
Documentos em consulta	290
Assinaturas	291
Como encomendar relatórios	292

Taxas de câmbio

O seguinte quadro mostra, para os anos e meses indicados, certas informações relativas à taxa de compras ("Noon Buying Rate") em Nova Iorque para transferências bancárias em Euros, como certificado para fins aduaneiros pelo Federal Reserve Bank de Nova Iorque expresso em dólares norte-americanos.

Valor de 1 USD em EUR	No fim do período 1	Taxa média **2**	Máx.	Mín.
2002	0.95	1.06	1.16	0.95
2003	0.79	0.89	0.97	0.79
2004	0.74	0.81	0.85	0.73
2005	0.84	0.80	0.86	0.74
2006	0.76	0.76	0.76	0.75
2007	0.68	0.73	0.77	0.67
Setembro 2008	0.71	0.70	0.72	0.68
Outubro 2008	0.79	0.75	0.80	0.71
Novembro 2008	0.79	0.78	0.80	0.77
Dezembro 2008	0.72	0.74	0.79	0.70
Janeiro 2008	0.78	0.76	0.78	0.72
Fevereiro 2008	0.79	0.78	0.80	0.77
20 de Março de 2009	0.74	0.78	0.80	0.73

1 *A taxa de fim de período é a Noon Buying Rate anunciada no último dia do período.*
2 *A taxa média para cada período anual é a média das Noon Buying Rates, no último dia de cada mês durante o ano. A taxa média para cada período mensal é a média das Noon Buying Rates de cada dia do mês.*
A Noon Buying Rate em 20 de Março de 2009, a última data praticável, era 1 USD = EUR 0,7376.

Estas taxas foram fornecidas apenas para sua conveniência e não foram, necessariamente, as taxas usadas por nós para elaboração das nossas demonstrações financeiras consolidadas ou nos dados financeiros incluídos noutro lugares deste relatório, tal como a conversão não auditada em USD dos números em ou para o ano terminado a 31 de Dezembro de 2008, fornecidos para sua conveniência. Não damos qualquer garantia de que os montantes em USD foram, poderiam ter sido ou possam ser convertidos em euros a qualquer uma das taxas acima mencionadas.

Uma porção significativa dos nossos activos e passivos estão denominados em divisas diferentes do Euro. Consequentemente, as flutuações no valor do Euro em relação a outras divisas, tal como o Dólar norte-americano, podem ter efeitos no nosso desempenho financeiro. Ver "Secção 2: Análise operacional: Análise operacional e financeiras e perspectivas'.

Indicadores principais ABN AMRO[3]

	2008 [1]	2007 [1]	2006 [1]
Demonstração de resultados (em milhões de euros)			
Margem financeira	**5,828**	4,815	4,565
Total de proveitos não financeiros	**(7,931)**	7,517	8,082
Total de proveitos de exploração	**(2,103)**	12,332	12,647
Despesas de exploração	**9,994**	11,151	9,763
Provisionamento	**3,387**	717	668
Lucro de exploração antes de impostos	**(15,484)**	464	2,216
Resultado do exercício (IFRS)	**3,595**	9,975	4,780
Lucro líquido	**3,580**	9,848	4,715
Lucro líquido atribuível a accionistas ordinários	**3,580**	9,848	4,715
Dividendos	**19,213**	1,071	2,153
Balanço (em mil milhões de euros)			
Situação líquida	**17.1**	29.6	23.6
Capital do grupo	**30.7**	46.3	45.1
Dívidas a clientes e títulos de dívida emitidos	**320.3**	505.3	564.4
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	**270.5**	398.3	443.3
Total de activos	**666.8**	1,025.2	987.1
Crédito relacionado com passivos contingentes e facilidades autorizadas	**105.6**	159.3	196.7
Activos ponderados em função do risco	**176.0**	232.3	280.7
Rácios (em %)			
Rácio BIS Tier 1	**10.88**	12.42	8.45
Rácio BIS capital total	**14.43**	14.61	11.14
Rácio de eficiência **4**	**–**	90.4	77.2
Número de colaboradores (índice numérico)			
Holanda	**23,016**	26,136	25,817
Outros países	**32,908**	76,417	81,718
Número de balcões e filiais			
Holanda	**593**	664	664
Outros países	**377**	3,590	3,868
Número de países e territórios onde está presente	**51**	56	58

Os números dos anos anteriores foram reformulados para fins de comparações.
1 Estes números foram preparados com base em mensurações não PCGA.
2 Estes números foram preparados para se conformarem com as PCGA holandeses.
3 As operações descontinuadas não foram divulgadas em separado. Os números da demonstração de resultados para 2007 e 2006 foram reformulados para operações descontinuadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS). 2005 e anteriores não foram reformulados para operações descontinuadas emergentes em 2008 e 2007.
4 Foram excluídos os rácios de eficiência negativos.

2005 **1**	2004 **1**	2004 **2**	2003 **2**	2002 **2**	2001 **2**	2000 **2**	1999 **2**
7,043	8,608	9,666	9,723	9,845	10,090	9,404	8,687
8,151	7,678	10,127	9,070	8,435	8,744	9,065	6,840
15,194	16,286	19,793	18,793	18,280	18,834	18,469	15,527
10,547	12,681	13,687	12,585	13,148	13,771	13,202	10,609
614	607	653	1,274	1,695	1,426	585	633
4,033	2,998	5,451	4,918	3,388	3,613	4,725	4,250
4,443	3,940						
4,382	3,865	4,109	3,161	2,207	3,230	2,498	2,570
4,382	3,865	4,066	3,116	2,161	3,184	2,419	2,490
2,050	1,665	1,706	1,589	1,462	1,421	1,424	1,250
22.2	14.8	15.0	13.0	11.1	12.1	12.9	12.4
43.2	33.2	33.0	31.8	30.4	34.3	32.9	29.3
487.7	402.6	376.5	361.6	360.7	384.9	339.8	284.2
380.2	320.0	299.0	296.8	310.9	345.3	319.3	259.7
880.8	727.5	608.6	560.4	556.0	597.4	543.2	457.9
187.0	191.5	191.5	162.5	180.3	193.4	187.5	159.0
257.9	231.6	231.4	223.8	229.6	273.4	263.9	246.4
10.62	8.46	8.57	8.15	7.48	7.03	7.20	7.20
13.14	11.06	11.26	11.73	11.54	10.91	10.39	10.86
69.4	77.9	69.2	67.0	71.9	73.1	71.5	68.3
25,597	27,850	28,751	31,332	32,693	36,984	38,958	37,138
67,937	66,721	70,520	81,331	73,745	74,726	76,140	72,800
665	680	680	711	739	736	905	921
2,902	2,818	2,818	2,964	2,685	2,836	2,774	2,668
58	58	63	66	67	74	76	74

Conselho fiscal

Em 24 de Março de 2009, a composição do Conselho Fiscal do ABN AMRO Holding N.V. e ABN AMRO Bank N.V. era a seguinte, incluindo informações relevantes acerca dos membros:

Nome	Termo do mandato	Função principal	Outros cargos relevantes
Arthur Martinez; **1, 2, 3** (69, Norte-americano, M) *Presidente*	2002; **4** 2010; **5**	• Antigo Presidente e *Chief Executive Officer* da Sears, Roebuck & Co. Inc.	• Administrador não executivo International Flavors and Fragrances, Inc. • Administrador não executivo Liz Claiborne, Inc. • Administrador não executivo PepsiCo., Inc. • Administrador não executivo IAC/Interactive Corp. • Presidente de HSN. Inc.
André Olijslager; **1** (65, Holandês, M) *Vice-presidente*	2004; **4** 2012; **5**	• Antigo Presidente do Conselho de Administração de Royal Friesland Foods N.V.	• Vice-presidente do Conselho Fiscal de Avebe U.A. • Membro do Conselho Fiscal de Center Parcs N.V. • Membro da Comissão de investimento de NPM Capital N.V. • Membro do Conselho de Administração de Foundation N.V. Trust Office Unilever • Administrador não executivo de Tourism Real Estate Property (TREP) Holding SE • Presidente do Dutch Private Equity and Venture Capital Association (NVP) • Presidente do Stichting Maatschappij en Onderneming (SMO) • Presidente do Conselho Fiscal de Friesland College • Presidente do Conselho Consultivo de 'Lifelines' (UMC Groningen) • Membro Conselho Consultivo de Stichting Nyenrode • Membro Conselho Consultivo de Fries Museum/ Princessehof

Idade, nacionalidade e sexo entre parênteses.

1 *Membro da Comissão de Auditoria*
2 *Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações*
3 *Membro da Comissão de Supervisão da Cumprimento*
4 *Ano de nomeação*
5 *Expiração do mandato actual*

Nome	Termo do mandato	Função principal	Outros cargos relevantes
Conselho fiscal *(continuação)*			
Trude Maas-de Brouwer; **2, 3** (62, Holandesa, F)	2000; **4** 2012; **5**	• Antiga presidente da Hay Vision Society	• Membro do Conselho Fiscal de Schiphol Group • Membro do Conselho Fiscal de Royal Philips Electronics Netherlands (PEN) • Membro do Conselho Fiscal de Arbo Unie • Membro do Conselho Fiscal de Twijnstra Gudde Management Consultants B.V. • Presidente do Conselho Fiscal de Nuffic (Organização holandesa para a cooperação internacional no ensino superior) • Presidente de Opportunity in Bedrijf (rede e centro de conhecimento para questões de diversidade) • Presidente da Bernard van Leer Foundation • Membro do Conselho de Administração da Van Leer Group Foundation • Membro do curatorium of VNO NCW • Presidente do Conselho Consultivo da Autoridade de Protecção de Dados holandesa
Rob van den Bergh; **3** (58, Holandês, M)	2005; **4** 2009; **5**	• Antigo presidente do Conselho Executivo e Chief Executive officer of VNU N.V.	• Presidente do Conselho Fiscal de N.V. Deli Universal • Membro do Conselho Fiscal de Pon Holdings, B.V. • Membro do Conselho Fiscal de NPM Capital N.V. • Membro do Conselho Fiscal de Nationale Postcode Loterij • Membro do Conselho Fiscal de Tom-Tom • Membro do Conselho Fiscal de Luzac College

Idade, nacionalidade e sexo entre parênteses.

1 *Membro da Comissão de Auditoria*
2 *Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações*
3 *Membro da Comissão de Supervisão da Cumprimento*
4 *Ano de nomeação*
5 *Expiração do mandato actual*

Nome	Termo do mandato	Função principal	Outros cargos relevantes
Conselho fiscal *(continuação)*			
Anthony Ruys; **2** (61, Holandês, M)	2005; **4** 2009; **5**	• Antigo presidente do Conselho de Administração de Heineken N.V.	• Membro do Conselho Fiscal de Lottomatica S.p.A. • Administrador não executivo de British American Tobacco Ltd. • Vice-presidente do Conselho Fiscal de Schiphol Group • Presidente do Conselho Fiscal da Foundation the Rijksmuseum • Presidente do Conselho Fiscal da Stop Aids Now! Foundation • Membro do Conselho da Sociedade Holandesa para os assuntos internacionais • Membro do Conselho Fiscal de Janivo Holding B.V. • Presidente da Fundação Madurodam
Gert-Jan Kramer **1** (66, Holandês, M)	2006; **4** 2010; **5**	• Antigo presidente da Fugro N.V.	• Vice-presidente do Conselho Fiscal do Damen Shipyards Group • Presidente do Conselho Fiscal da Scheuten Solar Holding B.V. • Membro do Conselho Fiscal da Fugro N.V. • Membro do Conselho Fiscal da Trajectum B.V. (Mammoet B.V.) • Membro do Conselho Fiscal da N.V. Bronwaterleiding Doorn • Membro do Conselho Fiscal da Energie Beheer Nederland B.V. • Presidente do Conselho Fiscal da Universidade de Técnica de Delft • Presidente da IRO (Associação holandesa de fornecedores da indústria de petróleo e de gás) • Membro do Conselho da Nederland Maritiem Land • Vice-presidente da St. Preferente Aandelen Arcadis N.V. • Presidente do Conselho de Amsterdam Sinfonietta • Membro do Conselho de Stichting Het Concertgebouw Fonds • Membro do Conselho de Stichting Pieterskerk, Leiden

Idade, nacionalidade e sexo entre parênteses

1 *Membro da Comissão de Auditoria*
2 *Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações*
3 *Membro da Comissão de Supervisão da Cumprimento*
4 *Ano de nomeação*
5 *Expiração do mandato actual*

Nome	Termo do mandato	Função principal	Outros cargos relevantes
Conselho fiscal *(continuação)*			
Ana Maria Llopis Rivas **1** (58, Espanhola, F)	2007; **4** 2011; **5**	• Fundadora e antiga CEO do Open Bank (o banco Internet sem agências do grupo espanhol Santander)	• Membro do Conselho Consultivo de e-administration para o Ministério de Administração Pública, Espanha • Administradora não executiva de British American Tobacco • Conselheira pessoal estratégica e empresarial de Peter Wood, Presidente e CEO de esure (segurador internet) • Presidente executivo ideas4all.com
Juan Rodriguez-Inciarte (56, Espanhol, M)	2007; **4** 2011; **5**	• Membro da Comissão Executiva do Grupo Santander	• Administrador-delegado da RFS Holdings B.V. • Membro do the US-Spain Councila and Fellow of the Chartered Institute of Bankers in Scotland • Vice-presidente do Conselho do Abbey National plc, uma unidade totalmente detida pelo Santander • Membro do Conselho da empresa petrolífera espanhola CEPSA
Michael Enthoven **1 2 3** (57, Holandês, M)	2007; **4** 2012; **5**	• Conselheiro do Ministério das Finanças	• Administrador-delegado da RFS Holdings B.V. • Membro do Conselho Fiscal do Fortis Bank Nederland N.V. e Fortis Bank Nederland (Holding) N.V. • Tesoureiro do Leids Universitair Fonds
Miller M McLean (59, Inglês, M)	2009; **4** 2013; **5**	• Conselheiro-geral do Grupo e Secretário do Grupo do RBS Group plc	• Administrador-delegado da RFS Holdings B.V. • Presidente do Conselho do Whitehall and Industry Group • Administrador do Adam & Company Group plc • Administrador do Ulster Bank Group Limited • Presidente dos curadores do fundo de pensões do RBS • Presidente dos curadores do fundo de pensões de seguros do RBS

Idade, nacionalidade e sexo entre parênteses.

1 *Membro da Comissão de Auditoria*
2 *Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações*
3 *Membro da Comissão de Supervisão da Cumprimento*
4 *Ano de nomeação*
5 *Expiração do mandato actual*

Conselho de Administração

Em 24 de Março de 2009, a composição do Conselho de Administração do ABN AMRO Holding N.V. e ABN AMRO Bank N.V. era a seguinte:

Nome	Termo do mandato	Principais responsabilidades 2008
Conselho de Administração 1		
Gerrit Zalm (56, Holandês, M)	2008 **2** 2012 **3, 4**	Presidente Recursos Humanos, Comunicações e Auditoria do Grupo
Ron Teerlink (48, Holandês, M)	2009 **2** 2013 **2, 3**	Vice-presidente Comissão de gestão de transição
David Cole (47, Holandês e Americano, M)	2009 **2** 2013 **3, 4**	Chief Financial Officer Chief Risk Officer Finanças do Grupo Risco do Grupo Jurídico do Grupo Cumprimento do Grupo
Javier Maldonado (46, Espanhol, M)	2007 **2** 2011 **3, 4**	Os activos partilhados incluídos em Itens Centrais
Michiel de Jong (47, Holandês, M)	2008 **2** 2012 **3, 4**	Serviços de Transacções Globais Mercados regionais da Ásia e Europa
Brad Kopp (57, Americano, M)	2008 **2** 2012 **3, 4**	UN Américas
Donald Workman (56, Inglês, M)	2008 **2** 2012 **3, 4**	Banca e Mercados Globais
Johan van Hall (49, Holandês, M)	2009 **2** 2013 **3, 4**	Integração e serviços
Chris Vogelzang (46, Holandês, M)	2009 **2** 2013 **3, 4**	UN Holanda UN Clientes Privados International Diamond & Jewelry Group

Idade, nacionalidade e sexo entre parênteses.

1 *Membros do Conselho de Administração nomeados até atingir a idade contratual obrigatória de reforma de 65 anos, excepto se indicado de outro modo*
2 *Ano de nomeação*
3 *Expiração do mandato*
4 *De acordo com o Código de Governo das Sociedades holandês, estes membros foram nomeados por um período máximo de quatro anos e podem voltar a ser nomeados por um mandato não superior a quatro anos de cada vez.*

Curriculum vitae

Membros do Conselho de Administração em 24 de Março de 2009

Gerrit Zalm é o *Executive Officer* (CEO) do ABN AMRO desde 28 de Fevereiro de 2009. Foi nomeado pelo Conselho de Administração em 23 de Dezembro de 2008 no cargo de Vice-presidente. Gerrit Zalm é o membro do Conselho responsável pelos negócios ABN AMRO adquiridos pelo Estado Holandês. Em 1975, começou a trabalhar para o Ministério das Finanças como funcionário da secção de Assuntos Económicos da Divisão de Preparação do Orçamento. Em 1977, foi nomeado Chefe dessa secção e em1978 tornou-se Chefe de Divisão. Em 1981, foi nomeado Vice-director para Assuntos Orçamentais. Dois anos mais tarde, Gerrit Zalm foi nomeado Vice-director para Política Económica Geral no Ministérios dos Assuntos Económicos e, em 1985, veio a tornar-se Director. A partir de 1988, Gerrit Zalm trabalhou no Gabinete de Planeamento Central, primeiro como Vice-director e, mais tarde, Director. A partir de 1990, também começou a ensinar Política Económica na Vrije Universiteit Amsterdam. Gerrit Zalm foi Ministro das Finanças durante o primeiro e segundo governos do Primeiro-ministro holandês Kok, de 22 de Agosto de 1994 a 22 de Julho de 2002. Durante 2002 e 2003, foi deputado no Parlamento holandês e Presidente do grupo parlamentar do seu partido VVD. De 27 de Maio de 2003 até 22 de Fevereiro de 2007, o Gerrit Zalm foi Ministro das Fianças e Vice-primeiro ministro nos segundos e terceiros governos do Primeiro-ministro Balkenende. Depois de deixar o governo holandês em Fevereiro de 2007, Gerrit Zalm foi CFO e *Chief Economist* no DSB Bank até Dezembro 2008. Após completar o ensino secundário, ele estudou Economia Geral na Vrije Universiteit Amsterdam. Licenciou-se em 1975.

Ron Teerlink é o Vice-presidente do ABN AMRO. Ele é o membro do Conselho de Administração responsável pela Gestão de Transição. Ele foi nomeado para o Conselho de Administração em Janeiro 2006. Resignou a 1 de Abril para se tornar CEO Group Manufacturing no RBS. Em 28 de Fevereiro de 2009 voltou a ser nomeado para o Conselho de Administração. De 2006 a Abril 2008 foi o responsável pela Unidade de Negócios (UN) América Latina e expansão da estratégia *mid-market* nessa região; da UN Banca de Transacções, Serviços e Segmento de Clientes de Consumo. Foi também responsável pela Infra-estrutura de Assuntos e Mercados UE. Ron Teerlink foi nomeado *Chief Executive Officer* do Serviço Partilhado o Grupo (GSS) em 2004. Sob a sua liderança, o programa GSS foi acelerado e foram assinados contratos com fornecedores para externalização parcial, estratégias multivendedor e offshoring de serviços TI; e *Chief Operating Officer* do negócio Clientes Grossistas em 2002; Vice-presidente Executivo Principal em 2002; e director-geral do negócio Clientes por Grosso/Operações Europa em 2001. Ron Teerlink juntou-se ao ABN Bank em 1986 como analista TI/Sistemas, e foi nomeado chefe de Projecto e Desenvolvimento ASI em 1992; Internacional/Director de Administração & Organização em Colónia em 1994 e Director de Administração e Organização em Frankfurt em 1995. A partir de 1999, ele foi responsável pela divisão Organização e Informação Internacionais, Amesterdão e pela divisão Europa/Operações em 2000. Ron Teerlink tem um mestrado em Economia, Vrije Universiteit Amsterdam, em 1986.

David Cole é o *Chief Financial Officer* (CFO) e *Chief Risk Officer* (CRO). Também é o responsável por Finanças do Grupo, Risco do Grupo, Jurídico do Grupo e Cumprimento do Grupo. Foi nomeado para o Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2009. O Sr. Cole entrou no ABN AMRO em Amesterdão em 1984, como gestor de relações com clientes empresariais. Ele passou por uma série de funções de gestão de crédito e relações durante os 15 anos seguintes em Nova Iorque, Houston, Chicago e Amesterdão antes de ser nomeado Vice-presidente Executivo e Chefe Regional da Gestão de Risco para a América Latina em 1999, onde estava baseado em São Paulo, Brasil. Em 2001, o Sr. Cole regressou a Amesterdão para assumir a responsabilidade do Corporate Centre dentro do GRM para a Gestão de Carteira de Crédito. No final desse ano, foi nomeado Director-Geral e Chefe da Gestão de Mudança do Clientes Grossistas (WCS). Em 2002, o Sr. Cole tornou-se CFO do WCS e em 2004 foi nomeado Vice-presidente Executivo Principal e *Chief Operating Officer* do WCS. O Sr. Cole foi nomeado Chefe da Gestão de risco do Grupo (GRM) para o ABN AMRO em Janeiro 2006. O GRM é responsável pela gestão dos riscos de crédito, país, mercado, operacional e de reputação por todo o banco. Ele estudou na Universidade da Geórgia, onde se licenciou em 1984 (Licenciatura em Gestão de Empresas). Também estudou Negócios Internacionais em Nijenrode University na Holanda.

Javier Maldonado é o membro do Conselho de Administração responsável pelos activos partilhados incluídos em Itens Centrais. Ele foi nomeado para o Conselho de Administração em Novembro de 2007. Antes de ser nomeado para o Conselho, Javier Maldonado trabalhou de 2004 a 2007 no Abbey National PLC como *Chief Executive* da Divisão de Gestão de Fortunas, que inclui os negócios James Hay, Cater Allen, Abbey International e Abbey Share. Ele foi responsável pelo desenvolvimento e implementação dos objectivos para a Divisão de Gestão de Fortunas, que inclui: gerir mais de 800 pessoas; desenvolvimento da estrutura e organização da Divisão da Gestão de Fortunas; desenvolvimento de estratégia de negócios, tendo em conta o ambiente regulamentar; coordenação das áreas de apoio necessárias para o desenvolvimento e implementação de produtos: análise de mercados, exigências de cumprimento e regulamentares locais; estabelecimento de objectivos e orçamentos para a divisão. Javier Maldonado também foi o o chefe da Divisão de Reclamações e Qualidade de Serviço. De Fevereiro a Outubro 2006, foi Chief Executive da Divisão de Seguros & Gestão de Activos. De Novembro 2004 a Fevereiro 2006, foi Assistente do *Chief Executive Office* e Chefe de Reclamações. Antes da sua carreira no Abbey, Javier Maldonado trabalhou no Banco Santander SA de 1995 a 2004, como director-geral de M&A & Corporate Finance, director-geral do Departamento Jurídico, Chefe do Departamento Jurídico Internacional no Santander Investment New York. Começou a sua carreira no Baker and McKenzie em 1986. Em 1991, mudou-se para o escritório de advogados Hernandez-Canut em Madrid. Tem um doutoramento em direito pela Northwestern University Law School, Chicago e uma licenciatura de direito pela Universidade de Madrid.

Michiel de Jong é o membro do Conselho de Administração responsável por Banca e Mercados Globais da Europa e Ásia, bem como os Serviços de Transacções Globais. Ele foi nomeado para o Conselho de Administração do ABN AMRO em 11 de Abril de 2008. Michiel de Jong começou a sua carreira com o ABN AMRO em 1986. Após completar a sua formação na Divisão Internacional e Mercados Financeiros em Amesterdão, deteve cargos internacionais em Singapura (Mercados financeiros, *Corporate Banking*), Turquia (Gestor Comercial), Hong Kong (Gestor de país Hong Kong e China) e Alemanha (Gestor de país). Tornou-se Director-geral em 1996 e Vice-presidente Executivo Principal em 2006. Michiel de Jong teve sempre responsabilidade directa de clientes e rendimento de produtos. Michiel de Jong juntou-se à Equipa de Gestão da UN Clientes Grossistas em 2005, encabeçando a rede internacional do ABN AMRO em todo o mundo. Quando a UN Europa foi estabelecida em 2006, tornou-se responsável por todos os países da Europa central e ocidental. Em Setembro 2006, ele assumiu o cargo de *Chief Executive Officer* da UN Europa. Ele tem um grau de Mestre em Direito pela Vrije Universiteit Amsterdam.

Brad Kopp é o membro do Conselho de Administração pela UN Américas. Foi nomeado para o Conselho de Administração em 11 de Abril de 2008. Ele era o anterior Chefe de Estratégia do RBS America e Vice-presidente Executivo do Grupo para Estratégia e Desenvolvimento Empresarial para a RBS Citizens, N.A. do Royal Bank of Scotland Group plc. Brad Kopp supervisionou todo o planeamento estratégico e desenvolvimento empresarial do Citizens Bank para as operações RBS nos Estados Unidos. Ele foi também o responsável pela equipa de fusões e aquisições do Citizens e de outras iniciativas de planamento estratégico. Ele entrou no Citizens Bank em 1993 como *Chief Financial Officer* e serviu como Chefe de Estratégia e Desenvolvimento Empresarial desde Outubro 1998. Brad Kopp trabalhou 16 anos como banqueiro de investimento em Nova Iorque, mais recentemente com o Lehman Brothers. Brad Kopp licenciou-se pelo Harvard College e Harvard Business School.

Donald Workman é o membro do Conselho de Administração responsável por Banca e Mercados Globais. Ele foi nomeado para o Conselho de Administração em 22 de Setembro de 2008. Antes da sua nomeação, Donald Workman foi *Chief Executive*, Banca e Mercados Globais ABN AMRO, e foi responsável pelo Grupo Director de Transição "Activos Partilhados" no ABN AMRO, encarregado da alienação de activos não essenciais, como as carteiras de *private equity*, participações minoritárias em outros bancos e fundos de investimento. Ele é também responsável pelas relações RBS com as Divisões de Mercados Globais e *Corporate Banking* do Bank of China. Tendo entrado no RBS em 1992, Donald Workman foi responsável por vários grandes projectos, incluindo a integração de partes de *corporate banking* do NatWest no RBS, bem como tendo a responsabilidade por várias unidades especialistas dentro do RBS. Sendo, originalmente, os seus antecedentes em *private equity*, ele representou o Grupo no Conselho do Southern Water, que foi vendido no ano passado e continua a representar o Grupo no Conselho da Star Capital Partners, um investidor especializado em infra-estruturas. Antes de entrar no RBS, ele trabalhou na 3i, Castleforth Fund Managers e corretores de bolsa Laing and Cruickshank em que foi o responsável pela *Corporate Finance*. Ele estudou na Edinburgh Academy e Magdalen College, Oxford.

Johan van Hall é o membro do Conselho de Administração responsável pela Integração e Serviços. Ele foi nomeado para o Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2009. Em 1982, Johan Van Hall entrou no ABN AMRO, onde começou a sua carreira como técnico oficial de contas e auditor registadp de Processamento Electrónica de Dados (PED). Nos 12 anos seguintes, ele aceitou várias responsabilidades dentro da Auditoria PED, tanto dentro como fora da Holanda. A sua última função foi Chefe Global da Auditoria PED, reportando ao Director da Auditoria de grupo. Subsequentemente, ele mudou para a função de Gestor da Divisão de Informação na divisão doméstica do banco. Nesta função, ele era responsável por, entre outras coisas, a estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o orçamento TIC, desenvolvimento para utilizador final e informação de gestão. Em 1999, ele assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento da Plataforma Multicanal, concentrando-se no desenvolvimento e integração de novos canais de distribuição (incluindo, Internet, comunicações móveis) e sistemas de gestão de relações com clientes. No início de 2004, Johan van Hall tornou-se membro da Equipa de Gestão da UN Holanda, responsável pelas Soluções Empresariais e Serviços. Isto inclui, por exemplo: serviços comerciais multicanal, serviço de gestão de recursos, TIC, operações e desenvolvimento de organização e processos. Além disso, ele era o presidente da Rede de Embaixadores de Diversidade e Inclusão na UN Holanda. Johan van Hall obteve um grau pós-mestrado na Auditoria Ti na Vrije Universiteit, Amesterdão, em 1989. Dois anos antes, ele tinha concluído os seus estudos de contabilidade (NIVRA).

Chris Vogelzang é o membro do Conselho de Administração responsável pela UN Holanda, UN Clientes Privados e a International Diamond and Jewelry Group. Ele foi nomeado para o Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2009. Chris Vogelzang entrou no ABN AMRO em 2000 como *Corporate Executive Vice President*, responsável pelo Marketing de Retalho e, depois, tornou-se chefe do negócio de Desenvolvimento Holanda. Subsequentemente, foi nomeado chefe da Banca Clientes Particulares Holanda, responsável por todas as actividades de vendas, makerting e desenvolvimento de produto domésticos no mercado de particulares e era um membro da Equipa de Gestão da UN Holanda. Antes de se juntar ao ABN AMRO, Chris Vogelzang esteve no Royal Dutch Shell Group, onde começou a sua carreira em 1988. Enquanto aí esteve, ele deteve cargos de gestão de topo em vendas, negociação de petróleo e marketing e teve várias missões internacionais em vários países na África e Europa. Em Janeiro 2007, Chris Vogelzang foi nomeado Chefe Global de Clientes Privados. Foi também CEO do Fortis Private Banking, entre Janeiro e Outubro do ano passado. Chris Vogelzang tem um grau de *Master of Business* em Economia (1988), da Universidade de Groningen.

Situação a 24 de Março de 2009

Secretário da sociedade

Gw van Tunen

Unidades de negócio (UN), Segmentos, Funções do Grupo e Serviços

UN Clientes

UN Holanda
Chris Vogelzang

UN Europa
Michiel de Jong

UN Américas
Brad Kopp

UN Ásia
Michiel de Jong

UN Clientes Privados
Chris Vogelzang

UN Produtos

Negócio de Mercados Globais
Donald Workman

Serviços de Transacções Globais
Gerard Hartsink

Funções do Grupo

Auditoria do Grupo
Rob Sweitser

Comunicações do Grupo
Sierk Nawijn

Cumprimento do Grupo
Andrew Robinson

Jurídica do Grupo
John Collins

Finanças do Grupo
Petri Hofsté

Recursos Humanos do Grupo
Tony Williams

Gestão de Risco do Grupo
Jan Meines

Serviços
Kevin Hanley

Vice-presidentes Executivos Principais a 24 de Março de 2009

Gerard Hartsink

Petri Hofsté

Informação estatística seleccionada

Esta secção do relatório contém informação complementar que é mais detalhada que os dados apresentados nos resultados operacionais por UN.

Balanço médio

O quadro seguinte apresenta os saldos médios do ABN AMRO, baseado em médias do fim do mês e montantes de juros e taxas médias para os anos 2008, 2007 e 2006.

Activos médios 1

(em milhões de euros, excepto %)	2008			2007			2006		
	Saldo médio	Proveitos de juros	Taxa média (%)	Saldo médio	Proveitos de juros	Taxa média (%)	Saldo médio	Proveitos de juros	Taxa média (%)
Saldos em bancos centrais									
• Holanda	**5,916**	**253**	**4.3**	5,562	221	4.0	5,487	160	2.9
• Resto do mundo	**1,997**	**58**	**2.9**	2,573	61	2.4	3,180	60	1.9
Investimentos financeiros									
• Holanda	**67,512**	**3,377**	**5.0**	69,871	3,179	4.5	72,458	2,791	3.9
• Resto do mundo	**15,634**	**657**	**4.2**	18,294	777	4.2	18,108	751	4.1
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos									
• Holanda	**11,977**	**541**	**4.5**	13,091	589	4.5	11,530	476	4.1
• Resto do mundo	**13,327**	**675**	**5.1**	15,255	833	5.5	18,455	735	4.0
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes 2									
• Holanda	**181,576**	**10,325**	**5.7**	163,815	9,170	5.6	156,426	8,182	5.2
• Resto do mundo	**124,254**	**6,194**	**5.0**	147,552	7,904	5.4	126,282	6,185	4.9
Total de activos remunerados por juros	**422,193**	**22,080**	**5.2**	436,013	22,734	5.2	411,926	19,340	4.7
Total de activos remunerados por juros – negociação	**169,897**			258,104			192,454		
Subtotal	**592,090**			694,117			604,380		
Activos não remunerados por juros	**260,672**			214,520			191,956		
Activos remunerados por juros como percentagem total dos activos remunerados por juros	**852,762**	**22,080**	**2.6**	908,637	22,734	2.5	796,336	19,340	2.4
• Holanda									
• Resto do mundo	**63%**								
Saldos em bancos centrais	**37%**								

1 Os activos temporariamente vendidos (sujeitos a recompra) estão incluídos na rubrica do balanço relevante.
2 Para fins de apresentação deste quadro, os empréstimos incluem as transacções profissionais de títulos e sector público, que representa a administração central, regional e local e as autoridades administrativas.

Passsivos e capital do grupo médios

(em milhões de euros, excepto %)	2008			2007			2006		
	Saldo médio	Proveitos de juros	Taxa média (%)	Saldo médio	Proveitos de juros	Taxa média (%)	Saldo médio	Proveitos de juros	Taxa média (%)
Dívidas a bancos									
• Holanda	**60,664**	**2,598**	**4.3**	63,668	2,743	4.3	54,636	1,710	3.1
• Resto do mundo	**39,069**	**1,672**	**4.3**	44.674	1,913	4.3	45,457	1,891	4.2
Dívidas a clientes 1									
• Holanda	**136,403**	**4,691**	**3.4**	140,954	4,788	3.4	135,051	3,860	2.9
• Resto do mundo	**89,986**	**2,817**	**3.1**	113,366	4,326	3.8	98,427	3,357	3.4
Títulos de dívida emitidos									
• Holanda	**80,803**	**3,960**	**4.9**	95,801	4,651	4.9	125,348	4,628	3.7
• Resto do mundo	**30,915**	**1,196**	**3.9**	36,906	1,870	5.1	27,583	1,318	4.8
Passivos subordinados									
• Holanda	**11,115**	**540**	**4.9**	12,862	564	4.4	12,074	567	4.7
• Resto do mundo	**2,718**	**163**	**6.0**	3,163	195	6.2	4,323	279	6.5
Financiamento interno da carteira de negociação	**(34,760)**	**(1,340)**	**3.9**	(74,979)	(2,911)	3.9	(63,967)	(2,493)	3.9
Total de proveitos por juros	**416,913**	**16,297**	**3.9**	436,415	18,139	4.2	438,932	15,117	3.4
Total de activos remunerados por juros – negociação	**179,273**			250,807			189,769		
Subtotal	**596,186**			687,222			628,701		
Passivos não remunerados	**223,892**			195,778			144,808		
Capital social do Grupo	**32,684**			25,637			22,827		
Total de passivo e capital próprio médio	**852,762**	**16,297**	**1.9**	908,637	18,139	2.0	796,336	15,117	1.9
Activos remunerados por juros como percentagem total dos acitvos remunerados por juros									
• Holanda	**64%**								
• Resto do mundo	**36%**								

1 Para fins de apresentação deste quadro, dívidas a clientes incluem transacções profissionais de títulos e contas-poupança.
2 Capital próprio inclui interesses minoritários.

Alterações na margem financeira – análise de volume e taxa de juro

Os seguintes quadros alocam, por categorias de activos que remunerados e passivos remunerados, as alterações nos juros e proveitos equiparados e juros e custos equiparados devidos às alterações em volume e em taxas em 2008 comparado com 2007 e para 2007 comparado com 2006. As variações de volume e taxa foram calculadas com base em movimentos em saldos médios e alterações em taxas de juros. As alterações devidas a uma combinação de volume e taxa foram alocadas proporcionalmente.

Activo

(em milhões de euros)	**2008 contra 2007**	**Alterações volume/taxa**		**2007 contra 2006**	**Alterações volume/taxa**	
	Alteração juros e proveitos equiparados	Volume	Taxa	Juros e proveitos equiparados escriturados	Alteração juros e proveitos equiparados	Volume
Saldos em bancos centrais						
• Holanda	**32**	**15**	**17**	61	2	59
• Resto do mundo	**(3)**	**(15)**	**12**	1	(13)	14
Investimentos financeiros						
• Holanda	**198**	**(110)**	**308**	388	(103)	491
• Resto do mundo	**(120)**	**(112)**	**(8)**	26	8	18
Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos						
• Holanda	**(48)**	**(50)**	**2**	113	68	45
• Resto do mundo	**(158)**	**(100)**	**(58)**	98	(143)	241
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes 1						
• Holanda	**1,155**	**1,008**	**147**	988	397	591
• Resto do mundo						615
	(654)	**(552)**	**(102)**	3,394	1,320	2,074

1 Para fins de apresentação neste quadro, os empréstimos incluem transacções profissionais de títulos.

Passivo

(em milhões de euros)	**2008 contra 2007**	**Alterações volume/taxa**		**2007 contra 2006**	**Alterações volume/taxa**	
	Alteração juros e custos equiparados	Volume	Taxa	Juros e custos equiparados escriturados	Alteração juros e custos equiparados	Volume
Passivos financeiros detidos para negociação	**1,571**	**1,551**	**20**	(418)	(428)	10
Dívidas a bancos						
• Holanda	**(145)**	**(129)**	**(16)**	1,033	315	718
• Resto do mundo	**(241)**	**(240)**	**(1)**	22	(33)	55
Dívidas a clientes 1						
• Holanda	**(97)**	**(156)**	**59**	928	175	753
• Resto do mundo	**(1,509)**	**(807)**	**(702)**	969	543	426
Títulos de dívida emitidos	**(1,365)**	**(1,009)**	**(356)**	575	(770)	1,345
Passivos subordinados						
• Holanda	**(24)**	**(81)**	**57**	(3)	36	(39)
• Resto do mundo	**(32)**	**(27)**	**(5)**	(84)	(72)	(12)
	(1,842)	**(898)**	**(944)**	3,022	(234)	3,256

1 Dívidas a clientes inclui contas-poupança.

Juros brutos, *spreads* e margens

O quadro seguinte apresenta a informação seleccionada sobre juros brutos, *spreads* e margens aplicáveis ao ABN AMRO para 2008, 2007 e 2006.

Juros brutos, *spreads* e margens

(em percentagem)	**2008**	2007	2006
Juros brutos *1*			
• Holanda	**5.4**	5.2	4.7
• Resto do mundo	**4.9**	5.2	4.7
• Total do Grupo	**5.2**	5.2	4.7
Spread da taxa de juro *2*			
• Holanda	**1.4**	1.1	1.4
• Resto do mundo	**1.4**	0.8	0.8
• Total do Grupo	**1.3**	1.0	1.2
Margem financeira *3*			
• Holanda	**1.2**	0.9	0.9
• Resto do mundo	**0.4**	0.3	0.3
• Total do Grupo	**0.7**	0.5	0.5

1 Os juros brutos representam a taxa de juro ganha nos activos remunerados por juros médios.
2 O spread da taxa de juro representa a diferença entre a taxa de juro ganha nos activos remunerados por juros médios e a taxa paga em passivos remunerados médios.
3 Margem financeira como percentagem de total de activos remunerados por juros.

Activos

Títulos

Carteiras de investimentos

Para um resumo dos investimentos financeiros do ABN AMRO em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, segundo as IFRS, consultar a Nota 15 na Secção 5: "Demonstrações Financeiras".

Carteiras de negociação

Para um resumo da carteira de negociação do ABN AMRO em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, segundo as IFRS, consultar a Nota 14 na Secção 5: "Demonstrações Financeiras".

Concentração

Em 31 de Dezembro de 2008, o ABN AMRO detinha as seguintes posições de títulos em emitentes que excediam 10% da situação líquida do ABN AMRO nessa data:

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central alemão	**8,358**	16,817
Governo central holandês	**3,687**	7,599
Governo central francês	**2,986**	5,688
Governo central italiano	**2,087**	4,696
Governo central brasileiro	*	4,539
Governo central sul-coreano	*	3,549

** não aplicável*

Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos

O seguinte quadro mostra os empréstimos concedidos e as contas a receber de bancos.

Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
• Holanda	**15,041**	11,309	15,290	11,256	10,058
• América do Norte	**902**	1,325	2,488	4,304	5,729
• Resto do mundo	**59,623**	163,064	117,041	93,075	68,071
Total de empréstimos a bancos	**75,566**	175,698	134,819	108,635	83,858

O quadro abaixo mostra uma análise da duração restante dos empréstimos concedidos e contas a receber de bancos a 31 de Dezembro de 2008.

Empréstimos concedidos e contas a receber – bancos – vencimentos

(em milhões de euros)	Duração restante			
	Em 31 de Dezembro de 2008			
	Até 1 ano	Até 1 ano	Até 1 ano	Até 1 ano
• Holanda	13,902	611	528	**15,041**
• América do Norte	902	–	–	**902**
• Resto do mundo	57,247	2,015	361	**59,623**
Total de empréstimos a bancos	72,051	2,626	889	**75,566**

Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes

A carteira de empréstimo do ABN AMRO consiste em empréstimos, descobertos, activos sujeitos a leasings operacionais, leasings financeiros a receber de governos, empresas e particulares e operações de reporte. As análises geográficas dos empréstimos são, salvo se especificamente indicado de modo diferente, baseadas na localização da filial ou balcão em que o empréstimo é concedido.

Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Sector público	**8,786**	5,739	11,567	7,461	6,059
Comercial	**138,484**	144,613	180,262	152,411	127,044
Particulares	**109,298**	123,253	135,484	122,708	107,124
Transacções profissionais de títulos	**13,193**	98,270	93,716	74,724	59,269
Multi-seller conduits	**5,264**	29,457	25,872	25,931	23,700
Total de empréstimos (bruto)	**275,025**	401,332	446,901	383,235	323,196
Provisões para imparidade	**(4,518)**	(3,001)	(3,646)	(2,987)	(3,174)
Total de empréstimos concedidos e contas a receber – clientes	**270,507**	398,331	443,255	380,248	320,022

A diminuição do total de empréstimos de EUR 401 mil milhões para EUR 275 mil milhões reflecte a transferência dos negócios para a RBS e a venda do Banco Real e negócios para o Santander.

(em milhões de euros)	Total de empréstimos e contas a pagar – clientes por zona geográfica em 31 de Dezembro de 2008					
	Comercial	Particular	Transacções profissionais de títulos	Sector público	Multi-seller conduits	Total
Holanda	63,628	102,351	916	1,590	1,698	**170,183**
Europa	44,712	2,077	8,467	544	–	**55,800**
América do Norte	9,028	1	3,458	105	–	**12,592**
América Latina	525	4	–	–	–	**529**
Ásia	16,935	4,003	352	6,547	3,566	**31,403**
Total	134,828	108,436	13,193	8,786	5,264	**270,507**

(em milhões de euros)	Total de empréstimos e contas a pagar – clientes por zona geográfica em 31 de Dezembro de 2007					
	Comercial	Particular	Transacções profissionais de títulos	Sector público	Multi-seller conduits	Total
Holanda	59,492	102,127	4,599	1,547	9,485	**177,250**
Europa	42,008	3,769	49,750	1,003	–	**96,530**
América do Norte	9,355	1	43,402	77	13,970	**66,805**
América Latina	13,739	11,894	1	350	–	**25,984**
Ásia	18,245	4,235	518	2,762	6,002	**31,762**
Total	142,839	122,026	98,270	5,739	29,457	**398,331**

Para uma discriminação dos empréstimos concedidos e contas a receber – clientes por região, consultar a Nota 38 na Secção 5: “Demonstrações financeiras”.

Para uma discriminação de concentrações de risco de crédito, das facilidades de crédito e garantidas emitidas, consultar a Nota 38 na Secção 5: “Demonstrações Financeiras”.

Os saldos relacionados com transacções profissionais de títulos e *multi-seller conduits* não são cobertos pela seguinte análise pois estes saldos não partilham as mesmas características como as principais actividades de empréstimo do Banco. Em especial as transacções profissionais de títulos são de natureza de curto prazo.

Créditos em curso

O quadro seguinte faz um resumo dos nossos empréstimos por região e tipo de cliente.

Créditos em curso

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Holanda					
• Sector público	**1,590**	1,547	3,286	2,300	1,055
• Comercial	**66,043**	60,189	55,951	56,182	53,788
• Particulares	**102,727**	102,378	97,600	94,603	88,585
Total Holanda	**170,360**	164,114	156,837	153,085	143,428
Resto da Europa					
• Sector público	**544**	1,003	1,527	1,454	1,826
• Comercial	**45,477**	42,416	57,425	30,882	23,102
• Particulares	**2,384**	3,863	12,529	1,539	1,365
Total Resto da Europa	**48,405**	47,282	71,481	33,875	26,293
América do Norte					
• Sector público	**105**	77	677	735	792
• Comercial	**9,206**	9,542	42,179	44,693	35,460
• Particulares	**–**	–	13,017	15,218	9,716
Total América do Norte	**9,311**	9,619	55,873	60,646	45,968
América Latina					
• Sector público	**–**	350	507	596	82
• Comercial	**531**	14,085	10,095	8,024	4,714
• Particulares	**4**	12,601	8,320	7,270	4,246
Total América Latina	**535**	27,036	18,922	15,890	9,042
Resto do mundo					
• Sector público	**6,547**	2,762	5,570	2,376	2,304
• Comercial	**17,227**	18,381	14,612	12,630	9,980
• Particulares	**4,183**	4,411	4,018	4,078	3,212
Total Resto do mundo	**27,957**	25,554	24,200	19,084	15,496
Total de empréstimos (bruto)	**256,568**	273,605	327,313	282,580	240,227

Vencimentos

O quadro seguinte fornece uma análise dos vencimentos dos créditos em 31 de Dezembro de 2008. A determinação dos vencimentos baseia-se nos termos dos contratos.

Vencimento dos empréstimos

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro de 2008			
	De 1 ano até 5 anos	De 1 ano até 5 anos	De 1 ano até 5 anos	De 1 ano até 5 anos
Holanda				
• Sector público	281	632	677	**1,590**
• Comercial	25,511	23,354	17,178	**66,043**
• Particulares	7,094	4,678	90,955	**102,727**
Total Holanda	32,886	28,664	108,810	**170,360**
Resto da Europa				
• Sector público	192	120	232	**544**
• Comercial	29,381	10,632	5,464	**45,477**
• Particulares	808	520	1,056	**2,384**
Total Resto da Europa	30,381	11,272	6,752	**48,405**
América do Norte				
• Sector público	8	46	51	**105**
• Comercial	5,658	1,944	1,604	**9,206**
Total América do Norte	5,666	1,990	1,655	**9,311**
América Latina				
• Comercial	326	156	49	**531**
• Particulares	–	2	2	**4**
Total América Latina	326	158	51	**535**
Resto do mundo				
• Sector público	6,489	–	58	**6,547**
• Comercial	13,776	2,971	480	**17,227**
• Particulares	2,181	1,371	631	**4,183**
Total Resto do mundo	22,446	4,342	1,169	**27,957**
Total de empréstimos (bruto)	91,705	46,426	118,437	**256,568**

Sensibilidade da taxa de juro

O uqadro seguinte analise, a 31 de Dezembro de 200, a sensibilidade à taxa de juro dos empréstimos devidos até um ano e até cinco ano, e os empréstimos devidos após cinco anos, repartidos por região.

Empréstimos – sensibilidade à taxa de juro

(em milhões de euros)	A taxa variável 1	A taxa ajustável 2	A determinada data	Total
Devido a mais de um ano e até cinco				
Holanda				
• Sector público	–	–	632	**632**
• Comercial	2,001	–	21,353	**23,354**
• Particulares	233	–	4,445	**4,678**
Total Holanda	2,234	–	26,430	**28,664**
Resto da Europa				
• Sector público	80	–	40	**120**
• Comercial	8,319	727	1,586	**10,632**
• Particulares	143	135	242	**520**
Total Resto da Europa	8,542	862	1,868	**11,272**
América do Norte				
• Sector público	–	46	–	**46**
• Comercial	61	1,871	12	**1,944**
Total América do Norte	61	1,917	12	**1,990**
América Latina				
• Comercial	85	40	31	**156**
• Particulares	2	–	–	**2**
Total América Latina	87	40	31	**158**
Resto do mundo				
• Comercial	2,511	10	450	**2,971**
• Particulares	687	6	678	**1,371**
Total Resto do mundo	3,198	16	1,128	**4,342**
Total (bruto)	14,122	2,835	29,469	**46,426**

1 Os empréstimos a taxa variável são EURIBOR, taxa de oferta interbancária em Londres (LIBOR) e empréstimos baseados na prime rate, bem como taxas de empréstimos com períodos fixos de juros até um ano.
2 Os empréstimos com taxa ajustável são empréstimos com taxa de juro fixas por um período mais curto do que o prazo total do empréstimo.
3 Os empréstimos de taxa fixa são empréstimos para os quais o juro é fixado para todo o prazo.

Créditos – sensibilidade da taxa de justo (continuado)

(em milhões de euros)	A taxa variável 1	A taxa ajustável 2	A determinada data	Total
Devido mais de cinco anos				
Holanda				
• Sector público		–		**677**
• Comercial	582	–	16,596	**17,178**
• Particulares	2,858	–	88,097	**90,955**
Total Holanda	3,443	–	105,367	**108,810**
Resto da Europa				
• Sector público	76	–	156	**232**
• Comercial	4,397	59	1,008	**5,464**
• Particulares	850	17	189	**1,056**
Total Resto da Europa	5,323	76	1,353	**6,752**
América do Norte				
• Sector público	–	30	21	**51**
• Comercial	28	1,570	6	**1,604**
Total América do Norte	28	1,600	27	**1,655**
América Latina				
• Comercial	11	19	19	**49**
• Particulares	2	–	–	**2**
Total América Latina	13	19	19	**51**
Resto do mundo				
• Sector público	58	–	–	**58**
• Comercial	214	–	266	**480**
• Particulares	499	8	124	**631**
Total Resto do mundo	771	8	390	**1,169**
Total (bruto)	9,578	1,703	107,156	**118,437**
Devido até 1 ano				**91,705**
Total (bruto) de empréstimos				**256,568**

1 Os empréstimos a taxa variável são EURIBOR, taxa de oferta interbancária em Londres (LIBOR) e empréstimos baseados na prime rate, bem como taxas de empréstimos com períodos fixos de juros até um ano.
2 Os empréstimos com taxa ajustável são empréstimos com taxa de juro fixas por um período mais curto do que o prazo total do empréstimo.
3 Os empréstimos de taxa fixa são empréstimos para os quais o juro é fixado para todo o prazo.

Empréstimo no sector privado por tipo de garantia

O quadro seguinte analisa os empréstimos do sector privado por tipo de garantia nas datas indicadas. Os empréstimos sem garantias incluem empréstimos em que o ABN AMRO tem o direito de exigir uma garantia.

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Comercial					
Garantias de autoridades públicas	**5,712**	5,341	5,417	4,404	8,135
Hipotecas	**5,687**	7,742	18,490	28,441	23,956
Títulos	**2,291**	2,606	2,039	3,487	764
Garantias bancárias	**5,082**	9,180	2,954	3,121	3,029
Outros tipos de garantias	**48,289**	38,772	52,163	50,439	31,781
Sem garantias	**71,423**	80,972	99,199	62,519	59,379
Total de empréstimos comerciais	**138,484**	144,613	180,262	152,411	127,044
Particulares					
Garantias de autoridades públicas	**187**	141	159	3	151
Hipotecas	**94,146**	95,472	103,272	93,826	79,639
Títulos	**804**	1,120	872	2,074	2,647
Garantias bancárias	**19**	14	31	856	2,414
Outros tipos de garantias	**4,861**	10,274	12,062	7,077	7,354
Sem garantias	**9,281**	16,232	19,088	18,872	14,919
Total de empréstimos particulares	**109,298**	123,253	135,484	122,708	107,124
Total de empréstimos sector privado (bruto)	**247,782**	267,866	315,746	275,119	234,168
Total de empréstimos sector privado (líquido) 1	**243,265**	264,865	312,112	272,132	230,994

1 A diferença entre total de empréstimos sector privado (brutos) e total de empréstimos sector privado (líquido) representa a provisão específica do ABN AMRO para perdas de empréstimos. Por uma discussão da política de provisionamento do ABN AMRO, consultar a Nota 18 em Secção 5: "Demonstrações financeiras".

Empréstimos comerciais por actividade

Em 2008, o ABN AMRO alterou a sua discriminação por actividade de modo a alinhar com o relato do RBS Group com base de Standard Industry Codes (SIC). A reformulação dos números comparativos antes de 2007 seria impraticável, pelo que estas comparações são apresentadas de acordo com a categorização do período anterior.

Os quadros seguintes analisam os empréstimos comerciais por actividade na data indicada.

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central e local	**523**	–
Indústria	**30,980**	28,375
Construção	**1,967**	2,386
Sector financeiro	**33,996**	36,578
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**56,353**	57,857
Agricultura, exploração florestal e pescas	**5,099**	8,220
Imobiliário e hipotecas	**9,566**	11,197
Total de empréstimos comerciais (bruto)	**138,484**	144,613

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro			
	2007	2006	2005	2004
Matérias-primas	10,724	15,126	8,263	7,430
Imobiliário	11,197	23,712	26,301	21,477
Industrial	36,607	39,666	22,757	18,323
Energia	10,699	5,424	7,391	5,584
Serviços financeiros	22,573	21,407	22,555	20,967
Telecomunicações, media e tecnologia	10,249	10,092	10,575	9,124
Consumidor (cíclico)	22,242	43,775	36,673	29,771
Consumidor (não cíclico)	16,992	16,204	12,291	10,618
Saúde	3,330	4,856	5,605	3,750
Total empréstimos comerciais (bruto)	144,613	180,262	152,411	127,044

Carteiras de empréstimos por região

A seguir, apresenta-se uma análise da carteira de empréstimos do ABN AMRO por região. A carteira de empréstimos das operações Holanda, Europa (fora da Holanda) e América do Norte do ABN AMRO constituiu 89% (2006: 81%) da carteira de empréstimo total do ABN AMRO em 31 de Dezembro de 2008. O resto da carteira de empréstimos total (classificada aqui como 'Resto do mundo'), em 31 de Dezembro de 2008, inclui 10% das operações asiáticas (2006: 9%), menos de 1% de operações latino-americanas (2006: 10%) e menos de 1% das operações do Médio Oriente e África (2006: menos de 1%).

Carteira de empréstimos Holanda

A carteira de empréstimos Holanda é composta por empréstimos que têm origem em balcões e sucursais localizados na Holanda. O quadro seguinte analisa, nas datas indicadas, a carteira de empréstimos da Holanda, discriminada por localização do mutuário e, no caso de empréstimos ao sector privado, o tipo de garantia e actividade do mutuário.

Holanda – empréstimos por carteira de cliente

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Sector Público					
• Holanda	**421**	297	421	480	601
• Resto da Europa	**889**	874	1,985	1,468	35
• América do Norte	**–**	–	300	–	–
• Resto do Mundo	**280**	376	580	352	419
Total de empréstimos ao sector público (bruto)	**1,590**	1,547	3,286	2,300	1,055
Sector Privado					
• Holanda	**149,117**	141,087	136,362	135,842	129,379
• Resto da Europa	**10,750**	10,557	7,241	5,941	7,228
• América do Norte	**761**	973	1,929	2,244	1,341
• Resto do Mundo	**8,142**	9,950	8,019	6,758	4,425
Total de empréstimos ao sector privado (bruto)	**168,770**	162,567	153,551	150,785	142,373

Holanda – Empréstimos ao sector privado por tipo de garantia

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Comercial					
Garantias de autoridades públicas	**1,092**	922	2,234	971	5,270
Hipotecas	**4,111**	344	3,660	11,209	10,602
Títulos	**1,361**	379	707	240	138
Garantias bancárias	**265**	204	428	293	495
Outros tipos de garantia	**19,198**	16,730	15,394	16,012	1,585
Sem garantias	**40,016**	41,610	33,528	27,457	35,698
Total de empréstimos comerciais (bruto)	**66,043**	60,189	55,951	56,182	53,788
Particulares					
Garantias de autoridades públicas	**186**	141	159	–	–
Hipotecas	**93,045**	92,158	83,006	77,412	69,060
Títulos	**327**	566	548	1,526	2,041
Garantias bancárias	**7**	7	9	807	2,403
Outros tipos de garantia	**3,868**	3,853	6,211	2,545	4,290
Sem garantias	**5,294**	5,653	7,667	12,313	10,791
Total de empréstimos particulares (bruto)	**102,727**	102,378	97,600	94,603	88,585
Total de empréstimos ao sector privado (bruto)	**168,770**	162,567	153,551	150,785	142,373

Holanda – empréstimos comerciais por actividade

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central e local	**155**	–
Indústria	**13,915**	7,880
Construção	**1,251**	1,424
Sector financeiro	**12,723**	16,945
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**25,869**	25,477
Agricultura, exploração florestal e pescas	**4,742**	5,302
Imobiliário e hipotecas	**7,388**	3,161
Total de empréstimos comerciais (bruto)	**66,043**	60,189

Holanda – empréstimos comerciais por actividade

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro			
	2007	2006	2005	2004
Matérias-primas	3,494	6,480	3,552	2,978
Imobiliário	3,161	4,656	10,801	7,723
Industrial	15,535	9,524	3,215	4,604
Energia	2,466	666	892	948
Serviços financeiros	11,175	7,798	4,364	13,964
Telecomunicações, media e tecnologia	3,120	1,945	1,465	1,366
Consumidor (cíclico)	11,976	17,981	22,860	15,587
Consumidor (não cíclico)	8,337	5,193	6,029	5,184
Saúde	925	1,708	3,004	1,434
Total empréstimos comerciais (bruto)	60,189	55,951	56,182	53,788

Carteira de empréstimos Europa

A carteira de empréstimos Europa é constituída por empréstimos feitos em balcões e sucursais situados na Europa, excluindo a Holanda. Os quadros seguintes analisam, nas datas indicadas, a carteira de empréstimos ao sector privado na Europa por tipo de garantia e actividade do mutuário.

Europa – Empréstimos ao sector privado por tipo de garantia

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Comercial					
Garantias de autoridades públicas	**2,749**	2,503	1,863	1,799	1,463
Hipotecas	**1,103**	6,646	1,710	1,153	453
Títulos	**649**	1,860	670	2,833	363
Garantias bancárias	**834**	5,298	1,144	1,101	913
Outros tipos de garantias	**24,535**	10,108	6,580	8,656	9,368
Sem garantias	**15,607**	16,001	45,458	15,340	10,542
Total de empréstimos comerciais	**45,477**	42,416	57,425	30,882	23,102
Particulares					
Garantias de autoridades públicas	**–**	–	–	3	151
Hipotecas	**401**	1,827	6,243	251	183
Títulos	**168**	290	132	336	396
Garantias bancárias	**6**	3	5	11	3
Outros tipos de garantias	**463**	313	1,736	455	109
Sem garantias	**1,346**	1,430	4,413	483	523
Total de empréstimos particulares (bruto)	**2,384**	3,863	12,529	1,539	1,365
Total de empréstimos sector privado (bruto)	**47,861**	46,279	69,954	32,421	24,467

Europa – empréstimos comerciais por indústria

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central e local	**276**	–
Indústria	**8,119**	7,125
Construção	**363**	480
Sector financeiro	**16,139**	11,006
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**19,413**	17,165
Agricultura, exploração florestal e pescas	**209**	315
Imobiliário e hipotecas	**958**	6,325
Total de empréstimos comerciais (bruto)	**45,477**	42,416

Europa – empréstimos comerciais por actividade

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro			
	2007	2006	2005	2004
Matérias-primas	2,181	3,646	2,750	2,942
Imobiliário	6,325	5,902	1,423	411
Industrial	11,281	13,109	2,975	2,601
Energia	4,931	2,995	2,847	2,813
Serviços financeiros	6,075	7,577	6,587	2,921
Telecomunicações, media e tecnologia	4,012	3,649	8,038	5,698
Consumidor (cíclico)	3,095	14,156	4,269	3,637
Consumidor (não cíclico)	3,251	5,438	1,292	1,590
Saúde	1,265	953	701	489
Total empréstimos comerciais (bruto)	42,416	57,425	30,882	23,102

Carteira de empréstimos América do Norte

Os quadros seguintes analisam, nas datas indicadas, a carteira de empréstimos ao sector privado norte-americano por tipo de garantia e por actividade do mutuário. A diminuição dos saldos é principalmente atribuível à venda do LaSalle.

América do Norte – empréstimos ao sector privado por tipo de garantia

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Comercial					
Garantias de autoridades públicas	**1,231**	1,616	765	1,227	961
Hipotecas	**19**	22	12,688	15,724	12,565
Títulos	**–**	–	77	73	63
Garantias bancárias	**493**	53	13	871	288
Outros tipos de garantias	**464**	1,295	22,268	20,083	17,837
Sem garantias	**6,999**	6,556	6,368	6,715	3,746
Total de empréstimos comerciais (bruto)	**9,206**	9,542	42,179	44,693	35,460
Particulares					
Hipotecas	**–**	–	12,694	14,750	9,311
Títulos	**–**	–	32	33	33
Garantias bancárias	**–**	–	–	–	1
Outros tipos de garantias	**–**	–	22	378	314
Sem garantias	**–**	–	269	57	57
Total de empréstimos particulares (bruto)	**–**	–	13,017	15,218	9,716
Total de empréstimos sector privado (bruto)	**9,206**	9,542	55,196	59,911	45,176

América do Norte – empréstimos comerciais por actividade

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central e local	**31**	–
Indústria	**3,109**	3,478
Construção	**17**	44
Sector financeiro	**2,448**	4,075
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**3,470**	1,725
Agricultura, exploração florestal e pescas	**–**	29
Imobiliário e hipotecas	**131**	191
Total de empréstimos comerciais (bruto)	**9,206**	9,542

América do Norte – empréstimos comerciais por indústria

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro			
	2007	2006	2005	2004
Matérias-primas	555	2,503	1,135	1,067
Imobiliário	191	11,849	10,516	10,704
Industrial	2,235	9,331	11,071	7,653
Energia	1,906	1,064	3,091	1,563
Serviços financeiros	2,173	3,694	7,937	2,660
Telecomunicações, media e tecnologia	689	1,585	1,479	1,567
Consumidor (cíclico)	845	7,216	5,523	6,703
Consumidor (não cíclico)	649	3,251	2,745	2,243
Saúde	299	1,686	1,196	1,300
Total empréstimos comerciais (bruto)	9,542	42,179	44,693	35,460

Carteira de empréstimos Resto do Mundo

A carteira de empréstimos Resto do mundo é composta por empréstimos feitos em balcões e sucursais em todo o mundo, excluindo Holanda, Europa e América do Norte. Os seguintes quadro analisam, na data indicada, a carteira de empréstimos ao sector privado Resto do mundo por tipo de garantia e actividade do mutuário.

Resto do Mundo – empréstimos ao sector privado por tipo de garantia

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Comercial					
Garantias de autoridades públicas	**640**	300	555	407	441
Hipotecas	**454**	730	432	355	336
Títulos	**281**	367	585	341	200
Garantias bancárias	**3,490**	3,625	1,369	856	1,333
Outros tipos de garantias	**4,092**	10,639	7,921	5,688	2,991
Sem garantias	**8,801**	16,805	13,845	13,007	9,393
Total de empréstimos comerciais (bruto)	**17,758**	32,466	24,707	20,654	14,694
Particulares					
Hipotecas	**1**	–	–	–	–
Títulos	**700**	1,487	1,329	1,413	1,084
Garantias bancárias	**309**	264	160	179	177
Outros tipos de garantias	**6**	4	17	38	7
Sem garantias	**530**	6,108	4,093	3,699	2,642
Total de empréstimos particulares (bruto)	**2,641**	9,149	6,739	6,019	3,548
Total de empréstimos sector privado (bruto)	**4,187**	17,012	12,338	11,348	7,458
Particulares	**21,945**	49,478	37,045	32,002	22,152

Resto do Mundo – empréstimos comerciais por indústria

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central e local	**61**	–
Indústria	**5,837**	9,893
Construção	**336**	438
Sector financeiro	**2,686**	4,552
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**7,601**	13,489
Agricultura, exploração florestal e pescas	**148**	2,574
Imobiliário e hipotecas	**1,089**	1,520
Total de empréstimos comerciais (bruto)	**17,758**	32,466

Resto do Mundo – empréstimos comerciais por indústria

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro			
	2007	2006	2005	2004
Matérias-primas	4,494	2,497	1,653	955
Imobiliário	1,520	1,305	927	679
Industrial	7,556	7,702	3,938	3,605
Energia	1,396	699	605	714
Serviços financeiros	3,150	2,338	4,163	965
Telecomunicações, media e tecnologia	2,428	2,913	1,975	1,851
Consumidor (cíclico)	6,326	4,422	4,452	3,651
Consumidor (não cíclico)	4,755	2,322	2,257	1,803
Saúde	841	509	684	471
Total empréstimos comerciais (bruto)	32,466	24,707	20,654	14,694

Análise da experiência de perdas em empréstimos: medidas para perdas em empréstimos

Para detalhes da política de provisionamento do ABN AMRO, consultar a secção de políticas contabilísticas e Nota 18 na Secção 5: “Demonstrações Financeiras”.

Como o ABN AMRO não é obrigado pelos regulamentos holandeses em classificar os empréstimos como “não produtivo”, “produtivo, mas em atraso”, “reestruturado” e “problema potencial”, como definido pelo SEC, o quadro abaixo são baseados nos dados disponíveis.

Empréstimos de cobrança duvidosa e não produtivos

Os empréstimos classificam-se como duvidosos quando se duvidar da capacidade do mutuário em satisfazer as suas obrigações de pagamento à ABN AMRO de acordo com as condições contratuais originais. Quando necessário, é determinada uma provisão para perdas de crédito (perda por imparidade) com base por item ou carteira. Qualquer empréstimo que suporte uma perda por imparidade no capital devido e/ou fluxos de caixa de juros é definido como não produtivo.

Empréstimos com risco de crédito potencial

Os quadros abaixo proporcionam uma análise dos empréstimos de cobrança duvidosa do ABN AMRO para cada um dos últimos cinco anos. “Empréstimos de cobrança duvidosa” são empréstimos classificados como “duvidoso” ou “perda”, para o qual, em geral, foi feita uma provisão específica, embora os empréstimos de cobrança duvidosa possam ainda ser produtivos. Os montantes são inscritos antes da dedução do valor da garantia detida, as provisões específicas escrituradas e juros não reconhecidos.

Empréstimos de cobrança duvidosa

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Créditos não produtivos [1]					
Holanda	**3,787**	1,300	1,740	2,048	2,400
Resto da Europa	**903**	461	3,940	628	864
América do Norte	**453**	777	719	933	1,402
América Latina	**–**	904	657	834	375
Resto do Mundo	**720**	398	232	293	296
Total de empréstimos não produtivos	**5,863**	3,840	7,288	4,736	5,337
Outros empréstimos duvidosos					
Holanda	**646**	601	852	626	989
Resto da Europa	**656**	26	13	14	24
América do Norte	**–**	37	6	153	152
América Latina	**10**	274	256	68	27
Resto do Mundo	**131**	4	5	2	5
Total de outros empréstimos duvidosos	**1,443**	942	1,132	863	1,197
Total de empréstimos de cobrança duvidosa	**7,306**	4,782	8,420	5,599	6,534

1 Segundo as IFRS, "Empréstimos não produtivos" são empréstimos de cobrança duvidosa onde há uma prova objectiva que nem todos os montante acordados contratualmente serão cobrados e para os quais foi estabelecida uma provisão para perdas.
2 "Outros empréstimos duvidosos" são empréstimos com potenciais problemas em que o ABN AMRO debita juros que são incluídos em juros e proveitos equiparados.

Empréstimos reestruturados

O quadro abaixo proporciona a discriminação dos empréstimos reestruturados por zona geográfica.

Empréstimos reestruturados

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Holanda	**317**	407	315	18	**–**
Resto do Mundo	**–**	610	507	303	149
Total	**317**	1,017	822	321	149

Empréstimos não produtivos

	2008	2007	2006	2005	2004
Total de empréstimos não produtivos (em milhões de euros)	**5,863**	3,840	7,288	4,736	5,337
Empréstimos não produtivos em empréstimos ao sector privado (bruto)	**2.37%**	1.43%	2.31%	1.72%	2.28%
Provisões para perdas de empréstimos em empréstimos ao sector privado (bruto)	**1.82%**	1.12%	1.15%	1.09%	1.36%

Provisões para perdas em empréstimos

O quadro seguinte apresenta a composição da alteração acumulada nos proveitos relativamente ao abatimento para perdas em empréstimos.

Alterações nos proveitos

(in millions of euros)	**2008**	2007	2006	2005	2004
Provisões líquidas	**3,387**	717	668	614	607

O quadro abaixo mostra a composição geográfica do encargo dos proveitos totais do ABN AMRO em relação com as provisões para perdas em empréstimos.

Provisão para perdas em empréstimos

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Holanda	**2,043**	538	316	401	336
América do Norte	**113**	32	(16)	(177)	116
Resto do Mundo	**1,231**	147	368	390	155
Total de provisões	**3,387**	717	668	614	607
Provisões/empréstimos ao sector privado	**1.37%**	0.27%	0.24%	0.22%	0.26%

Movimentos em abatimentos

(em milhões de euros)	Provisionamento por composição geográfica							
	Total 2008	Holanda	Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	Total 2007	Total 2006
Provisionamento	**3,387**	2,043	809	113	–	422	717	668
Provisionamento ao RWA médio (pb)	**155**	175	231	59	–	150	25	22
RWA médio	**218**	117	35	19	19	28	289	302

Os quadros seguintes analisam os abatimentos para perdas em empréstimos e para risco soberano e os movimentos nos abatimentos em perdas para empréstimos e risco soberano: os montantes anulados (líquidos de recuperações), novas provisões sobre o lucro (aumentos e libertações) e crescimento no abatimento para juros não reconhecido que está incluído no abatimento específico para perdas em empréstimos.

Abatimentos

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Holanda	**2,792**	948	1,100	1,646	1,693
América do Norte	**178**	186	353	180	361
Resto do Mundo	**1,548**	1,867	2,193	1,161	1,120
Total de abatimentos para perdas em empréstimos	**4,518**	3,001	3,646	2,987	3,174
Bancos	**46**	–	–	–	–
Total de abatimentos	**4,564**	3,001	3,646	2,987	3,174

Movimentos em abatimentos para perda em empréstimos

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Saldo no início do ano	**3,001**	3,646	2,987	3,174	4,304
Aquisições, alienações, diferenças de conversão cambial e outros ajustamentos	**(1,055)**	194	1,219	196	(579)
Montantes abatidos					
• Comercial	**(226)**	(244)	(344)	(322)	(241)
• Particulares	**(87)**	(242)	(202)	(204)	(60)
Total Holanda	**(313)**	(486)	(546)	(526)	(301)
América do Norte	**(131)**	(62)	(95)	(178)	(277)
Resto do Mundo	**(411)**	(1,399)	(748)	(602)	(828)
Total	**(855)**	(1,947)	(1,389)	(1,306)	(1,406)
Recuperações					
Holanda					
- Comercial	**6**	116	9	6	16
- Particulares	**6**	–	–	10	7
Total Holanda	**12**	116	9	16	23
América do Norte	**17**	36	26	99	84
Resto do Mundo	**14**	192	10	121	63
Total	**43**	344	45	236	170
Anulações líquidas	**(812)**	(1,603)	(1,344)	(1,070)	(1,236)
Subtotal	**1,134**	2,237	2,862	2,300	2,489
Juro não reconhecido **1**	**43**	47	116	73	78
Provisões específicas novas e aumentadas					
• Holanda	**2,164**	737	496	470	525
• América do Norte	**145**	104	131	241	295
• Resto do Mundo	**1,272**	445	474	683	421
Total	**3,581**	1,286	1,101	1,394	1,241
Libertações de provisões específicas					
• Holanda	**(113)**	(83)	(171)	(53)	(166)
• América do Norte	**(11)**	(36)	(121)	(319)	(95)
• Resto do Mundo	**(27)**	(106)	(96)	(172)	(203)
Total	**(151)**	(225)	(388)	(544)	(464)
Recuperações					
• Holanda	**(12)**	(116)	(9)	(16)	(23)
• América do Norte	**(17)**	(36)	(26)	(99)	(84)
• Resto do Mundo	**(14)**	(192)	(10)	(121)	(63)
Total	**(43)**	(344)	(45)	(236)	(170)
Provisões específicas novas e aumentadas (líquido)	**3,387**	717	668	614	607
Saldo no final do ano	**4,564**	3,001	3,646	2,987	3,174

1 Juro não reconhecido é quer (i) escriturado numa conta separada, quer, (ii) se por razões administrativas não puder ser contabilizado como reclamação de juros não pagos específica, é contabilizado directamente no abatimento específico para perdas em empréstimos. Receitas de caixa de juros sobre empréstimos não produtivos apenas são registados como juros e proveitos equiparados se o capital tiver sido inteiramente recuperado.

Imparidade em empréstimos por indústria

Em 2008, o ABN AMRO mudou a sua discriminação por actividade de modo a alinhá-la com o relato do RBS Group baseado nos códigos SIC.

Abatimento para perdas em imparidade por indústria

O quadro seguinte analisa o abatimento para perdas em imparidade por indústria a 31 de Dezembro de cada um dos últimos cinco anos.

Abatimento para perdas em imparidade por indústria

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central e local	**14**	–
Indústria	**1,930**	378
Construção	**33**	19
Sector financeiro	**252**	144
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**965**	675
Agricultura, exploração florestal e pescas	**86**	164
Imobiliário	**70**	15
Indivíduos	**32**	12
Hipotecas residenciais	**–**	6
Outros	**273**	361
Leasing financeiro e crédito por prestações	**–**	–
Total comercial	**3,655**	1,774
Particulares	**863**	1,227
Bancos	**46**	–
Total abatimento	**4,564**	3,001

Abatimento para perdas em imparidade por actividade indústria

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro			
	2007	2006	2005	2004
Matérias-primas	109	115	165	212
Imobiliário	49	58	109	104
Industrial	558	338	173	284
Energia	72	103	79	231
Serviços financeiros	213	215	299	282
Telecomunicações, media e tecnologia	69	72	81	87
Consumidor (cíclico)	463	1,054	1,010	1,153
Consumidor (não cíclico)	223	322	207	221
Saúde	18	67	23	24
Total comercial 1	1,774	2,344	2,146	2,598
Consumer 2	1,227	1,302	841	576
Bancos	–	–	–	–
Total abatimentos	3,001	3,646	2,987	3,174

1 Os empréstimos comerciais são avaliados numa base individual. Para mais detalhes, ver Nota 18 em Secção 5: "Demonstrações financeiras".
2 Os empréstimos a particulares são geralmente avaliados numa base de carteira. Para mais detalhes, ver Nota 18 em Secção 5: "Demonstrações financeiras".

Análise dos empréstimos por indústria

Os quadros seguintes analisam a percentagem de empréstimos em cada actividade em relação ao total de empréstimos ao sector privado, em 31 de Dezembro em cada um dos últimos cinco anos.

Empréstimos por indústria

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central e local	**0.4**	–
Indústria	**22.4**	19.6
Construção	**1.4**	1.7
Sector financeiro	**24.5**	25.3
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**40.7**	40.0
Agricultura, exploração florestal e pescas	**3.7**	5.7
Imobiliário e hipotecas	**6.9**	7.7
Total de empréstimos comerciais	**100.0**	100.0

Empréstimos por indústria

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro			
	2007	2006	2005	2004
Matérias-primas	7.4	8.3	5.4	5.9
Imobiliário	7.8	13.2	17.3	16.9
Industrial	25.3	22.0	14.9	14.4
Energia	7.4	3.0	4.9	4.4
Serviços financeiros	15.6	11.9	14.8	16.5
Telecomunicações, media e tecnologia	7.1	5.6	6.9	7.2
Consumidor (cíclico)	15.4	24.3	24.0	23.4
Consumidor (não cíclico)	11.7	9.0	8.1	8.3
Saúde	2.3	2.7	3.7	3.0
Total de empréstimos comerciais	100.0	100.0	100.0	100.0

Provisões líquida para perdas em empréstimos por actividade

Os quadros seguintes analisam os encargos de provisões líquidas para perdas em empréstimos por actividade para cada um dos últimos cinco anos.

Perdas em empréstimos por actividade

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central e local	**8**	–
Indústria	**1,781**	–
Construção	**18**	–
Sector financeiro	**184**	–
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**570**	–
Agricultura, exploração florestal e pescas	**54**	–
Imobiliário	**47**	–
Hipotecas residenciais	**5**	–
Outros	**224**	68
Total comercial	**2,891**	68
Total particulares	**563**	696
Total provisões líquidas	**3,454**	764
Do qual juros em suspenso	**67**	47
Total provisões específicas (líquido)	**3,387**	717

Perdas em empréstimos por actividade

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro			
	2007	2006	2005	2004
Matérias-primas	17	33	(97)	(2)
Imobiliário	15	40	8	(13)
Industrial	125	47	(10)	73
Energia	(27)	61	(50)	5
Serviços financeiros	86	26	98	40
Telecomunicações, media e tecnologia	7	(44)	(28)	(29)
Consumidor (cíclico)	(181)	237	167	216
Consumidor (não cíclico)	143	70	75	87
Saúde	(117)	(64)	59	68
Total comercial	68	406	222	445
Total particulares	696	378	465	
Total provisões líquidas	764	784	687	
Do qual juros em suspenso	47	116	73	78
Total provisões específicas (líquido)	717	668	614	607

Análise de *write-offs* por actividade

O quadro seguinte analisa os montantes anulados por actividade durante os últimos cinco anos.

Anulações por actividade

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro	
	2008	2007
Governo central e local	**–**	–
Indústria	**108**	–
Construção	**–**	–
Sector financeiro	**109 246**	– –
Indústrias de serviços e outras actividades de negócio	**–**	–
Agricultura, exploração florestal e pescas	**–**	–
Imobiliário	**–**	–
Indivíduos	**91 51**	189 –
Hipotecas residenciais	**–**	
Outros	**–**	–
Leasing financeiro e crédito por prestações	**605**	189
Total comercial	**207**	1,414
Total particulares	**812**	1,603

Write-offs por actividade

(em milhões de euros)	Em 31 de Dezembro			
	2007	2006	2005	2004
Matérias-primas	26	60	21	55
Imobiliário	13	29	13	20
Industrial	(27)	108	117	209
Energia	(9)	22	28	48
Serviços financeiros	56	69	39	47
Telecomunicações, media e tecnologia	7	43	16	52
Consumidor (cíclico)	160	232	150	276
Consumidor (não cíclico)	64	119	68	89
Saúde	(103)	46	36	52
Outros itens	2	–	–	–
Total comercial	189	728	488	848
Total particulares	1,414	616	582	388
Total de write-offs	1,603	1,344	1,070	1,236

Saldos transfronteiriços

As operações do ABN AMRO envolvem uma exposição significativa em divisas não locais. Os saldos transfronteiriços são baseados no país do domicílio do mutuário e são compostos por empréstimos denominados em divisas diferentes da divisa local do mutuário. Os saldos transfronteiriços que excedam 1% dos activos totais em 31 de Dezembro de 2008, 2007, 2006, 2005 e 2004 são mostrados nos seguintes quadros. Estes números não são compensados por quaisquer garantias escritas legalmente executáveis do capital ou dos juros por terceiros residentes ou outros não residentes. Nas datas abaixo, não há saldos que excedam 1% dos activos totais em qualquer país onde as condições actuais dão origem a problemas de liquidez que se espera terem um impacto material no reembolso atempados dos juros ou capital. O quadro não inclui elementos extrapatrimoniais.

Saldos transfronteiriços

(em milhões de euros, excepto as percentagens)	Percentagem de total de activo	Montante total	Comercial	Sector Público	Particulares
Em 31 de Dezembro de 2008					
França	5.04	33,595	26,296	2,232	5,067
Reino Unido	4.89	32,590	16,818	1,119	14,653
Estados Unidos	3.14	20,956	8,426	5,213	7,317
Espanha	2.77	18,474	17,202	177	1,095
Alemanha	2.34	15,571	3,748	9,074	2,749
Bélgica	1.02	6,785	2,261	1,731	2,793
Irlanda	0.96	6,428	1,153	285	4,990
Itália	0.96	6,419	1,182	3,054	2,183
Luxemburgo	0.75	5,026	1,096	–	3,930
Em 31 de Dezembro de 2007					
Reino Unido	10.16	104,248	37,807	58	66,383
França	6.11	62,638	42,815	7,464	12,359
Alemanha	3.37	34,585	6,249	17,699	10,637
Estados Unidos	2.56	26,212	10,184	3,731	12,297
Espanha	2.19	22,419	12,748	1,228	8,443
Itália	1.65	16,958	6,317	6,288	4,353
Japão	1.14	11,642	559	6,486	4,597
Irlanda	1.07	11,022	2,835	211	7,976
Bélgica	0.86	8,806	2,505	2,718	3,583
Em 31 de Dezembro de 2006					
Reino Unido	6.14	60,590	33,250	637	26,703
França	5.35	52,817	31,904	7,177	13,736
Alemanha	4.19	41,313	12,348	23,463	5,502
Estados Unidos	2.63	25,997	8,226	1,547	16,224
Itália	2.62	25,886	4,533	9,732	11,621
Espanha	1.73	17,110	13,015	1,229	2,866
Japão	1.14	11,271	651	7,872	2,748
Irlanda	0.95	9,372	1,882	268	7,222
Bélgica	0.81	8,043	2,075	2,513	3,455

Saldos transfronteiriços

(em milhões de euros, excepto as percentagens)	Percentagem de total de activo	Montante total	Comercial	Sector Público	Particulares
Em 31 de Dezembro de 2005					
Reino Unido	5.29	46,570	21,200	210	25,160
França	2.37	20,852	13,109	3,250	4,493
Alemanha	4.87	42,938	10,317	26,424	6,197
Estados Unidos	2.59	22,771	3,915	3,361	15,495
Itália	2.49	21,920	6,240	11,532	4,148
Espanha	1.99	17,546	11,949	2,516	3,081
Japão	2.38	20,982	305	17,935	2,742
Suécia	0.85	7,509	2,355	3,005	2,149
Irlanda	0.80	7,017	3,574	557	2,886
Bélgica	1.03	9,050	2,331	2,777	3,942
Em 31 de Dezembro de 2004					
Reino Unido	5.08	30,920	13,505	1	17,414
França	2.21	13,453	5,312	4,945	3,196
Alemanha	5.91	35,955	9,450	22,702	3,803
Estados Unidos	2.21	13,424	3,746	3,004	6,674
Itália	2.09	12,716	3,678	5,295	3,743
Espanha	1.14	6,960	2,457	2,474	2,029
Bélgica	1.54	9,376	1,820	3,653	3,903
Suécia	1.39	8,478	1,699	4,183	2,596

Saldos transfronteiriços entre 0,75% e 1% dos activos totais

Os saldos transfronteiriços para com mutuários em países em que essas saldos se elevaram entre 0,75% e 1% dos activos totais totalizaram EUR 17.873 milhões em 31 de Dezembro de 2008 (2007: EUR 8.806 milhões) e relacionados com a Irlanda, Itália e Luxemburgo (2007: Bélgica).

Concentrações de empréstimos

Um dos principais factores que influenciam a qualidade dos ganhos e carteira de empréstimos do ABN AMRO é a diversificação dos empréstimos por região, actividade e mutuário. Uma concentração existe quando os empréstimos são realizados a mutuários, em que todos eles estão, aproximadamente, sujeitos aos mesmos efeitos das alterações em condições económicas ou outros factores. Para além das posições divulgadas previamente em actividades e regiões, em 31 de Dezembro de 2007 não havia concentrações e empréstimos que excedessem 10% dos empréstimos totais (bruto) do ABN AMRO.

Passivos

Depósitos e empréstimos obtidos a curto prazo incluídos nas rubricas do balanço Bancos, Total contas cliente e Títulos de dívida.

Depósitos

O quadro seguinte apresenta o montante médio e a taxa média paga em cada categoria de depósito representando em excesso de 10% da média total de depósitos durante os três anos fiscais mais recentes. Todos os depósitos à ordem do ABN AMRO na Holanda reflectidos no quadro abaixo vencem juros. O ABN AMRO não tem depósitos à ordem que não vençam juros na Holanda a excederem 10% da média total de depósitos. A atribuição geográfico é baseada na localização do balcão ou sucursal onde o depósito foi feito.

(em milhões de euros)	**2008**		2007		2006	
	Montante médio	Taxa média	Montante médio	Taxa média	Montante médio	Taxa média
Bancos						
Holanda						
Depósitos a prazo **1**	**51,647**	**4.5%**	54,845	4.4%	47,346	3.1%
Depósitos à ordem/Conta-corrente	**9,017**	**3.3%**	8,823	3.9%	7,290	3.0%
Estrangeiro						
Depósitos a prazo **1**	**32,031**	**4.6%**	36,322	4.6%	37,171	4.3%
Depósitos à ordem/Conta-corrente	**7,038**	**2.6%**	8,352	3.1%	8,286	3.5%
Total contas clientes						
Holanda						
Contas-poupança	**52,919**	**3.4%**	50,602	3.1%	48,372	2.6%
Depósitos a prazo	**37,041**	**4.3%**	39,349	4.0%	32,451	3.9%
Depósitos à ordem/contas-correntes	**46,443**	**2.8%**	44,513	2.9%	43,186	2.2%
Outros			6,490	5.3%	11,042	3.4%
Estrangeiro						
Contas-poupança	**13,724**	**3.1%**	13,822	3.9%	13,197	3.6%
Depósitos a prazo 1	**47,807**	**3.6%**	60,817	4.0%	39,876	3.0%
Depósitos à ordem/contas-correntes	**28,455**	**2.4%**	30,967	3.2%	30,812	3.8%
Outros	**–**	**–**	7,760	5.0%	14,542	3.6%

1 Inclui as actividades de depósito Eurodólares e as transacções profissionais de títulos do ABN AMRO. Os depósitos a prazo são fundos para os quais o prazo original, o pré-aviso e o juro pagável foram acordados com a contraparte.

Depósitos de valor igual ou superior a $100.000

Em 31 de Dezembro de 2008, os depósitos de valor igual ou superior a $100.000 ou em equivalente em outras divisas, detidas nos Estados Unidos, em depósitos a prazo e certificados de depósitos prelo prazo restante até ao vencimento foram:

Depósitos de valor igual ou superior a $100.000

(em milhões de euros)	**Em 31 de Dezembro de 2008**	Em 31 de Dezembro de 2007
3 meses ou menos	**3,246**	2,294
Mais de 3 meses, mas menos de 6 meses	**32**	52
Mais de 6 meses, mas menos de 12 meses	**–**	56
Mais de 12 meses	**37**	1,071
Total	**3,315**	3,473

Empréstimos obtidos a curto prazo

Os empréstimos de curto prazo são empréstimos contraídos com um vencimento original de um ano ou menos.
Eles estão incluídos no balanço consolidado do ABN AMRO nas rubricas Dívidas a Bancos, Dívidas a Clientes e Títulos de dívida emitidos. As categorias de empréstimos de curto prazo para o qual o saldo médio durante os três anos fiscais precedentes foi igual ou superior a 30% da situação líquida consolidada em 31 de Dezembro foram incluídas na rubrica Títulos de dívida e consistiam em certificados de depósitos e papel comercial. Uma análise do saldo e das taxas de juros em empréstimos de curto prazo é fornecido a seguir.

(em milhões de euros, excepto percentagens)	**2008**	2007	2006
Saldo de fim de ano	**30,020**	43,396	56,375
Saldo médio	**39,411**	52,966	55,494
Saldo de fim de mês máximo	**47,172**	59,185	58,771
Taxa de juro médio durante o ano	**4.3%**	4.8%	4.2%
Taxa de juro médio no fim do ano	**3.7%**	5.6%	4.8%

Accionistas principais e propriedade

Em 17 de Outubro de 2007, a RFS Holdings B.V. (RFS Holdings), um empresa constituída pelo RBS, Fortis e Santander adquiriu 85,6% da ABN AMRO Holding N.V. Através de compras subsequentes, o RFS Holdings aumentou a sua participação no ABN AMRO para 99,3% em 31 de Dezembro de 2007. A RFS Holdings iniciou os procedimentos de aquisição potestativa de modo a adquirir as restantes acções do ABN AMRO aos accionistas minoritários e este procedimento ficou concluído em 22 de Setembro de 2008. Em resultado disso, a RFS Holdings é desde essa data o accionista único da ABN AMRO Holding N.V.

A RFS Holdings B.V. é controlada pelo The Royal Bank of Scotland Group plc, que está constituído no Reino Unido e sito na 36 St. Andrew Square, Edimburgo, Escócia e o The Royal Bank of Scotland Group plc é a derradeira empresa-mãe da ABN AMRO Holding N.V.

Em 3 de Outubro de 2008, o Estado Holandês adquiriu totalmente os negócios do Fortis na Holanda, incluindo a participação do Fortis na RFS Holdings. Em 24 de Dezembro de 2008, o Estado Holandês comprou ao Fortis Bank Nederland (Holding) N.V. o investimento deste na RFS Holdings, para se tornar num accionista directo da RFS Holdings. As participações na RFS Holdings são as seguintes: RBS – 38,2780 %, Estado Holandês – 33,8103 % e Banco Santander, S.A. – 27,9117 %.

Citações na bolsa

Nenhuma acção do ABN AMRO Holding N.V. está cotada.

Desenvolvimento do capital social

Em 24 de Novembro de 2008, os estatutos do ABN AMRO Holding N.V. foram alterados. Uma das alterações foi a conversão das acções preferenciais de financiamento (com um valor nominal unitário de EUR 0,56) e as acções preferenciais (anteriormente convertíveis), com um valor nominal unitário de EUR 2,24, em acções ordinárias (com um valor nominal unitário de EUR 0,56), como se segue:

- cada acção preferencial de financiamento foi convertida em uma acção ordinária;
- cada acção preferencial (anteriormente convertíveis) em quatro acções ordinárias.

Em 24 de Novembro de 2008, o capital social emitido do ABN AMRO Holding N.V. consiste em 3.306.843.332 em acções ordinários com um valor nominal de EUR 0,56.

Política de dividendos

A política do ABN AMRO é pagar dividendos em acções ordinárias, tomando em consideração a posição de capital do Grupo e suas perspectivas.

Neste contexto, o Grupo espera pagar dividendo ao RFS Holdings em conjunção com a libertação de capital resultante da venda ou transferência dos negócios do ABN AMRO para os Membros do Consórcio, como parte do processo de separação para permitir que a RFS Holdings pague dividendos aos seus accionistas.

Estatutos

A descrição a seguir realizada é um resumo da informação material relativamente ao capital social da Holding, incluindo o resumo de certas disposições nos termos dos Estatutos e da legislação holandesa em vigor na data aplicável. Os Estatutos do ABN AMRO Holding N.V. foram modificados pela última vez por escritura notarial efectuada pelo Sr. R.J.C. van Helden, notário em Amesterdão em 24 de Novembro de 2008, sob registo com número 2008.001536.01. O certificado de não objecção do Ministério da Justiça sobre as modificações aos Estatutos foi emitido pelo Ministério da Justiça sob o número de N.V. 385.573.

Como estabelecido nos Estatutos, o objecto da Sociedade é:

- A participação, colaboração e financiamento, administração e gestão de outras empresas e sociedades e a execução de todos os actos, actividades e serviços que estão relacionados ou podem ser propícios para tal.
- A realização das actividades bancárias e de corretagem de bolsa, a gestão de activos de terceiros, agindo comocurador, administrador, executor de testamentos e administrador executivo, administrador não executivo ou liquidatário de sociedades ou outras organizações, a prestação de seguros e a execução de todos os actos e actividades que estão relacionados ou podem ser propício mpara tal, tudo no sentido mais amplo possível.
- O favorecimento dos interesses directo e indirectos de tudos aqueles que estão envolvidos, de algum modo, com a Sociedade e salvaguardar a continuidade da Sociedade e das sua(s) empresa(s) associada(s).

Capital social

O capital social autorizado da Sociedade eleva-se a EUR 4.704.000.224. Ele está dividido em 8.400.000.400 acções ordinárias, com um valor nominal unitário de EUR 0,56. Para descrição dos dividendos e direitos de voto anexos a estas acções, ver a Secção 6: “Outras informações”.

Direitos dos Accionistas

Qualquer resolução para alterar os Estatutos ou dissolver a Sociedade apenas pode ser aprovada pela Assembleia-Geral de accionistas, no seguimento de uma proposta do Conselho de Administração que tenha sido aprovada pelo Conselho Fiscal. Uma cópia da proposta contendo o texto literal das alterações propostas será disponibilizada para inspecção pelos accionistas da Sociedade nos escritórios da Sociedade e nos escritórios mencionados na convocatória da assembleia, a partir do dia da convocatória até ao fim da Assembleia-Geral. Cada accionista pode obter uma cópia integral da proposta gratuitamente.

Assembleia-Geral de Accionistas e sua convocatória

As assembleias-gerais de accionistas serão realizadas em Amesterdão, ou em Haia, Roterdão, Utreque ou Haarlemmermeer (Schiphol). As assembleias anuais devem ser realizadas num prazo de seis meses ap´´os o final de cada ano de exercício. Além disso, as Assembleias-Gerais de accionistas serão realizadas com a frequência considerada necessária pelo Conselho de Administração ou Conselho Fiscal e sempre que exigido por lei ou pelos Estatutos. As assembleias-gerais de accionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, sem prejuízo das disposições das Secções 110, 111 e 112 do Livro 2 do Código Civil holandês. A convocatória deve ser convocada, o mais tardar, quinze dias antes do dia da assembleia-geral. A convocatória deve mencionar os pontos da ordem de trabalhos ou, em alternativa, informar que esses pontos podem ser inspeccionados nos escritórios da Sociedade As propostas para alterar os Estatutos ou propostas relativas à redução do capital da Sociedade deverão ser sempre incluídas na convocatória real.

Informação de tendências

A composição dos rendimentos do ABN AMRO e a estrutura dos activos e passivos do ABN AMRO são afectadas pelas alterações das condições económicas e as alterações de condições nos mercados financeiros.

Os mercados financeiros e de crédito têm sofrido um período sustentado de elevada volatilidade, graves perturbações e problemas de liquidez. Os mercados financeiros estão susceptíveis a acontecimentos graves evidenciados por uma depreciação rápida nos valores dos activos, acompanhados por redução na liquidez dos activos. Esperamos que estas condições se mantenham em 2009.

A transferência de negócios para o RBS, a fim de obter sinergias e cominar a gestão de risco, continuará em 2009. Este processo reduzir o âmbito das operações do ABN AMRO. As actividades nucleares que se esperam manter incluem os serviços de transacção global e as funções de mercado local.

Para uma discussão complementar de alguns destes desafios, consultar a nossa discussão sobre o ambiente actual do mercado de crédito na Secção 2: “Análise operacional” e a nossa secção “Factores de risco” na secção 3: “Gestão de risco e fundos próprios’.

Elementos extrapatrimoniais

O ABN AMRO não tem exposições extrapatrimoniais que, razoavelmente, se espere que venham a ter um efeito materialmente negativo na liquidez ou na disponibilidade ou exigências dos recursos de capital próprio, sendo que as actividades de cobertura do ABN AMRO não são especulativas. Para uma discussão do impacto dos compromissos e passivos contingentes extrapatrimoniais, ver Nota 34 na Secção 5: “Demonstrações financeiras’.

Código de ética

As normas de conduta ética que o ABN AMRO espera dos seus colaboradores estão estabelecidas nos Princípios Empresariais e Valores Corporativos do ABN AMRO. Acreditamos que os Princípios Empresariais estabelecem os padrões necessários para incluir um código de ética para os fins da secção 406 da Lei Sarbanes-Oxley.

Os Princípios Empresariais são aplicáveis a todos os nossos colaboradores, incluindo o Presidente do Conselho da Administração, *Chief Financial Officer* e outros executivos financeiros seniores. Todos os colaboradores são responsáveis pela sua adesão aos Princípios Empresariais. Suspeitas de violações aos Princípios Empresariais podem ser comunicadas de acordo com a política de denúncia de irregularidades dos colaboradores do ABN AMRO. Esta política providencia aos colaboradores com canais claros e acessíveis para a comunicação de suspeitas de infracções, incluindo um canal directo para a Comissão de Auditoria do Conselho Fiscal.

Os Princípios Empresariais estão acessíveis em www.abnamro.com. Uma cópia dos nossos Princípios Empresariais também estão disponíveis por pedido, sem custos, por escrito ou telefone, para:
ABN AMRO N.V.
P.O. Box 283
1000 EA Amesterdão
Holanda
Tel: +31 20 6289393

Comissão central de trabalhadores

A Comissão Central de Trabalhadores (CWC) representa os trabalhadores do ABN AMRO na região Holanda. É nesta capacidade que ele tem consultas regulares com a administração do banco. Ron Teerlink (até meados de Março) e Hans Vanbets (até inícios de Outubro) eram os pontos de contacto do CWC com a administração do ABN AMRO. Durante estas consultas, o diálogo entre o CWC e a administração foi conduzido de uma maneira aberta e construtiva.

Em 13 de Março de 2008, o CWC sofreu uma alteração na sua composição. René Hazebroek sucedeu a Sacha Scholten como Presidente do CWC.

Durante 2008, o CWC manteve-se intensamente preocupado com a aquisição do ABN AMRO pelos Membros do Consórcio. O desmantelamento do ABN AMRO originou um grande número de planos que exigiram uma grande atençaõ por parte da Comissão. Os mais importantes desses planos foram:

Aconselhamento sobre o plano de transição /separação

O CWC deu o seu parecer sobre o plano de transição/separação para o ABN AMRO. O plano descreve que partes do Banco serão transferidas para o respectivo Membros do Consórcio e também menciona o cronograma para a separação dos departamentos jurídico, TI e financeiro.

De acordo com o parecer do CWC, foi acordado com os três Membros do Consórcio que o pacote remuneratório e de benefícios (incluindo pensões) após transferência do ABN AMRO para um dos Membros do Consórcio será “comparável, nunca menos favorável”. Isto implica que o valor total do pacote deve ser, no mínimo, equivalente ao pacote existente no ABN AMRO antes da aquisição. No entanto, o valor dos elementos individuais do pacote podem variar.

Princípios RH

O CWC e os Membros do Consórcio celebraram um acordo sobre os “Princípios RH”, Os “Princípios” indicam como o ABN AMRO, RBS e, antes de Outubro 2008, Fortis tratam os assuntos relacionados com os RH em geral e, em particular, na Holanda.

Novo Banco

Como condição para o *takeover* do ABN AMRO, a Comissão Europeia exigiu que o Fortis vendesse a parte das operações bancárias comerciais do ABN AMRO na Holanda a um terceiro (conhecido como Remédio CE). De modo a cumprir esta condição, o Fortis decidiu vende a porção dos balcões bancários comerciais do ABN AMRO (p Novo Banco) ao Deutsche Bank. O CWC avaliou esta proposta.

A venda do Novo Banco ao Deutsche Bank deveria ter sido concluída em Outubro 2008, mas não foi implementada devido à intervenção das autoridades belgas, holandesas e luxemburguesa no Fortis. O CWC suspendeu o processo consultivo e não emitiu parecer sobre este assunto.

Nacionalização do Fortis

O segundo semestre do ano foi dominado pelo tratamento das vias aceleradas propostas; onde certas partes do ABN AMRO eram para ser transferidas para o Fortis a um ritmo acelerado. Este processo foi parado em inícios de Outubro após as operações holandesas do Fortis terem sido nacionalizadas pelo governo holandês. A nacionalização também incluiu as actividades que o Fortis tinha anteriormente tomado do ABN AMRO. Em 21 de Novembro de 2008, foi anunciado que as partes do ABN MARO tomadas pelos Estado Holandês e o Fortis Bank Nederland seriam fundidos num novo banco. A decisão é, hesitantemente, considerada como um desenvolvimento positivo pelo CWC.

O CWC aplica três critérios na avaliação das decisões:
1. a continuidade e viabilidade do banco a ser formado proximamente,
2. emprego, tanto a curto e longo prazo, e
3. a sustentabilidade dos produtos, remuneração e gestão de risco.

O CWC considera importante que todas as partes interessadas e, particularmente, o governo, políticos e administração do ABN AMRO, reconheçam inteiramente o significado destes três critérios e os aplique como seus critérios essenciais na tomada de decisões.

Abreviaturas

ADR	American Depositary Receipt
AFM	Autoriteit Financiële Markten (Regulador holandês dos mercados financeiros)
AFS	Disponível para venda
ATM	Automated teller machine (caixa automática)
AUD	Dólar australiano
BIS	Bank for International Settlements (Banco de Pagamentos Internacionais)
bp	Pontos base
BRL	Real brasileiro
BU(s)	Unidade(s) de Negócio(s)
CAD	Directiva 93/6/CEE relativa à adequação dos fundos próprios (Capital Adequacy Directive)
CDS	Credit default swap
COSO	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CRD	Directiva 2006/49/CE relativa à adequação dos fundos próprios (Capital Requirements Directive)
CWC	Comissão Central de Trabalhadores (holandesa)
DNB	De Nederlandsche Bank N.V. (Banco Central Holandês)
DNO	Declaração de não objecção
EBITDA	Earnings before interest, taxes, depreciation and amortisation (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)
ECM	Equity Capital Markets
ESC	European Staff Council (Conselho Europeu de Empresa)
EU	União Europeia
EUR	Euro
EVP	Vice-presidente executivo
FTE	Equivalente a tempo inteiro (uma mensuração do número de pessoal)
FX	Divisa
GAAP	Princípios de contabilidade geralmente aceites
GBM	Banca e Mercados Globais
GBP	Libra inglesa
GRM	Gestão de Risco do Grupo
HR	Recursos Humanos
HTM	Detido até ao vencimento
IAS	International Accounting Standards (normas de contabilidade internacionais)
IBNI	Incurred-but-not-identified (incorrido mas não identificado)
ID&JG	International Diamond & Jewelry Group
IFRIC	IASB International Financial Reporting Interpretations Committee (Comité de Interpretação das Normas de internacionais de relato financeiro IASB)
IFRS	International Financial Reporting Standards (normas internacionais de relato financeiro)
IP	Protocolo de Internet
IT	Tecnologias da Informação
LIBOR	London Interbank Offered Rate (taxa interbancária oferecida de Londres)
M&A	Fusões e Aquisições
MD	Director-geral
MD&A	Management's discussion and analysis (Discussão e análise da direcção)
MiFID	Directiva (da UE) relativa a mercados de instrumentos financeiros
MYR	Ringgit malaio
NYSE	Bolsa de Valores de Nova Iorque
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OFAC	(US) Office of Foreign Assets Control
OTC	Fora da bolsa

PIPE	Investimentos privados em Public Equity
PKR	Rupia paquistanesa
ROE	Return on equity (retorno do capital próprio)
RWA	Activos ponderados em função do risco
SEC	(US) Securities and Exchange Commission
SEPA	Single Euro Payments Area (Área única de pagamento em Euros)
SEVP	Vice-presidente principal executivo
SMEs	Pequenas e médias empresas
SPE	Entidade de finalidade especial
TRS	Total return to shareholders (retorno total para os accionistas)
TRY	Nova libra turca
USD	Dólar norte-americano

Documentos em consulta

Para mais informações em relação a nós e às nossas acções ordinárias, pedimos-lhe que consulte os documentos que já apresentámos na SEC. As declarações contidas neste relatório anual respeitante ao conteúdo de qualquer documento não estão necessariamente completas. Se um documento tiver sido apresentado como anexo a qualquer apresentação que fizemos na SEC, pedimos-lhe que consulte a cópia do documento que foi apresentado. Cada declaração neste relatório anual relativo a um documento apresentado como um anexo é qualificada em todos os aspectos pelo anexo apresentado. Estamos sujeitos às exigências de informação do US Securities Exchange Act of 1934, conforme alterado e, de acordo com o mesmo, apresentamos relatórios e informação na SEC. As nossas declarações de registo, incluindo as provas e certificados dos mesmo, e ainda esses relatórios e outras informações, pode ser inspeccionados e copiados nas instalações de apoio ao público mantidas pela SEC:

100 F Street, N.E
Washington, D.C. 20549

500 West Madison Street
Suite 1400
Chicago, Illinois 60661

A Cópias destes materiais também podem ser obtidas por correio às tarifas prescritas na Public Reference Section da SEC, 100 F Street, N.E., Washington, D.C. 20549, ou ligando para a SEC pelo 1-800-SEC-0330. A SEC mantém um sítio Web que contém o declarações de registo, relatórios e outras informações relativas aos declarantes que declaram electronicamente na SEC pelo www.sec.gov. Algumas, mas não todos, das nossas declarações de registo e relatórios estão disponíveis no sítio Web da SEC.

Assinaturas

O declarante certifica pelo presente que satisfaz todos os requisitos para apresentar o Form 20-F e que as seguintes pessoas estão legalmente habilitadas a assinar este relatório em seu nome.

ABN AMRO HOLDING N.V.
(Declarante)

Amesterdão, 24 de Março de 2009

Gerrit Zalm
Presidente do Conselho de Administração

David Cole
Chief Financial Officer

Como encomendar relatórios

Este relatório pode ser descarregado em www.abnamro.com.
As cópias impressas podem ser encomendas:
• pela Internet em www.abnamro.com
• por telefone: +31 20 6288900
+44 20 76721758
• por e-mail: investor.relations@rbs.com

O nosso nome legal e comercial é ABN AMRO Holding N.V. Somos uma sociedade anónima constituída segundo o direito holandês em 30 de Maio de 1990.

ABN AMRO Holding N.V. tem a sua sede social em Amesterdão, Holanda, e está inscrita no Registo Comercial da Câmara de Comércio de Amesterdão sob o n.º 33220369.

O banco consiste na sociedade cotada em bolsa ABN AMRO Holding N.V., que conduz o seu negócio quase integralmente através da sua subsidiária controlada a 100% ABN AMRO Bank N.V. ou das muitas subsidiárias desta sociedade..

ABN AMRO Holding N.V.
Gustav Mahlerlaan 10
1082 PP Amsterdam
Holanda

Enderço de correio:
P.O. Box 283
1000 EA Amsterdam
Holanda

Telefone:
+31 20 6289393
+31 20 6299111

Internet: www.abnamro.nl (sítio Web em holandês) e www.abnamro.com (sítio Web em inglês).
As informações no nosso sítio Web não fazem parte deste Relatório Anual, salvo se for expressamente indicado o contrário.

ANNUAL REPORT 2018